



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Transcrição da 100ª reunião, realizada em 6 de outubro de 2016

1 Em 6 de outubro de 2016, reuniu-se extraordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), no Ginásio Poliesportivo Renato Azeredo, em
4 Diamantina, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente Clésio Cândido Amaral, representante da Secretaria
6 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).
7 Representantes do poder público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da
8 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa);
9 Gustavo Xavier Ferreira, da Secretaria de Estado de Integração e
10 Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Sedinor); Vilson
11 José de Amorim, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração
12 Regional (Secir); Henrique Otávio Palhares Diniz, da Secretaria de Estado de
13 Transportes e Obras Públicas (Setop); Washington de Miranda Melo, da
14 Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Felipe Faria de Oliveira, da
15 Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Sérgio Cavalcanti Gonçalves, da
16 Prefeitura Municipal de Diamantina. Representantes da sociedade
17 civil: Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de
18 Minas Gerais (Fiemg); Walter Borges, da Federação dos Trabalhadores na
19 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); José Otoni Alves Campos,
20 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
21 Guilherme Coelho Neves, da Federação das Associações Comerciais e
22 Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Jane Oliveira Lima,
23 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Alex
24 Fabiano Silva, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
25 Gerais (Crea-MG); Alex Mendes Santos, da ONG Caminhos da Serra –
26 Ambiente, Educação e Cidadania; Carlos Eduardo Teixeira Nery, da
27 Sociedade Amigos do Tabuleiro; Andreza Lemos Meira, da Universidade do
28 Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**
29 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
30 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Clésio Cândido Amaral declarou
31 aberta a 100ª reunião da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha e fez a
32 leitura da pauta. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
33 **GERAIS.** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Nós estamos aqui para,
34 literalmente, garantir que todos que queiram se manifestar se manifestem
35 quanto à discussão que nós temos, que é o item 4.1. Todos têm esse direito,
36 o Estado sempre manteve esse direito de manifestação, e isso vem alinhado
37 com o Ministério Público Federal, que recomenda isso, e nós nunca

38 cerceamos esse direito à manifestação, desde que seja feita de forma
39 ordenada, sem agredir ninguém. Nós não estamos aqui para isso. Todos
40 terão direito – quem fez inscrição – a fazer o pronunciamento e a fala. Nós
41 teremos o tempo de três minutos para cada manifestante, para cada pessoa
42 se manifestar. Quem não quiser se manifestar ou abrir mão da sua
43 manifestação, esse tempo não será repassado para outro manifestante.
44 Alinhado a isso, aprópria recomendação do Ministério Público Federal, que
45 nós recebemos, é que, caso qualquer pessoa presente aqui, conselheiro,
46 seja da população, da empresa ou qualquer de um dos presentes da
47 mesa, se ele se sentir coagido ou ameaçado ou constrangido, inclusive, eu
48 peço que se manifeste, publicamente, que o Ministério Público Federal
49 recomenda que nós tomemos as providências cabíveis, para que toda a
50 reunião transcorra na mais perfeita ordem. Temos, ainda, outra questão, que
51 é sobre um recurso, que já foi apresentado em outras reuniões, que não
52 poderia ser dada continuidade ao julgamento da Licença de Operação sem o
53 julgamento desse recurso. Nós temos um parecer da SEMAD falando que
54 não existe essa condição. O doutor Breno está aqui com o parecer, e eu vou
55 pedir a ele só para falar esse conteúdo, brevemente, do parecer.” Breno
56 Esteves Lasmar, representante da SEMAD: “Foi suscitada essa dúvida e
57 essa questão, e nós submetemos à Advocacia Geral do Estado, que é o
58 consultivo dos aspectos jurídicos que vai nos trazer a tranquilidade para dar
59 condução a esta reunião. E o parecer da Advocacia Geral do Estado conclui,
60 de forma clara, que a concessão do efeito suspensivo, que foi objeto do
61 questionamento, ‘é uma discricionariedade da autoridade competente, que
62 no exercício da autotutela, com o objetivo de evitar dano irreparável ou de
63 difícil reparação, poderá suspender a eficácia do ato administrativo’. E esses
64 requisitos que são elencados aqui no parecer não foram identificados no
65 recurso, e, por essa razão, a simples interposição de recurso não assegura o
66 efeito suspensivo. Isso é uma análise posterior, que é feita quando da
67 admissibilidade. Em razão desse posicionamento e da análise que foi feita de
68 admissibilidade, o recurso será processado, como prescreve as normativas,
69 porém, não há efeito suspensivo atribuído a ele. E dessa forma não
70 impedimento para que haja prosseguimento dessa reunião com a análise do
71 ponto 4 da pauta.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu gostaria de sugerir
72 uma moção desta URC com relação a questões de rochas ornamentais. É um
73 assunto recorrente que nós vimos tratando aqui e muito preocupante, porque
74 virou uma epidemia nessa região a questão da exploração de rochas
75 ornamentais. E nós estamos sendo muito solicitados nos municípios, porque
76 está havendo muito abuso, entrada em terrenos sem autorização, ameaças.
77 Lá em Gouveia, tem tido algumas ameaças àqueles que estão contrários a
78 esse tipo de exploração. Os chamados foguinhos que eles dão para verificar
79 a qualidade de pedra. Também não é passível de licenciamento, e eles estão
80 fazendo em todos os locais. Então, isso é muito visível na nossa região.

81 O abandono de áreas quando concluído o trabalho. Eles saem, vão embora e
82 estão largando os passivos para nós. Outra situação é a destruição de
83 testemunhos, que são sítios arqueológicos. Em Gouveia, temos casos, em
84 Diamantina também, em Felício dos Santos. Destruição de pinturas,
85 pichações, para descaracterização. Eu tenho até algumas fotos. Invasão de
86 sítios arqueológicos. Desconsideração do campo rupestre como vegetação
87 nativa. Eles não entendem o campo rupestre como uma vegetação. E muitas
88 vezes tem outro problema, que às vezes não é a área. Muitas vezes a área
89 de exploração realmente não tem vegetação, mas o acesso a ela, esse, sim,
90 tem, e tem sido excluído. Então, nós estamos com muitos problemas.
91 Mentira de empreendedor, que fala que não tem nada, e declara no primeiro
92 pedido, que é o FCE, e provavelmente não vão ser pedidas outras
93 informações. Ele começa a atuar. Se der, realmente, condições de trabalho,
94 ele fica. Senão, vai embora e larga lá o prejuízo para nós. Eu queria até que
95 fossem colocadas algumas fotos para ilustrar um pouco. Temos a serra do
96 Salitre, em Gouveia, onde tem muitos sítios arqueológicos. Um processo
97 sem licenciamento, sem nada. Puseram fogo lá e largaram. Tem uma antiga
98 extração de quartzito, e tem 20 anos que nós estamos na luta e nunca
99 conseguimos. Então, essa dificuldade. A pessoa vai, faz um estrago daquele,
100 e nós ficamos 20 anos e não conseguimos achar o responsável. Um passa
101 para o outro. Temos um exemplo, um sítio cercado, uma área já cercada, de
102 proteção. E os tais fogos. Um sítio arqueológico em Gouveia. Eles cortam as
103 cercas e vão entrando. A área tem várias cavidades. Eles entram, dão fogo,
104 não querem saber se é área de proteção ou não. Depois saem, vão embora,
105 e ninguém fica nem sabendo. A trilha da Maria Fumaça, uma cena de rara
106 beleza que nós temos, uma área que nós temos tentado, com
107 projeto, proteger, e o pessoal já está entrando na base dela, na base onde é
108 a trilha. O processo de exploração. Os blocos são rejeitos; isso não vai ser
109 utilizado. A exploração tem em torno de 70% de perda e 30% de
110 aproveitamento. Então, normalmente, é isso que é deixado para nós em
111 vários pontos. Eles não consideram, muitas vezes, essa área como área de
112 vegetação. Então, qual é a nossa proposta? O Ministério Público já está
113 orientando que todas as empresas vão ser chamadas a fazer o
114 licenciamento. Mas está correndo muito rápido. Nós temos hoje empresas
115 aqui em Diamantina que vivem de venda de licenças. Elas têm várias áreas.
116 As nossas serras estão todas já com processos de solicitação de pesquisa. E
117 o que eles estão fazendo. As empresas negociando, e outras comprando.
118 Então, nós gostaríamos que, na emissão da AAF, a partir dessa data, fosse,
119 obrigatoriamente, precedida de uma vistoria pela Supram. Uma das coisas
120 seria isso. Porque fazendo isso vai impedir, muitas vezes, primeiro: vai haver
121 vistoria na área. Segundo, vai fazer com que as pessoas tomem cuidado e
122 evitem também a mentira naquele momento. Então, a ideia é essa. E, após a
123 AAF, que a empresa seja notificada, no ato da entrega do certificado, para

124 apresentação de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, o Prad,
125 com um prazo de 90 dias. Então, a minha proposta é essa, e eu gostaria de
126 colocar em discussão. Se os conselheiros pudessem nos ajudar nesse
127 processo, porquenós entendemos que é muito importante para a região. O
128 doutor Felipe conhece, o Ângelotambém está vivendo muito essa
129 pressão.”Conselheiro Sérgio Cavalcanti Gonçalves: “Eu quero aproveitara
130 fala do Alex, da Caminhos da Serra, porque é uma preocupação no
131 município de Diamantina também enorme,e já foi até objeto de uma reunião.
132 Nós fizemos uma reunião interna na Supram, com a presença daDiretoria
133 Técnica, do diretor de Controle Processual, ONGs envolvidas no
134 procedimento, prefeitura. Porque, realmente,adificuldade é essa. O que o
135 Alex retratou aí é realmente o real que está ocorrendo. E, por outro lado, a
136 legislação não protege, não tem onde. A sua solicitação, a sua reivindicação,
137 inclusive, não encontra amparo legal, para que obrigue essa vistoria prévia,
138 para que ocorra a exigência de um plano de recuperação, de um Prad. Se
139 fosse possível,até constar no FOB essa situação. Eu falo enquanto
140 município, porque, para esse licenciamento, mesmo para Autorização
141 Ambiental de Funcionamento,é necessária a apresentação da declaração de
142 conformidade do empreendimento pelo município. Nós temos adotado
143 vistorias nas áreas, nós temos ido aos locais, mas, realmente, é tudo muito
144 prévio. O quenós solicitamosali, realmente, écópia do FCE, do FOB gerado,
145 seguindo os parâmetros da legislação em vigor. Então, nós também ficamos
146 numa situação de não conseguir, nesse momento da emissão da declaração,
147 travar ou exigir qualquer outrasição. Porque, realmente, o licenciamento
148 está ao nível do Estado.Então, realmente, é uma sinuca de bico,e todos nós
149 aqui, eu acho,engajados na nossa função de conselheiro, temos que tentar a
150 melhor maneira para que isso possa ter mais segurança, e, principalmente,
151 evitar esses passivos que nós vemos herdadosna nossa região de 20 anos
152 ou até mais.E não se consegue, realmente, a recuperação daquele local,
153 apesar de identificar as empresas do passado. E com essas atuais é a
154 mesma situação, até muito pelo modismo dessas pedrasornamentais.Então,
155 daqui a pouco, essa pedra já não tem mais interesse na arquitetura, eles vão
156 procurar outra região, outros direitosde pesquisa, e realmente esse passivo e
157 a destruição de vários sítios, de várias áreas de relevância, de importância
158 ambiental, que não ficaram para as futuras gerações, que tanto clamamas
159 questões ambientais,e a tão clamada sustentabilidade. Então,
160 realmente, ratificar a fala do Alex, e colocar também a prefeitura e a
161 Secretaria à disposição nessa luta, porque realmente nós estamos sem
162 aparato. Muita denúncia, muita reclamação, e nós não conseguimos,
163 realmente, uma situação consistente de proteção. Eu vou aproveitar,
164 engajado que já estou aqui na minha fala de reclamações, e pedir também
165 uma atenção do Conselho, uma atenção da Supram e dos órgãos
166 relacionados quanto à atuação da Copanor nas áreas rurais, nos distritos de

167 abrangência do município. A Polícia Ambiental presente, o Ministério Público,
168 que não me deixam, que são reiteradas denúncias quando você chega
169 acamos. São autuações em cima de autuações, e os problemas não são
170 corrigidos. Um valor de faturamento de fornecimento de água e esgoto, em
171 tese, altíssimo para essas comunidades rurais, esses distritos suportarem, e,
172 em contrapartida, o serviço não funcionando, esgoto sendo despejados em
173 cursos d'água, muitas intervenções em áreas de preservação permanente, o
174 que é inerente a esse tipo de empreendimento. Então, só umalarme mesmo,
175 pedir uma atenção. Nós estamos fazendo que nos cabe de relatórios e
176 encaminhamentos e autuações também. Mas, efetivo, nós retornamos e
177 vemos que nada é corrigido, que é feita alguma medida só para inglês ver e
178 eles se safarem por um momento. E realmente nós não vemos consistência
179 e efetividade do serviço bem prestado.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
180 “Eu vou pedir a oportunidade de duas falas distintas, de conteúdos
181 bem apartados. Em primeiro lugar, eu achei muito interessante as duas
182 colocações e queria me manifestar, rapidamente, sobre as duas. Primeiro,
183 com relação à Copanor. Nós temos aqui um colega da Copasa, que, aliás, é
184 um excelente colega, e eu vou pedir licença para colocar as minhas
185 considerações aqui. Hoje, eu estava conversando com o doutor Marcelo,
186 promotor de Justiça de Conceição do Mato Dentro, cuja presença eu registro.
187 Estava conversando com o Marcelo, justamente, sobre isso. Na data de hoje,
188 deve ter sido a quinta pessoa que fala a mesma coisa sobre a Copanor.
189 Então, de fato, é isso que nós temos observado. Muita dificuldade. Os
190 senhores conhecem a nossa forma de trabalho, nós sempre buscamos
191 pautar um diálogo anterior. Infelizmente, com a Copanor nós temos,
192 realmente, cessado essas tentativas, porque foram todas infrutíferas, sem
193 exceção, razão pela qual nós temos partido, realmente, para o
194 ajuizamento das ações em face da Copanor. Nós temos enfrentado muitas
195 dificuldades seja no que se refere a questões de abastecimento de água,
196 seja de tratamento de efluentes. No caso específico, eu faço questão de
197 registrar aqui corroborando tudo o que foi dito pelo município de Diamantina
198 agora, um município específico em que a Copanor é responsável pelo
199 abastecimento de água e o tratamento de esgoto. Procedo de despejo de
200 efluentes in natura, ou seja, sem qualquer tratamento, no curso d'água, 500
201 metros abaixo, alguma comunidade captando água para o consumo direto.
202 Então, é inadmissível uma situação dessa. Aí, obviamente, nós ajuizamos
203 ação e pedimos o fornecimento de água para todas as pessoas. Água
204 potável, e não apenas tratamento de efluentes, porque é uma condição que
205 não conseguimos aceitar como sendo, minimamente, plausível. Então, eu
206 corroboro. Nós temos buscado também, infelizmente, apenas judicialmente,
207 porque, no diálogo, nós não temos tido sucesso e tem sido um desafio. Em
208 especial, neste momento de escassez hídrica, muitas vezes, a Copanor
209 numa postura muito dura, muito intransigente para com as famílias, para com

210 as comunidades, no que se refere a captações de água. Mais
211 especificamente no que se refere a tratamento de efluentes, nós temos
212 verificado uma situação muito perversa, em que há a canalização, quando
213 muito, porém, sem qualquer tratamento, despejo sempre sem tratamento nos
214 cursos d'água, que são essenciais para o abastecimento das comunidades.
215 Passando para a questão das rochas ornamentais, corroboro, imensamente,
216 o que o Alex colocou. Nós temos trabalhado juntos há algum tempo, e é isso
217 que nós percebemos na mineração, muitas vezes. Vêm aqui, exploram, fica
218 esse passivo ambiental sem dono, abandonado, e muitas vezes, em alguns
219 casos, ficamos tentando descobrir quem era o responsável pela exploração.
220 Porque, realmente, está disseminado aqui na nossa Regional. Eu discordo
221 um pouco do Alex, não no conteúdo. Eu acho que, primeiro, vistoria antes de
222 qualquer emissão de documento ambiental para mineração é o mínimo para
223 se garantir medidas adequadas de controle, e Prad para fechamento de
224 mina, para que não tenhamos esse passivo ambiental que fica para nos
225 lembrar aquilo que deixamos ir embora sem nenhum tipo de retorno. Eu só
226 discordo um pouquinho do Alex. Isso é uma coisa que vocês sabem que é
227 um posicionamento pessoal meu. Já foram acho que quase 100 ações
228 ajuizadas, especificamente, por causa disso. Nós temos o entendimento de
229 que todo e qualquer empreendimento de mineração, de rochas ornamentais
230 também devem passar pelo licenciamento ambiental. Oportunidade em que
231 vai ser exigida declaração de conformidade e anuência municipal para com a
232 legislação do município, oportunidade em que seria feita vistoria pela equipe
233 técnica, seriam estabelecidas condicionantes. Eu não estou querendo entrar
234 novamente nesse debate, mas apenas para registrar, porque o assunto veio
235 à tona. Temos esse entendimento muito amparado na legislação federal, em
236 especial, nas resoluções do Conama. Então, esse retrato que o Alex está
237 trazendo para nós converge, absolutamente, com aquilo que nós temos
238 colocado aqui ao longo dos últimos anos quanto à necessidade de
239 licenciamento ambiental para empreendimentos minerários. Se nós não
240 tivermos essa possibilidade de uma equipe técnica do órgão ambiental
241 analisar. Aliás, essa informação que o Alex deu aqui é assustadora, de
242 campos rupestres sendo tratados como se não fossem vegetação nativa. Isso
243 é uma coisa, absolutamente, emblemática e simboliza muito esse
244 distanciamento do órgão ambiental para com os empreendimentos de
245 mineração. Distanciamento que eu falo no que se refere à tipologia de
246 documentação que é entendida como necessária para que eles possam
247 funcionar. Porque AAF distancia, sim, empreendedor do órgão ambiental,
248 porque não existe essa vistoria técnica, não existe uma análise efetiva de
249 impactos, não existe uma análise de medidas de controle e mitigação. E,
250 conseqüentemente, não existe uma vinculação procedimental, como um Prad,
251 pelo menos no que se refere ao procedimento regular da AAF,
252 a procedimentalização de um Prad para que, após eventuais pesquisas ou

253 explorações, seja feita a reconformação da área, sua recuperação, e por aí
254 vai. Eu sei que aqui em Diamantina os senhores têm tentado exigir prazos
255 para esses casos, mas nós temos percebido uma situação muito delicada,
256 muito frágil. Então, Alex, concordo, em conteúdo, com tudo. Apenas discordo
257 da expedição de novas AAFs. Não tem que expedir novas AAFs, tem que
258 exigir o licenciamento ambiental. E reitero aqui o que nós já colocamos. Para
259 além dessas ações que nós já ajuizamos. Hoje, deve estar em torno de 90
260 empreendimentos sendo exigido o licenciamento ambiental. A partir de uma
261 solicitação nossa, o Ângelo continua nos encaminhando cópia das AAFs
262 expedidas. E estamos ajuizando novas ações também, justamente, para
263 manter essa coerência, manter esse impulso do Ministério Público para se
264 exigir o licenciamento ambiental das atividades minerárias, que são, sim,
265 impactantes. Não tem como negarmos isso.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
266 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Antes de mais nada, doutor Felipe, nós
267 não vamos entrar na seara aqui da emissão, de jeito nenhum. Uma vez que
268 haja normativa estadual dizendo que nós vamos emitir licença com vistoria,
269 com PCA/RCA ou com EIA/RIMA, a Diretoria Técnica, a Diretoria de Controle
270 Processual vão obedecer a normativa e vão fazer desse jeito. A questão
271 nossa aqui é de um posicionamento institucional do Estado, e nós não
272 vamos entrar nessa seara. Eu queria dar uma sugestão, Alex, à
273 sua moção. Na verdade, havendo uma moção, essa moção indo para a frente,
274 para o Plenário, a CNR, havendo determinação que se façam vistoria e
275 apresentação de Prad, nós acatamos, sem problema nenhum. Eu só acho
276 que a sua moção está um pouco curta. Você cita dois itens: vistoria prévia e
277 a emissão do Prad depois. Mas você mesmo falou aqui que tem um grande
278 problema que a Supram não dá conta, que disso a Supram não vai dar
279 conta, que é aquilo que não é regularizado. Eu acho que talvez colocar um
280 terceiro item na sua moção, de enviar esforços junto à Polícia Militar de
281 Meio Ambiente para que seja feito um sistema de fiscalização daqueles
282 eventos que não são regularizados. Porque os regularizados nós
283 conseguimos fiscalizar. Aqueles que não são regularizados, que vão causar
284 esses impactos, independentemente do nosso conhecimento, talvez gerem
285 um problema maior ainda dos os da AAF.” Conselheiro José Otoni Alves
286 Campos: “Eu quero pedir desculpas pela minha falta na última reunião. Eu
287 não sei o que aconteceu, mas o convite não chegou até a minha
288 pessoa. Então, por isso eu não vim. Eu gostaria de ouvir da Supram alguns
289 questionamentos, porque nós continuamos recebendo multa em Araçuaí,
290 principalmente agricultor familiar, porque a polícia está multando sem dó. Já
291 tem quase nove anos que eu estou aqui no COPAM, e venho falando desde o
292 primeiro momento. Eu não tenho nada contra Diamantina, não tenho nada
293 contra os outros escritórios, mas eu acho que o centro do Jequitinhonha é
294 Araçuaí, e nós não podemos deixar o pessoal ser multado. Então, eu gostaria,
295 Ângelo, de ouvir o seu posicionamento, uma vez que você já esteve lá. Já

296 escolhemos o local, o prefeito já disponibilizou todo o apoio para que fosse
297 criado lá não só a Supramzinha, mas o que vocês acharem melhor. Se o
298 governo acho que não deve ser criada a Supramzinha no Jequitinhonha, que
299 crie algum meio de os produtores ficarem, realmente, aptos às suas licenças
300 quando o policial chegar até lá. Outra coisa é o seguinte. Eu gostaria,
301 Ângelo. Graças a Deus, eu tenho visto, não tenho nada contra os
302 funcionários da Supram, mas graças a Deus estou vendo a Cristina, que já foi
303 lá quatro vezes, quatro anos seguidos, e lá nós temos mais de 500 licenças
304 de usos insignificantes, e todas venceram agora. Eu trago aqui um pedido do
305 Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que possui, aproximadamente, 4.000
306 associados, onde todo dia chegam pessoas querendo legalizar, e a polícia
307 ameaçando, porque todas estão vencidas. Então, eu gostaria que você
308 marcasse, Ângelo, ainda neste ano, a ida dos seus funcionários lá – é
309 lógico, coordenada pela Cristina, que já conhece bem como é o trabalho lá –,
310 para que pudessem atender aquele pessoal que precisa dessa situação. E
311 outra coisa, doutor Felipe, se você ouviu cinco pessoas hoje, você vai ouvir a
312 sexta. Me desculpem, funcionários da Copasa, mas também a Copanor não
313 poderia ser diferente, uma vez que a Copasa nunca obedeceu o que nós
314 solicitamos referente à parte ambiental. A Copasa, a partir do momento que
315 fez 70% do esgotamento da cidade de Araçuaí, até 30 km a jusante eu não
316 posso mais tomar banho no rio Araçuaí, porque a Copasa faz a captação de
317 70% de 35 mil pessoas. Mais de 20 mil pessoas, 20 mil residências, jogam no
318 rio Araçuaí, e ninguém pode tomar banho mais no rio Araçuaí. Acabou, nessa
319 parte até o Jequitinhonha, ninguém pode tomar banho mais. Então, se a
320 Copanor é filha da Copasa. Lá nós temos três distritos em que a Copanor está
321 fazendo um verdadeiro absurdo. Todo mundo tinha suas fossas, ninguém
322 jogava um detrito no rio Piauí, ninguém jogava um detrito no rio Gravatá. E,
323 hoje, a partir do momento que a Copanor assumiu o serviço, estão jogando
324 tudo lá, a céu aberto. Para quem quiser, e só chegar lá e ver. Outra coisa é o
325 seguinte. Eu gostaria de saber. Tem a condicionante 62 da Transirapé, e
326 ficou de ser ouvida a comunidade, quando ela fosse lá, referente à ponte de
327 Itira. Nós perdemos contato, e não sabemos. Eu gostaria de saber se
328 vocês sabem como está o andamento, uma vez que tem prazo para essa
329 condicionante. Nós gostaríamos de saber em que pé está essa situação.
330 Inclusive, nós somos muito cobrados, porque representamos a região toda lá
331 de baixo, do Médio e do Baixo Jequitinhonha. Nós somos muito cobrados por
332 essa situação. Outra coisa é o seguinte. Nós não temos nada contra as ações
333 de fiscais, mas gostaríamos, pelo menos neste momento. Por exemplo, nós
334 estamos passando uma fase terrível, em que todos os agentes financeiros
335 estão em greve, principalmente os federais. O que devemos, nós temos que
336 pagar, mas o que o banco nos deve ele não paga. Então, está pegando
337 moda. Por exemplo, eu acho que na parte de fiscalização, na parte da Polícia
338 Ambiental, nós não queremos andar irregular. Não queremos também tapar o

339 sol com a peneira, mas isso é um caso, Ângelo. Por favor, resolva issoo mais
340 rápido possível, porque lá já identificamos mais de cinco crimes por falta de
341 um técnico na região para poder habilitar.E agora o técnico de Medina foi
342 eleito vereador de Araçuaí. Ontem, eu liguei para ele, e ele me relatou que
343 está em Medina sozinho, porque o técnico do IEF que estava lá abandonou o
344 serviço. Ele está lá só.Não tem um serviçal para ajudá-lo. Em Araçuaí, tem
345 dois auxiliares administrativos e não tem um técnico. Então, eu acho que nós
346 temos que ver. Eu gostaria que, com a sua capacidade,você visse o que
347 fazer para resolvermos esse problema e não continuarmos do jeito que
348 estamos.”Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou começar a responder.
349 Alex, nós vamos acatar a moção e mandar para a SEMAD, para eles
350 alinharem.Segundo o Wesley está me informando, nós vamos fazer um
351 texto, vai voltar para cá, para votar esse texto, e, aí,encaminhamos para a
352 sede. Quanto à questão das rochas ornamentais, não é um problema só do
353 Jequitinhonha. No Norte também nós temos o mesmo problema. O Breno
354 está aqui e tem algumas informações novas sobre essa questão dos
355 processos de licenciamento e AAF.” Breno Esteves Lasmar, representante
356 da SEMAD: “Houve uma mudança, agora, recente, na legislação,e essa
357 mudança transforma,de forma significativa, o que antes era uma Autorização
358 Ambiental de Funcionamento numa Licença Ambiental Simplificada.Essa
359 licença ambiental passa a ter um tratamento diferenciado do modelo da AAF,
360 que todos vocês conhecem. Nós vamos ter um período, agora, de
361 regulamentação e adaptação dessas mudanças e, possivelmente,vamos
362 conseguir também implementar, através dessa nova legislação do COPAM, a
363 possibilidade de a Unidade Regional Colegiada ser mais protagonista no
364 desenvolvimento de políticas públicas regionais.Isso vai fazer com que a
365 unidade colegiada possa, de alguma forma, identificar critérios e aspectos
366 que são relevantes para a região e que mereçam um tratamento
367 diferenciado.E, por essa razão, nós poderemos, em articulação com as
368 diretrizes e normas do Pleno do COPAM, trazer propostas de criação de
369 políticas mais apropriadas à região em que nós estamos.Então, eu acredito
370 que muitos dos anseios que estão sendo apresentados e algumas das
371 necessidades que estão sendo identificadas nós vamos poder converter em
372 uma política pública que vá trazer um pouco mais de tranquilidade e um
373 pouco mais conforto para a região.”Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tem
374 um questionamento também sobre a questão da Copanor, sobre a
375 fiscalização. Ângelo, eu vou passar para você fazer as considerações.”
376 Superintendente Ângelo Márcio Gomes: “Respondendo, primeiro, ao Alex,
377 sobre as rochas ornamentais, nós recebemos no mês de setembro do ano
378 passado uma recomendação do doutor Felipe em relação à emissão de AAF
379 e de certidão de não passível para empreendimentos de mineração de rocha
380 ornamental e de quartzo. E a partir de então nós criamos um procedimento na
381 Superintendência. Antes da emissão da certidão de não passível para rocha

382 ornamental, nós chamamos o empresário, o empreendedor, conversamos
383 com ele. Porque, na maiorias das vezes, praticamente em 100% dos casos que
384 a polícia foi fiscalizar ou a nossa equipe de fiscalização, 100% dos
385 empreendimentos voltaram para a irregularidade. Dificilmente, antes dessa
386 orientação da Superintendência, algum empreendimento era fiscalizado e de
387 fato não eram encontradas irregularidades. Sempre eram encontradas e
388 várias irregularidades, inclusive. A partir daí, nós temos orientado que na
389 certidão de não passível o empreendedor já faça o pedido de Daia, o pedido
390 de autorização de intervenção ambiental. Porque, com esse pedido, ele vai
391 ter que apresentar para nós, no Daia, o PTRF e também o Prad. Então, esse
392 já é um procedimento que nós já viemos tomando desde o ano passado. E
393 complementamos, Alex, concordamos plenamente com a sua colocação,
394 com a sua moção, e torcemos para que, de fato, seja aprovada. Em relação
395 à Copanor, constantemente nós recebemos várias e várias denúncias, e
396 agora a partir do decreto que foi publicado no dia 6 de setembro, a partir de 6
397 de outubro, a partir de hoje ou amanhã, a equipe de fiscalização também vai
398 fazer parte da Superintendência Regional de Meio Ambiente de
399 Diamantina. Até então essa equipe de fiscalização era vinculada e subordinada
400 à equipe de Belo Horizonte. Então, vai ser mais um problema que vai ficar
401 mais próximo de nós, e vamos poder cuidar melhor. Mas eu tenho
402 observado, e até comentei com o doutor Felipe um pouco antes da reunião,
403 que são recorrentes as denúncias em relação à disposição do esgoto
404 sanitário in natura da Copanor nos cursos d'água aqui da nossa região.
405 Principalmente, na bacia do rio Araçuaí, é um absurdo o que a Copanor tem
406 feito. Várias e várias autuações são feitas pela polícia, por nossa equipe, e
407 até agora, de efetivo, não vemos nada acontecendo. Em relação às
408 indagações do senhor José Otoni, o pedido de ida nossa ao município de
409 Araçuaí. Inclusive, eu considero o município de Araçuaí o centro. Eu
410 concordo como senhor, plenamente, o centro do Jequitinhonha é o município
411 de Araçuaí, não é Diamantina. Mas nós não conseguimos mudar isso,
412 infelizmente. Mas a proposta colocada pela atual gestão da Secretaria de
413 Estado de Meio Ambiente é para transferirmos o nosso núcleo de Medina
414 para Araçuaí. A ideia inicial, quando eu estive lá no início deste ano, seria de
415 criar um novo núcleo de atendimento em Araçuaí, mas será transferido o
416 núcleo de Medina para Araçuaí. Isso já é uma proposta da nova Secretaria,
417 do nosso novo secretário. O nosso chefe de gabinete tem colocado para nós,
418 inclusive, no mês de setembro, no último alinhamento que nós tivemos.
419 Aquela conversa que nós tivemos um pouco antes, com a nossa diretora de
420 Administração e Finanças, a Cristina, nós iremos programar uma data para o
421 mês de novembro para passarmos uma semana no município de Araçuaí,
422 para tentar pelo menos nesse início agora dar uma desafogada em relação à
423 questão de uso insignificante, cadastro de uso insignificante e certidão de
424 não passível. E o doutor Breno até me falou, um pouco antes aqui, o que a

425 doutora Fátima já tinha comunicado conosco no nosso alinhamento, que o
426 IGAM está desenvolvendo um sistema em que as certidões de uso
427 insignificante, esses cadastros de uso insignificante serão feitos online pelo
428 próprio contribuinte. Então, esse sistema já está sendo desenvolvido e logo,
429 logo se tornará realidade.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Quanto à
430 condicionante 62, o Rodrigo Ribas vai fazer um levantamento sobre a atual
431 situação e, na próxima reunião, vai trazer a resposta ao Conselho. Agora, o
432 Alex vai ler a moção, e nós vamos colocar em votação.” Conselheiro Alex
433 Mendes Santos: “Moção URC Jequitinhonha. Emissão de Autorização
434 Ambiental de Funcionamento (AAF). Empreendimentos de lavras a céu
435 aberto de rocha ornamental. Considerando o elevado número de empresas
436 que vêm obtendo, junto à Superintendência Regional de Meio Ambiente
437 Supram Jequitinhonha, Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) para
438 atividades de lavra a céu aberto de rochas ornamentais e de revestimento na
439 região do Vale do Jequitinhonha; considerando a proteção da flora, da fauna e
440 do patrimônio espeleológico, vimos propor moção, a ser encaminhada à
441 SEMAD pela URC Jequitinhonha, no seguinte sentido: emissão de novas
442 AAFs, a partir desta data, 6/10/2016, seja, obrigatoriamente, precedida de
443 vistoria do corpo técnico da Supram Jequitinhonha. Após a emissão da AAF,
444 que seja notificada a empresa, no ato da entrega do certificado, para
445 apresentação de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) no
446 prazo máximo de 90 dias. Que sejam realizadas ações constantes de
447 fiscalização, por parte da Demat/PMMG, para coibir a degradação causada
448 por empresas não regularizadas ou que receberam autorização com
449 informações que não condizem com a realidade.” Presidente Clésio Cândido
450 Amaral: “Colocada a moção pelo conselheiro Alex, eu vou colocar em
451 votação. Todos aqueles que concordarem com a moção permaneçam como
452 estão.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Abstenção.” Conselheiro
453 Guilherme Coelho Neves: “Eu queria só fazer um questionamento. A Supram
454 tem corpo técnico suficiente para que se faça isso? Para aquele
455 empreendedor sério. Eu quero concordar com aquilo que é realmente. Não é
456 que não procede, que está fazendo a coisa de forma não séria. Mas a
457 Supram tem corpo técnico suficiente para fazer essas vistorias de tudo isso
458 sem que haja uma dilatação nos prazos de concessão das AAFs?” Rodrigo
459 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Na verdade, o
460 prazo para emissão de AAF, dado pelo Decreto 44.844, é de três
461 meses. Havia uma funcionalidade dada no governo passado, que estabelecia
462 prazos menores, mas três meses. Em três meses, a equipe técnica,
463 certamente, consegue fazer as vistorias para essas emissões, que, apesar
464 de serem muitos pontos, são bastante próximas. Então, nós conseguimos
465 sair, fazer e voltar sem nenhum problema. Isso não vai apertar o trabalho
466 mais do que já é.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Ok. Eu sou
467 favorável.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então,

468 aprovada, com abstenção da Denise.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu
469 gostaria de agradecer a todos pelo bem que vocês estão fazendo à
470 região.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só uma manifestação rápida,
471 apenas para deixar registrado. O assunto inicial tratado até pela própria
472 Supram, pela mesa, a questão de manifestação. Deixar registrado. Em nome
473 da Fiemg, nós nos manifestamos favoráveis à própria SEMAD, tendo em
474 vista que o direito de manifestação sempre foi garantido a todos, da maneira
475 mais clara e com toda lisura possível. Então, tendo em vista que eu estive
476 presente na última reunião, eu tenho que me manifestar favoravelmente a
477 isso.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Eu acho também que,
478 com relação ao policiamento, eu queria manifestar aqui que em parte eu
479 discordo, porque eu acho que todas as manifestações inscritas foram
480 proferidas, e acho que todos os conselheiros a receberam de forma
481 respeitosa. Então, eu vejo como fundamental, até para que se evitem danos
482 maiores, a participação, senecessáriae solicitada pelo presidente da mesa,
483 com relação à Polícia Militar.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Sobre a
484 questão de ‘Assuntos Gerais’, eu vou passar para a parte jurídica, para eles
485 poderem falar o que está escrito no procedimento.” Wesley Alexandre de
486 Paula, diretor de Controle Processual da Supram Jequitinhonha: “Pelo
487 Regimento Interno, em Assuntos Gerais não há abertura para manifestações,
488 a não ser dos conselheiros aqui, sobre os assuntos aqui tratados. Há, sim, a
489 previsão para o assunto de pauta em discussão. No caso, o item 4.1. Não há
490 essa abertura no Regimento. No Regimento Interno, Artigo 27, fica bem claro.
491 Nós não juntamos. Comunicados do Conselheiros e Assuntos Gerais é o
492 mesmo item da pauta. Então, não sou eu que criei, não somos nós aqui. É o
493 Regimento Interno, é deliberação, é norma posta. Infelizmente, não é criação
494 minha ou da Supra, é uma deliberação normativa que colocou Comunicados
495 dos Conselheiro e Assuntos Gerais no mesmo item de pauta, e não há
496 abertura para manifestação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “O Artigo 27
497 fala que ‘as reuniões das estruturas colegiadas do COPAM obedecerão a
498 seguinte ordem básica de trabalho: I. verificação de quórum de instalação e
499 abertura da sessão; II. execução do Hino Nacional Brasileiro; III. comunicados
500 dos conselheiros e assuntos gerais; IV. votação da ata da reunião anterior’. É
501 isso que está descrito aqui, nós não estamos cerceando o direito de ninguém
502 falar, de ninguém se manifestar. Todos aqueles que foram inscritos, que
503 estão aqui no item 4.1, que é o assunto de pauta desta reunião, vão ter o
504 direito de se manifestar, no momento oportuno, sobre o assunto.” Breno
505 Esteves Lasmar, representante da SEMAD: “Eu respeito a interpretação que
506 está sendo colocada, porém o Regimento Interno é muito claro. O ponto de
507 pauta é dos conselheiros, para que eles possam passar os seus
508 comunicados e tratar de assuntos gerais de seus interesses. A comunidade,
509 de acordo com o Regimento Interno, pode se manifestar, livremente, no item
510 de pauta que foi indicado em discussão. Essa é a regra do Regimento. Eu

511 gostaria de concluir e dizer que a regra do Regimento que está sendo aqui
512 seguida traz a nossa regra de conduta para fazer com que vocês tenham o
513 direito de se manifestarem no item de pauta que é assegurada. Porém, esse
514 é o momento dos conselheiros, não é um momento de manifestação sobre
515 outros temas. Por isso, que nós estamos insistindo em manter essa regra.”
516 Presidente Clésio Cândido Amaral: “O Regimento é claro sobre esse
517 assunto. Se na hora em que vocês estiverem inscritos, vocês quiserem fazer
518 essa manifestação sobre a questão dos Assuntos Gerais, façam essa
519 manifestação, porque ela vai ficar registrada em questão.” Membro da
520 comunidade: “A questão de ordem pode ser avocada a qualquer
521 momento. Eu gostaria que o senhor me atendesse, para que eu pudesse
522 fazer o registro, porque senão vai constar na transcrição que é manifestação
523 inaudível. Então, nós gostaríamos de deixar aqui registrado o nosso protesto
524 em razão da inscrição que nós fizemos no item de pauta Assuntos Gerais.
525 Descrever que na normativa existe Comunicados dos Conselheiros e
526 Assuntos Gerais, porque são questões diferentes. Se não fossem questões
527 diferentes, seria só Comunicados dos Conselheiros. Então, nós gostaríamos
528 aqui de constar que existem pessoas inscritas, da comunidade atingida, com
529 Assuntos Gerais, e que nos foi impedido de fazer a manifestação nesse item,
530 e nós estamos fazendo constar o nosso protesto e a questão de ordem
531 suscitada também. Obrigada.” Wesley Alexandre de Paula, diretor de
532 Controle Processual da Supram Jequitinhonha: “Só para deixar claro que não
533 há nenhum tipo de cerceamento. Na lista que foi colocada aqui para
534 manifestação, só existe uma pessoa inscrita nos Assuntos Gerais, que é o
535 Lúcio Guerra. Os demais inscritos, todos no item 4.1. Então, não existem
536 mais pessoas nesse item. Então, eu quero deixar isso bem claro. Mesmo a
537 quem não se inscreveu para se manifestar no item 4.1, será assegurado que
538 se manifeste no item 4.1. Aqui ninguém está querendo cercear direito de
539 ninguém de se manifestar, vai ser aberta a palavra de acordo com o que
540 prevê o Regimento. Deixar isso bem claro e registrado.” Conselheiro Alex
541 Mendes Santos: “Só um complemento, uma alteração na moção, porque eu
542 coloquei ‘desta data, da data de hoje’, mas, na verdade, nós estamos
543 alterando a partir da aprovação da SEMAD. Porque ela tem que ser
544 aprovada pela SEMAD.” **4) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME**
545 **DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 4.1) Anglo American Minério de Ferro**
546 **Brasil S/A. Pilhas de rejeito/estéril, subestação de energia elétrica.**
547 **Conceição do Mato Dentro/MG. PA 00472/2007/009/2016. Classe 6.**
548 **Apresentação: Supram Jequitinhonha. Retorno de vista: conselheiros**
549 **Felipe Faria de Oliveira, Denise Bernardes Couto, Guilherme Coelho**
550 **Neves e Carlos Eduardo Teixeira Nery.** Conselheiro Felipe Faria de
551 Oliveira: “O nosso parecer de vista já foi disponibilizado. Como de praxe, eu
552 vou tentar só fazer um apanhado das ideias, não uma leitura propriamente
553 dita. Em primeiro lugar, eu queria colocar que, possivelmente, esta é a nossa

554 última participação no que se refere ao licenciamento desse
555 empreendimento. Possivelmente, também, a nossa última participação na
556 URC. Então, desde já, colocar aqui, talvez fugindo um pouquinho da
557 discussão da pauta, se me permite o senhor presidente. Colocar aqui que
558 nesses quatro anos agradecer a possibilidade de uma discussão com todos os
559 senhores deste Colegiado. A nossa tentativa aqui sempre foi para contribuir,
560 ainda com composições, muitas vezes, diferentes das de cada um dos senhores.
561 Eu acho que é isso que enriquece, justamente, o Colegiado, a possibilidades
562 de que visões diferentes possam contribuir e tornar o processo de
563 licenciamento um pouco mais rico. Então, se não nos encontrarmos mais nas
564 URCs futuras, eu continuo me colocando à disposição de todos os senhores
565 aonde quer que estejamos no Estado. E que aquele que representar o
566 Ministério Público nas próximas URCs seja também bem recebido, e seja
567 franqueada a ele a possibilidade da discussão mais ampla possível. Há
568 quatro anos, eu venho acompanhando esse empreendimento, esse
569 licenciamento, compartilhado com o meu colega Marcelo Mata Machado,
570 promotor de Conceição. Eu fiz a leitura desse PU – confesso – com um pouco
571 de preocupação e desânimo, porque algumas discussões que vimos tendo há
572 quatro anos permanecem ainda as mesmas. E nós tentamos vir aqui para
573 contribuir numa expectativa de que tenhamos uma expectativa de melhora
574 no empreendimento, para o meio ambiente, na relação com as comunidades.
575 E em algumas coisas nós temos uma sensação de que não estamos saindo
576 do lugar. Então, isso nos torna um pouco preocupados e até mesmo
577 questionando o quanto nós temos conseguido avançar no que se refere à
578 melhoria, no que se refere à solução dos problemas. Feita essa
579 consideração, em primeiro lugar, o nosso parecer de vista. Eu fiz esse
580 registro, brevemente, para que não haja uma má compreensão do que nós
581 vamos dizer aqui. O nosso parecer de vista foi em cima do Parecer Único da
582 Supram, que é voltado à Licença de Operação do chamado Step 2. Algumas
583 questões sobre as quais, eventualmente, nós não vamos nos debruçar com
584 maior atenção aqui, isso não significa concordância do Ministério Público,
585 mas apenas para que consigamos focar aquilo que foi posto em debate pelo
586 órgão ambiental. Sobre eventuais outros problemas que não foram
587 abordados, porque não dizem respeito a essa discussão propriamente dita, o
588 Ministério Público, se já não tomou as providências, vai tomar, em especial,
589 ante a atuação sempre diligente também do nosso colega Marcelo Mata
590 Machado, que está sempre muito atento às questões da comarca. Alguns
591 pontos centrais me chamaram a atenção. Como de praxe, nós sempre somos
592 muito críticos aqui. Rodrigo, eu sei que talvez você fique até um pouco
593 aliviado com a nossa saída – é brincadeira –, mas nós sempre somos muito
594 críticos, em alguns pontos, ao trabalho da Supram, mas numa perspectiva de
595 uma crítica construtiva para que consigamos aprimorar sempre o trabalho, e
596 essa é uma tentativa que tem que ser feita em todo o serviço público. E é

597 nossa também. Não pensei que isso é unilateral. Quando eu vejo o PU, numa
598 análise crítica, eu faço o registro positivo também. Em alguns casos,
599 em algumas análises de condicionantes, eu registro isso. Foi feito isso, eu
600 acho que isso é essencial, eu acho que essa é uma grande contribuição que
601 a equipe técnica da Supram pode ter, e não apenas indicar se foi feito um
602 protocolo x ou y, mas adentrar no conteúdo dessa análise e expor isso para
603 nós. Então, nos pontos em que isso foi feito eu gostaria até de parabenizar a
604 equipe. Mas, em alguns pontos, eu confesso que senti algumas informações
605 um pouco confusas. Então, talvez, algumas dúvidas que eu coloquei aqui
606 podem ser fruto disso. Então, eu acho que essa é até a oportunidade de
607 conseguirmos esclarecer alguns pontos em que eu confesso que fiquei com
608 bastante dúvida. Alguns pontos mais secundários, menos gravosos, e outros
609 que trazem mais preocupação. Eu vou falar todos, e depois vocês vão
610 fazendo ponto a ponto, se preferirem dessa maneira. A primeira coisa é uma
611 questão que se refere às estruturas que foram previstas na Licença de
612 Instalação, quando da LP+LI desse Step 2. Eu estou focando o Step 2.
613 Foram indicadas algumas estruturas que seriam necessárias, em tese, para
614 a garantida segurança do empreendimento, das comunidades, do meio
615 ambiente, questões de erosões e tudo o mais. Na leitura do PU, parece que
616 algumas estruturas não estariam ainda na sua situação plena, pelo menos no
617 momento da elaboração do PU, talvez. Aqui estava o Dique 2, que ainda
618 estaria sendo objeto de enchimento, e uma recolocação do ponto de
619 captação e adução de água recuperada da barragem de rejeitos. Então, na
620 verdade, apenas para esclarecer. Já pensando aqui se muitas estruturas de
621 instalação visando à segurança para entendermos o seguinte. Quais
622 medidas, intervenções, estruturas ou obras previstas na Licença de
623 Instalação que não foram finalizadas. Qual seria o cronograma para essa
624 finalização. E se isso acontece, se não está finalizado, em que isso impacta
625 no que se refere à segurança da operação do empreendimento. Porque não
626 é possível votarmos uma operação sem que tenhamos as condições de
627 segurança plenas para isso. Essa é uma questão que eu acho que
628 conseguimos esclarecer talvez com mais tranquilidade. Outro ponto é
629 referente aos problemas atmosféricos. Aí, nesse aspecto, eu faço menção.
630 Nós não temos ata aqui ainda disponível, mas as manifestações que foram
631 feitas na última URC. Foram colocadas diversas reclamações das
632 comunidades próximas do empreendimento referentes à intensificação dos
633 problemas respiratórios, particulados que ficam nas residências. Uma das
634 pessoas que se manifestaram até falou na própria pele, sempre percebendo
635 ali um resíduo de matéria que vem pelo ar. Isso também expresso em
636 um abaixo assinado que foi entregue para todos os conselheiros também na
637 última URC. Que eu coloquei como anexo, justamente, para demonstrar que
638 essa é uma percepção muito nítida na comunidade. O PU da Supram, na
639 hora em que foi abordar essa questão das emissões atmosféricas, menciona

640 que houve, sim, a violação de alguns parâmetros objetivos. Em especial, nas
641 páginas 13 e 14, falaque o padrão secundário diário para PTS,Partículas
642 Totais em Suspensão,foiultrapassado no ponto do aeroporto e no ponto da
643 comunidade de Córregos. Então,aqui nós estamos falando de duas coisas
644 distintas. Uma é a percepção da comunidade de queexiste um problema
645 quanto a isso, uma violação objetiva de parâmetros.Então,nós não estamos
646 falando só de percepção da comunidade, nós estamos falando de uma
647 violação de parâmetros que estão previstosna legislação.E que parece que
648 converge, justamente,com aquilo que a comunidade trouxe para nós na
649 última URC. Logo após a Supramencionar isso, ela fala o seguinte. Que,
650 na verdade,nos locais em que houveviolação dos limites máximos seriam de
651 maior tráfego de veículos e também por causa de um evento específicoque
652 teria ocorrido lá na região. Ou seja, não seria, então, atribuída essaviolação
653 de parâmetros ao empreendedor.Eu confesso que eu achei um pouco
654 rarefeita essa afirmativa de isentar o empreendedor dessa maneira. É
655 importante que saibamos, com mais clareza,se esses particulados que estão
656 fora dos parâmetros são ou não decorrentes da atividade da Anglo American
657 e quais atividades são essas. E se for difícil ter uma avaliação, eu faço isso
658 aqui em três pontos do parecer de vista. Se tivermos dificuldade em saber se
659 a contribuição é ou não do empreendimento para violação de parâmetros,
660 existe uma forma que eu entendo que é muito tranquila. Vamos pegar quais
661 foram os monitoramentos antes da existência do empreendimento, para
662 saber qual é a realidade da região sem o empreendimento lá.Se já houvesse
663 violação de parâmetros antes da existência do empreendimento, porque
664 passava muito veículo,ok., então, isso já é uma característica do local.Agora,
665 se existe uma violação de parâmetros agora, mas não existia antes da
666 chegada do empreendimento, eu acho que fica mais evidente a relação de
667 que esses parâmetros contráriosà legislação têm relação com essas
668 atividades. Então, eu acho que isso é um ponto que nós precisamos
669 esclarecer, porque se realmente existe uma atividade que confronta a
670 legislação isso tem que ser adequado, e nós não podemospermitir que haja o
671 exercício de uma atividade contrária ao que determina a norma. A mesma
672 coisa, um raciocínio semelhante,é a questão dos ruídos, que também foi
673 objeto de percepções da comunidade como sendo um problema para
674 aqueles que ficam próximos. O PU da Supram também informa, às páginas
675 16 e 17,que foram diversas violações de parâmetros referentes a ruídos. Eu
676 vou me abster de ler, porque são trechos muito grandes e com vários
677 indicativos de violações de parâmetros. Mas isso é uma coisa que fica nítida,
678 registrada no Parecer Único da Supram, e eu tenho certeza de que todos
679 tiveram acesso e fizeram a leitura cuidadosa. Mais uma vez aqui nós temos a
680 percepção subjetiva da comunidade, eles falando que percebem os ruídos,
681 mas não é só a comunidade que está falando. Na verdade, o monitoramento
682 também fala que houve violação de parâmetros para ruídos também.Só que,

683 logo após o próprio PU falar que houve violação de parâmetros, ele fala
684 que, na página 18, 'em razão da alta variabilidade entre os valores de uma
685 campanha e outra, a empresa – provavelmente, uma consultoria que a Anglo
686 American contratou – responsável pelo monitoramento de ruídos acredita
687 que, de uma forma geral, as atividades da operação da Anglo não contribuem
688 para os resultados de medição acima dos parâmetros'. Eu confesso que isso
689 para mim não ficou muito claro. Duas coisas. Primeiro, onde está o texto, eu
690 não entendi se isso era para um ponto específico ou se era para todas as
691 violações de ruídos que constaram do PU. E se for para todas as violações
692 eu confesso que, para mim, isso soou um pouco estranho. Então, quais
693 seriam essas fontes sonoras que geraram a violação de parâmetros? Se são
694 fontes sonoras do ambiente local, mais uma vez, em tese, os
695 monitoramentos antes da chegada do empreendimento também tinham que
696 detectar essas violações sonoras. Porque seriam do próprio meio
697 ambiente. Agora, se não, se tem uma discrepância dos resultados de
698 monitoramento antes da chegada do empreendimento para os de agora,
699 quer dizer que a chegada do empreendimento contribuiu, sim, para esses
700 parâmetros que estão fora dos limites máximos previstos na
701 legislação. Então, é preciso que tenhamos, realmente, uma segurança para
702 saber quais são essas fontes de ruídos que violam a normativa. E além disso
703 tem outro ponto que me chamou muita atenção, que eu faço questão de ler,
704 que, muito embora o PU fale dessa não contribuição ou não
705 responsabilidade do empreendimento para com a violação de parâmetros de
706 ruídos, na página 18 tem o seguinte. Peço licença para fazer a leitura. 'Em
707 análise ao relatório de programa de fogo controlado e vibrações, pode-se
708 verificar que a grande maioria dos desmontes – ou seja, das explosões –
709 realizados durante o ano de 2015 ocorreram no período diurno/tarde, de
710 13h01min e 19h, período em que ocorreu também o maior número de
711 resultados superiores aos limites estabelecidos na NBR para monitoramento
712 de ruídos.' O que esse trecho do PU está falando? Que a maior parte dos
713 monitoramentos acima do parâmetro para fins de ruídos aconteceu,
714 coincidentemente ou não, no mesmo momento em que aconteceram as
715 explosões dentro da atividade do empreendimento. Então, isso aqui para mim
716 também me dá a entender que pode ter uma relação entre uma coisa e outra
717 e que, a princípio, poderia ter uma relação com a atividade do
718 empreendedor. Então, se pudesse também abordar isso, talvez esclarecer
719 esse ponto, porque a leitura desse trecho acaba nos levando a essa
720 interpretação. E aqui vai um detalhe. Claro, podem falar o seguinte: na
721 detonação é claro que vai ser alto. Tudo bem, mas para o cara que está com
722 equipamento próprio, um EPI, que está dentro do empreendimento, com
723 estrutura de segurança, de proteção individual, é uma coisa. Agora, para as
724 comunidades que estão próximas, você não pode impor essa externalidade
725 ou essa repercussão negativa do empreendimento igual para o trabalhador

726 que tem todo um equipamento de segurança, toda uma condição para estar
727 exposto a esferuído acima dos parâmetros normativos.Com relação a
728 recursos hídricos, nós tomamos a liberdade de colocar aqui algumas
729 considerações mais de contexto, para lembrar algo que nós já dissemos
730 quando da LP+LI do Step 2, rememorar um ponto que eu acho que seja mais
731 sensível no que se refere a esse empreendimento, que são os impactos
732 hídricos. Nós tivemos, quando da instalação do Step 1, uma série de
733 problemas, assoreamento de cursos d'água, comprometimento de uso pelas
734 comunidades, comprometimento de uso para os usos tradicionais.E
735 considerando que o Step 2 é uma continuação desse Step 1, eu acho que é
736 importante rememorar essas falhas, para que tenhamos sempre a lembrança
737 viva daquilo que nós precisamos evitar que aconteça novamente.Com
738 relação a isso, alguns pontos com relação a recursos hídricos que me
739 chamaram a atenção. O primeiro deles é uma dúvida, realmente. O PU
740 menciona a questão da baixa vazão dos rios e relaciona com os
741 baixos índices pluviométricos. De fato, não questionamos a questão das
742 chuvas, não é isso. Agora, eu queria só entender um pouco melhor,se vocês
743 pudessem aprofundar,se essas baixas vazões não possuem correlação com
744 as outorgas, eventualmente, concedidas ao empreendimento a montante.
745 Em especial, porque eu confesso que fiquei muito impressionado. São cinco
746 ou seis páginas de uma tabela de outorgas já concedidas. Aquilo alime
747 chamou um pouca a atenção no sentido de 'é muita outorga, será que, de
748 fato, essas outorgas não estão impactando essa baixa vazão fluvial?'. 'Será
749 que, de fato, a vazão residual está sendo mantida, será que não tem uma
750 relação entre uma coisa e outra?'Então,isso eu acho que seria importante
751 esclarecer. E confesso que uma conta grosseira, que não podemos utilizar
752 como parâmetro, mas eu pedi para o Henrique – que vocês conhecem bem –
753 para fazer uma conta para nós, somando tudo ali. Claro que algumas coisas,
754 se teria regularização de vazão, nem tudo seria consuntivo.Então, ele não
755 conseguiu ter a oportunidade de diferenciar uma coisa e outra. Mas seria o
756 equivalente a abastecer uma cidade de 800 mil habitantes.Issso chamou um
757 pouco a atenção, eu acho que isso é uma coisa que nós temos que ver. Mais
758 uma vez, falo aqui que foi uma conta grosseira, nós não tivemos condições
759 de fazer uma conta separada do que era uso consuntivo ou não.Mas, se
760 pudessem ter a oportunidade de abordar isso, seria importante.E se essa
761 baixa vazão pode ter correlação ou não com o rebaixamento do lençol
762 freático, se ele já tiver ocorrido, o que também eu acho que é um ponto que
763 vale a pena constar.Outra questão ainda quanto a recursos hídricos é a
764 qualidade das águas monitoradas. E aqui nós temos duas questões. Primeiro
765 é que o PU informa que, conforme a série histórica de monitoramento de
766 recursos hídricos, as águas da região têm características levemente ácidas a
767 ácidas. Agora, um ponto nos chamou atenção, que em dezembro de 2015
768 todos os pontos de monitoramento indicaram águas alcalinas.Eu vou fazer

769 uma leitura, rapidamente, nas páginas que 24 e 25. 'O pH constatado em
770 desacordo com os padrões estabelecidos na legislação, porém, em situações
771 isoladas, demonstrando que as águas da região possuem,
772 majoritariamente, características levemente ácidas a ácidas. Entretanto, em
773 dezembro de 2015, todos os resultados apresentaram características de
774 águas alcalinas'. Isso nos chamou um pouco a atenção, porque todos os
775 parâmetros tendo águas alcalinos, claro, isso indica algum tipo de evento
776 extraordinário que aconteceu naquela oportunidade. E esse dado nos
777 preocupa ainda mais quando correlacionamos com outro item do PU da
778 Supram que fala que só em 2015 houve 47 episódios de vazamento de
779 substâncias químicas, sendo dois deles de maior gravidade. Ainda que tenha
780 algum de menor intensidade, de vazamento de óleo de caminhão em área
781 controlada, enfim, mas dois de maior gravidade, sendo que nós não
782 sabemos detalhes sobre eles. Então, juntando uma coisa com a outra, isso
783 nos traz a dúvida se não houve algum tipo de evento extraordinário de
784 vazamento de produto que pode ter gerado essa alteração de pH em todos os
785 pontos de monitoramento. Então, eu coloquei dois questionamentos aqui. 1)
786 Houve algum evento, derramamento de substâncias, por exemplo,
787 relacionado ao empreendimento que possa ter ensejado essas alterações de
788 pH? 2) Qual a intensidade dessas alterações frente às características
789 naturais dos corpos hídricos, bem como a potencialidade de impactos
790 ambientais e no sistema fluvial, inclusive, biológico? São esses dois pontos
791 que nós colocamos. E ainda quanto a monitoramento de recursos hídricos,
792 novamente, nós temos essa questão. Houve parâmetros acima dos limites
793 normativos, foram imputadas características típicas do solo, ferro, manganês,
794 mais ao mesmo tempo eu não senti segurança para se excluir se as
795 atividades do empreendimento estão ou não contribuindo para essas
796 violações de parâmetros. Então, mais uma vez, eu insisto nessa percepção,
797 nessa minha interpretação. Se isso é uma característica típica da região,
798 então, nos primeiros monitoramentos, quando da elaboração do primeiro
799 EIA/RIMA, esses parâmetros já estavam lá igualzinho estariam hoje. Se não,
800 é porque existe algum tipo de contribuição desde a chegada do
801 empreendimento que gerou esses parâmetros diferenciados. Então, aí, nós
802 podemos talvez afirmar uma correlação entre a existência do
803 empreendimento e parâmetros acima do que determina a legislação. Então,
804 eu queria que isso fosse esclarecido com um pouco mais de clareza,
805 registrando a necessidade de fazermos essa análise comparativa com os
806 primeiros parâmetros quando do EIA/RIMA. Parâmetro de EIA/RIMA, na
807 minha percepção, não é apenas para encher página e falar que cumpriu uma
808 tabela, aquilo é o paradigma do meio ambiente para que, ao longo da
809 existência do empreendimento, saibamos como era, porque têm que ser
810 mantidas algumas daquelas características ali, em especial, as características
811 de recursos hídricos. A própria legislação firma. Eu coloquei aqui até a própria

812 Lei 9.433 e a própria Resolução Conama. ‘Mesmo que haja outorga para
813 utilização ou captação de recursos hídricos, deve ser mantida a mesma
814 classe daquele corpo d’água’. Em especial, quando falamos de corpos
815 hídricos em que existe o consumo humano, devem ser preservadas as
816 características necessárias para o consumo das comunidades. E nós
817 sabemos que a questão hídrica para as comunidades é essencial e tem sido
818 muito negligenciada nesse aspecto. Então, eu insisto na necessidade de
819 fazermos uma análise comparativa com os parâmetros do primeiro EIA/RIMA.
820 Porque tudo que veio depois do primeiro EIA/RIMA foi decorrente,
821 seguramente, da chegada do empreendimento, direta ou indiretamente.
822 Aumentou o fluxo de carro: mas é porque o empreendimento está lá que
823 aumentou o fluxo de carro. E por aí vai. Eu vou tentar não me alongar,
824 justamente, para que tenhamos a possibilidade de debatermos isso com as
825 considerações da equipe técnica. Por fim, quanto aos recursos hídricos, eu
826 queria ter mais informações sobre a informação nas páginas 27 e 28 quanto
827 aos postos de monitoramento. Fala que foi relatada a ocorrência de óleo na
828 água e, portanto, deverá ser realizada a investigação de áreas
829 contaminadas. Para entendermos como foi isso. Houve a contaminação, não
830 houve? O que isso pode gerar, se há algum risco de isso propagar. Outro
831 ponto, os vazamentos de produtos químicos. Eu confesso que esse ponto
832 me ensejou muita angústia, porque eu acho que ele foi passado muito
833 superficialmente no Parecer Único. Na página 31, tem apenas, salvo engano,
834 um parágrafo, informando que houve 47 episódios de vazamento de
835 produtos químicos na área do empreendimento. Mais uma vez, eu sei que
836 alguns desses episódios são de menor importância. Às vezes, até em uma
837 área controlada caiu meio litro de gasolina, com canaleta e tudo o mais.
838 Conta como episódio. Mas fala que dois deles são incidência de maior
839 potencial. Então, nós temos que entender, no mínimo, esses dois. O que
840 aconteceu? Principalmente, quando relacionamos com as questões que eu
841 indiquei lá atrás, de parâmetros de recursos hídricos e tudo o mais. Então, em
842 primeiro lugar, quais foram esses eventos, quais produtos foram objeto de
843 derramamento, em que locais houve vazamento? Qual a real potencialidade
844 nociva desses eventos, inclusive, no tocante a águas subterrâneas e
845 superficiais? Qual a chance de interferências dessas contaminações junto às
846 comunidades e quais medidas se mostram pertinentes para mitigação e
847 compensação dos impactos ambientais decorrentes? E qual a potencial
848 relação de alguns desses episódios com uma notícia que foi veiculada, que
849 chegou a nós, informalmente – eu não tenho um documento sobre isso –, de
850 uma possível mortandade de peixes ter ocorrido no local. Eu não tenho um
851 documento sobre isso, mas nos chegou essa notícia. Posteriormente, talvez,
852 até o próprio Marcelo consiga ter maiores informações sobre isso. Não
853 sei. Porque, como não tivemos esse dado, nos traz essa angústia. Será que
854 esses episódios mais graves de vazamento de substâncias químicas têm

855 relação com mortandade de peixes que ocorre lá no local? Será que têm aver
856 com essas violações de parâmetros? Todas as violações de um mês foram
857 contrárias àquilo que é característico da região? Outro ponto, que eu já falei
858 aqui na nossa última reunião de URC, eu sei que esse ponto não foi muito
859 bem recebido, mas eu insisto, é a questão da análise das medidas de
860 reassentamento. Eu vou resgatar um histórico aqui para quem não participou.
861 Ao longo da instalação do empreendimento, a empresa Diversus
862 Consultores realizou um estudo para verificar núcleos familiares que
863 deveriam ser reassentados mesmo estando fora da ADA, Área Diretamente
864 Afetada. Ou seja, pessoas que estão fora daquela área imediata do
865 empreendimento, mas que, em razão dos impactos acumulados, não
866 poderiam continuar ali, porque eram muito intensos. Esse estudo tem dois
867 pontos que são essenciais. O estudo apontou oito núcleos familiares, nós já
868 votamos a inclusão desses núcleos familiares no programa de
869 reassentamento, mas esse estudo traz dois pontos que são muito
870 importantes de compreendermos. O primeiro deles. Ele prevê que essa
871 análise é contínua, dinâmica e cíclica, porque o empreendimento é dinâmico.
872 Os impactos, as características do empreendimento, os problemas do
873 empreendimento mudam à medida que ele vai avançando. Então, à medida
874 que novas análises devem ser feitas, e assim sucessivamente. Não vai ser
875 só agora, mas ao longo da vida do empreendimento, isso vai ter que ser
876 realizado. E esse estudo da Diversus, que indicou oito famílias a serem
877 reassentadas foi feito no momento da instalação. Não havia operação
878 quando fizeram esse estudo. Então, nós temos hoje uma nova realidade,
879 com novos problemas, e esses problemas foram indicados aqui na última
880 URC, quando a comunidade teve a oportunidade de falar. Eu acredito que hoje
881 essas questões vão vir à tona novamente. Então, é essencial, ainda que de
882 uma forma célere, objetiva, que haja uma nova análise do empreendimento
883 atinente a ruídos, poluição atmosférica, recursos hídricos, segurança com
884 relação à existência da barragem de rejeitos. O odor também, que foi
885 colocado aqui por alguém da comunidade, advindo do empreendimento,
886 dentre tantas outras questões que foram, reiteradamente, colocadas aqui
887 como sendo atinentes à atividade de operação. Então, é impossível que os
888 conselheiros consigam, de uma forma não amparada por documento técnico,
889 falar quem deve ou não ser reassentado. Eu entendo que é imprescindível
890 que um novo estudo, da mesma natureza, tenha que ser realizado. Eu tenho
891 até uma proposta para abordar mais adiante. Que seja feito de forma a
892 indicar se há ou não novos núcleos familiares em razão dos impactos
893 cumulativos que acontecem no local, se devem ser objeto de
894 reassentamento ou se devem ser objeto de outra medida compensatória
895 menos intensa ou de medida de mitigação também que possa virar anular
896 esses impactos que não foram considerados no primeiro estudo da Diversus
897 ou nesse estudo da Diversus que foi objeto de votação aqui na URC. Em

898 conjunto, eu queria só que fosse apontado, já que nós estamos falando de
899 reassentamento. Essa é uma questão que depois nós não tivemos retorno.
900 Se a Supram esteve presente nos locais de reassentamento ou não, se tem
901 informação de como está a situação lá e a própria satisfação das pessoas
902 contempladas, para tenhamos pelo menos um feedback. Nós falamos muito
903 em inclusão em reassentamento, mas às vezes não temos esse feedback de
904 como está depois de reassentado também. Por último, senhores, eu
905 confesso que esse é um ponto que eu acho que todos esperavam que eu
906 fosse abordar. Imagino. É a questão da supressão de vegetação de Mata
907 Atlântica. Quando da LP+LI, nós discutimos aqui, longamente, até com o
908 Stênio e o Gilmar. Foi uma discussão profícua, muito boa. Os senhores já
909 sabem, sempre que tem questão de Mata Atlântica eu sempre trago isso à
910 tona. É um tema que nos chama a atenção, é uma lei específica para o
911 bioma, então nós temos que dar a atenção necessária, porque estamos em
912 uma área de incidência. Discutimos muito sobre as supressões de
913 vegetações de espécies ameaçadas de extinção na área da ADA. E na
914 ocasião o empreendedor afirmou que havia, que seria possível indicar,
915 inclusive, por coordenadas geográficas populações dessas espécies in situ,
916 inclusive, em áreas protegidas pelo próprio empreendimento, garantindo,
917 assim, a perpetuação dessas espécies. Em razão disso, foi feita a
918 condicionante nº 39, que eu vou tomar a liberdade de ler. 'Apresentar o
919 mapeamento contendo coordenadas geográficas de pelo menos um local
920 fora da ADA, preferencialmente, unidade de conservação ou área de
921 compensação do empreendimento em que haja população viável de cada
922 uma das espécies ameaçadas de extinção que serão suprimidas, além das
923 espécies *Virola bicucubita* e *Velloziaramosissima*.' Quanto à análise do
924 cumprimento dessa obrigação, o PU da Supram informou que foi
925 apresentado o relatório, mas registrou, na página 76, que 'os dados da
926 pesquisa apresentada não comprovam cientificamente que há população
927 minimamente viável dessas espécies, mais apenas registros de ocorrência'.
928 Ou seja, registros isolados que não garantem a perpetuação por si só
929 daquelas espécies. Pelo menos foi assim que eu interpretei. Depois, se não
930 for o caso, me corrijam, por favor. Em primeiro lugar, eu, particularmente,
931 discordo do entendimento da Supram de que essa condicionante estaria
932 cumprida, porque o texto da condicionante fala para indicar área com
933 população viável fora da ADA, em unidade de conservação ou área de
934 preservação, e o que está posto para nós é que esses relatórios não
935 indicaram, justamente, essa população viável. Então, eu acho que nós temos
936 um problema aqui, desde já, de cumprimento de condicionante. Mas, aí,
937 agora, eu discordo também um pouco do PU da Supram quando afirma que
938 'a demonstração de população viável das espécies não é pressuposto para
939 supressão de vegetação'. Eu discordo, eu acho que isso é um pressuposto,
940 sim, a própria legislação indica isso. E aí não é descumprimento de

941 condicionante, é exigência normativa.Você não pode suprimir se não
942 demonstrar que aquela supressão não vai gerar a extinção de determinada
943 espécie.E a legislação considera que essa demonstração é indicação in situ,
944 ou seja,na natureza de população viável, ou seja, população que seja
945 possível a manutenção por si só daquela espécie específica. Eu relacionei
946 aqui os textos normativos. Então, particularmente, eu discordo um pouco
947 desse posicionamento da Supram.Acredito que temos um
948 problema.Eventualmente, não se constatando população viável das espécies
949 que já foram suprimidas.Eu sei que já foram suprimidas, agora essa questão
950 já aconteceu. Mas não sendo indicada a população viável dessas espécies
951 que foram suprimidas, nós teríamos que ter uma discussão até mesmo de
952 validade do ato que autorizou a supressão, porque essa análise tem que ser
953 previa. É por isso que nós vimos sempre insistindo na necessidade de,
954 previamente, ser demonstrada população viável in situ das espécies que vão
955 ser suprimidas.Porque, depois que suprimiu,e se constatar que não tinha
956 população, que agora essa espécie foi extinta? Nós ficamos numa
957 situação.Então, eu, particularmente, discordo disso, eu acho que esse é um
958 ponto que nós vamos ter que discutir. Se já foi suprimido, claro, aplica a
959 condicionante para que seja demonstrado, então, de uma forma mais clara.
960 Mas isso é algo que nos traz preocupação, principalmente porque nós
961 tomamos cuidado de discutir isso, muito largamente, quando da LP+LI.
962 Equase no fim,eu mencionei isso também na última URC, porém em relação
963 a outro empreendimento,no que se refere a condicionantes descumpridas.
964 Registro, mais uma vez, eu tenho muito receio do movimento de banalização
965 das condicionantes. Agora, eu não estou falando de um empreendimento
966 específico, estou falando de uma forma geral do sistema de licenciamento
967 ambiental. Nós muitas vezes discutimos aqui com seriedade, às vezes até
968 meia-noite, para redação de uma condicionante, para depois ver que ela foi
969 descumprida e que isso ensejou talvez um auto de infração, e que pode às
970 vezes até ser mais interessante para a empresa pagar o auto de infração do
971 que cumprir, e seguir com o licenciamento ambiental.Então, é uma
972 preocupação muito grande nossa quanto a condicionantes descumpridas.
973 Registram-se como descumpridas, mas defere-se a próxima licença de uma
974 maneira como se aquilo não tivesse qualquer tipo de importância e não fosse
975 impedimento. Então, na nossa percepção aqui, houve descumprimento, em
976 tese, das condicionantes 29 e 39, que é essa vegetação, que na nossa
977 percepção teve um descumprimento de condicionante; e também da 38, em
978 que, muito embora, a Supram considera como cumprida fora do prazo,o
979 prazo era o cerne da condicionante, que era avisar com dez dias de
980 antecedência determinada ação.Se avisou com prazo diferente de dez dias
981 de antecedência, então, o cerne da condicionante. Então, na verdade, nós
982 estamos falando de três condicionantes descumpridas, apenas da LP+LI,
983 sem aqui adentrarmos nessa discussão de condicionantes que nós já entramos

984 em outras etapas do licenciamento ambiental. Então, eu registro aquilo que
985 registrei na última reunião. A Resolução Conama 237, na hora em que vai
986 definir Licença de Operação, fala o seguinte. 'Licença de Operação - Autoriza
987 a operação daquela atividade ou empreendimento após a verificação do
988 efetivo cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas
989 de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação. Então,
990 o efetivo cumprimento, isso indica que o cumprimento da condicionante, no
991 nosso entender, é essencial ou imprescindível para que seja possível o
992 deferimento da Licença de Operação. Tanto é – eu coloquei isso também na
993 nossa última reunião – que o Artigo 19, da mesma Resolução Conama, fala
994 que o órgão ambiental poderá – claro, não é obrigatório – até mesmo
995 cancelar uma licença ambiental diante da constatação de violação de alguma
996 das obrigações ou condicionantes. Então, é uma discussão que nós temos
997 aqui já há algum tempo, eu acho que nos últimos quatro anos. Tem quatro
998 anos que eu estou aqui discutindo com os senhores, tem quatro anos que eu
999 estou insistindo nessa questão de condicionantes descumpridas e
1000 prosseguimento de licenciamento ambiental. E não é exclusivo desse
1001 empreendimento, é uma questão que está no sistema de licenciamento, e
1002 nós temos que rever isso. Postergar obrigações que seriam prévias para
1003 condicionantes, igual estamos falando aqui da questão da supressão de
1004 vegetação, que tem que ser prévia, a identificação da população viável. Se
1005 você está querendo suprimir, demonstrar que você vai suprimir uma espécie
1006 vegetacional e não vai gerar a extinção daquela espécie: isso tem que ser
1007 antes de você suprimir, senão depois perde o sentido. Então, jogar para
1008 condicionantes obrigações prévias e jogar para a frente condicionantes
1009 descumpridas, isso tem sido uma tônica, e eu acho que isso enfraquece
1010 demais o nosso procedimento de licenciamento ambiental e as deliberações
1011 que nós tomamos aqui neste Colegiado. E por fim agora, realmente, apenas
1012 dois princípios que eu gosto sempre de colocar quando vamos discutir as
1013 questões ambientais: os princípios da precaução e da prevenção, que devem
1014 nortear a ação de todos nós. São princípios jurídicos que devem nos nortear
1015 na nossa tomada de decisões. O princípio da precaução, no sentido de que,
1016 havendo dúvida, deve-se sempre se posicionar pró meio ambiente, pró-
1017 preservação. A incerteza não pode ser uma, entre aspas, 'desculpa' para que
1018 se aprove um empreendimento. Licenças ambientais têm que estar calcadas
1019 em certezas dos impactos ocorridos e que podem ocorrer, e não de dúvidas
1020 e, na dúvida, se jogar contra o meio ambiente. E o segundo é o princípio da
1021 prevenção, cujo próprio nome já diz tudo. Pautar nossas condutas para que
1022 possamos prevenir impactos ambientais ao invés dessa corrida para depois
1023 tentar recuperar áreas que são extremamente difíceis e cujos impactos
1024 humanos também já foram ocasionados. São os pontos que eu gostaria que
1025 fossem esclarecidos. Eu não vou adentrar aqui em sugestões ainda de
1026 eventuais condicionantes, mas apenas no parecer de vista, para que

1027 possamos avançar. Obrigado.”Conselheira Denise Bernardes Couto: “O
1028 parecer da Fiemg foi feito em conjunto com a Federaminas, é bem rápido
1029 mesmo. Depois, eu quero até fazer algumas considerações para até já
1030 começar a ensejar a discussão, se for o caso. Enfim, o que nós
1031 conversamos, analisamos, bem rapidamente mesmo, nós vimos que o
1032 parecer da Supram foi muito benfeito, embasado e devidamente esclarecedor
1033 em todos os tópicos que foram colocados e apresentados. E, por fim, nós nos
1034 colocamos favoráveis ao parecer. Entretanto, já começando até a questão da
1035 discussão, colocando alguns pontos até colocados pelo Felipe, sobre a
1036 questão do GT da Diversus, a discussão toda do relatório da Diversus que foi
1037 feita, eu estava aqui até já escrevendo, pontuando. Tem que se ressaltar que
1038 toda essa questão foi, exhaustivamente, discutida. Não só o processo da
1039 Anglo American já foi exhaustivamente discutido ao longo de anos e anos,
1040 mas, principalmente, essa questão dos estudos do GT foi discutida
1041 exhaustivamente. Foi formado o próprio GT para trabalhar o relatório feito pela
1042 Diversus. Foi discutido, exhaustivamente, no próprio GT. Tantas e tantas
1043 reuniões nós tivemos aqui em Diamantina para tratar do assunto, para poder
1044 deliberar sobre isso. Finalizamos a análise, trouxemos a análise para esta
1045 URC, que foi deliberado e aceito pela URC o próprio trabalho feito pelo GT.
1046 Ou seja, se nós continuarmos nessa questão toda de continuar discutindo
1047 etc., nós vamos até invalidar um trabalho que foi feito, exhaustivamente, com o
1048 apoio de todos. Não só a Fiemg, mas a Fiemg, o Ministério Público, a
1049 Caminhos da Serra, e a própria Supram também esteve presente. Então,
1050 foi, exhaustivamente, discutido por todos. No que se refere à questão até do
1051 reassentamento colocado, vamos ressaltar e lembrar também que o
1052 reassentamento vem sendo feito e cumprido pela empresa de acordo com as
1053 normas e metodologias acordadas nesta Unidade Regional Colegiada,
1054 devidamente deliberadas aqui. Seguindo normas especificadas no PNF, que
1055 foi a metodologia aceita para ser feito o reassentamento. Discutido,
1056 justamente, no próprio GT da Diversus e aceito por todos os membros. Eu
1057 gostaria de ressaltar isso também. Então, nós não podemos fugir desses
1058 pontos. Então, apenas para começar a ensejar o debate posterior.”
1059 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu vou esclarecer um ponto em que
1060 talvez eu não tenha sido claro. Denise, eu acho que uma coisa não se
1061 confunde com a outra, na minha opinião.” Conselheira Denise Bernardes
1062 Couto: “Na minha, confunde.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Deixe-
1063 me explicar porquê, então. Nós fizemos parte do GT da Diversus, nós
1064 deliberamos aqui o relatório da Diversus, e eu não quero invalidar, de forma
1065 alguma. Eu acho que as deliberações em cima do relatório da Diversus
1066 foram internalizadas no procedimento de licenciamento ambiental e devem
1067 ser cumpridas pela empresa. Eu não quero rever o estudo da Diversus, não
1068 é isso. Mas a Denise colocou muito bem, ela está certa. O GT e as nossas
1069 deliberações foram em cima de um estudo feito pela Diversus, protocolado

1070 em2014, salvo engano. As nossas análises foram em cima disso. O que eu
1071 quero colocar é que, após a elaboração desse estudo, coisas novas
1072 surgiram, e que, por não existirem no momento da elaboração desse estudo,
1073 não foram analisados por esta URC como sendo algo decorrente do trabalho
1074 da Diversus. O que eu estou querendo colocar não é invalidar o trabalho da
1075 Diversus, não é invalidar as nossas deliberações, de forma alguma. Diante
1076 de uma nova realidade, algo semelhante deve ser feito novamente, porque
1077 essa nova realidade não existia no momento em que a Diversus fez o seu
1078 trabalho. É isso que eu estou querendo dizer. Então, eu quero diferenciar uma
1079 coisa da outra, porque a análise do GT, o tempo todo... O Alex está aqui ao
1080 meu lado e também compôs as reuniões do grupo de trabalho. A metodologia
1081 do GT foi o quê? Pegar as recomendações da Diversus e discutir em cima
1082 das recomendações da Diversus. Só que essas recomendações são
1083 referentes a um cenário de instalação de um empreendimento, nós não
1084 discutimos nenhuma recomendação referente a operação de
1085 empreendimento, porque não existia, pelo simples fato de que não
1086 existia. Então, se agora existe, nós temos que ter o embasamento técnico
1087 para poder discutir isso. A não ser que façamos aquilo que foi sugerido na
1088 última URC, que é os conselheiros irem lá, um novo grupo de trabalho, e
1089 indicar, de forma subjetiva, sem embasamento técnico, se tem que ter ou
1090 não reassentamento. Eu não me sinto confortável a isso. Eu sei que não foi a
1091 sua proposta, Denise, mas é porque esse assunto surgiu na última URC, no
1092 sentido de que melhor seria – não me recordo como ou por quem surgiu...
1093 ‘Não houve estudo, então, quem sabe os conselheiros irem lá a campo e
1094 falar quem deve ser ou não reassentado. Eu acho que, sem embasamento
1095 técnico, é impossível para que nós consigamos apontar as necessidades ou
1096 não de reassentamento. É preciso de uma análise que seja objetiva, técnica,
1097 científica mesmo, para que tenhamos amparo e tranquilidade na hora de
1098 tomar essa decisão. Então, eu só queria fazer um parêntese para diferenciar
1099 uma coisa da outra, não é invalidar o que nós fizemos, não é invalidar o que a
1100 Diversus fez. É saber que aquele produto foi num contexto, e agora nós
1101 temos outro contexto, uma realidade que não existia quando daquela análise
1102 da Diversus. E por isso nós precisamos, sim, de um novo trabalho, para
1103 indicar se são necessárias ou não novas medidas. Ou se não são
1104 necessárias. Às vezes, o estudo pode indicar isso. Mas que nós tenhamos
1105 segurança na hora de tomar essa decisão.” Conselheiro Alex Mendes Santos:
1106 “Denise, você entende que a realidade de 2005 é diferente da de hoje?”
1107 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Alex, eu entendo que novos impactos
1108 e todas essas questões devem ser avaliados no novo processo, quando
1109 houver a ampliação, do Step 3 da empresa, não é aqui agora.” Conselheiro
1110 Alex Mendes Santos: “Eu queria saber se você entende que há mudanças
1111 nesses 11 anos, 12, em que nós estamos aqui. Eu queria saber se você
1112 entende que nós estamos, a cada dia, começamos da Licença Prévia.”

1113 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Nós analisamos isso no momento do
1114 GT.”Conselheiro Alex Mendes Santos: “Então, outra pergunta: o
1115 empreendimento está avançando?”Conselheira Denise Bernardes Couto: “O
1116 empreendimento está instalado e está em operação.”Conselheiro Alex
1117 Mendes Santos: “Eessa operação está avançando a cada dia?” Conselheira
1118 Denise Bernardes Couto: “Eu não digo que ela está avançando, não houve a
1119 ampliação propriamente dita. Porque o empreendimento foi instalado para
1120 um número x de toneladas, e agora está sendo otimizado para alcançar a
1121 mesma quantidade que foi licenciada no EIA/Rima, não ampliação emsi para
1122 poder extrapolar essa quantidade que foi licenciada anteriormente.”
1123 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Denise, a pergunta não é sobre a questão
1124 licenciada.Eu quero saber se as operações do empreendimento estão
1125 crescendo a cada dia e avançando.”Conselheira Denise Bernardes Couto:
1126 “Alex, a sua visão é diferente da minha.”Conselheiro Alex Mendes Santos:
1127 “Eu quero saber da sua.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu já falei o
1128 meu posicionamento. O que tem que ser analisado já foi analisado no âmbito
1129 do GT da Diversus, agora.Essa questão de novos impactos deve ser
1130 analisada no novo licenciamento do empreendimento, do Step 3. O meu
1131 posicionamento é esse.”Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu estou falando
1132 isso porque o empreendimento não é estático, e as coisas estão
1133 acontecendo. Vão ser discutidos aqui vários fatos, inclusive, a borda oeste,
1134 em que não haveria nenhum tipo de intervenção, mas que está crescendo
1135 junto com as operações do empreendimento.Então, tudo muda, o que você
1136 trabalha aqui em hipótese está mudando.Então, nós não podemos fazer vista
1137 grossa à realidade de quem está lá e se aproximando. Então, essa é a
1138 discussão.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Ninguém está fazendo
1139 vista grossa,Alex, muito pelo contrário. Eu não estou fazendo vista grossa,
1140 eu estou dizendo que o que tem que ser analisado tem que ser analisado
1141 devido momento, que não é aqui agora. Não venha falar que eu estou
1142 fazendo vista grossa.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “A
1143 Sociedade Amigos do Tabuleiro pediu vista e, infelizmente, nós não
1144 conseguimos completar o relatório, talvez, exatamente, porque é esse
1145 assunto que está sendo tratado. Pelo fato de nós estarmos no território, de
1146 estar acompanhando, proximamente, o que está acontecendo com as
1147 comunidades, com a região que está sendo afetada, com o processo de
1148 licenciamento, tanto na área urbana quanto na área da usina, no entorno da
1149 usina, nos levantou uma quantidade enorme de questões.Na verdade, nós
1150 não nos vimos fazendo relatório de vista, mas nos vimos baixando em
1151 diligência. Porque, ao lermos o parecer, quando fomos verificar, vimos que
1152 tinham muitas variáveis que estavam acontecendo e que tinham, realmente,
1153 uma atualidade que era bastante diferente do que nós estávamos vendo,
1154 simplesmente, em análises que são mais feitas em momentos, às vezes, em
1155 que já não é mais o que estão no momento. Então, nós tivemos que fazer uma

1156 verificação de várias coisas, tanto em relação às comunidades e aos
1157 impactos que nós fomos percebendo que não estavam ainda relatados
1158 quanto em relação à questão das condicionantes e dos planos de controle
1159 que foram estabelecidos e que tinham status de cumprimento bastante
1160 diversificado. Aparentemente, nós podemos, às vezes, perceber uma das
1161 condicionantes ou um dos planos em cumprimento ou cumpridos, mas
1162 quando verificamos in loco e na realidade que aquilo está ocorrendo,
1163 verificamos que tem algumas anomalias, algumas distorções, algumas
1164 coisas que são próprias do fato em si estamos que são diferentes. E isso nos
1165 preocupou sobremaneira. Porque, como disse o doutor Felipe, essa questão
1166 da postergação dos compromissos para fases posteriores foi criando uma
1167 complexidade muito difícil de entender que está acontecendo. O que nós
1168 percebemos é que havia uma grande rede de impactos que estavam em
1169 curso e com complexidade, às vezes, difícil, porque eram coisas conjugadas.
1170 Principalmente, na questão fundiária, na questão desde o primeiro momento
1171 de Borba Gato, Vaz de Melo e as sucessivas mudanças de metodologia e de
1172 forma de tratar a questão, deixou resíduos variados, de etapas variadas, e
1173 esses resíduos, de certa forma, se conjugaram numa realidade um pouco
1174 explosiva. Porque as comunidades, realmente, demonstram um
1175 descontentamento. Eu não vou dizer que seja resultado de um ou outro
1176 compromisso que foi descumprido, mas de uma forma meio sistêmica. Isso,
1177 realmente, nos deu uma dificuldade muito grande de análise. Inclusive, nós
1178 solicitamos à equipe dos analistas ambientais da Prefeitura Municipal, através
1179 da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana, que nos dessem um
1180 apoio, e eles mesmo tiveram uma grande dificuldade em conseguir levantar
1181 todas as informações para que nós pudéssemos ter uma avaliação mais
1182 consistente. O que nós percebemos. E nós tivemos também uma
1183 dificuldade em virtude do período político – nós tivemos uma eleição muito
1184 difícil lá em Conceição – e também em virtude de Conceição ter se tornado
1185 uma cidade minerária e com grau de novos desafios. Isso nos trouxe uma
1186 fase meio tumultuada e nos atrasou nessa análise. O que se constatou é
1187 que, realmente, existem hoje muitos fatos in situ que estão sem solução.
1188 Principalmente, nos deu uma clara visão de que o sistema de monitoramento
1189 que está instalado tem uma insuficiência para respostas mais fáceis de
1190 serem interpretadas. Os programas de monitoramento têm uma forma de
1191 aplicação, e muitas vezes não têm uma cobertura de um sistema de
1192 sensoriamento com uma cobertura que indique, com precisão, as evidências
1193 de que nós precisamos. E a forma como são apresentados no órgão
1194 licenciador dá um distanciamento dos que estão próximos da situação, tanto
1195 as comunidades, os representantes das comunidades quanto o próprio poder
1196 público local, que não conseguem fazer um acompanhamento conjunto com
1197 o que está acontecendo e percebido pelo órgão licenciador estadual. Às
1198 vezes, os relatórios chegam à Supram, mas não são de conhecimento, e

1199 quando nós tomamos conhecimento deles já se passou um ano ou mais de
1200 um ano, e aí os dados são absolutamente difíceis de serem entendidos, de
1201 serem percebidos. Isso, então, nos dá uma série de leituras sobre o que está
1202 acontecendo lá, realmente com problemas. Nós vemos que tem
1203 descumprimentos que são comprometedores para entendermos que tem uma
1204 segurança para o licenciamento posterior. Nós vemos seguinte. Se aquelas
1205 condições preliminares não estão sendo atendidas, como vamos ter
1206 segurança para ir para as fases posteriores? Há uma unicidade no processo
1207 de licenciamento. O processo de licenciamento não é uma coisa
1208 estática. 'Concedemos a licença, e a partir daquele momento está tudo certo'.
1209 Não é. A concessão da licença indica uma nova leitura de condições que vão
1210 acontecer a partir daquele momento. Eu acho que isso o doutor Felipe
1211 colocou muito claramente. Nós temos novas condições a todo momento, e
1212 isso deve ter um sistema de monitoramento que seja mais eficiente. Dizia
1213 José Carlos Carvalho, com quem eu aprendi muito sobre questão de gestão
1214 ambiental, que gestão ambiental no nosso Estado é comando e controle.
1215 Quer dizer, temos que ter as normas estabelecidas e temos que monitorar.
1216 Porque se estabelecemos norma, mas não monitoramos de forma
1217 adequada, a norma não tem validade, não é referendada, não tem como
1218 ter fatores de controle, de monitoramento e de indicadores que sejam de
1219 entendimento fácil. Então, por isso nós estamos muito complicados. Falamos
1220 que vai ter movimentação de terra, aí tem carreamento de material. Aquele
1221 material vai para dentro do curso d'água, e o curso d'água está assoreado. A
1222 empresa fala 'ocorreu, vamos desassorear', mas esse 'desassorear' vai
1223 demorar dez anos, às vezes, para acontecer. E o dano foi feito. Então, se não
1224 há o monitoramento em tempo real, que permita que o dano não ocorra, a
1225 mitigação, a neutralização, a compensação do dano é muito mais difícil.
1226 Então, o que nos preocupa, no momento, é que realmente nós entendemos
1227 que o monitoramento dos impactos, o acompanhamento dos compromissos
1228 das condições exigidas dentro do processo não tem hoje uma percepção
1229 clara. Nós não temos hoje uma forma de fazer a leitura do que está
1230 acontecendo no empreendimento de uma forma consistente. Isso se perdeu
1231 dentro da magnitude e do tempo, da temporalidade em que as coisas estão
1232 acontecendo. Até porque os mecanismos de acompanhamento do Estado
1233 são insuficientes. Não por um erro do Estado, mas pela própria falta de
1234 recursos do Estado para constituir equipes que sejam, suficientemente,
1235 capazes para fazer análises em períodos que são os desejáveis. Então, o
1236 nosso entendimento hoje é que, realmente, tem questões que devem ser
1237 esclarecidas. Nós concordamos, até parabenizando o Ministério Público
1238 pelos informes que ele fez, que são bastante precisos. Nós identificamos que
1239 isso, realmente, acontece. Nós temos problemas de impactos decorrentes
1240 das atividades da empresa que não estão, suficientemente, descritos, e o
1241 próprio PU coloca que existe certa insuficiência de dados. E nós

1242 constatamos nas comunidades que realmente estão diretamente ligadas ao
1243 empreendimento, que são os maiores leitores do que está acontecendo, que
1244 eles também detectam irregularidades que não estão sendo comprovadas,
1245 que não estão sendo verificadas. Isso, então, nos dá uma questão bastante
1246 séria que é a questão da análise da precaução. Eu acho que isso tem que
1247 ser realmente trabalhado. Eu acho que, para nós que somos conselheiros e
1248 que estamos aqui em uma tarefa realmente responsável sobre
1249 licenciamento, sobre concessões de licenças, nós temos que ter os
1250 elementos, os instrumentos necessários para que possamos ter uma
1251 avaliação precisa e que seja responsável para que a concessão de licenças
1252 seja feita. Como eu já venho falando, depois de anos em que fiquei distante
1253 do nosso parlamento aqui, os instrumentos eficazes a partir do Conselho e a
1254 partir dos órgãos envolvidos. Aí, eu acho que nós podemos citar tanto o
1255 Estado quanto o município quanto a própria empresa. Têm que ser
1256 envolvidos em uma proximidade maior. Os dados têm que ser produzidos em
1257 tempo real. Se não produzirmos dados em tempo real e não verificarmos em
1258 tempo real, nunca haverá uma concordância e nunca haverá um combate
1259 adequado para o processo de implantação e de operação de um
1260 empreendimento desse porte. Ele é muito grande e envolve condições que
1261 são multidimensionais. Não há como deixar que relatórios frio sejam
1262 depositados em prateleiras sejam os guardiões desse processo, tem que
1263 haver uma dinâmica no aproveitamento das informações que são geradas,
1264 elas têm que gerar resultados no decorrer do próprio processo operacional,
1265 não podem, simplesmente, serem dadas só para validar as licenças. Têm
1266 que ser, realmente, instrumentos eficazes. E isso foi proposto. Desde a LP, o
1267 Alex, um dos que participaram do processo. Existe lá, das primeiras
1268 condicionantes, dizendo o seguinte. Que se faça um plano de
1269 monitoramento. E nesse plano nós tínhamos acordado na FEAM que
1270 houvesse uma participação dos entes, de todos os entes. Que estivessem
1271 Estado, município, empresa e sociedade olhando, examinando o que estava
1272 acontecendo. Isso evitaria que hoje nós tivéssemos tantos problemas
1273 acumulados. Então, voltamos a insistir para recuperarmos esse controle
1274 sobre o processo, primeiro, na criação de um grupo de trabalho que vá
1275 analisar essas coisas, envolver expertise. Como o doutor Felipe colocou, que
1276 não seja, meramente, um corpo de conselheiros com uma visão superficial,
1277 mas que tenha embasamento técnico e apoio técnico suficiente para que se
1278 faça uma análise do que está acontecendo, para nós vermos o status atual
1279 do projeto. E que acha a criação de um sistema de monitoramento,
1280 realmente, que seja eficaz, que seja dimensionado tecnicamente e que
1281 possa ser acompanhado em tempo real, eu digo com prazos estipulados, em
1282 que os entes participem e estejam cientes das informações, para que nós
1283 possamos debelar os impactos de forma mais preventiva, que não se vá
1284 sanar problemas já instalados.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Está

1285 encerrada, então, a apresentação do pedido de vista, só que nós temos visto
1286 que o debate está, literalmente, suscitando uma enormidade de dúvidas em
1287 relação a isso. E nós temos tanto a comunidade, que quer se manifestar e
1288 ainda a palavra com o doutor Marcelo, que quer falar também sobre a
1289 questão do parecer de vista. E também há o interesse da empresa. Então, eu
1290 queria propor aos conselheiros, a este fórum, perguntar à empresa se ela tem
1291 alguma posição sobre esses questionamentos do parecer de vista, abrir para
1292 a comunidade se manifestar sobre também todas essas dúvidas e os
1293 anseios dela; ao doutor Marcelo, que também vai suscitar as questões sobre
1294 o parecer de vista; e fecharmos com os esclarecimentos da equipe técnica da
1295 Supram.” Conselheira Andreza Lemos Meira: “Senhor presidente, eu gostaria
1296 de ouvir o Rodrigo primeiro, porque todo o parecer do doutor Felipe, para
1297 mim, foi bastante significativo, e todas essas questões eu gostaria de saber
1298 da Supram, e não da empresa nem da população primeiro.” Presidente Clésio
1299 Cândido Amaral: “Então, nós passaríamos primeiro para o doutor Rodrigo,
1300 equipe técnica, e depois abriríamos para manifestações da empresa, do
1301 doutor Marcelo e da comunidade.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu
1302 tenho também alguns questionamentos que eu gostaria de colocar.”
1303 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Mas, aí, nos debates.” Rodrigo Ribas,
1304 diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Nós vamos fazer uma
1305 introdução para responder as listas, os pontos colocados aqui, sobretudo pelo
1306 doutor Felipe. E não vou esquecer do Cadu, lá na frente nos vamos discutir.
1307 Mas são pontos muito objetivo. Mas eu também não vou fazer a defesa,
1308 Andreza, sozinho, porque o Parecer Único foi constituído por uma equipe
1309 técnica que se debruçou durante alguns meses sobre aqueles documentos.
1310 São alguns milhares de páginas e documentos, além de vistorias. Então, eles
1311 é que vão fazer a resposta de cada ponto.” Conselheira Andreza Lemos
1312 Meira: “Eu gostaria da equipe mesmo da Supram.” Rodrigo Ribas, diretor de
1313 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Sim, nós entendemos, mas só
1314 para deixar muito claro que a construção foi coletiva e que a discussão vai
1315 ser coletiva também. Eu, pessoalmente, vou citar só dois pontos do parecer
1316 de vista. Primeiro, esse processo é muito confuso, no sentido da palavra. Ele
1317 se confunde muito. Muito daquilo que foi discutido aqui, apresentado no
1318 parecer de vista, não faz relação com o processo de instalação e de
1319 operação do Step 2, faz relação com os monitoramentos e com o processo de
1320 operação do Step 1. Então, suscita uma série dessas dúvidas em relação a
1321 isso. Muito daquilo que o parecer trata ele trata do Step 2, mesmo que as
1322 referências que tenham sido usados no Step 2 sejam as mesmas referências
1323 construídas para monitoramento do Step 1. Daí, essa grande confusão. Nós
1324 podemos ver muito isso. Por exemplo, o parecer de vista começa citando a
1325 possibilidade de descumprimento ou de cumprimento bagunçado de um
1326 programa de educação ambiental que diz respeito ao Step 1. Então, eu não
1327 sei se os senhores tiveram a curiosidade de ler com mais cuidado. Só para

1328 dar informação, doutor Felipe, a reunião do Plenário do COPAM foi na
1329 quarta-feira, quando nós fizemos a apresentação do status de cumprimento
1330 do programa de reestruturação urbana, não é nem de educação ambiental.
1331 Havia a necessidade de um convênio entre a empresa e a Secretaria de
1332 Estado de Educação. Esse foi o tema tratado lá. Vinculava ao programa de
1333 educação ambiental por conta das ações que iam acontecer dentro do
1334 convênio. Isso foi na quarta-feira. O status em que foi suscitado se havia o
1335 cumprimento ou não. Na sexta-feira, de manhã, foi feita uma reunião entre a
1336 Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado de Meio
1337 Ambiente e a empresa, e já foi feito o acordo para o convênio, e está
1338 acertado o que vai ser feito. Isso foi resolvido muito rapidamente, uma vez
1339 que a Secretaria de Estado de Educação quis sentar à mesa para discutir.”
1340 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu queria pedir desculpa porque, de
1341 fato, consta do meu parecer de vista, e eu não fiz menção aqui expressa. Só
1342 para registrar e contextualizar isso, para que não fique algo mal
1343 compreendido. Essa questão do programa de educação ambiental é porque
1344 eu estive no Plenário do COPAM representando o Ministério Público, há
1345 duas ou talvez três semanas, e essa questão estava pautada
1346 lá. Coincidentemente, eu estava lá representando o Ministério Público. Então,
1347 Rodrigo, na verdade, eu nem quis trazer isso à discussão, eu só quis
1348 registrar até em respeito às pessoas da comunidade que estavam lá no dia
1349 do Plenário do COPAM, porque hoje nós estamos discutindo esse mesmo
1350 empreendimento. Mas só para registrar esse esquecimento da minha parte.”
1351 Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
1352 “Perfeito. Eu só trouxe à tona, exatamente, para ilustrar que nós
1353 confundimos, na nossa conversa, na nossa análise, uma licença. Mesmo que
1354 o empreendimento seja único, mesmo que a operação, que a produção se
1355 confunda, do ponto de vista da análise da regularização, os processos são
1356 em separado. Então, muito daquilo que nós trazemos para análise da
1357 regularização ambiental deste processo, que é a LO do Step 2 nós não
1358 esquecemos, nós trazemos o monitoramento, o acompanhamento, mas diz
1359 respeito ao Step 2, e muito do que foi discutido diz respeito ao Step 1. A
1360 mesma coisa quando falamos de reassentamento. Quando nós
1361 discutimos aqui, no momento da LP com a LI, os impactos de instalação e de
1362 operação – nós estávamos discutindo Licença Prévia também –, dessa
1363 otimização, ficou muito claro, me pareceu muito claro para todos os
1364 conselheiros que estavam aqui que as ampliações, que as estruturas que
1365 seriam instaladas e depois operadas estavam internalizadas em uma área
1366 que já era ocupada ou quase que em sua totalidade. Exceção de duas
1367 fazendas que estavam em litígio judicial, que são objeto da condicionante 29.
1368 Elas já pertenciam e já eram internalizadas à área de produção. Tem área,
1369 por exemplo, da chamada cava Norte, que está entre a cava e a UTM. Na
1370 nossa análise, não houve a necessidade, não há que se falem

1371 reassentamento ou em se buscar novos atingidos por esse processo de
1372 otimização. Deixar bem claro isso. Nós não estamos falando aqui nem do
1373 impacto do Step 1, que nós temos que discutir, nem do impacto do Step 3,
1374 que nós ainda vamos fazer análise. Nós estamos falando, exclusivamente, do
1375 Step 2. Então, não há no Step 2 que se falar da percepção de novos
1376 impactados que necessitam ser reassentados no âmbito do PNF, para esse
1377 processo. Que se faça a ressalva de discutir possíveis novos impactos que
1378 não tenham sido previstos no Step 1 decorrentes da operação, decorrentes
1379 também da mudança de legislação. Nós também temos esse conhecimento,
1380 temos agora essa nova referência de tratar não só o atingido, mas também o
1381 em risco potencial. Disso nós vamos fazer a análise quando for o momento
1382 certo. E aí eu tenho que concordar com a doutora Denise. Quando for o
1383 momento certo, nós vamos fazer essa análise. Por isso que nós não fizemos
1384 esse tipo de referência em relação ao Step 2. Deixar bem claro isso. Quando
1385 o doutor Felipe falou do status dos assentados, eu fiz até a pergunta ao doutor
1386 Marcelo para saber. E eu vou propor mais adiante que façamos uma força-
1387 tarefa Supram e Ministério Público para podermos verificar se essa condição.
1388 Mas isso nós estamos tratando do Step 1, nós estamos tratando daqueles
1389 que já foram assentados no PNF e não de novidades. Então, faremos a
1390 verificação. Eu vou passar para discutir as estruturas, eu passar para a
1391 Júlia. Júlia Melo Franco Neves Costa, gestora ambiental da Supram
1392 Jequitinhonha: “Em relação ao primeiro questionamento, sobre a implantação
1393 das estruturas, é bem tranquilo esse questionamento, porque a principal
1394 estrutura de segurança operacional do empreendimento é o Dique 2. Ele
1395 teve as obras, plenamente, concluídas. Somente não estava na sua cota
1396 máxima, por conta até da demanda judicial da propriedade que ainda está lá
1397 na área. Então, não está vertendo, mas está sendo bombeada a água. E ele
1398 cumpre o seu papel de contenção de sedimentos. Isso é tranquilo. Das
1399 estruturas que não foram concluídas, plenamente, uma foi a ampliação da
1400 pilha de estéril. Como é uma ampliação, ainda tem a pilha de estéril que
1401 atende a operação que ocorre ainda da primeira fase. E também do início da
1402 segunda fase. Ela ainda tem capacidade para isso já. Os drenos de fundo
1403 estão sendo implantados, estão em fase de término. E outro ponto que ainda
1404 não foi concluído é a alteração da balsa de recuperação, que é apenas
1405 uma realocação de ponto de captação da água da barragem. O ponto que
1406 estava antes vai ser assoreado primeiro. Então, não é adequado por causa
1407 disso. Então, vai ter alteração. Mas ainda não chegou a esse ponto de
1408 assoreamento e está ocorrendo tranquilamente. Então, em relação a essas
1409 estruturas, no momento, está atendendo a operação que está sendo avaliada
1410 aquino momento.” Sara Michelly Cruz, gestora ambiental da Supram
1411 Jequitinhonha: “Quanto ao questionamento sobre o programa de
1412 gerenciamento de riscos, que falamos que houve 47 incidentes, esses
1413 incidentes foram de menor gravidade, dentro de área controlada. Teve

1414 derramamento de óleo, esse tipo de coisa. Não influenciaram. Perguntou se
1415 houve influência em solo e em água. Esses 47 incidentes não tiveram esse
1416 risco.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Só para esclarecer para nós,
1417 porque dos 47 tem dois que têm maior gravidade. Eu até imagino que, de
1418 fato, nesse espectro tem vários de menor importância. Em especial esses dois
1419 de maior gravidade que vocês mencionam que eu queria entender um pouco
1420 melhor.” Sara Michelly Cruz, gestora ambiental da Supram Jequitinhonha: “Os
1421 dois de maior gravidade. Um diz respeito a mortandade de peixes que
1422 ocorreu em 2014. Isso foi avaliado pelo Núcleo de Emergências Ambientais
1423 em 2014. Eles não conseguiram analisar a água e tiveram que analisar os
1424 peixes para tentar identificar qual teria sido a causa da mortandade dos
1425 peixes. Eles não conseguiram identificar, o relatório foi inconclusivo. Mas o
1426 fato não ocorreu outra vez.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Mas
1427 sabem qual substância? O que aconteceu? Só para eu entender um pouco
1428 melhor esse episódio.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1429 Jequitinhonha: “Certamente que isso já está registrado no Ministério Público,
1430 sobretudo, na Comarca de Conceição do Mato Dentro. O que aconteceu? Em
1431 2014, em setembro, houve um evento de mortandade de peixes. Nós já
1432 tratamos desse assunto aqui, quando discutimos a LO, em outubro,
1433 novembro, se não me engano. Mas o NEA, Núcleo de Emergências
1434 Ambientais da SEMAD, foi ao local, fez a coleta, mandou para pesquisa junto
1435 ao Cetec, que é o laboratório acreditado que o Estado utiliza. O Cetec fez a
1436 análise da água, não encontrou nenhum contaminante na água. Por isso foi
1437 feita a necropsia dos indivíduos de peixes que foram recolhidos naquela
1438 hora. Os motivos da ecotoxicidade encontrados nos indivíduos que foram
1439 necropsiados não permitiram um laudo conclusivo do Cetec quanto à causa
1440 da morte. Então, os laudos que ocorreram naquele momento não chegaram à
1441 conclusão de qual seria a substância. Havia uma série de possibilidades. O
1442 empreendedor também levantou as suas amostras, fez as análises e, depois
1443 de um tempo, nos reportou, reportou ao NEA, reportou à SEMAD que houve
1444 derramamento, naquele momento, naquela fase, que houve derramamento
1445 de amônia na área da barragem, o que gerou um incidente ambiental. Que
1446 diga-se de passagem um incidente ambiental deplorável, que não deve
1447 acontecer, que jamais deveria ter acontecido. E, para nossa segurança, não
1448 houve nenhum reporte, depois disso de acontecer derramamento de amônia
1449 ou mortandade de peixe nas duas bacias, tanto na Vargem Grande quanto
1450 no Pereira e Passa Sete.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Rodrigo, são
1451 duas coisas. Uma é que depois vocês vão mencionar o segundo episódio de
1452 maior gravidade ainda. Eu queria entender um pouco mais da potencialidade
1453 da amônia que gerou essa mortandade de peixes. Porque nós tivemos
1454 alguns relatos aqui de pessoas, por exemplo, com coceira na pele, esse tipo
1455 de coisa. Amônia pode ter relação com esse tipo de coisa? Só uma outra
1456 dúvida, que aí vocês abordam de uma vez todos os pontos. E ainda sobre

1457 isso eu fiquei com uma dúvida. Porque o PU menciona dois episódios de
1458 maior gravidade em 2015. Esse me parece que teria ocorrido em 2014.
1459 Então, em 2015 talvez tenha mais outros dois? Porque o PU fala o
1460 seguinte: 'Em 2015, houve 47 acionamentos da equipe de atendimento. Foram
1461 registrados dois incidentes ambientais de maior potencial.' Eu imagino que
1462 esse dois em 2015." Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1463 Jequitinhonha: "A reportagem foi em 2015, do incidente, no relatório, mas,
1464 enfim, eu não vou falar que amônia faz isso ou faz aquilo, porque eu não sou
1465 engenheiro químico e não tenho condição técnica de falar qual é o efeito da
1466 amônia sobre a saúde. Em relação a isso, acho que vale a pena, no
1467 momento oportuno, quando for possível, solicitar essa informação para as
1468 equipes que gerenciam o programa de saúde da própria Anglo American –
1469 tem um médico que é responsável –, para que eles possam falar. O que nós
1470 podemos falar, doutor Felipe, tranquilamente, é que depois de 2014, de
1471 setembro, não houve registro, não há reportagem mais de nenhum incidente
1472 envolvendo derramamento de amônia na área da bacia, na barragem ou na
1473 área do Dique 1." Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da
1474 Supram Jequitinhonha: "Outro episódio que ocorreu foi o incidente na face
1475 Oeste. Teve um deslizamento de sedimentos nas vertentes da face Oeste
1476 da Serra do Sapo. Com as chuvas, ocorreu o deslizamento desses sedimentos
1477 para cursos d'água que estão a jusante, na região do Gondó, atingindo
1478 algumas propriedades. A equipe da Supram, nós fomos ao local,
1479 identificamos, autuamos o empreendimento, e ele entrou com outorga de
1480 emergência para fazer as convenções necessárias, desassoreamento, muros
1481 de arrimos. Está em processo ainda – foi só uma outorga de emergência – a
1482 outorga oficial para dar continuidade a esse processo de desassoreamento e
1483 limpeza desses cursos d'água." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Poderia
1484 explicar um pouco mais qual foi o impacto desse assoreamento? Eu entendo o
1485 papel de vocês. Chegaram lá, perceberam um incidente, uma irregularidade,
1486 uma infração, fizeram o auto, fizeram multa, exigiram as medidas de
1487 controle, e vai ser exigida a recuperação da área. Eu entendo que esse é o
1488 papel de vocês, mas existe outra repercussão que o Ministério Público
1489 também tem que analisar, que é a compensação ambiental a partir da
1490 dimensão desse dano causado. Então, se vocês pudessem expor para nós
1491 também o que foi constatado nesse assoreamento, a área impactada, se
1492 vocês têm isso. Se não tiverem, depois eu peço que encaminhem de forma
1493 detalhada para nós. Porque existe essa outra vertente que nós temos que
1494 analisar também. O papel de vocês era autuar, exigir as medidas de controle.
1495 Ok. Mas é porque existe uma outra repercussão que o Ministério Público e a
1496 sociedade, de uma forma geral, também pode." Rodrigo Ribas, diretor de
1497 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: "Doutor Felipe, nós temos tudo.
1498 Isso gerou uma alteração no Programa de Recuperação de Áreas
1499 Degradadas do empreendimento, com mapeamento de todas as áreas que

1500 foram assoreadas, mapeamento de todas as bacias que sofrerem impacto,
1501 inclusive, com problemas para solução de alguns casos, como impedimento
1502 por proprietário da entrada dos técnicos da empresa para poder fazer a
1503 limpeza e o desassoreamento. Nós estamos até com um problema para
1504 tratar disso. Se fôssemos seguir, rigorosamente, a letra da lei, nós tínhamos
1505 que autuar, estabelecer um auto de infração para esse proprietário que
1506 impede a recuperação de área degradada. Isso está previsto no decreto.
1507 Enfim, para não entrarmos nessa seara, nós temos esses dados e podemos
1508 enviar depois. Peço que o senhor faça a provocação, pode ser por e-mail, e
1509 nós encaminhamos esses dados todos para o Ministério Público, para a
1510 Comarca de Conceição do Mato Dentro.” Gabriela Monteiro de Castro,
1511 gestora ambiental da Supram Jequitinhonha: “Quanto aos resultados do
1512 programa de qualidade do ar, nós levamos em consideração o padrão
1513 primário e o padrão secundário. Porém, se pegarmos a Resolução Conama
1514 005/89, ela fala que ‘um padrão secundário deve ser considerado apenas
1515 para aqueles empreendimentos que estão em áreas que já foram
1516 classificadas pelo Estado como classe 1, classe 2 ou classe 3’. No caso do
1517 empreendimento da Anglo American, ele está em uma área que ainda não foi
1518 classificada. E nesse caso a Resolução Conama 003/90 fala, no seu Artigo
1519 7º, que devemos considerar, nesse caso, apenas o padrão primário na
1520 análise, que é o que nós consideramos, de fato, que causaria algum dano à
1521 saúde da população quando extrapolado. Todos os dados apresentados,
1522 considerando o padrão primário, estão dentro do que está na Resolução
1523 003/90. Em nenhum foi extrapolado o padrão primário. E ainda cabe ressaltar
1524 que, mesmo no padrão secundário, apesar de eu ter feito essa análise e
1525 colocado, essa extrapolação ocorreu de maneira bem pontual e, de fato,
1526 coincidiu com o período de festa na região. Então, nós também não podemos
1527 afirmar que, de fato, ocorreu por causa do empreendimento em si.” Rodrigo
1528 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Só para
1529 completar, doutor Felipe, foram três eventos em pontos específicos, e um
1530 evento foi na sede de Conceição do Mato Dentro: ‘sem registro de qualquer
1531 anormalidade em estações de monitoramento que estariam antes de
1532 Conceição do Mato Dentro’. Daí, essa dificuldade em estabelecer uma
1533 relação causal entre operação do empreendimento e o evento, que é muito
1534 pontual. O fato de o evento ser pontual, e os padrões primários serem
1535 atendidos, nos leva a inferir, com base no monitoramento, que não há um
1536 padrão de emissão do empreendimento que gere a poluição contínua por
1537 particulados naquela região. É só até aí que a análise pode chegar. No
1538 momento, nós estamos tratando monitoramento, inferência e análise dos
1539 pontos de monitoramento distribuídos no espaço.” Conselheiro Felipe Faria
1540 de Oliveira: “Uma dúvida. Eu não sou técnico, por isso às vezes posso falar
1541 alguma coisa aqui. Porque nós ouvimos muitos relatos aqui. Eu entendi a
1542 colocação. Nós ouvimos muitos relatos aqui, no mês passado, de pessoas

1543 falando ‘a pele da gente até brilha’, ‘chegam à casa da gente e passa o dedo
1544 e percebe resíduo’. Indicando, a princípio, fruto de emissão de particulado.
1545 Não sei qual fonte. A minha dúvida é a seguinte: a forma de monitoramento
1546 como está hoje conseguiria detectar as causas de situações iguais a essas
1547 retratadas pela comunidade? Por exemplo, o monitoramento pega partículas
1548 mais pesadas ou menos pesadas e isso que a comunidade está falando está
1549 mais relacionado a algo que não está sendo monitorado. Ou está sendo
1550 monitorado. Eu estou querendo aliar essas observações objetivas, técnicas,
1551 com a percepção do que nós ouvimos aqui, para fazer um sentido para nós.
1552 Eu entendi a colocação da equipe técnica. De um lado, nós ouvimos,
1553 justamente, falando que tem problemas, mas no monitoramento os dados
1554 primários estão ok. Esse monitoramento, na forma, nos locais, conseguiria
1555 aferir isso?” Gabriela Monteiro de Castro, gestora ambiental da Supram
1556 Jequitinhonha: “O programa monitora partículas totais em suspensão, de
1557 maneira geral, e o que nós estamos afirmando é que está dentro dos parâmetros
1558 estabelecidos na resolução, o que não quer dizer que não existe. Existe.
1559 Pode ser perceptível para a população, sim, mas o que nós estamos falando
1560 é que está dentro dos parâmetros estabelecidos, que não está extrapolando.
1561 Não está causando dano à saúde, que seria a extrapolação do padrão
1562 primário, que é o que eu disse.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
1563 Supram Jequitinhonha: “Em relação à rede de monitoramento, apesar de o
1564 senhor falar sempre da necessidade de avaliação face ao EIA/RIMA que foi
1565 construído, a rede de monitoramento de particulados, por exemplo, só pode
1566 ser atribuída, distribuída no espaço, considerando também aqueles
1567 levantamentos primários que foram feitos na fase do EIA/RIMA, que disseram
1568 da localização das comunidades e também do direcionamento principal dos
1569 ventos, que fala dessa distribuição. Então, um programa tem relação com a
1570 sua informação de origem. Para garantir que não esqueçamos isso, as
1571 informações de origem são os balizares para que possamos avaliar os
1572 programas e continuar na percepção desses programas. A questão do
1573 monitoramento, por exemplo, de particulados é que existem limites legais
1574 com os quais nós temos que trabalhar. E os limites legais deveriam ser a
1575 tradução daquilo que é a percepção da população com a sua saúde, o
1576 impacto sobre ela. Então, aí, não tem como alterar esses limites, mas
1577 conseguimos avaliar de acordo com os limites que são legais.” Fernando
1578 Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da Supram Jequitinhonha: “Agora, os
1579 esclarecimentos quanto aos impactos nos recursos hídricos levantados.”
1580 Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Sobre essa matéria. Eu
1581 vou formular a mesma pergunta que o doutor Felipe colocou, só que com
1582 outra colocação. O que eu quero saber dos técnicos é se eles avaliam o
1583 sistema de monitoramento que está implantado. O que eu observei é que
1584 existem muitas dúvidas, dizem muito isso: ‘Nós não podemos precisar, nós
1585 podemos supor’. Existem muitas ilações, talvez, não genericamente ilações,

1586 mas 'parece', 'não conseguimos'. Eu quero saber: o sistema de
1587 monitoramento que está implantado é suficiente para fazer leituras precisas
1588 sobre as condições que estão ocorrendo nos locais? Se é suficiente para
1589 poder fazer o quadro para que nós tenhamos segurança em termos de saber
1590 se o que está acontecendo ali realmente está dentro dos parâmetros legais.
1591 É isso que eu quero saber. Ele é suficiente? Porque eu estou vendo muitas
1592 dúvidas. Em todos os pontos que foram analisados, apareceram pontos em
1593 que havia imprecisões e que o órgão licenciador, analisando, dizia o
1594 seguinte: 'Eu não tenho dados suficientes para poder colocar com precisão'.
1595 Então, o que me interessa agora é: o sistema de monitoramento é
1596 suficiente?" Gabriela Monteiro de Castro, gestora ambiental da Supram
1597 Jequitinhonha: "O sistema é suficiente. Nós trabalhamos com os dados que
1598 são apresentados em relatório. O que nós fazemos é exatamente pegar
1599 esses dados, pegar a resolução e ver se estão dentro do que a lei exige. Se
1600 um ponto ou outro tivesse dado fora, nós teríamos que acompanhar para
1601 poder verificar se, de fato, é por causa da empresa, é por causa do
1602 empreendimento em si. Mas, sim, o sistema é eficiente. De acordo com os
1603 dados que são apresentados, nós podemos falar dessa forma." Conselheiro
1604 Carlos Eduardo Teixeira Nery: "Mas, então, porque a imprecisão? Porque na
1605 hora de fazer o laudo, quando há uma análise, diz o seguinte: 'Nós não
1606 podemos identificar, com clareza, se é um impacto decorrente da empresa.'
1607 Se o sistema é exatamente para identificar onexo causal que responsabiliza
1608 o poluidor, porque ele deixa coisas imprecisas? Se deixa impreciso, nós não
1609 vamos identificar a causa. É isso que me preocupa. Eu quero saber o
1610 seguinte. Se ele é insuficiente, se deixa imprecisões, nós deveríamos
1611 aprimorar esse sistema. Ele teria que nos definir, ele tem que ser um
1612 instrumento em que, no momento em que nós fizemos a leitura, ele determine
1613 de onde veio aquela causa. É essa a pergunta que eu te faço." Gabriela
1614 Monteiro de Castro, gestora ambiental da Supram Jequitinhonha: "Mais uma
1615 vez, eu vou explicar a questão da diferença entre os padrões primários e os
1616 padrões secundários. Apesar de o parecer trazer a análise para os dois
1617 padrões, nós aqui vamos trabalhar apenas com o padrão primário, pela
1618 questão que eu expliquei, de a área onde se localiza o empreendimento não
1619 ser classificada ainda como classe 1, classe 2 ou classe 3, de acordo com a
1620 Resolução 005/89. Se fosse classificado, nós deveríamos levar em
1621 consideração o padrão secundário. Não é o caso. Tratando-se apenas do
1622 padrão primário, a empresa não extrapolou, em nenhum momento, esse
1623 padrão, os parâmetros que estão estabelecidos na Resolução 003/90.
1624 Em nenhum momento a empresa extrapolou os padrões primários. Mas o
1625 padrão secundário, apesar de não tratarmos desse padrão aqui, mas já que
1626 está no parecer nós vamos falar sobre isso, os três dias coincidiram, de fato,
1627 com as festas que estavam ocorrendo na região. Então, não é imprecisão, na
1628 verdade, porque não podemos falar que é um ou que é outro, porque, de fato,

1629 coincidiu. Então, se tem uma festa na região, tem maior movimentação de
1630 veículos, e a qualidade do ar piora, não tem como afirmarmos que é por
1631 causa do empreendimento, nesse caso. Mas, mais uma vez, devemos tratar
1632 aqui apenas do padrão primário, que é o que, de fato, causaria dano à saúde
1633 da população se fosse ultrapassado. E esse está dentro dos padrões
1634 estabelecidos na Conama 003/90.” Conselheiro Alex Fabiano Silva: “Só mais
1635 uma pergunta, por favor. Os relatórios que são confrontados com a resolução
1636 são emitidos pelo empreendedor?” Gabriela Monteiro de Castro, gestora
1637 ambiental da Supram Jequitinhonha: “São emitidos pelo empreendedor e
1638 pelas consultorias por ele contratadas. A Supram não faz monitoramento, ela
1639 analisa os dados que são apresentados por consultorias que são
1640 contratadas.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1641 Jequitinhonha: “Só para completar, para os conselheiros ficarem mais
1642 tranquilos. O parecer trouxe essa discussão, apesar de não ser devida.
1643 Vejam bem, olhem só o tamanho da coisa. Nós fizemos análise, fizemos a
1644 verificação a partir do monitoramento de três dias, de três pontos específicos.
1645 Um na área urbana do município de Conceição do Mato Dentro e dois em
1646 Córregos. Então nós estamos tratando de pontos específicos ali, ambos na
1647 vertente contrária mineral da produção, e isso gerou um auto de
1648 infração. Quando nós percebemos esse desvio, nós geramos esse auto de
1649 infração. E nós vão ter que desqualificar o auto de infração porque não
1650 podemos imputar à empresa a responsabilidade daquilo que a norma nos
1651 veda. A norma diz que não é para aplicar análise de padrões secundários
1652 quando não tiver a classificação. Isso é uma coisa que, para nós, é
1653 complicada. Essa é a discussão que foi feita. A discussão que parece que
1654 não está feita é a seguinte: em todos os outros dias, em todos os outros
1655 momentos de monitoramento, não houve divergência dos dados, nem para
1656 PTS, que são as Partículas Totais em Suspensão, nem outro indicador que
1657 seja medido no monitoramento de qualidade do ar. Então, nos dá muita
1658 tranquilidade de falar isso. Nós temos que trazer ao Conselho aquilo que
1659 verificamos de inconformidade, mesmo que aqui no Conselho tenhamos que
1660 assumir que nós fizemos errado e que isso não é uma inconformidade do
1661 ponto de vista legal. Então, está muito claro para nós isso. A rede de
1662 monitoramento, nesse sentido, é suficiente. Aquela rede de monitoramento
1663 que foi pedida, aquele formato que foi considerado, entre aspas,
1664 ‘insuficiente’, que foi pedido pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato
1665 Dentro para que nós refizéssemos isso, é o da área urbana. E aí tem
1666 um acordo via Ecosoft, com a participação do Ministério Público, para
1667 implantação de um monitoramento específico na área urbana de Conceição
1668 do Mato Dentro. Mas está andando normalzinho, está a caminho, vai ser
1669 instalado para a área urbana de Conceição do Mato Dentro. Aí, nós vamos
1670 pegar desvios da qualidade do ar oriundos da produção do empreendimento,
1671 que está a 25km de distância. Nós vamos pegar desvios da qualidade do ar

1672 oriundos do crescimento urbano, da expansão urbana, que é o resultado do
1673 empreendimento. Então, nesse sentido, nós ficamos muito à vontade de dizer
1674 que a rede é tranquila e responde à necessidade de monitoramento, nesse
1675 caso.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da Supram
1676 Jequitinhonha: “Dando continuidade, agora, recursos hídricos. Eu vou tentar
1677 esclarecer aqui ponto a ponto o que o doutor Felipe explicou. Primeiro, ele
1678 faz uma relação da diminuição da questão de quantidade de água nos cursos
1679 d’água em relação aos anos anteriores. Eu peguei alguns dados, também
1680 completando as informações do PU, no programa de recursos hídricos, para
1681 tentar esclarecer um pouco essa relação da quantidade de água nos cursos
1682 d’água com a precipitação. Nos anos de 1941 a 2014, o período em que a
1683 ANA tem a estação e faz esse monitoramento de precipitação na região,
1684 tínhamos 1.540 mm anuais de precipitação. Nos anos de 2007 a 2014, em
1685 que a Anglo também implantou o seu sistema de monitoramento – esse
1686 monitoramento é comparado com a estação na ANA –, já teve uma redução
1687 para 1.364 mm. Nesse último ano, de 2015, que é o relatório referente ao ano
1688 passado, que foi analisado, a precipitação foi 1.039. Então, mostra, de forma
1689 bem clara, essa redução da precipitação que ocorreu. Claro que não foi só
1690 na região de Conceição do Mato Dentro, mas estamos vivenciando isso.
1691 Outra relação que é feita é em relação às outorgas, inclusive, a do
1692 rebaixamento do lençol que a Anglo faz. Isso pode estar influenciando a
1693 vazão nesses cursos d’água. Desde o processo de LP+LI, foi feita
1694 caracterização ambiental dos cursos d’água e se identificou uma relação
1695 desses cursos d’água com os aquíferos. Alguns cursos d’água têm relação
1696 direta com aquíferos. Como eles identificaram isso? No período de seca,
1697 esses cursos d’água continuavam com um volume maior de água. Então,
1698 estavam sendo abastecidos pelo aquífero. E esses cursos d’água, aos
1699 quais fizeram referência bem antes, continuam com esse volume de água,
1700 continuam, relativamente, mantendo a vazão maior em relação aos outros,
1701 que sofreram com o período de seca. Ou seja, continua tendo a recarga do
1702 aquífero para esses cursos d’água. A condicionante da outorga de
1703 rebaixamento do lençol fala: ‘Quando identificado – é um impacto previsto
1704 também desde anterior –, poderá causar impactos nos cursos d’água em
1705 relação a isso.’ Se identificado isso, ela exige que o empreendedor faça o
1706 bombeamento desse rebaixamento para o curso d’água, para suprir isso.
1707 Então, nós ficamos bem tranquilos, até o momento, em relação a isso, a
1708 relação que tem entre a quantidade de água nos cursos d’água e o que está
1709 acontecendo neste período que estamos vivendo de seca, realmente. Tem
1710 até um gráfico, um fluxograma, que mostra essa relação. Aumenta a
1711 quantidade de chuva, aumenta o escoamento superficial, aumenta a
1712 quantidade do curso d’água. Se diminui, diminui. Então, está bem
1713 estritamente ligado a isso.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu entendi
1714 a questão do rebaixamento, mas ainda tenho dúvidas com relação às

1715 outorgas, eventualmente, concedidas a montante. Claro, eu concordo com
1716 você, concordo que existe uma relação direta entre chuva e quantidade de
1717 água nos rios. Eu não estou colocando isso em xeque. Mas eu tenho uma
1718 dúvida que é a seguinte. Eu fiquei muito impressionado, igual falei
1719 anteriormente, com a quantidade de outorgas. Algumas delas são de
1720 cadastro insignificante. Eu sei disso. Mas é uma tabela bem extensa. E o que
1721 eu fico pensando é o seguinte. Por isso a minha pergunta se as outorgas
1722 concedidas não poderiam também estar impactando quanto a essa vazão e
1723 se essa vazão menos reduzida poderia afetar também os usos das
1724 comunidades que estão abaixo. Nós estamos num momento de escassez
1725 hídrica, de baixa quantidade de chuvas, então, temos a diminuição da
1726 quantidade de água nos rios. As outorgas são concedidas pensando na
1727 Q7,10. Então, tem um número absoluto que é outorgado e,
1728 consequentemente, um número que fica como vazão residual. Ou seja,
1729 aquilo que é a Q7,10 menos o outorgado tem que ser a vazão residual. A
1730 minha pergunta é no seguinte sentido. Se tem um número reduzido de água
1731 nos rios, a vazão outorgada continua a mesma, em números absolutos. Por
1732 exemplo, 5 litros por segundo. Pelo que vocês observaram nos
1733 monitoramentos, em números absolutos também, de vazão residual, isso
1734 continua sendo mantido? Porque tem uma redução da quantidade de água,
1735 mas o número absoluto que foi outorgado é o mesmo em todas as outorgas.
1736 Claro, em toda outorga está lá: 24 horas por dia, 5 litros por segundo. A partir
1737 da Q7,10. É calculado assim. Eu quero saber se isso está gerando algum
1738 tipo de impacto quanto à vazão residual mínima que tem sido
1739 mantida.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha:
1740 “Doutor Felipe, a primeira coisa é que esse número de 800 mil habitantes
1741 é irreal. Não vamos considerar isso, porque fica parecendo que nós
1742 outorgamos água para um uso que é de 24 horas por dia, todo mundo
1743 quebrando tudo e tirando a água. Não é isso. A outorga é uma determinação,
1744 uma garantia de possibilidade de captação em determinados pontos, de
1745 acordo com aquilo que foi estabelecido em cálculo. Uma parcela disso, por
1746 exemplo, quando o senhor fala de uso insignificante, de pequenas outorgas,
1747 é para obedecer condicionantes que foram impostas por nós mesmos. Por
1748 exemplo, aspersão de via. Então, o caminhão para em ponto, recarrega e vai
1749 fazer aspersão na via toda. Aí, ele não vai voltar àquele ponto a 12 km para
1750 trás, e faz em outro. Então, tem uma série de outorgas que são nesse
1751 sentido. E tem uma série de outorgas que não são de uso consuntivo, que
1752 são para regularização de vazão, e até garantem a permanência da vazão a
1753 jusante daquele ponto, nos barramentos etc. Quanto à garantia de vazão, nós
1754 já tratamos de outorga aqui mais de uma vez. O que a norma diz é: nós
1755 podemos outorgar até 30% ou 50% da Q7,10, que é um indicador estatístico
1756 que nos dá garantia, segurança, para poder outorgar. Ela fala: com o tempo
1757 de recorrência de dez anos, pega o pior período para poder servir como

1758 referência estatística. E a outorga, de 30% a 50%, dependendo da bacia.
1759 Mas o ordenamento jurídico manda também que o empreendedor, o captador
1760 reduza sua captação de maneira a garantir os 50% da Q7,10. Até mesmo a
1761 ausência de captação. Então, se por acaso houver uma redução de fluxo que
1762 gere um fluxo residual menor do que os 50% da Q7,10, ele é impedido de
1763 captar, pela norma. Então, há o impedimento legal nesse sentido.”
1764 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “É esse ponto que eu queria entender.
1765 Então, quer dizer: essa vazão residual mínima, de 70% ou 50%. É isso que
1766 eu estou querendo entender, se está sendo observado, nessa vazão.”
1767 Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da Supram Jequitinhonha:
1768 “Só para dar um exemplo. Na última vistoria em que nós fomos, para ver se
1769 todas as estruturas estavam instaladas, nós fomos também na barragem, e
1770 verificamos que toda captação que eles fazem no rio do Peixe eles não
1771 estavam fazendo por causa desse período de seca. Então, eles reservam
1772 uma quantidade de água na barragem de rejeito para que seja suficiente
1773 para suprir esse momento de maior escassez hídrica e continuar a operação
1774 do empreendimento. Então, tem esse controle para que seja dada
1775 continuidade à vazão residual de, no mínimo, 50% da Q7,10. Então,
1776 continuando, vamos à questão do pH, que ficou assim mais evidente. Eu fiz
1777 um levantamento também para tentar esclarecer um pouco mais sobre a
1778 questão do pH na região. A caracterização ambiental da região é decretada
1779 como ácida a levemente ácida. É em torno de 6 a 7. Acima de 7, o pH acima
1780 de 7 é básico. Então, uma variação muito pequena. Em 2006 e 2007, eu até
1781 anotei aqui valores mais exatos quando foi feito levantamento desses cursos
1782 d’água, e o pH estava entre 5,93 e 7,80. Então, havia uma variação. E no ano
1783 de 2015 o relatório apresentado está entre 5,91 e 7,76, que foi o máximo.
1784 Esse em relação ao ano de 2015. Em dezembro, foi identificado, em todos os
1785 pontos, acima de 7. Foi 0,5 a mais do que o ponto anterior. Por exemplo,
1786 estava dando 5,5 e mais 0,5, já é básico. Então, não houve variação brusca
1787 assim falando. Eu vou tentar explicar um pouquinho melhor o que
1788 aconteceu. São feitos quatro monitoramentos dos cursos d’água, nos meses
1789 de março, junho, setembro e dezembro. Março e dezembro são os meses
1790 que têm maior índice pluviométrico. Então, os meses de junho e setembro
1791 são de maior escassez hídrica. Como a própria região ferrífera dá essa
1792 característica mais ácida, por causa da formação geológica, por essa própria
1793 contribuição do aquífero com o curso d’água, quando tem menos índice
1794 pluviométrico, o curso d’água tende a ser mais ácido. Quando ocorrem
1795 chuvas, tem mais diluição daquela água, que é de origem geológica. Então, o
1796 que aconteceu foi isso. Em dezembro de 2015, teve a precipitação de 233
1797 mm. Já em setembro foi 37,7mm. Então, o evento extraordinário, digamos
1798 assim, foi algo natural, que acontece. E foi verificado, mesmo antes da
1799 implantação do empreendimento, essa variação. Então, nós não
1800 identificamos nada de anormal quanto a isso. Continuando. Também teve

1801 uma avaliação em pontos que não estão sob influência do
1802 empreendimento. Isso também aconteceu. Então, prova ser um evento natural
1803 da região. Dando continuidade, outro questionamento foi em relação aos
1804 parâmetros que extrapolaram nos cursos d'água. Foram pH, ferro dissolvido,
1805 manganês total e cor verdadeira. Como o senhor citou também, eu fiz um
1806 pequeno levantamento geral em relação a 2006 e 2007. Esses eram os
1807 mesmos parâmetros que também, na caracterização que eles fizeram, já
1808 extrapolavam na região. Mas, quando eu coloquei no parecer que da bacia
1809 fazem parte também as atividades agrossilvopastoris, eu também citei a
1810 atividade minerária. As atividades minerárias, com certeza, vão disponibilizar,
1811 até pela própria exposição do solo, do minério em si, uma maior quantidade
1812 de ferro, maior quantidade de metais disponível. Quando há essa
1813 precipitação, a chuva, o carreamento de sedimento, em contato com a água,
1814 pode proporcionar um aumento desses elementos. O que o empreendimento
1815 faz em relação a isso? Além de ter essa relação com os metais, isso gera uma
1816 consequência que é alteração da cor da água também. Então, faz esses
1817 diques de contenção, esses barramentos desses cursos d'água antes de ser
1818 externalizado esse curso d'água para melhorar um pouco essa qualidade. Em
1819 um ambiente lântico, esses sedimentos tende a decantar e a melhorar, até
1820 pelo próprio dreno de fundo, a qualidade da água que vai a jusante da
1821 comunidade. Desde quando a nossa equipe está nesse processo, nós temos
1822 tentado melhorar esses monitoramentos, como atender melhor, cobrir melhor
1823 a malha de monitoramentos, para tentar ser mais representativo daquilo que
1824 realmente acontece lá. Então, até foi a última condicionante da LP+LI
1825 incluímos usuários dispersos de recursos hídricos dentro do monitoramento de
1826 recurso hídrico em si. Então, eles até propuseram um monitoramento maior
1827 desses usuários, com novos parâmetros, de pH, ferro... Antes, era olhada só
1828 a turbidez. Então, eles até propuseram, de agora em diante, fazer esse
1829 monitoramento mais eficaz, para ver se está tendo alguma alteração para
1830 essas pessoas que estão utilizando essa água." Conselheiro Felipe Faria de
1831 Oliveira: "Eu acho que o ponto central que mais me preocupa é aquilo que
1832 até você abordou, que as relações de parâmetros hoje constatadas existiam
1833 também no EIA de 2006 e 2007. É um argumento com o qual eu me
1834 convenço. Mas eu queria entender o seguinte. A quantidade da violação
1835 também é mais ou menos parelha? O quanto que supera dos parâmetros? Os
1836 mesmos parâmetro hoje em desconformidade também estavam em 2006 e
1837 2007, antes da chegada do empreendimento. Então, eu acho que isso torna
1838 evidente uma característica natural, ferro, manganês... A quantidade de
1839 superação do parâmetro também está mais ou menos? Não, a intensidade da
1840 violação do parâmetro. Por exemplo, 100 unidades, no caso de turbidez, 100
1841 UTNs, salvo engano. 'Antes, sempre dava 150. Continua dando 160, 140,
1842 mas agora está dando 1.000.' É o mesmo raciocínio quanto a quais
1843 parâmetros são violados." Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental

1844 da Supram Jequitinhonha: “Como eu já havia dito, os primeiros
1845 monitoramentos que foram feitos não eram tão completos como temos hoje,
1846 atualmente. Hoje, conseguimos pegar várias estações do ano, que
1847 influenciam muito nessa característica do curso d’água. Então, nos
1848 monitoramentos que existiam, deu menor quantidade em relação às demais,
1849 que era menos monitorado. Hoje, há uma malha maior de monitoramento. Eu
1850 vou dar um exemplo aqui de um monitoramento específico de um curso
1851 d’água. Por exemplo, em março deu 0,34 o teor de manganês. Em junho, deu
1852 0,73. E em dezembro deu 4,42. Ou seja, o índice pluviométrico na região
1853 multiplicou várias vezes a disponibilidade daquele elemento no curso d’água.
1854 Então, essa comparação fica um pouco deficiente em relação a isso. Mas em
1855 relação ao manganês, por exemplo, estava variando, nas análises
1856 identificadas, 0,1 a 0,7. Atualmente, está variando de 0,34 a 3,42, já
1857 identificado neste período de chuva. Então, pode estar relacionado a isso, ao
1858 período em que foi feita a análise, porque não era frequente como é hoje. Em
1859 todo ano nós fazemos a análise. Se teve um evento de chuva, pode constatar
1860 isso. Se não teve, não vai constatar. Então, não tem como apurar tão
1861 precisamente que há essa diferença, que essa diferença realmente é
1862 ocasionada pelo empreendimento.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu
1863 entendi. Em dez anos mudam também as fontes de informação. Por outro
1864 lado, poder ter relação e pode não ter. Fica um terreno arenoso para nós até
1865 excluirmos, realmente, a contribuição da empresa. Não existem outras
1866 medidas de controle ou de mitigação que poderiam ser implementadas para
1867 diminuir essa contribuição das atividades minerárias para essas violações de
1868 parâmetro? Eu entendi a dificuldade em afirmar uma coisa com relação a
1869 outra. Eu entendi também a dificuldade de afirmar a não relação de uma
1870 coisa com a outra também. Não pode falar nem que sim nem que não, por
1871 falta de quantidade de malha de monitoramento em 2006 e 2007. Mas, por
1872 exemplo, no caso do manganês, tem um número bem diferente em 2006,
1873 2007 e hoje, ainda que tenha muito mais pontos de informação, muito mais
1874 pontos de monitoramento. Diante até dessa incerteza, não existem outras
1875 medidas adicionais que poderiam ser implementadas para poder diminuir
1876 esse potencial ou efetivo impacto do empreendimento nessas violações de
1877 parâmetros? Está vendo como o terreno fica um pouco arenoso também do
1878 lado de cá? Eu entendi a sua consideração.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro,
1879 gestor ambiental da Supram Jequitinhonha: “Eu acredito que hoje nós
1880 conseguimos identificar isso muito melhor, acompanhando esses
1881 monitoramentos desde a operação em 2014 e de agora em
1882 diante. Anualmente, são enviadas essas análises referentes ao ano anterior
1883 nessas quatro amostragens em estações diferentes. Eu acho que agora nós
1884 conseguimos acompanhar bem. Por exemplo, se está aumentando,
1885 conseguimos identificar. Os parâmetros são os mesmos. Por exemplo, antes,
1886 era ferro total, agora a análise é de ferro dissolvido. Ferro total, normalmente,

1887 o índice é maior. Mas a legislação não identifica se é fora do padrão o ferro
1888 total. E ferro dissolvido já tem um limite. E o ferro dissolvido passou a ser
1889 avaliado nesses últimos monitoramentos. Então, eu acredito que, de agora
1890 em diante, está mais refinado o monitoramento dos recursos hídricos para
1891 poder identificar isso melhor. Faltou algo?” Conselheiro Felipe Faria de
1892 Oliveira: “Faltou a questão dos postos de monitoramento. Eu confesso que
1893 continuo um pouco inseguro. Eu entendi a sua colocação, mas sobre essa
1894 questão de monitoramento eu ainda continuo um pouco assim. Mas faltou a
1895 questão dos postos de monitoramento ainda com relação a recursos
1896 hídricos.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da Supram
1897 Jequitinhonha: “De águas subterrâneas?” Conselheiro Felipe Faria de
1898 Oliveira: “Isso. Só porque teve essa informação, só para entendermos um
1899 pouco melhor a informação de possível contaminação.” Conselheiro Wagner
1900 Vicente Rodrigues de Almeida: “Doutor Felipe, eu acredito que muito dessa
1901 questão do ferro está relacionada à precipitação. Com a redução da
1902 precipitação, há um acúmulo, maior concentração de ferro. Então, quando
1903 pegam os dados iguais foram apresentados os dados de 2007, de 1941 até
1904 agora, da precipitação nessa região, houve uma redução drástica,
1905 principalmente nos últimos anos. Então, essa concentração é maior, e
1906 durante essa análise pode ocorrer isso.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
1907 “Eu concordo. Mas o que eu estava pensando é porque os dados de 2006 e
1908 2007 indicam uma variação bem menor. Para manganês, a variação
1909 total...” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da Supram
1910 Jequitinhonha: “De 0,1 a 0,7.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “De 0,1 a
1911 0,7, e agora chegando a 3. Digamos que esse valor máximo, esse pico... Eu
1912 concordo, plenamente, até porque está relacionado, sem dúvida, à questão
1913 pluviométrica, com os índices de quantidade de água e tudo. Porque nós
1914 estamos falando de concentração, então, a quantidade de água influi na
1915 concentração. Com essa diferença de pico de valores é que eu me senti um
1916 pouco inseguro. Eu entendi as considerações, são informações que vocês
1917 não têm, porque a malha de monitoramento era outra. Eu vou repisar aqui no
1918 meu receio e nas considerações de vocês. Mas a questão dos postos de
1919 monitoramento. Porque houve a informação de que teria corrido uma
1920 possível ocorrência de óleo na água, e foi acionado. Só para eu entender se
1921 isso tem algum risco de repercussão de contaminação. Era só isso nesse
1922 aspecto do posto de monitoramento.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor
1923 ambiental da Supram Jequitinhonha: “Eu vou só mostrar uma imagem desse
1924 ponto onde ocorreu isso, só para termos um pouco mais de tranquilidade e
1925 conhecimento. De acordo com informações da empresa...” Conselheiro Felipe
1926 Faria de Oliveira: “Só enquanto a tecnologia nos está fazendo esperar. Eu
1927 estava conversando com o Rodrigo aqui, e até vou compartilhar com os
1928 outros conselheiros, sobre a possibilidade de colocarmos ações adicionais
1929 para redução desses parâmetros no programa de monitoramento. O Rodrigo

1930 até deu uma sugestão interessante aqui. Aí, eu acho que essa insegurança
1931 minha talvez diminua um pouco.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
1932 Supram Jequitinhonha: “A proposição é inserir no programa de
1933 monitoramento de qualidade da água a verificação, por parte da empresa, de
1934 novas ações que visem reduzir essa disponibilidade de ferro e manganês, se
1935 houver possibilidade técnica para executar isso. Um estudo que mostra a
1936 possibilidade técnica. Depois, a empresa se manifesta em relação a essa
1937 alteração.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Porque, aí, entra um pouco
1938 dentro daquilo que ele falou. Hoje, existe uma incerteza com base em
1939 informações, então, vamos tentar produzir esse conhecimento para que
1940 possamos saber.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da
1941 Supram Jequitinhonha: “O ponto que deu essa alteração foi o 54. Ele ficou
1942 sem monitoramento, de acordo com a empresa, durante um longo tempo. Aí,
1943 eles resolveram incluí-lo na rede de monitoramento. Só que, de acordo com
1944 os dados que eles fizeram, eles acreditam que esse ponto de monitoramento
1945 não representa, realmente, a qualidade do aquífero em si. Porque ele ficou
1946 um bom tempo sem ser utilizado e pode ser que pegou uma parte superficial
1947 ali que não representa em sua qualidade do aquífero. Segundo informações,
1948 quando foi feita a amostragem desse ponto de monitoramento, apresentava
1949 um aspecto escuro e odor de óleo. Mas não identificou, precisamente. Só
1950 que no relatório que eles apresentaram nos relatórios de recursos hídricos,
1951 apresentou a presença de óleos, e eles não realizaram mais nenhum
1952 monitoramento posterior a isso. Então, nós pedimos o monitoramento em
1953 condicionante e desses três postos que estão mais próximos dele, para ver
1954 se, realmente, estava relacionado à construção do poço ou se realmente é
1955 algo que está relacionado ao aquífero.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
1956 “Desculpe, eu perdi um pouco o fio da meada na explicação. Então, eles
1957 sentiram um odor de óleo, mas na hora em que fizeram a análise técnica da
1958 água eles constataram a presença ou a ausência? É isso que eu não
1959 entendi.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da Supram
1960 Jequitinhonha: “A pessoa que tirou a amostra não identificou, porque na
1961 análise de água subterrânea não tinha esse parâmetro ‘óleo’. Então, foi
1962 identificado superficialmente. A identificação vai ocorrer agora nessa nova
1963 análise, que vai identificar, além desse ponto, outros três pontos que estão
1964 mais próximos, em torno de 300 a 400 metros, para ver realmente se precisa
1965 de uma investigação mais detalhada ou não. Tem poucas informações sobre
1966 o assunto.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
1967 Jequitinhonha: “Doutor Felipe, tem uma proposição de condicionante que é
1968 exatamente buscar investigar se há passivo ambiental a ser considerado ali,
1969 considerando que, naquele momento, não se fazia análise da presença de
1970 óleos e graxas. Como não fazia, nós vamos pedir a investigação. Mas é
1971 importante dizer também que está longe da área de produção, da mina, não é
1972 uma área em que isso acontece e que tenha derramamento de óleo que vá

1973 afetar o aquífero.” Fernando Vinícius Diniz Ribeiro, gestor ambiental da
1974 Supram Jequitinhonha: “Na verdade, a imagem era para isso, para identificar
1975 que está distante. É algo que não faz muito sentido, por enquanto, até a
1976 identificação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Mais algum? Encerrado o
1977 recurso hídrico? Vamos passar para o próximo ponto? Próximo ponto.”
1978 Gabriela Monteiro de Castro, gestora ambiental da Supram Jequitinhonha:
1979 “Quanto ao monitoramento de ruídos, em momento algum nós falamos no
1980 parecer que não existe ruído proveniente do empreendimento. De fato,
1981 existe, e a própria equipe de medição coloca que percebeu, em
1982 alguns pontos, ruídos provenientes da sirene de ré, dos equipamentos, enfim,
1983 coisas inevitáveis. Mas, com exceção da comunidade de Ferrugem, que é a
1984 que está bem próxima da mina e da pilha, os outros pontos apresentaram
1985 essas violações de maneira pontual. Em uma campanha, houve violação, na
1986 outra, não, na outra, também não, na outra, sim. Não foi contínua como
1987 aconteceu com a comunidade de Ferrugem. Então, por isso que nós falamos
1988 no parecer que, de fato, ocorreu, sim, mas, por não ser contínua, falamos
1989 que pode, talvez, ter sido influenciado por outras coisas. Até mesmo em
1990 alguns pontos que são muito próximos à MG-10, veículos pesados, leves,
1991 que podem ter influenciado nisso. Quanto à relação com o programa de
1992 detonações, de fogo, foi uma análise subjetiva. Eu peguei, simplesmente, o
1993 período e vi que coincidiu, mas esse período...” Conselheiro Felipe Faria de
1994 Oliveira: “Isso, eu até costumo falar com o Rodrigo. Essa análise crítica eu
1995 acho interessante vocês fazerem, realmente, até eu acho que é muito
1996 relevante esse tipo de contribuição que não só colocar os dados que foram
1997 apresentações. Esse tipo de análise eu até registro aqui que eu acho que é
1998 importante que vocês façam mesmo. Pegou, tem alguma coisa que evidencia
1999 algo que não, necessariamente, seja um problema, mas que tem que ser
2000 registrado.” Gabriela Monteiro de Castro, gestora ambiental da Supram
2001 Jequitinhonha: “Mas, em contrapartida, apesar de ter coincido o período, se
2002 pegarmos o período de monitoramento de ruído que eu falei que coincidiu, ele
2003 vai de 1h da tarde até às 7h da noite. Então, durante esse período, podem ter
2004 ocorrido uma detonação, duas ou nenhuma, pode, de fato, ter relação ou não.
2005 Não dá para afirmar, por causa do período extenso, de 1h da tarde até às 7h
2006 da noite. Então, igual eu disse, foi uma análise subjetiva. Eu, simplesmente,
2007 comparei o período.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Dois pontos. Um é
2008 o seguinte, é aquela insegurança, a mesma coisa. Eu gostei muito dessa
2009 análise, ainda que subjetiva, mas dessa contribuição. Eu acho que até
2010 parabenizar. Se foi sua contribuição, até te parabenizar. No que se refere:
2011 ‘Eu percebi aqui que o maior número de violações é nesse período e que
2012 também é nesse período que ocorrem as detonações’. Mesmo que seja uma
2013 análise subjetiva sua, eu acho que esse tipo de contribuição é muito
2014 relevante, isso acrescenta mesmo. Mas é uma situação complicada. Se por
2015 um lado as detonações acontecem... Eu sei que você vai falar agora um

2016 pouco, talvez, da questão da acústica, dos monitoramentos, mas, pelo que
2017 eu entendi, é possível que sejam em razão do empreendimento as violações,
2018 e é possível que não seja. É aquilo que o Cadu colocou aqui na
2019 manifestação dele, a questão da incerteza. Porque nós ficamos um pouco
2020 nesse terreno arenoso. E tem outro detalhe que vocês falaram, que eu
2021 imagino que o Rodrigo vai abordar: o fato de a comunidade de Ferrugem ter
2022 tido violações contínuas, e é a comunidade que está mais próxima do
2023 empreendimento. Eu acho que é um ponto em que nós temos também que
2024 dar uma aprofundada.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
2025 Jequitinhonha: “Sem dúvida. Na verdade, nós ficamos sensibilizados até na
2026 hora em que vimos o parecer de vista. Como foi dito aqui, a análise, quando é
2027 feita, é uma análise fria, dissociada de qualquer relação de emoção, e,
2028 portanto, nós tratamos desvio ou não desvio. E quando nós vimos o parecer
2029 de vista, doutor Felipe, nós vimos que podemos fazer alguma coisa, sim. Eu
2030 acho que, aí, que vale a nossa análise crítica, e o monitoramento serve é
2031 para isso. Monitoramento que não capta onde há desvio e que não vai alterar
2032 o comportamento é inócuo. Nós vimos que, realmente, esse é um
2033 problema. E com relação a pressão acústica, nós temos duas condições. Nós
2034 temos as detonações, os movimentos, os momentos de grande pressão
2035 acústica, mas que são momentos; e nós temos a pressão acústica que é
2036 constante, aquela que é de baixa intensidade e de alta frequência. Por
2037 exemplo, sirene de ré. São elementos que causam, realmente, impactos
2038 sobre que está ali perto. E nós temos outro problema, que é o problema da
2039 segurança. Existem legislações e condições de segurança que têm que ser
2040 observadas nessas áreas, e nós não temos como alterar. Então, nós temos
2041 que tentar mediar. Nós chegamos à conclusão e vamos pedir, se for o caso
2042 de a licença ser votada, julgada e conferida hoje, a inclusão de uma nova
2043 condicionante, que é trazer a necessidade de apresentação de um estudo de
2044 redução do impacto sonora, redução dos ‘volumes’ dessa pressão que é feita,
2045 pela própria empresa, em 60 dias, para ser incorporado no programa.
2046 Atendendo a legislação de segurança. Primeiro, na legislação de segurança,
2047 é preciso que se reduza impacto sobre a comunidade ao mínimo impacto
2048 aceitável, até que nós possamos estabelecer convivência ou não convivência
2049 desse impacto. Nós não podemos é adiantar a análise e estabelecer uma
2050 relação já determinante nesse ponto. Então, nós vamos pedir apresentação
2051 de estudo de redução do impacto sonoro, do ruído, nesses dois momentos.
2052 Do ponto de vista das detonações, isso já está estabelecido por esta URC,
2053 na verdade, desde a LP. A Licença Prévia que foi dada aqui para o Step 1 já
2054 dizia que não podiam usar determinados tipos de detonantes e só outros
2055 tipos, exatamente para reduzir esses impactos, para reduzir também
2056 vibração e outras formas de impacto de detonação. Então, nós atentamos
2057 para isso, e vamos propor no final.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
2058 “Ótimo, concordo com você, Rodrigo, monitoramento existe para indicar o

2059 que precisa ser melhorado, para propormos as medidas necessárias. Eu
2060 entendi a questão da condicionante. Só para ficar claro, para ficar toda a
2061 informação clara, para que não tenha dúvida. A ideia de vocês seria uma
2062 condicionante para que fosse verificada a forma de se reduzir esses impactos
2063 sonoros, em especial, na comunidade de Ferrugem, em que há violação
2064 contínua. Ou seja, as pessoas que moram lá estão sendo submetidas a esse
2065 problema de uma forma recorrente. A partir daí, se conseguir melhorar, se
2066 ficar dentro dos parâmetros, ok. Se não for possível... Eu entendo que nós não
2067 podemos flexibilizar segurança. Por exemplo, tem sirene de ré, tem que ter
2068 sirene de ré, eu não estou questionando isso. Agora, se esses impactos
2069 sonoros, seja em razão de segurança, ainda, assim, com todas as medidas já
2070 implementadas, e essas que, eventualmente, possam ser sugeridas a partir
2071 da condicionante não resolverem a questão dos parâmetros, a saída, de fato,
2072 é a realocação dessas pessoas. Só para entendermos. Nós estamos
2073 concordando nisso.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
2074 Jequitinhonha: “Nós estamos concordando é que vamos pedir um estudo
2075 para redução. A Supram Jequitinhonha, a equipe técnica e a equipe jurídica
2076 da Supram Jequitinhonha não antecipam análise. O que acontece? Lá na
2077 frente, quando tivermos o resultado, é que nós vamos fazer a análise e
2078 verificar o impacto ambiental e as possibilidades de solução desse
2079 impacto.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Só registrar uma coisa, então,
2080 eu acho imprescindível deixar claro uma coisa. Eu entendo que existem
2081 barulhos que são naturais às atividades da empresa. No seu ambiente
2082 interno, vão correr, obviamente, acima dos parâmetros. Agora, essa
2083 externalidade, a imposição de ruídos acima de parâmetros de forma
2084 constante, ininterrupta, em uma comunidade específica, habitada, isso não
2085 pode acontecer. Se não conseguimos reduzir o barulho, então, temos que
2086 realocar essas pessoas. É uma opinião minha, não estou falando que a
2087 Supram Jequitinhonha está falando isso. Eu concordo com a ideia de que se
2088 avalie se existem formas de reduzir ao máximo que a técnica permite. Se
2089 a técnica não consegue atingir essa redução de ruídos conforme a legislação
2090 e que é imposto às comunidades vizinhas, a minha percepção é uma só:
2091 medida compensatória extrema, que é a realocação das pessoas.” Rodrigo
2092 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Essa
2093 determinação cabe ao COPAM.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “É por
2094 isso, Denise, que nós não podemos dissociar o processo, porque é
2095 cumulativo. Então, nós estamos além daquilo que já vivenciamos aqui. O que
2096 está acontecendo? Está acrescentando mais um processo, vão vir outro,
2097 outro e outro. Nós sabemos disso. Agora, nós não podemos aqui dissociar.
2098 ‘Ah, mas nós não estamos discutindo...’ Vamos discutir, sim, porque esse é
2099 um exemplo. Se isso incomoda essas pessoas, vamos ter que avaliar, sim, e
2100 é imediato. Agora, eu queria fazer uma observação aqui que eu vi, não só
2101 nesse programa de monitoramento de ruídos, como também no de educação

2102 ambiental e também no sub-programa de máquinas e equipamentos. Há uma
2103 recorrência de 'não foram feitas avaliações em decorrência da transição
2104 entre o contrato das duas empresas e aí houve um intervalo maior entre a
2105 realização das campanhas'. Isso, para mim, é um descumprimento do que
2106 estava acordado. Por exemplo, no caso de educação ambiental nós vamos
2107 chegar nas discussões. Foi quase que o ano todo. Agora, nesse caso aqui,
2108 tivemos em 26/1 a primeira campanha, e ficou seis meses sem
2109 monitoramento nenhum. Por quê? Porque houve um problema em
2110 decorrência de transição entre o contrato das duas empresas. Eu queria
2111 chamar a atenção disso, que tem sido uma coisa recorrente que eu vi aqui
2112 neste processo, o que me preocupa muito. Porque aí vem a questão de
2113 discutir a capacidade da empresa em cumprir com essas situações. "Ah, mas
2114 o cara parou.' Eu sou empresário e sei que, quando o meu contrato de
2115 medicina do trabalho está acabando, três meses antes eu já estou
2116 negociando. Agora, isso eu acho que impacta muito essas
2117 amostragens." Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
2118 Jequitinhonha: "Na verdade, quando eu fiz a abertura aqui, eu já até falei que
2119 havia um problema que o próprio Estado criou de que a ausência de
2120 convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e a empresa para poder
2121 executar. Além disso, teve o problema da troca. Esses problemas
2122 aconteceram, a empresa teve problema em fazer a troca dos contratos e
2123 executar. Ótimo, então, o monitoramento está funcionando. Isso quer dizer que
2124 agora eles já sabem, está registrado, a URC toda conhece. É isso que você
2125 falou. Eles também contratam por licitação. Eu não posso deixar para fazer a
2126 licitação quando tiver acabado o contrato. Quanto ao programa de educação
2127 ambiental, ele esteve executado e estará sendo executado, ele é uma
2128 constante. Quando nós falamos de descumprimento de condicionante, o
2129 descumprimento é objetivo, efetivo, naquele ponto. Uma vez descumprido, a
2130 condicionante descumprida está. O programa, não. O programa pode ter
2131 ajuste a qualquer momento, ele tem que ter ajuste a qualquer momento.
2132 Você mesmo que executa programas de educação ambiental lá na sua ONG
2133 sabe disso, que nem sempre se consegue executar, e isso independe da sua
2134 vontade. Isso vale para todo mundo. O importante é: o programa está sendo
2135 monitorado, esses problemas estão sendo registrados e reportados e têm que
2136 ser resolvidos, Alex. Quanto a isso eu, eu não discuto com você. Não é
2137 adequado aceitarmos todo ano..." Conselheiro Alex Mendes Santos: "Mas eu
2138 discuto isso com você. Você pode não discutir, mas eu não concordo com
2139 isso. Em toda vez que acontece, se abre ali, a não ser que eu não esteja
2140 entendendo. 'Em decorrência da transição dos contratos das duas empresas,
2141 houve um intervalo maior entre a realização da primeira e da segunda
2142 campanhas de amostragem'. Se eu tenho que fazer de dois em dois meses e
2143 eu não faço, eu não fiz. Naquele período, eu não fiz. Eu posso até continuar
2144 lá na frente, mas eu não fiz naquele período ali. Eu não sei até quanto. O de

2145 educação ambiental, nós vamos ver depois. Porque todos os programas, no
2146 ano de 2015, isso eu tenho liberdade de falar e posso discutir, porque discuti
2147 com a empresa, e ela me apresentou esses dados. Isso nós vamos discutir
2148 depois, e agora eu vou me limitar a esse ponto, porque depois tem o de
2149 máquinas e equipamentos. Aconteceu a mesma coisa em um período muito
2150 maior. E no de educação ambiental, salvo se eu esteja enganado, várias
2151 propostas, e não foi implementada nenhuma em 2015. Em 2016, tem uma
2152 lista que eu até pedi, e depois eles vão se pronunciar. Tem uma
2153 programação, mas não tem a data, se foi feito ou se não foi. Eu queria saber,
2154 justamente, se foi resolvido isso, depois.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
2155 Técnico da Supram Jequitinhonha: “No âmbito da análise desse processo, do
2156 processo do Step 2, o que nós fizemos foi a verificação do cumprimento
2157 desses programas. A atuação objetiva da equipe técnica da Supram
2158 Jequitinhonha é verificar, considerar, trazer para que a URC determine o que
2159 vai fazer em relação. Mas nós temos a função objetiva de autuar a empresa
2160 pelo descumprimento de programa. Isso está previsto no Decreto 44.844.
2161 Quando eu digo que o monitoramento das ações está funcionando é porque
2162 ele está demonstrando, exatamente, isso, onde está o problema para ser
2163 resolvido no programa de educação ambiental, o problema para ser resolvido
2164 no programa de manutenção de máquinas e equipamentos. Então, o
2165 programa serve para isso, para ser avaliado, para ter continuidade, e até
2166 mesmo para mudar. Se por acaso o programa de educação ambiental não
2167 estiver adequado, não estiver levando à comunidade aquilo que tem de levar,
2168 a informação e a sensibilização que tem de levar, ele tem que ser alterado.
2169 Então, isso tem que ser avaliado o tempo todo. Agora, quanto ao que fazer
2170 com o programa que não houve apresentação em 2015, é a URC
2171 Jequitinhonha que tem essa carga. Nós trouxemos para vocês a informação,
2172 Alex, da avaliação daquilo que aconteceu. A realidade está aí posta. Se você
2173 vier perguntar a minha opinião, se perguntar a opinião da equipe técnica, no
2174 último item do parecer, ela está lá, muito clara. Nós somos pelo
2175 deferimento, porque nós julgamos que essas avaliações, com os seus
2176 problemas e com as soluções que advêm da avaliação, são parte integrante
2177 de qualquer processo produtivo. Qualquer processo que passe por isso vai ter
2178 isso, vai ter um problema, uma avaliação desse problema e a solução do
2179 problema. Na nossa avaliação, aquilo que está sendo apresentado
2180 nos programas, o andamento desses programas tem demonstrado
2181 capacidade de solução dos problemas do futuro, que dão segurança no
2182 processo de regularização. Mas essa é só a nossa opinião.” Conselheiro Alex
2183 Mendes Santos: “É, justamente, essa opinião que eu queria escutar, e não a
2184 defesa do porquê, pois, aí, é a empresa que tem de fazer. Mas você,
2185 então, acha que esse fato aqui é irrelevante?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
2186 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Não, Alex, eu não disse que é irrelevante.
2187 É relevante o suficiente para nós virmos aqui apresentar e discutir. Ele não é

2188 irrelevante, ele não é determinante. Na nossa opinião, na opinião da equipe
2189 técnica, que está exposta no parecer. Então, nós estamos discutindo uma
2190 coisa que já foi lida por todos aqui. Na opinião da equipe técnica, que já está
2191 exposta no parecer, ele é relevante, mas tem conserto. A empresa apresenta
2192 capacidade técnica, capacidade administrativa de resolver esses percalços
2193 que aconteceram nos programas. Eu não vou lembrar quantos programas
2194 são, se 25 ou 26. Mas são três programas com problemas que foram
2195 solucionados depois de um tempo. Às vezes, a solução depende deles e às
2196 vezes não. Mas foram solucionados, e isso para nós demonstra que eles têm
2197 capacidade de resolver e apresentar novos programas ou novas soluções
2198 dentro dos programas. Nós acabamos de discutir isso aqui. Do ponto de vista
2199 do programa de ruídos, foi demonstrado que o monitoramento está sendo
2200 ultrapassados, os parâmetros legais estão sendo ultrapassados, e eles vão
2201 ter que fazer um estudo mostrando como é que irão reduzir isso. É para isso
2202 que o programa serve, para poder corrigir rota. Nós julgamos, nós avaliamos
2203 que, mesmo com os problemas, a correção de rota apresentada é passível de
2204 deferimento, na nossa opinião.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery:
2205 “O que eu já vinha falando, agora, cada vez se demonstra mais claro. Eu vejo
2206 que nos programas de monitoramento, no plano de monitoramento, existem
2207 algumas falhas que são, realmente, graves. Uma delas é a questão do
2208 tempo. O monitoramento dá uma resposta que, às vezes, demora um ano
2209 para solucionar. Depois de um ano, o dano está feito, não tem retorno. Tem
2210 coisas que são insanáveis. O programa de educação se constrói ao longo do
2211 tempo. Se eu ficar um ano sem educar, eu perdi uma etapa do processo.
2212 Então, eu acredito que o plano de monitoramento tem que ser refeito,
2213 principalmente, na questão do acompanhamento. Eu acho que não pode ter
2214 uma defasagem de tempo, que os relatórios sejam entregues em um espaço
2215 muito longo, e que as análises demorem a ser feitas. Para quando se constatar
2216 às vezes passaram um ano, um ano e meio que a coisa está descumprida. Aí,
2217 fala, ‘não, pois é, ocorreu, foi descumprido. Agora, nós vamos resolver’. Houve
2218 dano, então, não há necessidade que ocorra o dano. Nós temos que
2219 reformular o plano. O mundo hoje é tempo real, eu acho que uma das
2220 grandes conquistas que nós tivemos com a questão da digitalização, das
2221 redes eletrônicas é porque conseguimos fazer em tempo real. Tem
2222 instrumentos para se fazer em tempo real com custos baixos. Então, eu acho
2223 que é importante rever a questão dos planos, que o monitoramento possa
2224 ser feito, primeiro, com um período de tempo mais curto, e não se gerem
2225 resultados tão globais; que se gerem resultados pontuais, mas que sejam
2226 vistos, percebidos em menores espaços de tempo. E que sejam
2227 acompanhados pelos interessados. Para que não haja posteriores
2228 reclamações e coisas que são insanáveis. Que nós possamos, então,
2229 responder a sociedade de forma imediata. Que se descentralize esse
2230 controle com o órgão licenciador. E não é desmerecendo o órgão licenciador,

2231 mas ele é sobrecarregado, ele tem atribuições que são muitas e grandes
2232 para um corpo reduzido. Então, não adianta pedir para o Rodrigo, ‘me dê
2233 resposta’. Ele tem uma série de licenciamentos, uma série de fiscalizações,
2234 uma série de monitoramentos e tem uma equipe reduzida. Então, nós temos
2235 que melhorar esse processo.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Cadu,
2236 nós poderíamos até pensar – por que não? – em expor todos os dados de
2237 monitoramento, a série história, por exemplo, na internet para que todo
2238 mundo possa ter a análise, e até a sociedade acadêmica, por exemplo, possa
2239 fazer alguma análise, contribuição. É uma alternativa que pode ser viável.
2240 Hoje mesmo, se for o caso, nós conseguimos votar algo assim. É
2241 transparência de informação, não é nada demais.” Rodrigo Ribas, diretor de
2242 Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Eu tenho duas considerações a
2243 fazer em relação a isso. Primeiro, o monitoramento tem que servir, primeiro,
2244 para que o gestor daquele programa atue. Então, se eu tenho um dado
2245 alterado, se eu sou o empreendedor e tenho um dado alterado, eu tenho que
2246 agir, imediatamente, na solução daquela alteração. A primeira coisa que nós
2247 temos que ter em consideração. Apesar de discutirmos, apesar de a Supram
2248 fazer a análise dos dados que nos são apresentados, quem faz a gestão
2249 ambiental do empreendedor é o próprio empreendedor. A responsabilidade
2250 técnica e jurídica é da empresa em fazer essas alterações. Então, a empresa
2251 que faz o monitoramento, que tira a água lá e diz ‘essa água está com
2252 turbidez elevada’, é ela que tem que descobrir, imediatamente, por que está
2253 com turbidez elevada, se a culpa é dela, se ela pode fazer alguma coisa;
2254 fazer e nos apresentar o resultado. É isso que vai ter eficiência. O tempo real
2255 é o de quem pode agir. Nós, sociedade, Estado de Minas Gerais, Conselho
2256 de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, não temos capacidade
2257 técnica nem jurídica de ir até dentro da área da empresa e falar ‘eu quero
2258 que você faça isso, isso, isso, no meio do processo produtivo’. Isso não
2259 acontece, nós não temos capacidade jurídica para fazer. Nós fazemos
2260 nesses momentos, determinar os padrões e a forma de fazer. Eu concordo
2261 com você que o ideal seria o monitoramento em tempo real, dado criado,
2262 dado disponível. O Estado de Minas Gerais hoje não tem condição. Já
2263 apresentou isso ao Ministério Público em ação civil pública que foi aberta.
2264 Não tem condição de gerar um sistema pela internet, de amplo acesso,
2265 página na internet com esses dados de todos os empreendimentos
2266 regularizados. O que nós temos hoje e que os dados estão disponíveis,
2267 mesmo com as dificuldades de acesso, é o Siam. Os dados ficam
2268 disponibilizados lá. Tão logo são protocolados, eles ficam disponibilizados lá.
2269 São públicos e podem ser vistos, podem ser pedidos por qualquer
2270 pessoa. Qualquer pessoa que chegar, se não tiver jeito de acessar o Siam
2271 pela internet, e chegar à Supram Jequitinhonha e falar ‘eu quero todos os
2272 documentos do processo tal’, ela vai sair de lá com todos os documentos.
2273 Com cópia em papel ou vai sair com CD, seja lá o que for. Esses dados já

2274 são publicados, eles não são fechados, eles estão lá disponíveis. Se algum
2275 dianós tivermos um sistema que permita verificação, por exemplo, como tem
2276 na FEAM o BDA, em que os dados são incorporados em uma planilha
2277 eletrônica que fica disponível, imediatamente, na FEAM, eu vou agradecer
2278 aos céus. Porque é muito melhoreu pegar um dado consolidado, que está lá
2279 para todo mundo, e analisar do que pegar aqueles milhares de páginas que
2280 nos são entregues para fazer a análise. É surreal a quantidade de dados que
2281 nós recebemos. Isso é só uma consideração, Cadu. Eu estou concordando
2282 que o ideal seria o monitoramento imediato. A consideração é a seguinte.
2283 Com a Lei 21.972 e o Decreto 47.042, a estrutura orgânica da Secretaria de
2284 Estado de Meio Ambiente alterou. Com essa alteração, foi criado um núcleo,
2285 que se chama Núcleo de Controle Ambiental, cuja função é fazer a
2286 campanha, em todas as Suprams do Estado inteiro, de cumprimento de
2287 condicionantes e de programas dos processos de licenciamento. Ainda vai
2288 estruturar, vai melhorar, a equipe é pequena, mas a tendência é que ela
2289 cresça. Nós temos uma área específica, que está fora da regularização, que
2290 vai fazer esse acompanhamento. Então, isso nos dá uma segurança maior
2291 em tratar com acompanhamento cotidiano. Hoje, os processos de
2292 cumprimento, no caso deste empreendimento específico, esta URC
2293 determinou na LO do Step 1 a apresentação anual dos relatórios
2294 consolidados. Os monitoramentos são feitos com periodicidades
2295 específicas. De água é um, de particulado é outro. Mas o relatório é anual.
2296 Como você mesmo disse, não adianta mandar relatório para lá todo mês,
2297 porque nós não vamos ter gente para estar lá. E agora nós vamos ter. Agora,
2298 nós temos o Núcleo específico para fazer a verificação do cumprimento de
2299 condicionantes e dos programas ambientais que são apresentados pelas
2300 empresas, de uma maneira geral.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu
2301 entendi a questão de que o Siam, em tese, é a ferramenta de publicização.
2302 Você já sabe das reservas que nós temos com relação ao Siam. São
2303 públicas. Nós achamos que realmente não funciona e chegamos a ajuizar
2304 ação em razão do Siam. Até essa discussão está em juízo. Nós estamos até
2305 tentado dialogar. O Ministério Público retomou o diálogo com o Estado para
2306 ver se conseguimos compor um cronograma para que se implemente o Siam
2307 de uma forma adequada, em um prazo também exequível. O Siam é um
2308 pouco difícil de se mexer mesmo. Muitas informações que eu peço a vocês,
2309 via ofício, é porque nós vamos tentar no Siam e não conseguimos achar.
2310 Então, o Siam não é exatamente uma plataforma de fácil uso para o usuário
2311 externo. Isso é uma coisa que nós temos que considerar. Isso dificulta muito.
2312 Por exemplo, alguém que vai fazer uma pesquisa acadêmica para a
2313 comunidade vai querer ter acesso aos dados de monitoramento, e o Siam
2314 não é um instrumento adequado. Então, o que eu queria colocar aqui é que,
2315 em que pese o Siam, é plenamente viável, por exemplo, a empresa colocar
2316 30 dias após o seu monitoramento. Que seja na página dela, mas em um

2317 local que seja exclusivo para expor o monitoramento para as pessoas, para
2318 quem quer que seja. Quando eu falo ‘pessoas’, não é só a comunidade, mas
2319 o meio acadêmico também, se quiser acompanhar. Por exemplo, existem
2320 muitas pesquisas sobre impacto da mineração em Conceição do Mato Dentro
2321 em recursos hídricos. Dever ter dissertação de mestrado sobre isso, tese de
2322 doutorado sobre isso. Então, expor essas informações é algo muito
2323 interessante e pode contribuir. Se o Siam tem essa limitação, se o órgão
2324 ambiental tem uma limitação de gente, de estrutura – nós sabemos disso, nós
2325 sabemos que a equipe técnica se desvira para poder conseguir atender
2326 aquilo que é posto –, a empresa eu acredito que não teria dificuldade
2327 nenhuma em colocar um link, por exemplo, 30 dias após ser feita aferição;
2328 colocar os dados brutos da aferição ali. Facilita até para vocês acompanhar,
2329 se for necessário. Teve notícia de um incidente. ‘Eu vou entrar no site, no link
2330 que a empresa vai abastecer’, e o próprio órgão ambiental vai ter mais
2331 informações para tanto. Eu acho que isso é algo, plenamente, viável, factível
2332 e que nós podemos dialogar, em eventuais condicionantes, ainda hoje.”
2333 Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “O que o doutor Felipe relatou é
2334 extremamente verídico. A equipe da Secretaria de Meio Ambiente de
2335 Conceição esteve aqui com o Rodrigo, pediu algumas informações, e você
2336 passou para eles, realmente, que o acesso ao Siam seria possível. A maior
2337 parte dos nossos técnicos não conseguiu acessar os PDFs do Siam; não
2338 abrem. Tentaram. Vários tentaram e não conseguiram abrir os PDFs. E eu
2339 entendo que o Estado, como um todo, realmente, não pode chamar para si
2340 um encargo, um volume, chamar todos os licenciamentos para que isso
2341 ocorra. Entretanto, neste licenciamento específico, até pela natureza dos
2342 entes que estão envolvidos, seja a empresa Anglo American, seja a nossa
2343 específica Supram e a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, que hoje se
2344 equipou, administrativamente, com um corpo técnico dentro da Secretaria que
2345 é pouco usual em pequenas cidades. Até pela arrecadação que está tendo
2346 que vai ter. Pode ‘se dar ao luxo’, entre aspas, de participar de um processo
2347 de montagem de uma base de dados que seja compartilhada e
2348 acessível. Isso é um desejo da Secretaria, é um desejo da sociedade. Que
2349 ela tenha capacidade. Já que a rede de monitoramento está estabelecida,
2350 o sistema está estabelecido, e pode ser, inclusive, aprimorado, isso dentro da
2351 solução aqui do Conselho, nós podemos estabelecer uma rede de
2352 monitoramento, um plano de monitoramento e uma participação dos entes
2353 interessados. Eu acho que seria extremamente saudável para o andamento
2354 desse processo. Traria transparência, participação da sociedade, tanto da
2355 sociedade no sentido do seu poder público municipal como a própria
2356 sociedade civil que está diretamente interessada, e sanaria esses conflitos
2357 que nós estamos aqui conversando, coisas que ocorreram já há muito tempo
2358 e que já deram danos. Eu acho que nós poderíamos resolver o dano de uma
2359 forma muito mais econômica, muito mais efetiva. Então, eu continuo

2360 propondo, para que esse licenciamento caminhe de uma forma mais
2361 adequada, que se estabeleça um monitoramento que seja compartilhado e
2362 que tenha uma leitura com um prazo bem mais curto.”Rodrigo Ribas, diretor
2363 de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Para não quebrar o assunto,
2364 falta um tema, ainda, para ser discutido. São dois?” Presidente Clésio
2365 Cândido Amaral: “Faltam Mata Atlântica e a questão do descumprimento das
2366 condicionantes que foram colocadas.” Sara Michelly Cruz, gestora ambiental
2367 da Supram Jequitinhonha: “A condicionante 39 foi colocada durante a
2368 reunião e trouxe o termo de população minimamente viável. Para começar a
2369 explicar porque replicamos e consideramos cumprida, primeiro eu vou
2370 explicar o que é o termo ‘população minimamente viável’. Esse termo está
2371 ligado ao risco de extinção por baixo número de indivíduos. O que acontece
2372 quando tem baixo número de indivíduos? Vai perder a variabilidade genética,
2373 e com a perda da variabilidade genética a planta ou o animal acabam
2374 perdendo a capacidade de viver em determinado habitat. Esse termo, dentro
2375 da ecologia de populações, é uma das alternativas ou dos estudos que
2376 são realizados para se chegar até uma metodologia de conservação de
2377 espécies. O relatório apresentado pela Anglo American trouxe uma série de
2378 ocorrências da espécie em unidades de conservação, em áreas de
2379 compensação, só que não conseguiu trazer uma determinação da população
2380 minimamente viável para algumas espécies que tinham sido propostas. A
2381 determinação é feita da seguinte forma. O número mínimo de indivíduos de
2382 uma população que consegue viver em um intervalo de tempo pré-
2383 determinado com variabilidade genética x . Ou seja, é um termo que tem que
2384 ser definido para cada espécie. E não existe na ciência para todas as
2385 espécies que eles deveriam ter apresentado. Eles acabaram se restringindo
2386 muito a ocorrências, apresentaram diversas ocorrências, mas não
2387 conseguiram a definição do termo para as espécies. Portanto, não
2388 conseguiram comprovar que estavam apresentando populações. Nós
2389 entendemos que é um estudo muito amplo, que vai abranger tanto a forma de
2390 propagação da espécie como a forma de dispersão, a forma de ocupação da
2391 área. Para algumas espécies a população vai ser 50 indivíduos em uma
2392 mesma área, para outros, 50 indivíduos em uma área maior. Está ligado
2393 também às formas de propagação e dispersão das espécies. Então, por isso
2394 nós consideramos que precisaria de estudo mais aprofundado, porque não
2395 tiveram base científica para nos apresentar e teriam que desenvolver esse
2396 estudo para ser apresentado. A outra questão colocada é que isso estaria
2397 comprometendo, já terem suprimido. Tanto pelo princípio da precaução e da
2398 prevenção eles realizam medidas para garantir que a espécie exista e a
2399 variabilidade genética. A coleta antes da supressão e o replantio. Então,
2400 essas já são medidas que mantêm a sobrevivência da espécie de alguma
2401 forma. O habitat acaba que é o mesmo, porque eles não vão pôr a planta do
2402 Cerrado na Mata Atlântica nem a da Mata Atlântica no Cerrado. Na Lei

2403 11.428/2006, no Artigo 11, sobre a vegetação, no item a, fala sobre a
2404 sobrevivência das espécies. 'O corte e supressão de vegetação primária nos
2405 estágios Avançado e Médio de regeneração do bioma Mata Atlântica ficam
2406 vedados quando: a vegetação abrigar espécies da flora e da fauna silvestres
2407 ameaçadas de extinção em território nacional ou em âmbito estadual, assim
2408 declarados pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou parcelamento
2409 que puserem em risco a sobrevivência dessas espécies.' A sobrevivência
2410 não está sendo posta em risco uma vez que há indícios de ocorrências em
2411 outras áreas e que eles estão fazendo o plantio e recuperação de material
2412 genético. Já no Decreto 6.660/2008 fala que a autorização para corte ou
2413 supressão também está vinculada. O corte ou supressão têm que ser
2414 mitigados, não agravando o risco de sobrevivência in situ da espécie, ou
2415 seja, sobrevivência da espécie na natureza. Eu volto a falar. Como eles
2416 realizam o replantio e há outras áreas de ocorrência, a espécie continua
2417 existindo na natureza. No Parágrafo Único vem de novo reforçando sobre a
2418 situação in situ e no inciso I fala 'corte e supressão da espécie ameaçada de
2419 extinção de ocorrência restrita à área de abrangência direta da intervenção',
2420 que não era o caso. A área de abrangência da maioria das espécies é maior
2421 do que a área de intervenção." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
2422 "Agradeço, entendo suas considerações, mas vou discordar. Peço licença
2423 para discordar realmente. Nós fizemos a construção conjunta até na LP+LI
2424 da redação da condicionante. A legislação traz justamente o espírito. Tanto a
2425 Lei da Mata Atlântica quanto o Decreto da Mata Atlântica falam. 'Para que eu
2426 possa suprimir qualquer espécie ameaçada de extinção...' Você colocou
2427 muito bem, você colocou os dois dispositivos que eu acho que são
2428 importantes aqui, em conjunto com a própria Constituição. Para poder suprimir
2429 uma espécie ameaçada de extinção, tem que demonstrar que não traz
2430 qualquer risco de extinção a essas espécies na natureza, sem intervenção.
2431 Nós estamos falando de resgate, replantio, dessa forma. Na minha
2432 percepção, pelas informações que vieram do PU, essa demonstração não
2433 aconteceu, tanto é que vocês pediram informações adicionais, para
2434 demonstrar que essas espécies ameaçadas, para viverem sozinhas, sem
2435 intervenção, na natureza, esses dados ainda não estão claros, de todas as
2436 espécies que foram suprimidas. Então, eu coloco esse registro. Se não existe
2437 essa demonstração, na minha percepção, o que houve foi um atropelo,
2438 talvez, no que se refere à autorização de supressão. Porque essa certeza que
2439 talvez vá ter quando do cumprimento da condicionante que vocês estão
2440 sugerindo agora, ela tenha que ser prévia. E aí eu não falo tanto de plantio
2441 que a empresa está fazendo, do resgate que a empresa está fazendo. Eu
2442 estou falando de presença natural em áreas preservadas. Nós tínhamos
2443 colocado em áreas preservadas porque, quando falamos de mineração, tem
2444 outro risco ainda. Ainda mais em espécies relacionadas a cangas, campos
2445 rupestres, campos ferruginosos. Porque, geralmente, hoje tem essa tipologia,

2446 tem DNPM, minerário, geralmente está associado com bens minerários.
2447 Então, nós tínhamos até colocado esse plus na condicionante, para que
2448 fosse em áreas preservadas, para que amanhã ou depois não indicasse às
2449 vezes até mesmo de forma sem malda, no sentido de que o empreendimento
2450 A indica a área X, como existentes espécies na natureza; e o
2451 empreendimento B vai minerar a área X e indica a área do empreendimento
2452 A. Tem registro em bibliografia, realmente, tem de população viável. 'Setem
2453 registro de bibliografia, está ok.' Então, por isso até nós tínhamos colocado
2454 esse plus de, preferencialmente, em áreas de preservação, para que
2455 tivéssemos uma garantia maior de que haveria a perpetuação dessas
2456 espécies. Eu entendi as suas colocações, mas realmente eu discordo,
2457 porque, na minha percepção, a demonstração segura, sem qualquer tipo de
2458 intervenção, in situ, na natureza, quantidade suficiente para que aquelas
2459 espécies possam se perpetuar, ou pelo menos não perecerem, eu entendi
2460 que essa certeza não existeno momento. Pode até existir quando do
2461 cumprimento da condicionante, mas não existe no momento. É por isso que
2462 eu tenho dificuldade de entender essa condicionante como cumprida. Quanto
2463 à legalidade ou não, formal, eu acho que existe até uma questão. Nós
2464 sempre batemos muito nesse assunto no sentido de que essas certezas
2465 sejam prévias, justamente, para que esse debate aconteça antes. Porque
2466 isso, na minha opinião, é de viabilidade da supressão. Vai que amanhã ou
2467 depois venha um estudo que indica que não existem condições, que não
2468 existe população in situ, enfim, não existem condições de a espécie se
2469 perpetuar in situ. O que eu queria é que, para além do descumprimento da
2470 condicionante, pode ter um risco, até mesmo, da validade de uma supressão
2471 que já aconteceu. Então, eu discordo muito quanto à conclusão. Eu entendi
2472 as suas considerações, entendi o que foi apresentado, a questão dos
2473 parâmetros, qual espécie tem ou não. 'População viável' foi uma expressão
2474 que nós colocamos na condicionante, e remete a expressões da área técnica
2475 também. Mas da conclusão é que realmente eu não discordo. Eu acho que
2476 foi precipitado, eu acho que essa análise tinha que ser prévia. Eu sei que o
2477 Estado vem tentando se mobilizar para que isso seja feito. Inclusive, uma
2478 questão que nós sempre colocávamos aqui, por exemplo, com relação à
2479 Mata Atlântica eu sei que já está sendo feito no Estado, até mesmo na CPB,
2480 a indicação de pelo menos uma área com equivalência ecológica antes de
2481 autorizar a supressão. Já está se exigindo isso. É o mesmo raciocínio, na
2482 minha percepção. Inclusive, essas evoluções que o Estado tem
2483 adotado, esses aprimoramentos que o Estado tem adotado são muito bem-
2484 vindos, esse é o caminho mesmo. Mas neste caso também eu acho que nós
2485 incorremos nessa situação, numa precipitação na hora de autorizar
2486 a supressão, lá atrás, porque essa certeza tinha que ser prévia." Sara Michelly
2487 Cruz, gestora ambiental da Supram Jequitinhonha: "Agora, você me permite
2488 discordar um pouco? Quanto à autorização, você está questionando deter

2489 sido autorizadasem ter comprovação.A comprovação, o Ibama e o IEF é que
2490 fazem essa análise para supressão. Então, eles analisaram que existia,
2491 porque eles analisam a população existente no momento. O que fica faltando
2492 é em quanto tempo essa população é viável, em quanto tempo tem essas
2493 populações viáveis. Pode ser 50 anos, pode ser 100, pode ser 1.000. E esse
2494 termo é preciso ser definido, cientificamente, antes de comprovar. E mesmo
2495 asupressãoe o plantio garantem a variabilidade genética. A variabilidade
2496 genética é que vai garantir a sobrevivência de qualquer espécie ao longo do
2497 tempo.Mesmo para as espécies comerciais, é feito banco de sementes para
2498 que tenha, no futuro, como elas sobreviverem às diferenças de habitats que
2499 vãoocorrendo de acordo com as variações que vão ocorrendo no ambiente,
2500 diminuição de água, maiores temperaturas.Então, eu acredito que em
2501 nenhum momento não tenha sido comprovado que exista ocorrência das
2502 espécies no habitat in situ.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
2503 Supram Jequitinhonha: “É importante dizer para todo mundo que o texto da
2504 condicionante foi ‘apresentar um ponto, um local fora da ADA,
2505 preferencialmente, em área preservada com ocorrência de população
2506 viável’.O que nós estamos discutindo aqui é que foi apresentado um ponto, e
2507 tem apresentação até mais do que isso. O que a análise discutiu foi muito
2508 para além daquilo que foi pedido. É o seguinte. Existe a possibilidade de se
2509 considerar em qualquer tempo, para qualquer população daquelas, o critério
2510 de minimamente viável? Isso não existe. Esse critério científico não foi
2511 estabelecido para aquelas espécies que foram selecionadas para fazer
2512 análise. Uma questão quase que semântica. Não existe critério científico que
2513 estabeleça qual é o tamanho e o tempo para se estabelecer a população
2514 minimamente viável. Esse critério técnico não existe. Daí, reduz-se a
2515 apresentação da ocorrência disso. Essaapresentação foi feita, por isso foi
2516 considerada cumprida.A apresentação foi feita dentro dos critérios científicos
2517 existentes. O que a equipe técnica discutiu? Apesar de ter sido feita a
2518 apresentação, nós queremos o detalhamento dessas populações. Por isso
2519 que nós queremos um aprofundamento do estudo que determine para nós,
2520 como um primeiro passo, quais são as populações, quais são os tamanhos,
2521 ondeestão distribuídas nessas áreas, um aprofundamento daquilo que nós
2522 consideramos cumprido.Por isso que nós discordamos. Não existe a
2523 possibilidade de se estabelecer população minimamente viável daquelas
2524 espécies, porque esse critério tempo e tamanho não foi estabelecido,
2525 cientificamente, em lugar nenhum, não há na literatura e não há possibilidade
2526 de se fazer isso em tão pouco tempo.Esse critério foi estabelecido para
2527 algumas espécies de fauna,em locais específicos, e aí para a população de
2528 Vellozia não vai se aplicar. Essa que é a dificuldade de entendimento. Na
2529 verdade, isso é um erro nosso de permitir que um conceito científico
2530 estabelecido balize uma condicionante de forma que ela seja impossível de
2531 ser cumprida por qualquer um. Nesse período de tempo, é impossível de ser

2532 cumprida por qualquer um. Se fizermos isso com qualquer um, irá
2533 impossibilitar. Então, o que nós determinamos é o seguinte. O critério que está
2534 na 11.428 e no 6.660, que é o de perpetuação daquelas populações, daquela
2535 espécie. Isso está garantido, está lá protegido in situ, em áreas apresentadas
2536 pelo empreendedor, de compensação e de unidade de conservação. Além
2537 disso, salvo engano, pouco mais de 100 mil indivíduos transplantados.
2538 Naciência, na literatura, a conservação ex situ também é um modelo de
2539 conservação, também garante perpetuação de espécie. Então, o fato de ter
2540 mais de 100 mil indivíduos transplantados – é claro que tem uma taxa de
2541 sobrevivência, que vai reduzir – garante a continuidade da espécie. Então, o
2542 critério estabelecido pela 11.428 e pelo 6.660, naquela discussão, foi
2543 observado. No cumprimento da condicionante, foi observado. Isso nós temos
2544 muita tranquilidade em afirmar e acompanhar. Nós queremos o detalhamento
2545 desses critérios para que possamos, depois, monitorar essa
2546 sobrevivência.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Rodrigo, eu
2547 discordo da sua metodologia. Aqui, você está invertendo a metodologia, está
2548 privilegiando o utilitarismo para resultado, em termos de proposta de
2549 licenciamento, contra o próprio enunciado que você falou. Quando você diz
2550 ‘não existe um critério que seja único para toda espécie’, você caracterizou
2551 bem. Cada espécie tem uma comunidade que seja a que garante,
2552 exatamente, a variabilidade genética. A conservação é a variabilidade
2553 genética. Pode ter às vezes uma espécie com dez indivíduos que garantem a
2554 variabilidade genética, e outra que vai precisar de 200. Agora, isso tem que
2555 ser estabelecido. Ecologicamente, o estudo de variabilidade tem que ser
2556 estabelecido. Claro que é um processo de diagnóstico. Tem que ter uma
2557 plataforma de coleta de dado, e às vezes não consegue acontecer no prazo
2558 que você está determinando. Mas a segurança necessária para se garantir a
2559 perpetuação da espécie dentro daquele habitat tem um número que pode ser
2560 avaliado, dentro de um estudo. Como tem espécies que já estão definidas.
2561 Já se conseguiu ter um conjunto de informações que define a espécie. E
2562 como nós temos, no momento, trabalhado com áreas que são extremamente
2563 restritas – porque nós estamos trabalhando em ecótonos que são
2564 extremamente singulares –, áreas de atrito entre Cerrado e Mata Atlântica, eu
2565 acompanhei vários diagnósticos que foram feitos que descobriram espécies
2566 novas, espécies raras de ambientes restritos. E elas não têm, ainda, estudos
2567 consolidados sobre a capacidade de comunidade para garantir variabilidade
2568 genética. Isso é fato. E realmente nós corremos risco de perder espécies que
2569 podem ter ocorrência muito restrita e que, à medida em que forem
2570 suprimidos... Fala-se em 100 mil indivíduos, mas de quantas espécies? Nós
2571 conseguimos definir essas espécies?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio
2572 Técnico da Supram Jequitinhonha: “Nós estamos falando de duas espécies
2573 que foram consideradas naquele momento e não de todas as espécies que
2574 foram consideradas. São 11 espécies. Essas 11 espécies ameaçadas de

2575 extinção mais as duas foram consideradas nos estudos.” Conselheiro Carlos
2576 Eduardo Teixeira Nery: “No momento em que se admite que não existe uma
2577 caracterização de variabilidade genética, pode até fazer um risco. ‘Eu me
2578 propor a conseguir acumular o maior número de espécies que eu consiga
2579 armazenar, entretanto, não tenho uma precisão disso. Não que eu questione.
2580 Eu só digo que essa metodologia tem risco, não é segura. Eu estou fazendo
2581 uma proposta, mas estou privilegiando a agilidade de um processo. Eu não
2582 estou querendo dizer que está errado. É uma escolha, inclusive, por critério
2583 político. Agora, tecnicamente, garantir variabilidade, garantir perpetuação,
2584 tem que estabelecer parâmetro. Isso é fato.” Na verdade, nós estamos
2585 discordando quanto ao escopo da condicionante. O escopo da condicionante
2586 não era estabelecer um padrão de variabilidade genética de 11 espécies –
2587 nove ameaçadas de extinção e mais duas – para que depois se
2588 estabelecesse o tamanho da população viável. Não foi isso. Foi apresentar
2589 local fora da ADA. Por isso que a nossa análise remete. Isso foi apresentado,
2590 está lá. Não fazia parte do escopo estabelecer o tamanho da população
2591 minimamente viável. Por isso que nós tivemos que dar como cumprida a
2592 condicionante e queremos que seja aprofundado o levantamento. Se,
2593 eventualmente, em algum momento, se estabelecer para aquelas 11 espécies
2594 populações minimamente viáveis, nós podemos até depois buscar as
2595 informações para saber se nós temos isso, se nós precisamos disso. Hoje,
2596 não foi pedido, não era o escopo, não foi aquilo que foi selecionado por esta
2597 URC, e, portanto, não foi o que foi apresentado e analisado. Não é uma
2598 questão de opção política nem de viés utilitarista da análise do processo. Aí,
2599 você está equivocado. Nós nos atemos àquilo que a URC determina. Isso foi
2600 decidido por esta Unidade Regional Colegiada, e nós tivemos que nos ater a
2601 isso. Agora, se esta URC determinar diferente, nós vamos fazer a
2602 análise daquilo que for determinado e não daquilo que foi só imaginado. O
2603 que foi imaginado é perfeito, mas não está imposto. Aquilo que foi imposto foi
2604 analisado, foi apresentado, e não há nenhum viés político por trás disso. Nós
2605 deixamos muito claro aqui. Nós fazemos as análises críticas de um e de
2606 outro lado. Nós fazemos análise crítica dizendo que o monitoramento não
2607 está bom, que isso e aquilo têm que mudar. E fizemos a análise crítica
2608 dizendo ‘nós impusemos ou tentamos impor uma condição inexecutável para
2609 o empreendedor, seja ele quem for, que fez aquilo que foi pedido e até um
2610 pouco mais – apresentou mais de um lugar, apesar da condicionante ser
2611 um –, e estamos pedindo mais coisa dele. Mas, aí, é a análise crítica dizendo:
2612 ‘Nós impusemos uma questão que é inexecutável’. Eu acho que isso tem que
2613 ficar bem claro. De toda maneira, está aí, está posto. Por isso nós discutimos.
2614 Eu vou repetir as considerações que eu tinha feito, no princípio da nossa
2615 discussão, de que no âmbito do Step 2, daquilo que está sendo analisado
2616 neste processo de regularização, não foram indicados novos atingidos pelo
2617 Step 2 – sem avaliação de Step 1, sem avaliação de Step 3, sem avaliação

2618 de qualquer outra fonte de impacto – que propusessem o reassentamento, o
2619 deslocamento de população. Eu faço uma ressalva de que tem decisões
2620 judiciais, litígios judiciais, com os quais a Supram não lida. Nós não podemos
2621 interromper ou interpelar, em juízo, a atuação da empresa ou de seja quem
2622 for ou onde. Então, do ponto de vista exclusivo do Step 2, dessa utilização,
2623 não há interposição de áreas externas que gerem novos atingidos, que
2624 sejam passíveis de inclusão no PNF como reassentados.” Conselheiro Felipe
2625 Faria de Oliveira: “Rodrigo, realmente, eu discordo. Eu entendi o que você
2626 quis dizer, resgato aquilo que eu falei no primeiro momento: a metodologia
2627 da Diversus. Depois, eu vou voltar a essa questão de Step 1 e Step 2. A
2628 metodologia da Diversus pressupunha o caráter dinâmico do
2629 empreendimento. A cada nova realidade, novos impactos, a necessidade de
2630 verificação se existem impactos que não foram devidamente compensados.
2631 E o reassentamento mais é do que uma compensatória extrema,
2632 quando aquelas que são menores não foram aptas a anular os prejuízos
2633 advindos do empreendimento para com as pessoas. Em muitos conceitos
2634 nós concordamos. O próprio estudo da Diversus pressupunha isso. Não
2635 existe dúvida de que o estudo da Diversus não trabalhou com a realidade de
2636 operação do Step 1. Nós estávamos falando da LI do Step 1 quando o
2637 estudo da Diversus foi feito. Não trabalhou com a realidade de operação do
2638 Step 1. Ok. Só que, como o processo não é totalmente estanque, nós temos
2639 discutido isso até hoje, até o mês passado, repercussões desse cenário de
2640 instalação que geraram prejuízos à comunidade. E nós votamos. Ok. Agora o
2641 que nós temos tido de relato aqui e o que vocês receberam de abaixo-
2642 assinado no mês passado, uma lista de pessoas de reassentamento. Eu nem
2643 tive contato com essa lista, não sei quais nomes são. Mas o que nós
2644 ouvimos aqui foram relatos de impactos ambientais que podem estar
2645 relacionados à operação do empreendimento Step 1. Se esses impactos não
2646 forem aptos a serem controlados, atenuados até um limite máximo previsto
2647 em norma, quando houver, ou compensados de forma anular esses
2648 impactos, deve ocorrer um reassentamento das pessoas, porque é uma
2649 medida compensatória extrema. É o que eu falei no caso dos ruídos.” Rodrigo
2650 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Doutor Felipe,
2651 me permita um aparte. Só para lembrar os conselheiros, considerando os
2652 registros, os registros que nós recebemos, e viemos aqui e falamos
2653 do registro representado pelo doutor Elcio. O que ficou acertado aqui, votado
2654 e determinado pela URC é a montagem de um grupo de trabalho que vai
2655 tratar esses casos nos mesmos moldes do GT da Diversus. Pegar as
2656 informações, verificar os impactos e se posicionar em relação à possibilidade
2657 de mitigação, compensação – ou reassentamento – desses impactos. Então,
2658 nós temos muita clareza – nós estamos tratando do Step 2 – de que não
2659 gera esses impactos, não gerou esses impactos lá. Em relação a
2660 reassentamento de outros demandantes, esta URC já estabeleceu qual vai

2661 ser o rito.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu vou chegar a isso,
2662 Rodrigo, eu estava tentando ser um pouco mais lento para conseguir fazer
2663 um contexto. Esse é um tema que, realmente, é um pouco difícil, são várias
2664 etapas e tal. Eu lembro dessa discussão no mês passado, eu acho que nós
2665 devemos talvez que limitar um pouco melhor, e acho que a oportunidade é
2666 agora. Inclusive, porque você mesmo colocou, ‘olha, gente, essa discussão
2667 vai ser no mês que vem, no retorno de vista’. Quando nós falamos de
2668 discussão sobre reassentamento, impacto, Step 2 e tal. Então, eu trouxe,
2669 justamente, para o momento que foi apontado como adequado. Nós
2670 deliberamos essas questões de impacto de operação, a operação gera
2671 novos impactos que não foram analisados pela Diversus, as pessoas
2672 relataram impactos de operação aqui, que, eventualmente, podem ou não
2673 ensejar reassentamento. Nós estamos falando aqui do Step 2. Ok. Que vai
2674 ter a mesma operação. Os mesmos impactos gerados na operação do Step 1
2675 serão gerados no Step 2. Então, é claro que esse paradigma que nós vimos
2676 de problemas apresentados pela comunidade, esse paradigma que nós vimos
2677 de problemas com potencialidade de gerar reassentamento por causa de
2678 operação, isso também pode acontecer nesta Licença de Operação que nós
2679 estamos votando hoje. Eu não estou aqui querendo discutir LO do Step 1.
2680 Eu estou querendo pegar os problemas potenciais que existem da operação
2681 do Step 1 e colocar que esses mesmos problemas vão existir na operação
2682 do Step 2, porque o Step 2 nada mais é do que a continuidade da operação
2683 do empreendimento. Então, é por isso que eu acho que é necessário, sim,
2684 essa análise. Por exemplo, a questão dos ruídos. Os mesmos impactos de
2685 ruídos que existem hoje na operação do Step 1 vão ter no Step 2. Então, se
2686 nós não conseguirmos identificar medidas para controlar, no máximo que
2687 existe, o parâmetro de ruídos ou para compensar as pessoas que estão
2688 submetidas a esses ruídos, se não existe nenhuma medida compensatória
2689 menor, a realocação das pessoas, na minha percepção, é medida que vai se
2690 impor. Agora, o que foi discutido no mês passado é o seguinte. Vamos
2691 montar um grupo de trabalho. Então, por isso eu insisto na necessidade de
2692 que seja feito novo estudo técnico para que tenha segurança jurídica para
2693 todos nós, para a empresa, a comunidade, conselheiros, órgão ambiental, no
2694 seguinte sentido: há pessoas, em razão de impactos cumulativos, que agora
2695 precisam ser reassentadas. Ou não há mais necessidade de outras pessoas,
2696 além daquelas que já foram reassentadas. Informação técnica conclusiva
2697 para que todos nós tenhamos segurança. Eu tenho certeza de que todo
2698 mundo que está aqui quer fazer o melhor possível, aquilo que é certo, resolver
2699 os problemas que são postos para as pessoas e para o meio ambiente lá. E
2700 nós não temos os conhecimentos técnicos necessários para chegar a essa
2701 conclusão. Então, nós precisamos, realmente, ter o embasamento técnico
2702 para isso. A discussão no mês passado foi o quê? Vamos montar, então, um
2703 grupo de trabalho igual, fez com a Diversus, para que possamos analisar

2704 esses casos. Só que não ficou estabelecido como nós seríamos municiados
2705 da informação técnica. Houve a discussão de que talvez a Supram dê esse
2706 suporte técnico. Eu até sugeri, na ocasião, que fosse por meio de uma
2707 auditoria externa. Houve até uma divergência quanto a isso. Eu continuo
2708 insistindo na auditoria externa para municiar. Eu concordo com o grupo de
2709 trabalho para poder analisar isso. Com certeza, isso tem que vir depois aqui
2710 para o Conselho para que seja deliberado. Mas eu insisto nessa questão de
2711 auditoria externa, porque nós sabemos que vocês são sobrecarregados. Para
2712 fazer isso em curto espaço de tempo. Se nós estamos falando de impactos
2713 que estão, potencialmente, inviabilizando as pessoas de permanecerem no
2714 local, o tempo é crucial. Então, se nós falamos de uma auditoria externa, é
2715 possível uma contratação pela empresa de uma equipe que possa ficar
2716 exclusivamente para isso, algo que, possivelmente, a Supram
2717 tenha dificuldade, de alocar um grupo grande de pessoas para ficar in loco
2718 acompanhando a comunidade, por exemplo, fazendo entrevistas com a
2719 comunidade, fazendo visita guiada junto com a comunidade para analisar
2720 esses impactos. Por outro lado, uma auditoria externa conseguiria fazer isso
2721 e ficar, exclusivamente, para tanto. Sem prejuízo, claro, de um grupo de
2722 trabalho, igual na outra ocasião, e a Supram junto para nos auxiliar até a
2723 compreender as informações que essa auditoria vai trazer para nós. Então,
2724 eu continuo insistindo. Eu não acho que essa proposta minha é misturar Step
2725 1 com Step 2. Eu estou pegando os impactos da operação do Step 1 e
2726 afirmando para vocês que esses mesmos impactos vão acontecer na operação
2727 do Step 2. Então, nós temos que analisar se esses impactos são cumulativos
2728 e se estão gerando necessidade de retirar as pessoas de lá ou não. Eu não
2729 estou misturando as etapas do licenciamento, muito embora eu também
2730 acho que nós não conseguimos analisar esse licenciamento de uma forma
2731 tão separada. Mas ainda assim eu insisto, ainda que afirmemos que tenha
2732 que ser analisada de forma separada, eu acho que aqui eu estou utilizando
2733 um paradigma de uma operação anterior e falando que agora, nessa licença
2734 que está sendo votada agora, esses problemas também vão acontecer. Os
2735 problemas de ruído vão acontecer, os problemas de particulado, problemas
2736 atmosféricos que as pessoas relataram vão acontecer na mesma intensidade.
2737 Porque a operação vai continuar. Então, eu estou falando para
2738 montarmos esse grupo de trabalho para analisar isso. Inclusive, talvez essa
2739 auditoria consiga até mesmo já analisar o resultado da suficiência ou não
2740 daquelas medidas adicionais que, eventualmente, tenham que ser adotadas
2741 quanto aos ruídos na comunidade de Ferrugem. Então, olhem o tanto de
2742 informações que nós estamos falando da operação que nós estamos
2743 votando hoje que podem vir a gerar reassentamento de pessoas. Aqueles
2744 ruídos de que falamos que talvez não tenham condições de serem anulados.
2745 Quando eu falo anulá-los é limitá-los ao parâmetro normativo máximo. Então,
2746 é por isso que, particularmente, eu concordo, já formamos um grupo de

2747 trabalho, mas insisto na necessidade de uma auditoria externa que, em
2748 tempo curto, consiga nos trazer essa informação para que juntos,
2749 novamente, Supram e conselheiros, consigamos destrinchar esses dados e
2750 deliberar.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eu acho que o doutor
2751 Felipe colocou o que já está sendo trabalhado há muito tempo nesse foco.
2752 Eu acho que nós temos, às vezes, um pudor de dizer que o processo é um
2753 só. Nós falamos de Step 2, otimização da mina. Ela não mudou. Eu acho
2754 que isso é favorável para a empresa na hora em que ela quer agregar ao
2755 processo antigo, para não gerar grandes alterações, mas, no momento que é
2756 de organizar obrigação, ela diz que não, que é um novo processo de
2757 licenciamento, que é independente. Eu não vejo, de forma alguma, como
2758 independente. É sucessivo, entretanto, dentro do mesmo processo.
2759 Logicamente, os impactos estão sequenciados, tanto que nós criamos
2760 condicionantes de LO, que deveria já não ter mais condicionante nenhuma.
2761 Se é LO, nós pegamos tudo e zeramos. ‘Ah, não, fizemos condicionantes de
2762 LO’. Depois que o processo, de certa forma, está completo. Então, ela tem
2763 ainda resíduos que foram trabalhados e que têm que ser saldados
2764 finalmente. E nós, então, agregamos outro processo de licenciamento, de
2765 otimização. É um pouco exótico, entretanto, compreensível. Eu acho que isso
2766 deve ser tratado. E eu acho que é o momento favorável não só para o Estado
2767 como para a sociedade, como para a empresa. Nós temos que matar isso,
2768 não é possível que vamos arrastando isso indefinidamente. O que foi
2769 proposto, e eu acho que está sendo complementado agora pelo doutor
2770 Felipe, é que se fizesse uma força-tarefa que fosse conclusiva, que fosse
2771 para resolver, que não fosse para ficar protelando. Eu discordo de um estudo
2772 independente que fosse tipo o da Diversus de novo, ficar mais um ano ou
2773 dois fazendo novos estudos. Eu acredito que nós podemos estabelecer uma
2774 expertise. No dia, inclusive, eu falei isso. Se a Secretaria não tiver
2775 essa expertise disponível, o que é uma possibilidade, que se contratasse,
2776 então, uma expertise disponível, mas com período determinado. Que nós
2777 fossemos a campo e matássemos isso. Matar no termo de conclusão da
2778 questão, para que não se ficasse mais rendendo e fermentando isso. Vamos
2779 a campo acompanhamos, com os agentes legítimos, os que têm
2780 competência para fazer com que isso realmente chegue a uma conclusão, e
2781 vamos definir com clareza o que é e o que não é, e concluir esse processo. Eu
2782 acho que essa seria, para mim, a melhor forma de tratar o assunto.” Rodrigo
2783 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Eu não discordo
2784 da avaliação. Inclusive, o grupo de trabalho veio a discussão aqui, e nós
2785 fomos os primeiros a apoiar. A questão não é essa, a questão é o formato.
2786 Mas aqui eu acho que nós estamos misturando duas coisas. A história dos
2787 processos que se confundem. A avaliação objetiva do Step 2 demonstrou
2788 uma condição. A avaliação dos impactos que foi apresentada no primeiro
2789 EIA/RIMA, depois dos demais relatórios, indicou níveis de impactos e medidas

2790 mitigadoras e compensatórias que foram consideradas adequadas naquele
2791 momento. O que está se falando aqui é que, apesar de terem sido
2792 consideradas adequadas e aprovadas pela URC, dentro do PCA,
2793 consideradas pertinentes, há que se fazer uma reavaliação. Aí, eu acho que
2794 são duas coisas mesmo. A primeira é não trazer à cargada análise do Step 2
2795 uma análise que se quer maior e que antecede, sucede os steps. Antecede
2796 porque vem de impactos que foram observados, preteritamente, na operação
2797 do Step 1, e não se vincula à análise objetiva do processo, o que não quer
2798 dizer que não se vincule ao empreendimento. Eu acho que são duas coisas.
2799 Primeiro, de reassentamento. Para este momento, há indicação de
2800 reassentamento ou não? Para este momento, com o que se sabe, com o
2801 conhecimento que foi estabelecido, com a análise que foi feita. Pode ser feita
2802 uma análise de outras formas de impacto, exatamente o que foi proposto no
2803 grupo de trabalho? Sim. Mas aí eu acho que são duas coisas. Uma coisa é
2804 um grupo de trabalho interno, que vai ter um formato que vai indicar,
2805 definitivamente, quem é quem não é atingido, capaz de ser mitigado,
2806 compensado das mais diversas formas. Inclusive, muito do que nós
2807 escutamos não tem sequer relação direta, neste momento, com o processo
2808 que está sendo licenciado pelo Estado de Minas. Quando se fala de vibração
2809 na casa, de secamento de nascente vinculada ao mineroduto, traz, do âmbito
2810 federal, a discussão de atingidos para que o Estado de Minas resolva.
2811 Independentemente disso, nós não nos furtamos a isso, tanto que o estudo
2812 da Diversus indicou quatro famílias que estavam impactadas pelo
2813 mineroduto, e elas foram imediatamente incorporadas na nossa análise e no
2814 estudo, na condicionante. Então, eu acho que são duas coisas. Uma coisa é
2815 analisar o Step 2 como ele é, como ele está posto. E no âmbito do grupo de
2816 trabalho discutir o formato do grupo de trabalho. É uma condição posterior,
2817 mas pode ser hoje, deve ser hoje. Nós propusemos, inclusive, que o grupo de
2818 trabalho saísse pronto na reunião passada, e o senhor, doutor Felipe, pediu
2819 que fosse uma composição aberta naquele momento. Então, nós reiteramos
2820 aqui o pedido de que se estabeleça um grupo de trabalho fechado aqui hoje,
2821 com dois, três, cinco, seja quantos conselheiros forem. Com apoio. Nós nos
2822 dispusemos a apoiar. Mas, se for o caso, pode ser discutido no âmbito da
2823 URC que o apoio será de empresa externa. Enfim, nós não nos manifestamos
2824 em relação a isso. Mas isso não deve trazer carga para a análise objetiva
2825 que foi feita nesse processo. Entenderam a diferença? Nós não estamos
2826 discordando, nós só estamos dizendo o seguinte: nesse processo, essa
2827 análise não cabia; num processo mais amplo, certamente, ela deve caber.”
2828 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu quero depois retomar essa
2829 discussão das condicionantes, porque eu acho que vai estar mais
2830 relacionada a isso. Eu continuo insistindo, eu discordo. Nós concordamos em
2831 95%, e nos 5% do que eu discordo eu acho que isso tem a ver como que nós
2832 estamos discutindo aqui hoje, sim. A questão de nós termos pedido uma

2833 composição aberta. Até porque tem alguns conselheiros aqui que não
2834 estavam presentes na última reunião. Eu acho que seria legal hoje, sim, nós
2835 formarmos essa composição. Eu continuo validando a ideia daquele grupo
2836 de trabalho, e já me coloquei à disposição, inclusive, quanto a isso.
2837 Posteriormente, eu quero discutir em sede de condicionante como contribuir
2838 para esse grupo de trabalho. Eu quero, aí, sim, fazer essa proposta de uma
2839 análise externa que possa agilizar, até mesmo para não sobrecarregar a
2840 Supram, essa análise.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
2841 Jequitinhonha: “Quanto a isso, nós mantemos a posição do
2842 passado. Elaborar um novo estudo vai gastar um tempo tão maior para a
2843 solução do problema que vai ser prejudicial para aqueles que estão sofrendo
2844 impactos. O grupo de trabalho tem que ser mais dinâmico.” Conselheiro Alex
2845 Mendes Santos: “Só para colocar essa questão também que eu discordo um
2846 pouco de que essa questão de atingidos nesse processo não tem. Na minha
2847 visão, tem. Até porque eu tenho algumas fotos que a empresa mostra.
2848 Temos algumas fotos que mostram o caminhamento da operação. Nós
2849 vemos que de uma pequena intervenção na borda Oeste ela está
2850 caminhando junto. Começou com um ‘deslizamentozinho’ e hoje tem uma foto
2851 aqui, até da empresa: ela está caminhando. Isso eu falo porque estou desde
2852 a primeira Licença Prévia. Então, eu fico muito chateado e aborrecido com
2853 isso, porque foi a garantia dada, depois, foi o consolo, ‘relaxa, isso não vai
2854 acontecer, a borda Oeste não tem a mínima condição’; e está acontecendo.
2855 E agora tem famílias lá embaixo que estão sendo impactadas. Eu não sei, aí,
2856 a discussão não é se vai sair. Eu não tenho essa condição de analisar, eu
2857 não fui lá para ver. Eu fui lá antes. Desde a data em que nós estivemos lá, o
2858 processo, na minha opinião, se agravou. Apesar das medidas da empresa,
2859 parece que está se agravando. Então, é isso que nós estamos tentando falar
2860 aqui. Nós estamos discordando de vocês de que, neste momento, no Step 2
2861 não vai ter essa situação. Eu acho que é relevante, sim.” Rodrigo Ribas,
2862 diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “As posições estão
2863 postas, e eu acho que render é desnecessário. Eu acho que o último tema é
2864 descumprimento de condicionantes. Nós já falamos da condicionante 39, que
2865 estabelecemos como cumprida. Tem a condicionante 38, que foi dada como
2866 cumprida fora do prazo, e o senhor disse que está descumprida. Na
2867 verdade, estamos os dois errados. Porque estamos os dois errados? A
2868 condicionante dizia que eles tinham que avisar dez dias antes para a
2869 comunidade e demonstrar esse aviso para nós, com dez dias de
2870 antecedência do enchimento do Dique 2. Nós consideramos cumprida fora do
2871 prazo, porque nós recebemos o protocolo de cumprimento fora do prazo. E
2872 aí, lá na demonstração do cumprimento, estava demonstrado que para a
2873 comunidade foi avisado no tempo hábil. Isso não veio para cá. Aí, são duas
2874 coisas diferentes. Nós estamos falando aqui do enchimento de uma estrutura
2875 de controle ambiental, portanto, gera impactos lá fora. Foi uma questão quase

2876 de um cuidado maior desta URC para gerar controle sobre uma possibilidade
2877 de efeito, como aconteceu no córrego Pereira, em 2011. O que não
2878 aconteceu. O que acontece? O momento desse protocolo era um momento
2879 de greve das Suprams, greve do Sisema. Então, a empresa protocolou e
2880 demonstrou para nós a demonstração fática disso. Protocolou o aviso junto à
2881 SEMAD, na Cidade Administrativa. Nós demoramos a recuperar o
2882 documento. Então, estamos os dois errados porque foi cumprido no prazo
2883 correto. O fato de não termos tido comprovação em tempo hábil para análise
2884 nos levou ao equívoco de achar que foi cumprido fora do prazo. Mas está
2885 registrado. O sistema de protocolo da SEMAD, do Sisema sede, é diferente
2886 daqui. Ele gera outro número de registro interno, e está demonstrado lá que o
2887 protocolo foi feito no tempo correto. Mas o importante é que o aviso tenha
2888 sido dado e que estrutura de controle esteja funcional. E a condicionante 29
2889 dizia o seguinte: a empresa não podia adentrar as áreas, fazer supressão de
2890 vegetação nos dois sítios em que havia litígio judicial até que se resolvesse o
2891 problema do litígio. Ela não impedia a supressão de vegetação, só
2892 estabelecia o momento em que essa supressão de vegetação ia começar a
2893 acontecer. Esse era o objeto da condicionante. A supressão de vegetação foi
2894 dada para toda a área, a autorização de supressão de vegetação foi
2895 estabelecida para toda a área, inclusive para esses dois sítios, que estavam
2896 em litígio, em ações de reintegração de posse, no que nós não vamos entrar
2897 aqui na discussão. Então, só esclarecendo: não adentre as áreas antes da
2898 solução. O que aconteceu foi que o operador de máquina que estava
2899 fazendo a supressão não viu. Pelo menos, ele justifica dizendo que não viu
2900 acerca e invadiu uma área de 100 metros quadrados, 10 por 10, do tamanho
2901 de uma máquina, de um dos sítios. Imediatamente, depois de perceber isso,
2902 saiu, houve a recomposição, a recuperação da área até que possa ser
2903 estabelecida a supressão de vegetação por decisão judicial ou por acordo. Só
2904 que nós não podemos mais considerar essa condicionante cumprida. Ela vai
2905 ser descumprida até o final dos tempos, porque houve a invasão, mesmo
2906 que do ponto de vista ambiental não se seja significativa, mesmo que do
2907 ponto de vista social não tenha causado nenhum impacto direto sobre o
2908 residente naquela área, mesmo que a empresa tenha tido o cuidado de nos
2909 avisar imediatamente que estava tomando as ações necessárias para poder
2910 fazer a recuperação daquela área. Então, eles regrediram, recuperaram,
2911 refizeram a cerca e não entraram lá mais. Só que, como a condicionante era
2912 não entrar, isso foi descumprido. Aí, o senhor vai perguntar: o cumprimento
2913 da condicionante é a condição sine qua non. Eu acho mais do que o
2914 cumprimento de condicionante é: o impacto que foi gerado lá
2915 gera importância na análise? No nosso entendimento, não gerou. Foi uma
2916 ação incidental, e todas as ações necessárias para recuperação e
2917 recomposição da área foram tomadas imediatamente. Nós não podemos
2918 considerar cumprida, mas também não consideramos que houve um impacto

2919 ambiental que gerasse qualquer outra medida de controle. Isso é claro na
2920 autuação por descumprimento, nesse caso específico. Mas a decisão do
2921 processo cabe à URC. A nossa avaliação é essa. A supressão de
2922 vegetação, só autorizada. O momento está equivocada, o momento não vai
2923 voltar nunca mais. Daqui a dois dias, cinco dias, dez dias, quando seja
2924 resolvido o problema de litígio, a empresa vai poder entrar e fazer supressão
2925 normalmente. Nós não estamos tratando de impacto ambiental, estamos
2926 tratando, exclusivamente, do descumprimento dessa ordem expressa.”
2927 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Na verdade, é aquilo que o Rodrigo
2928 colocou: as coisas estão postas. Eu entendi o posicionamento da equipe da
2929 Supram. Na última URC, esse mesmo posicionamento foi colocado para
2930 outro empreendimento. Naquela mesma ocasião também, eu insistir no
2931 entendimento do Ministério Público da questão do cumprimento das
2932 condicionantes. Então, na verdade, eu vou aqui reafirmar aquilo que eu disse
2933 no meu parecer de vista.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Dando
2934 continuidade, já encerrou o esclarecimento dos técnicos da Supram, e alguns
2935 conselheiros solicitaram esclarecimento da empresa. E tem outro
2936 representante do MP, que está aqui também para falar, e mais a comunidade
2937 toda para se manifestar. Eu vou solicitar se há alguém da empresa para
2938 prestar o esclarecimento solicitado pelo conselheiro. Após esse
2939 esclarecimento, o doutor Marcelo, do MP de Conceição do Mato Dentro, vai
2940 fazer as considerações, e aí nós passamos para a manifestação da
2941 sociedade civil.” Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da Anglo
2942 American: “Obrigado pela oportunidade de nos manifestarmos acerca dos
2943 esclarecimentos do parecer de vista. Obrigado, doutor Felipe, pelo parecer
2944 de vista, que traz pontos realmente relevantes para clarificar a todos os
2945 conselheiros os pontos importantes neste processo. Nós vamos usar como
2946 suporte o material de apresentação. Eu gostaria só de fazer quatro
2947 pontuações aqui acerca do assunto todo antes de entrar, especificamente,
2948 no ponto a ponto do parecer. A primeira coisa. Já foi dito e realmente é uma
2949 constatação nossa ao ler o parecer de vista. O parecer não se atém ao objeto
2950 do licenciamento do Step 2 e é carregado de outros processos de
2951 implantação. Sobretudo, isso fica muito claro quando lemos o item 4,
2952 relacionado aos recursos hídricos. E, aí, a mais para colocar em relação a
2953 isso é que todos esses impactos citados, principalmente nos recursos
2954 hídricos, já foram objeto de discussão durante as discussões de LO desse
2955 empreendimento, da Etapa 1, e têm os compromissos firmados e
2956 assegurados no âmbito do processo de regularização ambiental. O maior
2957 exemplo deles é a condicionante 19, que é o projeto de revitalização dos
2958 córregos Pereira e Passa Sete, os principais cursos d’água comprometidos
2959 com os carregamentos de sedimentos durante a implantação do
2960 empreendimento. Como segundo ponto, eu acho que nós tivemos uma
2961 discussão bastante rica com a equipe da Supram e deu para avaliarmos isso,

2962 mas não custa reafirmar.O desempenho ambiental do empreendimento é
2963 balizado pelos padrões legais.A questão da percepção é incorporada pela
2964 empresa, para instituímos processos de melhoria contínua.Nós temos falado
2965 aqui, tem sido discutido processo de melhoria no monitoramento, no reporte
2966 dos dados de monitoramento, na tomada de ação, e nós comungamos dessa
2967 ideia também. E o terceiro pontoé colocado no parecer, por mais de uma
2968 vez, colocando o EIA/Rima, que é um documento de 2006, protocolado em
2969 2007, como um paradigma fidedigno para constatar a situação e fazer a
2970 comparação com a situação atual. Nós temos que entender que a alteração
2971 da paisagem não se dá só pela implantação do empreendimento minerário.
2972 Os próprios uso e ocupação do solo e desenvolvimento de atividades
2973 econômicas diversas pela população residente também caracterizam a
2974 mudança de cenário,o que desconfigura o EIA como único instrumento para
2975 comparação com os níveis atuais de perturbação gerados no meio
2976 ambiente.Iso é notório quando nós vemos umaalteração do uso e ocupação
2977 do solo e a caracterização do ruído ambiente, por exemplo, aquele ruído que
2978 é do local.Então, o que nós colocamos com muito assertividade é que o EIA
2979 pode,sim, ser utilizado como retrato daquele momento, mas que muito disso
2980 tem que partir dos monitoramentos executados. São monitoramentos que
2981 são executados há oito, nove anos na região e que traduzem, com mais
2982 fidedignidade,o que está acontecendo naquele momento. Então, gera nova
2983 fotografia dessa região.E, aí, ligado a essa questão de monitoramento, nós
2984 temos visto também alguma discussão bastante pesada sobre isso. O
2985 monitoramento, o objetivo inicial dele é,justamente, verificar os controles e,
2986 se identificados desvios, propor as ações de melhoria contínua que
2987 retroalimentamos processos da empresa.Como colocado pelo conselheiro
2988 Cadu, não é uma vez por ano que nós temos oportunidade de avaliar os
2989 dados de monitoramento. O Rodrigo colocou muito bem, a gestão dos
2990 programas ambientais é feita pela empresa, e a tomada de decisão ou a
2991 tomada de ações corretivas necessárias é feita quando da interpretação de
2992 cada um dos dados.Então, o reporte para o órgão ambiental é feito
2993 anualmente, mas a disponibilização dos dados é contínua, e é analisada
2994 continuamente pela empresa. O primeiro ponto, doutor Felipe e demais
2995 conselheiros, entrando, especificamente,no parecer de vista, a Júlia colocou
2996 muito bem isso.As principais estruturas de contenção e de controle ambiental
2997 do empreendimento estão postas.E hoje, Júlia, até a informação que você
2998 colocou do enchimento, o dique já tem vertimento natural. É o retrato atual.
2999 Você ainda estava com o retrato da data da vistoria.Ele já está vertendo, já
3000 tem cota paravertimento.E eu acho que esse é um dos maiores exemplos
3001 que nós trazemos dos aprendizados. Quando estávamos discutindo a LP+LI
3002 deste processo, nós falamos muito dos aprendizados que poderíamos extrair
3003 do primeiro passo do empreendimento e colocar em prática como uma nova
3004 maneira de fazer. E o maior desafio que nós tínhamos nesse projeto do Step

3005 2 era justamente a implantação do Dique 2 de contenção. O que foi feito de
3006 uma maneira muito assertiva, com implantação de estruturas provisórias de
3007 contenção de sedimentos, com implantação de dispositivos de contenção
3008 tipo paliçada, filtros de pedra. E todas as ações postas em prática nos
3009 levaram a ter hoje um bom caso de construção de estruturas de contenção. É
3010 o que comprova, muito fortemente, que nós trazemos os aprendizados dos
3011 erros da etapa inicial do empreendimento, o que já é reconhecido dentro do
3012 processo de LO. Então, a afirmativa que a Júlia colocou, em momento
3013 nenhum pode ser descreditada. O que está para ser feito ainda é a
3014 realocação da balsa. Na verdade, é a montagem eletromecânica da balsa e
3015 da tubulação. A terraplanagem já está toda feita, com os dispositivos de
3016 drenagem implantados, a revegetação dos taludes já executadas. O que pôde
3017 ser verificado na oportunidade da vistoria. E o que falta, realmente, é acabar
3018 a montagem eletromecânica para operacionalização. O cronograma de
3019 implantação previa a finalização disso no primeiro semestre de 2017, e as
3020 obras estão em dia para terminar de acordo com o proposto. Com isso, nós
3021 reafirmamos o colocado pela Supram nos esclarecimentos de que não há risco
3022 de segurança pelas obras que estão em andamento relacionadas ao Step 2.
3023 Com relação à qualidade do ar, nós tivemos esclarecimento pela Gabriela
3024 também bastante elucidadora da dúvida que podia pairar sobre isso. Não há
3025 que se falar em descumprimento de padrões, todos os limites legais estão
3026 atendidos no ano de 2015, que é a base de referência do relatório ao qual a
3027 Supram está se baseando no relato do PU. Todos os padrões estão
3028 atendidos conforme os limites legais. Especificamente, das relações de
3029 padrão secundário, Córregos e região do aeroporto, é superimportante
3030 quando colocamos aquela situação de influência de veículos. Realmente, nós
3031 vemos nas datas. As datas apontadas no PU são dias 15, 27 e 28. Nós
3032 vemos, exatamente, que naquela data nós tivemos duas festividades nas
3033 comunidades dos distritos de Tapera e Córregos, que pertencem ao festival
3034 tradicional da cidade de Conceição, o festival Comida de Roça, que dá
3035 bastante movimento. Inicialmente, para se montar a estrutura que vai ser
3036 necessária para o evento, e no dia do evento com a participação dos
3037 cidadãos que vão lá aproveitar aquela hora de lazer. Na mesma linha, nós
3038 colocamos as evidências. A obra da JK é uma parceria entre empresa e
3039 Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, e a orientação que nós tivemos
3040 junto à prefeitura de fazer a alocação do material excedente de escavação
3041 das valas de drenagem da avenida JK. Nós fomos orientados a colocar o
3042 material em processos erosivos já bastante avançada na área do aeroporto,
3043 que é justamente a cabeceira da pista de pouso do Aeroporto de Conceição
3044 do Mato Dentro. Está ali evidenciado. As fotos, primeiro, mostram a obra em
3045 execução, e as outras mostram, exatamente, a área do aeroporto onde
3046 estava sendo construída nesse período de abril, com caminhões
3047 transportando material terroso excedente das escavações, e, portanto, são

3048 determinantes para violação do padrão secundário que é apontado nos
3049 resultados de monitoramento e no PU da Supram. Ainda uma coisa
3050 interessante quando falamos dos números acerca de doenças respiratórias.
3051 Vemos os três municípios da Área de Influência Direta do empreendimento e
3052 vemos um perfil com tendência bastante agressiva de queda. Temos os
3053 atendimentos por doenças respiratórias no município de Conceição do Mato
3054 Dentro. Quando pegamos o número de mais de 200 casos em 2013 e o
3055 número final para 2016, uma projeção da Secretaria de Saúde, são 121
3056 ocorrências.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Uma questão de ordem. O
3057 pessoal da comunidade veio ao doutor Felipe pedir ou perguntar se eles
3058 poderiam também ter um assistente técnico para responder aos
3059 questionamentos sobre o parecer de vista. Da mesma forma que nós
3060 estamos dando tempo à empresa, vamos dar tempo para um representante,
3061 que é o assistente técnico de vocês, para fazer os questionamentos das
3062 respostas ao parecer de vista que os conselheiros colocaram.” Breno
3063 Esteves Lasmar, representante da SEMAD: “Apenas complementando a
3064 informação. Como a empresa já vem falando há cinco minutos, nós daremos
3065 15 para que conclua a sua argumentação sobre o parecer de vista. Vamos
3066 atribuir 20 minutos, igual tempo, para que vocês possam, através do
3067 representante, argumentar sobre os pontos do parecer de vista que
3068 entendam apropriados. Aí, fica todo mundo com o prazo equivalente e
3069 condições iguais para poder manifestar e com isso nós poderemos conduzir a
3070 reunião com tranquilidade.” Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da
3071 Anglo American: “Uma última informação acerca ainda de qualidade do ar é
3072 que, realmente, existe a implantação definida de uma malha de amostragem
3073 que foi objeto de acordo judicial com o Ministério Público. Nós fechamos esse
3074 trabalho neste ano, a implantação já iniciou. No Aeroporto de Conceição, se
3075 formos lá hoje, vamos ver a obra já de implantação da primeira estrutura, que
3076 começa a ser comissionada no início do mês de novembro. Com relação aos
3077 ruídos, realmente, nós tivemos uma dificuldade bastante grande quando
3078 fizemos a troca de fornecedores para adequar a metodologia. A empresa que
3079 entrou estava fazendo monitoramento de ruídos totais, e hoje nós já temos a
3080 metodologia ajustada para medir os ruídos do ambiente e os ruídos da
3081 operação. Isso porque os ruídos da operação são bastante característicos,
3082 pela sua frequência e continuidade. Então, quando tem um período de
3083 amostragem longo, ao longo de um dia, se consegue segregar, pela
3084 frequência, o que é ruído ambiente do que é ruído das operações do
3085 empreendimento. Lembrando que o que nós medimos em campo não é a
3086 qualidade do ar do empreendimento, não é o ruído do empreendimento. Nós
3087 medimos os níveis dessas disciplinas e segregamos o que é da empresa e o
3088 que é ambiental. Na sequência, nós vamos falar do plano de fogo
3089 controlado. O link que é feito no PU é descrito quando pegamos as
3090 planilhas de ocorrência dos desmontes e dos monitoramentos. Ocorrem

3091 violações em dias em que não acontece desmonte de rochas. Então,
3092 realmente, o link pode ser uma coincidência, doutor Felipe, como está
3093 colocado no PU citado pelo senhor, sim, mas não tem relação direta. Isso é
3094 corroborado pelo padrão de pressão acústica que é medido pelo plano de
3095 fogo controlado, em que veio, com todas as letras, a afirmativa no PU de que
3096 100% dos desmontes realizados atenderam aos limites legais do ponto de
3097 vista de sismografia e pressão acústica. Então, esse link é
3098 desfeito. Realmente, é uma percepção que tem o link desfeito quando
3099 entramos nos dados técnicos. Acerca dos recursos hídricos, hoje nós temos
3100 uma malha que opera com 93 instrumentos de medição, entre instrumentos
3101 de água subterrânea e água superficial. Nós temos um monitoramento
3102 apontando, através de uma condicionante específica, de todos os usuários
3103 de espécies nas comunidades do entorno do empreendimento, com ações
3104 mitigadoras onde é necessário. E quando falamos de disponibilidade, eu só
3105 gostaria de lembrar um dado que foi apresentado, inclusive, no GT da
3106 Diversus, da demanda e da oferta hídrica na bacia do córrego Passa Sete,
3107 situado na comunidade de Água Quente. É uma disponibilidade de 261,7
3108 metros cúbicos por hora, o que é bem acima da demanda colocada pela
3109 população presente. Na sequência, nós vamos falar um pouco, doutor Felipe,
3110 até a expressão que o senhor usou, das contas grosseiras em relação às
3111 outorgas. Realmente, nem todas as outorgas são implantadas, existem
3112 outorgas ali que nem são de Conceição, que são em Santo Antônio do
3113 Gramma, por exemplo, que tem outra bacia totalmente distinta. E tem outorgas
3114 que nós temos para ter a garantia de acesso caso necessário. O Rodrigo
3115 citou um exemplo muito importante, da umectação da MG-10. É um desafio
3116 extremamente grande, nos períodos críticos de seca, e nós temos que ter
3117 pontos ao longo da MG-10 para que tenhamos mais agilidade no
3118 abastecimento dos caminhões. E é justamente o que esse material mostra.
3119 Ele mostra um pouco da segregação entre os usos consuntivos, entre as
3120 intervenções, e confirma todo o nosso atendimento às obrigações que as
3121 outorgas trazem, como, basilar, a manutenção da vazão residual a
3122 jusante. Eu queria só citar um exemplo que é uma liberalidade da empresa
3123 também. Nós tomamos o cuidado de, no ano passado e neste ano,
3124 comunicar a todos os órgãos envolvidos, Supram, SEMAD, IGAM, Prefeitura
3125 Municipal de Conceição do Mato Dentro, Secretaria de Meio Ambiente,
3126 Prefeitura Municipal de Dom Joaquim. No ano passado, nós paramos a
3127 captação do empreendimento por mais de dois meses e meio.
3128 Especificamente, agora, nós estamos com a captação parada desde 16 de
3129 julho. E fazemos o monitoramento duas vezes por dia para aferir a vazão
3130 residual do rio Do Peixe. E só vamos voltar ao empreendimento, a captação a
3131 rodas, quando tiver o nível restituído que garanta a vazão residual de 70%.
3132 Nós fizemos esse comunicado a todos os órgãos envolvidos, até por
3133 liberalidade da empresa. É uma obrigação da outorga, mas nós queríamos

3134 mostrar o comprimento dela, e isso é uma boa prática que eu julgo, partindo
3135 do princípio da regularidade das nossas outorgas. Com relação ao pH, eu
3136 acho que o Fernando foi bastante específico. A variação que nós temos com
3137 o limite mínimo de 5,91, sendo que o limite adequado é de, no mínimo, 6, e
3138 está realmente associado ao período de seca, quando se tem a maior
3139 restituição de base pelos aquíferos. Perde potencial de diluição. Então, tudo
3140 aquilo que foi citado aqui é exatamente isso que acontece e mostra que é um
3141 fenômeno regional, porque a malha que nós operamos abrange os 12 km da
3142 mina futura, objeto de LP. Tem áreas hoje que estão a 10 km da empresa que
3143 sequer têm aporte pela bacia hidrográfica que está ocupada e que também
3144 representaram o fenômeno, o que, de imediato, já traz a confirmação de que
3145 não tem relação direta com as atuações nem com os incidentes que foram
3146 relatados. Com relação aos parâmetros gerais, nós colocamos um gráfico que
3147 é legal de ver. São dados oficiais operados pelo Estado de Minas, através do
3148 programa Águas de Minas, e estão circulados os principais parâmetros
3149 violados em todas as amostras. É legal citar o primeiro, que é o ferro
3150 dissolvido. Quase da metade das amostras realizadas na bacia do Santo
3151 Antônio como um todo ultrapassa o limite legal, confirmando aquela questão
3152 do potencial erosivo das cabeceiras, a disponibilização de ferro, manganês,
3153 geração de cor e turbidez. Eu sou de Ipatinga e, quando passo no Santo
3154 Antônio, quase chegando à sua foz, no Naque, no período chuvoso, eu vejo
3155 que alteração de cor é muito significativa. Esse é um dado oficial do Estado
3156 que corrobora a interpretação que se dá a esse fenômeno de inversão de pH
3157 que aconteceu. Ainda nessa linha, a garantia que nós temos, e seguimos isso
3158 como balizador dos nossos lançamentos. A legislação traz que, havendo
3159 enquadramento específico dos cursos d'água, terão parâmetros específicos.
3160 Caso contrário, deveremos obedecer aos parâmetros de classe 2, que é o
3161 nosso balizador e o nosso regulador de enquadramento legal do
3162 empreendimento. Com relação ao 54, um pouquinho a mais do que o
3163 Fernando falou. Esse poço foi perfurado, ficou por oito anos fechado. Na
3164 amostragem, está a cadeia de custódia da SGS e Geosol, em que o técnico
3165 relata 'ter sentido indício ou odor de óleo e graxa na água'. Então, a proposta
3166 que nós estamos fazendo é: como em oito anos foi amostrado uma vez, e o
3167 técnico colocou uma percepção – está ali a cadeia de custódia, que é um
3168 documento fidedigno da amostragem –, vamos reamostrar e certificar. Se
3169 houver, nós partimos para investigação detalhada de áreas
3170 contaminadas. Com relação aos incidentes ambientais, só para reforçar. Eu
3171 gostaria de tentar explorar todos os pontos, mas nós vamos ter a limitação
3172 do tempo. Mas, realmente, doutor Felipe, é uma prática da empresa fazer o
3173 relato de todos os incidentes. Ali tem dois exemplos. Um vazamento de 150
3174 litros de óleo hidráulico e outro vazamento de 400 litros. É legal ver
3175 questões áreas controladas, com atuação da equipe de emergência ambiental
3176 treinada. Todas as áreas têm kit de emergência ambiental disponível para o

3177 primeiro combate. São áreas que vemos com bacia de contenção. Porque nós
3178 reportamos isso? Porque reportar e medir dá para nós a oportunidade de
3179 identificar as falhas e não deixar acontecer de novo. Então, é, mais uma vez,
3180 um sistema de retroalimentação para um processo de melhoria contínua
3181 implementado dentro da empresa. Especificamente, o Alex falou de um, com
3182 relação à vertente Oeste. Realmente, Alex, os impactos são presentes, tanto
3183 é que são avaliados dentro do EIA do Step 2. Então, estar acontecendo na
3184 evolução do Step 2 não é nenhuma surpresa, porque está previsto no EIA. E
3185 aqui nós mostramos aquele primeiro Prad objeto de recuperação com mais
3186 duas ou três fotos das ações que foram implementadas. Então, ações de
3187 desassoreamento de córrego. Vemos a área como estava à época do
3188 incidente. Vemos hoje duas coisas, como era e como está; e fotos do Google
3189 Earth antes e depois, mostrando as ações implementadas de recuperação na
3190 área. Com relação a condicionantes, eu acho que foi um tema bastante
3191 explorado já, doutor Felipe. Eu não sei se, realmente, entramos a fundo, mas
3192 nós tentamos fazer o melhor trabalho possível, com ausência do critério de
3193 PMV, de População Minimamente Viável. Tanto é que não nos limitamos às
3194 duas espécies relatadas na condicionante, nós fomos buscar todas as
3195 espécies que poderiam ser classificadas como ameaçadas de extinção
3196 dentro do nosso inventário, sendo quatro classificadas como vulnerável e
3197 seis como em perigo. A legislação é muito clara, nenhuma espécie nossa é
3198 classificada como criticamente ameaçada ou grau elevado, que poderia dar o
3199 indício de extinção. E a lei fala muito claro também, deixa claro que a
3200 supressão é vedada somente se a intervenção puser em risco a
3201 sobrevivência dessas espécies. O que nós demonstramos foi a ocorrência de
3202 populações em unidades de conservação, então, áreas com garantia e
3203 perpetuação de preservação, e o que nós estamos propondo agora é um
3204 aprofundamento e detalhamento dessas populações, ir a campo, inventariar
3205 para subsidiar uma análise de abundância e dispersão dessas populações
3206 dentro das unidades de conservação onde elas acontecem. Então, eu acho
3207 que é um ganho do que já foi apresentado, que garantimos que tem
3208 população. E uma coisa muito legal é que, no apontamento dessas
3209 populações, são mostrados indivíduos em diferentes níveis de sucessão, o
3210 que mostra que tem um ciclo de repopulação ativo. Tem desde indivíduos de
3211 plântulas a indivíduos senis, que muito provavelmente estão chegando perto
3212 do seu fim. Nós temos evidências em campo de plântulas, de indivíduos de
3213 médio porte, então, o que caracteriza que há um ciclo de vida ali
3214 acontecendo para aquelas populações. Eu acho que nesse ponto,
3215 realmente, nós tivemos uma discussão já bastante rica com a Supram, e
3216 vamos passar mais rápido por ele também. Por último, a condicionante 29.
3217 Nós já falamos do descumprimento. A empresa teve uma ação bastante
3218 diligente, ao acontecer, colocando todas as ações, recomposição da cerca,
3219 comunicação à Supram, limpeza da área. A área está em regeneração

3220 natural.Como o Rodrigo disse,a autorização está vigente, o momento foi
3221 errado, e a empresa assumiu e está sendo autuada.Tem um auto de infração
3222 específico para esse descumprimento.Eu acho que isso deixa bastante claro
3223 o comportamento da empresa nesse ponto de vista. Sobre a condicionante
3224 38, já foi dito, oRodrigo já esclareceu.Eu queria colocar uma coisa, ainda,
3225 doutor Felipe,com relação ao ponto de reassentamento.Realmente,nós
3226 reconhecemos o ganho que foi trazido pelo estudo da Diversus, tanto é que a
3227 empresa, após asdeliberações da URC do COPAM, acatou todas as
3228 recomendações. Inclusive, o Rodrigo citou um caso de pessoas que tinham
3229 relação direta com o mineroduto,o núcleodo sítio Boa Esperança, e a
3230 empresa acatou a recomendação do COPAM. Então, realmente,nós
3231 reconhecemos que teve um ganho que pôs um paradigma para tomar as
3232 decisões, no caso, o COPAM.Só que, para nós, fica um aprendizado muito
3233 grande e que foi dito aqui também, pelo conselheiro Carlos Eduardo. O ciclo
3234 em que isso acontece é muito longo.E quando nós falamos do impacto de
3235 implantação, tem rastreabilidade.Quando falamos do impacto de
3236 operação,há um dinamismo, mudança de localização de equipamentos,
3237 mudança de áreas a serem trabalhadas de acordo com o plano de mina, que
3238 podem nos colocar em uma situação de um estudo estanque e não ser
3239 representativo de novo.Então, suportamos, com muita força, a sugestão feita
3240 de um grupo de trabalho, com suporte técnico da equipe da Supram. Foi
3241 colocadapelo Cadu aqui – e nós também acreditamos nisso – a possível
3242 participação da esfera municipal, através da Secretaria de Meio Ambiente,
3243 também nessas tomadas de decisão.Para que empresa, município e Estado
3244 forneçamas informações necessárias para tomar as decisões que vão ser
3245 tomadas aqui no COPAM. E, mais uma vez, as decisões tomadas no
3246 COPAM foram todas acatadas pela empresa, com relação ao
3247 reassentamento de pessoas. Então, o que nós estamos propondo nada mais
3248 é do que pegar o aprendizado desse primeiro processo, que nos levou a
3249 deliberações três ou quatro anos depois da composição do estudo, e pode
3250 trazer um prejuízo muito grande à operação. Hoje, a concentração de
3251 equipamentos está em um lugar em que pode estar gerando ruídos para uma
3252 pessoa que está reclamando.Se esperarmos um estudo de dois ou três anos,
3253 não vai estar ali mais, não vamos ter como constatar isso.É muito diferente
3254 da rastreabilidade dos impactos de implantação. Então, nós queríamos
3255 reforçar a proposta feita na reunião passada acerca da criação de um grupo
3256 de trabalho, com suporte técnico do grupo da Supram eda esfera municipal.
3257 Eu espero ter sido claro.Obrigado.”Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu
3258 vou chamar a representante da comunidade, doutora Ana Flávia,
3259 antropóloga, para fazer as considerações sobre o parecer de vista.Ela terá
3260 20 minutos para as considerações.”Ana Flávia Moreira Santos, representante
3261 da comunidade:“Boa noite. Eu sou professora do Departamento de
3262 Antropologia e Arqueologia da UFMG e pesquisadora do Grupo de Estudos

3263 em Temáticas Ambientais (Gesta). O Gestadesenvolve pesquisasna região
3264 de Conceição de Mato Dentro desde 2012.Na verdade, eu acompanho o
3265 caso do licenciamento Minas-Rio desde 2009, quando eu era analista pericial
3266 em antropologia do Ministério Público Federal.Nós preparamos um
3267 documento, na verdade, a partir da leitura do parecer de vista do Ministério
3268 Público Estadual, que nós consideramos, na verdade, que levantou pontos
3269 importantíssimos.Considerando o curto tempo em que tivemos acesso ao
3270 parecer, nós decidimos centrar as nossas contribuições no ponto que
3271 consideramos fundamental e que diz respeito diretamente à situação das
3272 comunidades atingidas às quais nós vimos assessorando.Está contido no
3273 item 6 do relatório apresentado pelo doutor Felipe. A propósito da situação
3274 das comunidades atingidas, o Ministério Público traz uma afirmação, a partir
3275 de registros do abaixo-assinado dos atingidos e de outros registros feitos
3276 pelos próprios atingidos, da intensificação da desestruturação dos modos de
3277 vida das famílias que residem próximas ao empreendimento, incluindo
3278 aumento de incômodos relacionados a ruídos, a poluição atmosférica,
3279 acesso e qualidade dos recursos hídricos, relato de forte odor advindo da
3280 barragem do Passa Sete, além também do grave risco a que estão sujeitas
3281 as comunidades situadas a jusante da barragem de rejeitos, que, desde
3282 novembro de 2015, na verdade, ganharam uma consciência aguda de que
3283 elas estão, sim, submetidas a um risco real e não apenas imaginando um
3284 temor descabido, digamos assim. Essa situação desse agravamento, na
3285 verdade, aponta, no nosso entendimento para uma situação de
3286 descumprimento de condicionantes, nesse caso, de itens que, inclusive, são
3287 mencionados também no relatório. Quem acompanha o licenciamento pode,
3288 inclusive, através de atas de reuniões deste mesmo Colegiado, efetivamente,
3289 perceber que a Licença de Operação de 2014 foi concedida a despeito de
3290 condicionantes que não haviam sido cumpridas do licenciamento da Etapa 1
3291 e que, nessa fase, duas licenças já foram concedidas, concomitantemente, a
3292 despeito desse passivo, digamos assim. Por ou lado, a Reaja, Rede de
3293 Articulação dos Atingidos, formalizou, na reunião passada, um documento
3294 intitulado Considerações ao Parecer do GT dos Conselheiros do COPAM
3295 sobre o Estudo da Diversus de 2014. Nesse documento, na verdade, isso
3296 vinha, inclusive, de avaliações anteriores, tanto nossa como assessoria
3297 técnica como dos atingidos, de que o estudo da Diversus fora realizado de
3298 maneira incompleta, não projetando nenhum impacto e efeitos futuros sobre
3299 as comunidades do entorno, como seria o recomendado de acordo com a
3300 dimensão espaço/temporal característica dos empreendimentos minerários.
3301 Então, de certa forma, isso tem a ver com o que foi colocado aqui pelo doutor
3302 Felipe. Nós temos que considerar o empreendimento como um processo que
3303 se desdobra ao longo do tempo e, efetivamente, considerar não só que os
3304 efeitos se acumulam como têm também um horizonte a partir do avanço das
3305 operações. Tais observações confirmam que o universo de atingidos, cujo

3306 conhecimento insuficiente é reflexo, na verdade, dos estudos da etapa
3307 anterior, tem se ampliado após a concessão da Licença de Operação e com
3308 o avanço do empreendimento, devido, primeiro, à intensificação de efeitos
3309 sobre as comunidades do entorno e de efeitos já relatados, já mencionados,
3310 que não estão sendo mitigados com eficiência ou controlados com eficiência
3311 e pelo aparecimento também de outros impactos que não haviam sido
3312 previstos. No dia 28 de maio de 2016, nós, enquanto assessores técnicos,
3313 participamos de uma oficina da Rede de Articulação dos Atingidos de
3314 Conceição do Mato Dentro, onde compareceram 100 pessoas, com
3315 representantes de várias comunidades: Ferrugem, São José do Jassém,
3316 Passa Sete, Sapo, Beco, Gondó, Turco, Água Quente, Serra São José,
3317 Córregos, Quati, Buritis, Arruda e Mumbuca. Então, é um universo bastante
3318 representativo. No debate, proposto justamente para atualização da
3319 articulação acerca da situação atual e das condições ambientais das
3320 comunidades, muitos dos impactos que foram registrados no abaixo-
3321 assinado foram já mencionados, como a contaminação e falta de água; não
3322 estive presente aqui na reunião, mas é fato e já vem sendo relatado desde,
3323 pelo menos, 2014: a presença de animais peçonhentos em residências ou
3324 próximo a residências, principalmente nas comunidades que estão próximas
3325 à área de reserva legal; incômodos em razão de barulho, estrondos,
3326 explosões e também referidos ao funcionamento da mina e do mineroduto;
3327 assoreamento de cursos d'água, mau cheiro, além do medo constante do
3328 rompimento da barragem, sobretudo, por parte das famílias que vivem mais
3329 próximas e a jusante. Nós temos, reiteradamente, desde, pelo menos, 2014,
3330 recolhido relatos que vêm indicando esses efeitos. Então, não só são relatos,
3331 por exemplo, os de uma oficina, mas também nos trabalhos de campo que
3332 eu e a minha equipe e pesquisadores associados ao Gesta temos realizado
3333 nas comunidades atingidos pelo Minas-Rio. Eu vou pegar alguns que foram
3334 pontos de discussão aqui e que eu considero mais significativos, digamos
3335 assim. Um ponto que eu gostaria de ressaltar é a questão do acesso e da
3336 qualidade dos recursos hídricos. Na verdade, essa é uma questão que
3337 aparece não desde a Licença Prévia, mas desde a fase de pesquisa, anterior
3338 à Licença Prévia, eu pude, como antropóloga do Ministério Público Federal,
3339 registrar uma série de problemas relacionados a isso. Foi flagrante essa
3340 discussão ao longo do processo de licenciamento da Fase 1. Desde 2014, na
3341 verdade, esses relatos têm dado conta de um agravamento dessa situação,
3342 principalmente no que diz respeito ao processo de diminuição da vazão e
3343 secamento de nascentes. Aí, eu gostaria de falar de algo que é processual e
3344 que, por isso, digamos assim, eu acho complicado associarmos esse
3345 fenômeno, única e exclusivamente, à questão climática a que pode referir há
3346 um ou dois anos atrás. Porque, na verdade, o processo relatado, em
3347 diversas comunidades, é de uma diminuição da mudança de lugares. Então,
3348 as nascentes que antes não eram intermitentes passam a ser intermitentes,

3349 que não secavam em período de seca agora secam e passam a nascer em
3350 outro lugar, mais abaixo, na vertente. Eu estou relatando isso, mas nós
3351 registramos um caso desse em relatório que foi enviado para a URC, em
3352 2014. E a questão da contaminação, o odor, não só a mortandade de peixes
3353 em 2014, mas neste ano de 2016 uma das nossas pesquisadoras pôde
3354 registrar alterações no córrego Passa Sete, alterações de cor, com espuma.
3355 O odor, que várias comunidades têm relatado, não só aquelas mais próximas
3356 da barragem, mas também aparecem referências, por exemplo, no Jassém,
3357 e são relatos de odores, realmente, fortes, digamos assim, e que dificultam a
3358 permanência nos locais. E uma situação de falta de acesso à água
3359 gravíssima. Existem comunidades e famílias em situações críticas. Nós
3360 fizemos um relato, que foi repassado ao Ministério Público, conjunto com a
3361 rede, acerca, por exemplo, da situação da família Faustino, que tem
3362 consumido uma água cujas nascentes secaram completamente. O rio que
3363 eles acessavam, eles não podem mais acessar, porque a qualidade das
3364 águas não permite. Há casos de idosos que têm que transportar a água mais
3365 de uma vez ao dia, pessoalmente. Então, são velhos carregando galões de
3366 25 litros de água em longas distâncias, mais de uma vez por dia. E chamar a
3367 atenção que não é só a questão do consumo da água, é a questão de que
3368 isso vem se arrastando desde o processo de licenciamento. Os problemas
3369 na qualidade e no acesso à água e na vazão, na verdade, têm inviabilizado o
3370 modo de vida dessas comunidades, porque se supõe o uso múltiplo da água,
3371 para dessedentação de animais, para o plantio das hortas. As hortas são
3372 feitas, preferencialmente, ao longo dos cursos d'água, mas eles sequer
3373 regam mais, não têm coragem mais de regar as hortas com as águas dos
3374 córregos. Outra questão, que eu acho que muitas vezes não é levada em
3375 consideração, é a questão da poluição atmosférica, da poeira. Os relatos
3376 também, basicamente, das viagens de campo que fizemos a partir de 2014,
3377 em 2015 e em 2016, têm sido do aumento da poeira, do aumento dos casos
3378 de adoecimento, principalmente, de crianças e também do fato de que a
3379 poeira afeta não só a saúde e a higiene das casas, mas também o processo
3380 produtivo, porque causa danos, na verdade, às hortas e aos plantios, que
3381 ficam completamente empoeirados. E também, por exemplo, chega a
3382 inviabilizar determinados tipos de produção. Tinha uma produção forte, por
3383 exemplo, na comunidade do Turco, que era de polvilho. O Turco era uma
3384 comunidade famosa por abastecer o mercado de Conceição do Mato Dentro
3385 de polvilho, e eles não podem mais fabricar, porque não conseguem colocar o
3386 polvilho para secar. Se forem colocar o polvilho para secar, a poeira
3387 vermelha assenta. Então, eles tiveram que interromper toda a produção. Esse
3388 é um relato que eu já ouvi mais de uma vez, na verdade, entre 2014 e 2016.
3389 Outra coisa que eu gostaria de frisar é a questão das comunidades que
3390 estão a jusante da barragem de rejeitos. Porque, na verdade, além da
3391 operação do empreendimento, outro fato aconteceu depois do relatório da

3392 Diversus, que foi justamente o desastre tecnológico da barragem de Fundão,
3393 em Mariana. Isso trouxe um reflexo muito grande na situação das
3394 comunidades que estão a jusante, porque as comunidades já vinham
3395 expressando, desde 2014, o receio como risco a que estavam submetidos, e
3396 no âmbito do licenciamento isso foi tratado como mero temor. Inclusive, a
3397 medida mitigatória sugerida para essa questão foi que houvesse uma maior
3398 comunicação da empresa com os atingidos, como se o temor fosse apenas
3399 uma questão de má informação. Então, na verdade, o evento de Mariana
3400 trouxe as coisas para os seus devidos lugares. O temor pode ser um
3401 sentimento subjetivo, mas a sua causa é um risco que é objetivo. O risco é
3402 objetivo, inclusive, porque a barragem de Fundão foi considerada estável
3403 pelas autoridades do Estado encarregadas de atestar a segurança dela.
3404 Então, hoje há um movimento forte, não só um movimento forte das
3405 comunidades pelo reassentamento, como o medo muito mais profundo e que
3406 se manifesta no cotidiano. Porque outros impactos, inclusive, barulhos da
3407 mina, barulhos de explosão, são muitas vezes tomados como indício de um
3408 possível rompimento da barragem. Então, essas pessoas estão vivendo sob
3409 um cotidiano de medo. É só para falar que isso é uma realidade, isso não é
3410 imaginação das pessoas, isso impacta a vida das pessoas. Lembrando que
3411 há três comunidades que estão dentro da área que o Ministério Público, no
3412 projeto de lei que propôs, define como área de autossalvamento, ou seja, na
3413 verdade, não haveria tempo hábil de medidas eficientes para o salvamento
3414 dessas pessoas, caso viesse a ocorrer um acidente. Por fim, eu gostaria de
3415 falar que eu acho fundamental que se considere, na verdade, os efeitos
3416 cumulativos nesse processo. Eu acho que, se chegamos hoje a uma
3417 situação de tamanha gravidade no que diz respeito à situação em que essa
3418 comunidade se encontra, e de tamanha complexidade, é justamente porque
3419 uma questão crucial tem sido postergada desde a fase de Licença Prévia e
3420 nunca foi, efetivamente, considerada, que é a questão do conhecimento
3421 profundo de quem são os atingidos, de como eles vivem e de como estão
3422 sofrendo os impactos. Eu acho que conceder, na verdade, uma nova licença,
3423 sem que isso tenha sido esclarecido, será uma medida de imprudência,
3424 irresponsável e que, na minha opinião, beira a ilegalidade. Então, eu acho
3425 fundamental que sejam retomados os estudos relacionados a essa questão,
3426 inclusive, no que diz respeito à possibilidade de reassentamento. Porque
3427 temos duas questões graves. Primeiro é que se agrava, na verdade, se
3428 inviabilizam as condições de agravamento da inviabilidade da produção e
3429 reprodução dessas comunidades, por um lado, pelo efeito cumulativo desses
3430 impactos que vão sendo acrescidos, agora, já com a instalação e a operação
3431 da Fase 2. Segundo, a questão fundamental do risco a que estão submetidas
3432 as comunidades a jusante. Agora, eu gostaria de dizer que a nossa posição
3433 é por uma auditoria externa e por uma auditoria que faça, sim, um
3434 levantamento profundo, que, inclusive, leve em consideração o horizonte de

3435 desdobramento do empreendimento. Isso já foi feito, na verdade. Há estudos
3436 que podem ser tomados como base. Isso foi feito no Pará, inclusive, sob a
3437 coordenação do Ministério Público Estadual do Pará. É possível fazer,
3438 inclusive, para que as pessoas possam planejar as suas vidas e que a
3439 empresa possa planejar, devidamente, os processos de reassentamento.
3440 Porque, efetivamente, sequer o que foi definido aqui em 2014 foi
3441 completamente implementado até hoje. Então, é possível, não adianta, há
3442 que se tomar essa questão a sério, substantivamente. E não é um processo
3443 rápido. Se quisermos fazer a coisa seriamente há que se fazer um estudo
3444 profundo e prolongado que considere toda a vida útil do empreendimento.”
3445 Marcelo Mata Machado Leite Pereira, promotor de Justiça da Comarca de
3446 Conceição do Mato Dentro: “Eu vou começar a minha fala só pontuando que,
3447 no dia de ontem, eu recebi do colega Edmundo Neto a recomendação que
3448 foi lida aqui no início da reunião sobre o direito de participação da sociedade
3449 civil. Eu não tive oportunidade de participar da última reunião, não presenciei
3450 os incidentes, então, sobre eles, não posso emitir nenhum juízo de valor. Mas
3451 percebo que, na data de hoje, a recomendação foi atendida, o direito de
3452 participação foi observado, e digo até que muito bem observado, porque
3453 essa oportunidade que foi dada pelo senhor presidente de ouvir também a
3454 parte técnica dos atingidos veio colaborar bastante aqui com a discussão,
3455 com a qualidade da própria discussão do que está sendo colocado em pauta
3456 hoje. Eu não vou me ater aqui aos aspectos técnicos que foram muito bem
3457 colocados pelo doutor Felipe, com o brilhantismo dele que é habitual, e
3458 eu acho que foi rebatido, colocado pela empresa. Eu vou enfatizar a minha
3459 fala aqui num ponto específico que consta do parecer de visto do Ministério
3460 Público. Porque eu já estou em Conceição há quatro anos, então, quando
3461 participamos das reuniões da URC e ouvimos dos técnicos, por exemplo, que
3462 a poeira está dentro dos limites permitidos por lei, como eu vou explicar? É
3463 uma indagação para os senhores conselheiros me ajudarem a responder. Se
3464 o morador vem e fala ‘olha, doutor, a minha filha está tossindo por causa da
3465 poeira, o meu móvel que eu limpei agora está imundo, doutor’, o que eu vou
3466 responder para ele? Que está dentro dos padrões aceitáveis? Quando
3467 ouvimos aqui que a poeira é decorrente da MG-10, a MG-10 sempre existiu, e
3468 essas pessoas não conviviam com essa poeira lá. Como eu vou responder
3469 para a senhora que vai lá na minha promotoria que aquele ruído que tira o
3470 sono dela à noite, que aquele barulho de uma ré de um caminhão fora de
3471 estrada ou de uma detonação está dentro dos parâmetros. Se ela tem
3472 enxaqueca à noite inteira, se não consegue dormir, esse o neném dela
3473 acorda, eu vou responder para ela ‘fique tranquila – que foi a expressão mais
3474 usada pelos técnicos aqui hoje – está dentro dos padrões, está dentro da
3475 norma’. O que eu vou responder para aquele avô que conta para o seu neto
3476 uma história de quando ele nadava no córrego, de quando ele brincava no rio
3477 e bebia água? Não, pode falar para o seu neto que ele pode nadar e beber

3478 dessa água, que já não é mais límpida, que já não corre na quantidade que
3479 corria, porque ela está dentro dos padrões, porque ela está dentro da norma'.
3480 Mas as pessoas e a dignidade das pessoas não cabem dentro da norma, são
3481 muito maiores do que a norma. É disso que nós temos que ter consciência
3482 nesta data de hoje. Quantas vezes eu já vim aqui para espremer, para gritar,
3483 para lutar pelo reconhecimento do direito dessas pessoas? Porque
3484 o direito delas, a dignidade delas não cabe dentro da norma. E se, para os
3485 técnicos, está tranquilo, eu tenho certeza de que para essas pessoas a vida
3486 delas não está, desde o dia em que o empreendimento começou a chegar lá
3487 em Conceição do Mato Dentro batendo à sua porta, sem pedir licença, e
3488 entrando de qualquer jeito. É disso que nós temos que ter consciência, é isso
3489 que os senhores têm que ponderar na hora de analisar todos esses
3490 processos que são colocados. Então, eu acredito que é necessário, sim,
3491 avançarmos em um estudo que seja independente, acima de tudo, que seja
3492 produzido em conjunto também com o trabalho de um grupo de trabalho
3493 aqui, do órgão ambiental, dos conselheiros, da sociedade civil. Mas esse
3494 retrato tem que ser como foi colocado aqui pela professora Ana Flávia, tem
3495 que ser colocado para hoje e para o futuro, tem que caminhar um passo à
3496 frente do empreendimento. Porque se isso tivesse sido feito no momento
3497 correto nós não estaríamos aqui discutindo esses impactos. Se o retrato
3498 fosse tirado com uma lente de longo alcance, nós não estaríamos aqui
3499 discutindo impactos passados. O raciocínio da empresa está equivocado no
3500 sentido de que a operação vai andando. Vai, sim, só que aquele retrato do
3501 momento atual da operação não foi feito. Ele deveria ter sido feito lá atrás.
3502 Nós precisamos corrigir esse erro de rota antes que seja tarde. As pessoas
3503 vão para a estrada, vão interromper a MG-10, justamente, por isso, porque
3504 essa resposta não lhes foi dada. Nós precisamos avançar, e tem que ser um
3505 estudo independente. Porque, se não for independente, não terá legitimidade
3506 social. Porque, infelizmente, a sociedade é descrente dos estudos que são
3507 produzidos pela empresa e, na maioria das vezes, referendado pelo Estado,
3508 pelos conselheiros. Infelizmente. Não gostaríamos que fosse assim. Então,
3509 pedimos aqui que os senhores conselheiros possam evoluir nessa ideia
3510 colocada no parecer de vista, desse estudo, que possa retratar essa
3511 realidade dessas pessoas. Um estudo de envergadura. Mas não é para
3512 demorar dois anos, tem que tirar a fotografia do hoje. A comunidade está lá
3513 sofrendo com o impacto da operação que não foi previsto no estudo da
3514 Diversus. A Diversus analisou o cenário de instalação. Nós precisamos trazer
3515 esse estudo para a realidade atual, pela dinâmica do empreendimento e com
3516 olhar de futuro para onde esse empreendimento e o licenciamento vão
3517 avançar, para que nós possamos, usando do princípio da precaução, prever
3518 essas situações, corrigir essas falhas e fazer justiça. Muito obrigado." Wesley
3519 Alexandre de Paula, diretor de Controle Processual da Supram
3520 Jequitinhonha: "Eu vou fazer a leitura do Artigo 37. 'Qualquer interessado na

3521 matéria em discussão poderá fazer uso da palavra pelo prazo máximo de
3522 cinco minutos, desde que inscrito em livro próprio até o início das reuniões
3523 das estruturas colegiadas, com indicação clara e precisa do item sobre o
3524 qual deseja manifestar-se'. Wagner Vicente Rodrigues de Almeida: “Senhor
3525 presidente, eu acho que poderia deixar os cinco minutos. Porque eu tenho
3526 observado, nas reuniões, que muitas vezes as pessoas não falam nem três
3527 minutos. Eu acho que é um direito. No máximo, cinco minutos, e pronto. Eu
3528 acho que é direito igual para todo mundo.” Conselheiro Alex Mendes Santos:
3529 “Eu também concordo com cinco minutos.” Conselheiro Felipe Faria de
3530 Oliveira: “De acordo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então, vamos
3531 colocar cinco minutos. Eu pedir só colocar em votação. Os conselheiros que
3532 acham que deve ser cinco minutos, por favor, levantem a mão. Cinco
3533 minutos.” Joana Saldanha, membro da comunidade: “Nós fomos recebidos
3534 aqui hoje com o Hino Nacional, vocês foram recebidos com panfletinho da
3535 Anglo na mesa. Nós, atingidos, não temos dinheiro para panfletinho para
3536 dizer a vocês de nossa situação, dos nossos impactos, dos nossos
3537 sofrimentos. Nós temos a palavra e a dor. Estamos aqui com o dinheiro do
3538 nosso bolso, por isso, em número menor hoje. Não tem ninguém bancando
3539 nosso lanche, não tem ninguém bancando nossa água, não tem ninguém
3540 bancando nossa vinda. Nós estamos aqui, justamente, pelo sofrimento e pelo
3541 que estamos vivendo em cada comunidade. E muitos de outras comunidades
3542 gostariam de estar aqui, mas não podem perder o dia de trabalho, não
3543 podem perder o dia de salário, precisam sobreviver. Apesar de a Anglo, os
3544 funcionários estão aqui a trabalho. Nós, não, nós estamos lutando pelo
3545 direito. E o que nós pedimos aos conselheiros é exatamente essa mão na
3546 consciência no sentido de perceber a importância do voto e a omissão de
3547 sua opinião ao refletir sobre todos os aspectos colocados. Para mim, eu
3548 percebo que tanto o Parecer Único como os monitoramentos da Anglo,
3549 primeiro, os monitoramentos, eu falar sobre eles. Nós não acreditamos
3550 nesses monitoramentos, nós não acreditamos nesses monitoramentos. Eu
3551 estou repetindo para que fique claro, muito claro. Sabem porquê? Os
3552 monitoramentos são passíveis de camuflagem. Eu não estou dizendo que
3553 são, eu estou dizendo que são passíveis de camuflagem. Medir poeira
3554 depois de uma chuva é simples, medir poeira a 5 km de onde a explosão
3555 aconteceu também é factível. Medir a poeira debaixo da serra onde houve
3556 uma explosão é diferente. E é isso que nós percebemos. Agora, o que nos
3557 entristece mais é saber que os pareceres são respaldados por esses
3558 monitoramentos, que não são contínuos nem sistemáticos. O fato de não
3559 serem contínuos nem sistemáticos traz para nós essa dúvida da sua
3560 validade. Outra questão. Quando se fala na vertente Oeste, vocês estão
3561 cansados – tanto a Supram como a polícia, como o doutor Marcelo – de
3562 receber denúncias da vertente Oeste. Realmente, o primeiro EIA/RIMA não
3563 apontou nada – nós já falamos isso mais de uma vez – sobre a vertente

3564 Oeste. Todas as fotos que vocês viram ali são da vertente Oeste. Agora, uma
3565 empresa desse tamanho, desse porte, internacional, não tem um
3566 planejamento com uma visão do que pode vir a acontecer em uma
3567 comunidade e tratar um carreamento de terra como incidente? Crime
3568 ambiental virou incidente? Duas multas. Uma de R\$ 123 mil e outra de R\$
3569 105 mil. Um Prad parcial. É modus operandi da empresa fazer licenciamento
3570 parciais e fazer Prads parciais, porque o carreamento foi um só, mas afetou
3571 cinco propriedades. Foi feito um Prada, e tem um ano. O primeiro
3572 carreamento é de maio de 2015. Segundo carreamento: dezembro de 2015.
3573 Terceiro carreamento: janeiro de 2016. E aí? É como o Cadu disse: vai ser um
3574 ano para resolver, a mitigação, a compensação, e a natureza está lá sofrendo.
3575 Os proprietários estão com ódio.” Armando Brandão, representante do
3576 prefeito municipal de Conceição do Mato Dentro: “Eu vim representando o
3577 senhor prefeito de Conceição do Mato Dentro, com procuração protocolada,
3578 para ler o manifesto dele. ‘Caros conselheiros, venho, na qualidade de gestor
3579 público, manifestar e reiterar o posicionamento que entendo representar um
3580 marco histórico do compromisso social, ambiental e político que inspirou
3581 serviço público que presto frente ao município de Conceição do Mato
3582 Dentro. Após administrar Conceição nos últimos quatro anos e já encerrando
3583 o nosso mandato, amadurecidos meus anseios de extirpar de forma plena o
3584 trauma da ampliação do Step 2 da mineração em nossa terra, cujos impactos
3585 sociais e ambientais nos alcançam até hoje. Em breve retrospectiva, reitero
3586 algumas constatações. Na nossa cidade, não se preparou para receber a
3587 mineração, vivenciamos, de forma abrupta e impiedosa, a perda do nosso
3588 espaço urbano em todas as áreas da administração municipal. Feitas essas
3589 considerações, afirmo a constatação que nos trouxe até. A mineração é uma
3590 realidade em nosso município, e seria pura demagogia negá-la. Embora os
3591 impactos continuem pressionando a comunidade e a administração pública,
3592 não nos cabe invocar a bandeira contrária ao empreendimento da Anglo
3593 American. Afirmo, sem medo de errar, que é chegada a hora da liberação do
3594 Step 2, vital para o empreendimento minerário e para o nosso município.
3595 Tenho certeza de que esse anseio é o anseio da maioria da nossa
3596 população. É meu dever, como gestor público, buscar esta via, como clama a
3597 maioria dos segmentos comunitários, mas é também meu dever lembrar das
3598 condicionantes que não foram cumpridas em sua integralidade, como foi
3599 registrado neste Conselho pelas equipes técnicas de nosso município que
3600 acompanham a sua execução. De outra banda, os aportes financeiros
3601 arrecadados com a operação do empreendimento sinalizam um novo
3602 momento para o município, uma vez que dotaram dos necessários recursos
3603 para realização das obras e ações programadas, imprescindíveis para o
3604 desenvolvimento local e a sustentabilidade socioambiental. Reafirmo,
3605 publicamente, não podemos abrir mão das condicionantes ainda não
3606 cumpridas, mesmo porque elas não me pertencem e, sim, ao município

3607 como um todo, mas aceitamos transacionar um novo cronograma que
3608 caminhe lado a lado com o Step 2, desde que seja resguardada, em
3609 instrumento jurídico, a vinculação da Anglo American ao estrito cumprimento
3610 das condicionantes pendentes, sob pena de execução e multa
3611 pecuniária. Essa solução é técnica, e venho submeter a este órgão colegiado
3612 de gerenciamento participativo para exame e deliberação, reiterando, mais
3613 uma vez, que, como representantes de Conceição do Mato Dentro, em nome
3614 do seu povo, não abriremos mão das condicionantes não cumpridas e da
3615 situação dos assistidos. Muito obrigado. Reinaldo César de Lima
3616 Guimarães. Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Senhor presidente, só para
3617 contextualizar. Essa questão foi discutida numa URC anterior, porque existe
3618 um pleito no sentido de ser alternado. Eu estou colocando para explicar para
3619 o presidente – porque ele não estava presente quando essa outra discussão
3620 aconteceu – o motivo do pleito da comunidade. A decisão vai ser do
3621 presidente, mas eu estou querendo contextualizar para facilitar e subsidiá-lo
3622 na sua decisão. Então, eu só queria contextualizar, senhor presidente,
3623 explicar o porquê do pleito da comunidade. É que em outra ocasião foi
3624 solicitado que fosse alternada a lista das pessoas que viessem falar aqui.”
3625 Wesley Alexandre de Paula, diretor de Controle Processual da Supram
3626 Jequitinhonha: “Eu sou responsável aqui por assessorar o presidente da
3627 mesa. A todo momento está se falando que está sendo descumprido o
3628 Regimento, descumprido isso, descumprido aquilo. O Regimento aqui é bem
3629 claro, o Regimento não dá essa prerrogativa de, alternadamente, você ouvir.
3630 O que o Regimento fala? No máximo, cinco minutos para ouvir o interessado.
3631 Então, não há quebra de regimento. É isso que eu quero deixar bem
3632 claro. Não há quebra de regimento. O que se tem aqui é uma liberalidade,
3633 uma discussão para se abrir isso. Não é quebra de regimento igual está
3634 sendo colocado. Isso eu quero deixar bem claro.” Conselheiro Felipe Faria
3635 de Oliveira: “Eu não estou falando nem de quebra de regimento, eu só quis
3636 contextualizar que a minha intenção foi resgatar o histórico para que o
3637 senhor presidente pudesse entender a razão do pleito da comunidade, para
3638 que pudesse ser deliberado. Só isso.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
3639 “Eu não acho problema nenhum em ter uma alternância entre a comunidade
3640 e quem da empresa falarem. Eu não vejo problema nesse sentido, porque, na
3641 realidade, de qualquer forma, vai ser garantido a todos que estão presentes
3642 na lista de falarem. Então, vamos deixar a Darcilha falar. Assim que ela falar,
3643 eu vou chamar um inscrito da empresa que vai falar. Eu vou alternar não
3644 vejo prejuízo. Algum conselheiro vê prejuízo disso, desse formato, pode ser
3645 feito dessa forma? Não tem quebra de regimento, mas nós vamos atender ao
3646 pleito que está sendo colocado. Pode ser dessa forma? Então, nós vamos
3647 colocar dessa forma.” Darcilha Pires, membro da comunidade: “Hoje em dia,
3648 eu me sinto igual quando vamos ao médico. Continuamos falando a mesma
3649 coisa, porque não tem melhoria. Se tivesse, nós tomávamos outro

3650 remédio.Mas, como não tem,continuamos tomando o mesmo. O que eu
3651 quero dizer aqui? Eu gostaria de perguntar à Anglo para nos dar resposta do
3652 que é esse fedor que acusamos abaixo do empreendimento.Nem só o fedor,
3653 agora, até a nossa água. Não estamosaguentando nem passar em cima da
3654 ponte. Porque eu atravesso uma ponte. Não aguentamos, temos que
3655 atravessar correndo, porque senão atétonteamos com o fedor. Eu gostaria
3656 de ter resposta porque já cansamos de vir aqui para saber essa resposta e
3657 não ficamos sabendo.O que é esse ar que fede ou com a água, agora, o que
3658 está acontecendo?Outra coisa. Eu queria muito convidar a Denise, com toda
3659 a sensibilidade dela, para ir dormir lá em casa pelo menos uma semana,
3660 para sentiro que dá na nossa pele, o que nós passamos lá no fundo da
3661 nossa casa. Eu tenhoa coragem de fazer comida de graça para ela, levar em
3662 cima da cama para ela,dar cômodo para ela dormir, posso até pagar um
3663 lugar para ela ficar, só para ela observar o que nós passamosabaixo do
3664 empreendimento, que melhoria tem para nós que a Anglo faz. Euvim para
3665 falar e saber dessa resposta. O que tanto fede?O mau cheiro, o ruído. A
3666 moça falou aí que não existe o ruído. Durma lá na minha casa.Eu moro para
3667 baixo do empreendimento, a 1 km. Com esse tempo de chuva, agora, chega
3668 lá em casa e ninguém aguenta dormir.Eu tenho problema de sinusite, a
3669 minha filha entra em depressão, e eu tenho que correr com ela para o
3670 médico. Eu acho que isso é horrível, uma falta de responsabilidade.O
3671 Rodrigo, da Supram, falou que a mortandade de peixes não faz nada de mal,
3672 mas como é que agora nesse mês de julho, no dia 29 de julho, eu achei o
3673 peixe morto dentro da água?A água ficou da cor de um barro durante uma
3674 semana.Depois de uma semana, o peixe estava morto lá. Quando eu fui tirar,
3675 a carne caiu,mas a escama deleestá dentro da minha geladeira lá. Rafael foi
3676 lá no outro dia, tirou e levou para a empresa. Se a responsabilidade deles
3677 não é correta, eles devem cumprir com os direitos.”Luís Márcio Viana,
3678 representante do Sindiextra:“Eu sou representante da indústria da mineração
3679 no Brasil.Eu estou aqui pelo comando do engenheiro Fernando Coura, que é
3680 o principal líder da mineração brasileira.Para quê? Para pedir aos senhores
3681 conselheiros que deem essa licença pleiteada pelo nosso associado Anglo
3682 American, projeto Minas-RioMinério de Ferro.E as minhas razões são as
3683 seguintes. A primeira delas.Esta é uma arena democrática.Aqui as pessoas
3684 vêm e defendem as suas convicções.São elas de todo tipo, são elas
3685 conflituosas,às vezes, confrontantes, às vezes.A mineração brasileira esteve
3686 nessesoitto anos de licenciamento desse projeto sempre presente em todas
3687 as sessões. Fazendo o quê?Fazendo o que ela tem convicção: diálogo.
3688 Ouvindo e botando as suas questões em discussão.Eé isso que nós vimos
3689 fazer hoje, porque, nesses oito anos, nós convivemos com os senhores e as
3690 senhoras, convivemos com as comunidades que aqui se representam. É a
3691 nossa convicção, além de procurar uma mineração sustentável do ponto de
3692 vista de operações, de logística, ambiental e repartidora dos ganhos. Éo que

3693 a mineração pretende em cada um dos projetos da mineração responsável
3694 no Brasil. Eu queria, então, tomar mão da história, porque a história nos diz
3695 assim: onde há confrontadas ideias, dialeticamente convivendo, você pode
3696 chegar à convergência. E eu sinto aqui um momento importante na vida de
3697 nós todos. Na década de 50, era presidente da República, no final da
3698 década, Juscelino, filho de Diamantina. Ele perdeu as eleições para Jânio
3699 Quadros, que nomeou José Aparecido, filho de Conceição do Mato Dentro,
3700 para ser seu secretário particular. Era inimigos: PSD e UDN. O que
3701 aconteceu com eles todos? Veio o Regime Militar e cortou a cabeça de
3702 todos. Depois do Regime Militar, o presidente Sarney nomeou José
3703 Aparecido governador da cidade de Brasília. E José Aparecido levou para
3704 ser o seu chefe de Gabinete um filho de Diamantina, Carlos Murilo, parente
3705 do presidente Juscelino, que tinha sido seu inimigo. Então, houve um
3706 momento de convergência. O que acontece hoje? Hoje, as lideranças políticas
3707 das duas cidades, no último domingo, foram consagradas nas urnas. Um
3708 novo Juscelino em Diamantina e José Fernando, filho de José Aparecido,
3709 mais uma vez, em Conceição. Isso parece uma convergência daquilo que
3710 Guimarães Rosa chamava de astúcia da política. Mas, não, isso é
3711 profundamente dialético e faz com que nós, da indústria mineral brasileira,
3712 tenhamos esperança de que essa convergência possa fazer desses
3713 municípios, que são mineradores, daqueles municípios que integram a lista
3714 dos municípios melhores para se viver em Minas Gerais, que a Fundação
3715 João Pinheiro publica todo ano e que são dez. Na última pesquisa, sete eram
3716 municípios mineradores. Nós achamos, então, e temos esperança de que,
3717 daqui para a frente, desse projeto que está apenas na sua puberdade, nós
3718 possamos ter uma boa maturidade.” Lucinéia, membro da comunidade: “Eu
3719 sou moradora abaixo da barragem, Córrego Passa Sete, e queria dizer a
3720 vocês, fazer uma reclamação, de novo – eu já fiz aqui no dia 6 –, sobre o
3721 mau cheiro. O mau cheiro está continuando. No rio, agora, está correndo uma
3722 espuma e está fedendo demais. Quando foi dia 29 de julho, no mesmo dia em
3723 que a Darcilha viu peixe morto, lá em casa também nós vimos. A minha casa
3724 é a 5 metros da beira do rio, então, tudo o que acontece nós vemos lá, nós
3725 percebemos. Então, eu queria dizer para os técnicos que falaram aí e
3726 disseram que o que aconteceu naquela mortandade de peixes não foi
3727 produto. Mas, foi, porque eu fiz análise da água, e deu que era soda
3728 cáustica. Eu quero dizer para vocês que eu tenho o meu lá em casa
3729 guardado. E também nesse dia em que morreu os peixes morreu a minha
3730 criação também. Morreu o cavalo no mesmo dia. Eu queria fazer Boletim de
3731 Ocorrência, mas só que eu estava trabalhando na Anglo American, aí, a
3732 minha sogra não deixou. Falou: ‘Se você fizer esse boletim, você vai ser
3733 mandada embora’. Então, eu fiquei no prejuízo do meu cavalo, dos meus
3734 bois, que morreram. E também morreu capivara. Eu tenho foto na minha
3735 casa, tudo firmado lá. E, aí, com que não é produto que matou os meus

3736 peixes?E também queria pedir aos técnicos de meio ambiente para irem lá
3737 para ver de perto o que está acontecendo no rio.Mas não quero técnico da
3738 Anglo American, quero técnico daqui. Não da Anglo American, porque eles
3739 vão e falamque não tem nada.Mas,nesses dias, Rafael esteve lá em casa,e
3740 eu o chamei. ‘Rafael, vamos à beira do rio para você poder ver como está a
3741 água do rio.’Ele e o segurança da Anglo foram lá e olharam: estava tudo
3742 espumando. E quando nós chegamos aqui falam que não está acontecendo
3743 nada.E está acontecendo, nós estamos sofrendo. Nós, de noite, não
3744 dormimos, com medo de a barragem arrebentar. Nós moramos abaixo da
3745 barragem. Meus meninos morrem de medo. Eu tenho um menino de 10
3746 anos, e quando começa a chover ele já fica olhando para o céu:‘Mãe, a
3747 chuva já vem?’‘Calma, meu filho, calma’. Então, nós estamos passando uma
3748 grande luta naquele lugar.Vocês podiamterdó de nós, Ministério Público, e
3749 resolver esse problema para nós, porque estamos sofrendo demais ali
3750 abaixo da barragem.” Amanda Grazielle, membro da comunidade: “Eu tenho
3751 27 anos, venho representar a Anglo American, mas venho falar um pouco de
3752 mim também.Além de ser funcionária da Anglo American, sou natural de
3753 Conceição,irmã de cinco irmãos, criada por uma mãe humilde, natural de
3754 Conceição também. Venho falar um pouco de mim, da minha trajetória até
3755 aqui.Eu sou da Anglo American há três anos e sete meses.Antes disso, já fui
3756 manicure, pedicure e trabalhei, praticamente,dez anos como garçõnete.
3757 Através do Senai, eu tive a oportunidade de fazer um curso por dez meses, e
3758 pela primeira vez tive a minha carteira assinada.Não só a carteira assinada,
3759 mas também o privilégio de poder falar que hojeeu tenho uma profissão. Fui
3760 criada com muita humildade, nunca tive nada fácil na vida, como também o
3761 emprego não foi fácil; eu tive que correr atrás para conseguir.E é uma coisa
3762 que eu vou levar para a vida inteira.E através dessa oportunidade eu pude
3763 ajudar também a minha mãe, e foi para mim o maior ganho que eu tenho, de
3764 poder estar dando retorno para a minha mãe, que tanto lutou por mim. Eu
3765 consegui assinar a carteira dela para ela cuidar da minha filha, que é outro
3766 ganho que eu tive também.Então, através disso, eu vejo uma oportunidade
3767 não só para mim como jovem conceicionense, mas para todos os outros
3768 jovens, que também têm o privilégio de poder não estar necessitando de sair
3769 da cidade para poder se sustentar e sustentar a família. Então, eu consigo
3770 perceber uma oportunidade de se desenvolver, de conseguir se manter e
3771 manter a família. Uma oportunidade mesmo, uma questão de
3772 crescimento,não só pessoal, mas crescimento profissional também.Não só
3773 diretamente ligadoà mineração, mas até mesmo indiretamente. Porque nós
3774 também não podemos ser mesquinhos a ponto de tapar os olhos com
3775 relação às oportunidades, não só para os jovens, mas para toda a
3776 comunidade ligada à mineração, ao desenvolvimento,ao crescimento.Então,
3777 eu tenho o prazer de falar que sou Anglo American, e para mim eu sinto
3778 como um privilégio poder estar fazendo parte desse número de pessoas que

3779 conseguem se desenvolver, ver o lado bom do projeto e conseguir crescer
3780 com ele.” José Maria da Silva, membro da comunidade: “Eu estou aqui hoje
3781 participando, pela segunda vez, dessa reunião. É lógico que com o coração
3782 sangrando por tanta tristeza de ver o nosso povo sendo ultrajado,
3783 massacrado, humilhado por pessoas incompetentes. Porque nós temos que
3784 preservar é a vida das pessoas e não o dinheiro. A vida é que precisa ser
3785 preservada. Eu moro na comunidade chamada São José do Jassém. Lá tem
3786 várias famílias, escola, campo de futebol, posto de saúde, várias crianças. E
3787 nós moramos abaixo da represa, a 10 km. É o mesmo percurso de Água
3788 Quente e Passa Sete. E nós vamos morrer de graça? Como a Anglo
3789 American pode garantir que aquela barragem não vai romper? Eles são Deus
3790 para dizer que aquela barragem não vai romper um dia? Prestem atenção,
3791 tenham juízo, salvem o dinheiro de vocês, mas pensem na vida. Isso é uma
3792 responsabilidade muito grande. Tem que ter reassentamento,
3793 é reassentamento coletivo já. Ou alguém aqui vai querer ser responsável pela
3794 morte das pessoas, que poderá ocorrer no futuro? Alguém vai ser
3795 responsável? Será que vocês não têm temor a Deus, está, por acaso, o
3796 homem acima de Deus? Como morre gente todo dia? Se o homem estivesse
3797 acima de Deus, no seu poder, ninguém morreria. Eu peço a vocês para se
3798 unirem e que salvem as vidas. Outra coisa também que me deixa muito triste
3799 aborrecido é essa lei do meio ambiente. Eu tenho nojo dessa lei. Eu aprendi a
3800 trabalhar na roça quando estava com 7 anos. Hoje, eu tenho um filho de 13
3801 ou 14 anos que não pode me ajudar a trabalhar na roça. Aí, as pessoas
3802 estão migrando para a cidade. Lá, os pais perdem seus filhos para a
3803 criminalidade, eles morrem lá. Então, é uma responsabilidade, nós viemos da
3804 terra e temos que trabalhar na terra. Nós somos nativos da terra. Na nossa
3805 região lá, ninguém mais pode plantar, ninguém mais pode produzir, ninguém
3806 pode tirar um cipó. Isso é um absurdo. Como tratam os filhos deste Brasil
3807 desse jeito? Isso é uma irresponsabilidade. Nossos antepassados morreram
3808 com a mão calejada tirando o seu sustento da terra, para tratar de seus filhos
3809 e suas filhas. Então, muitas vezes, o crime está na cidade, e o Estado é
3810 cúmplice, vocês são cúmplices. Ficam ditando leis para as pessoas que
3811 moram lá. Como que agora querem abrir espaço para a Anglo
3812 American destruir? E o ser humano? Vai comer capim, vai comer minério? É
3813 um absurdo, uma injustiça. Toda a vida o homem nasceu na terra e vive na
3814 terra. Nós queremos reassentamento coletivo já, para ver se teremos um
3815 pouco de sossego. Reassentamento coletivo já. Essa Anglo American é uma
3816 peste que veio para o Brasil, um câncer que veio para o Brasil para corroer as
3817 pessoas. Eu estou indignado com os nossos dirigentes, que nós
3818 esperávamos que nos protegessem e, no entanto, vêm nos massacrar
3819 também. Que absurdo. Caneta e papel não matam a fome de ninguém. O
3820 que mata a fome do povo, rico ou pobre, são feijão e arroz, não é dinheiro. Se
3821 dinheiro valesse, o Brasil não estaria em crise, os bancos não estariam

3822 fechados. Eles ganham salário gordo, e o povo está sofrendo porque os
3823 bancos estão fechados. Vocês precisam pensar direito. Eu não tenho
3824 faculdade, só tenho a 4ª série antiga, mas não me assusto com nada. Eu
3825 tenho a sabedoria do alto. Eu vejo a tristeza no coração das pessoas. No
3826 Jassém, na Água Quente, ninguém dorme sossegado, ninguém dorme
3827 tranquilo. E vêm dizer que não precisa de reassentamento. Então, mandem a
3828 Anglo ir embora. Se não pode ter reassentamento para o povo, então, a
3829 mandem embora. Desapareçam do Brasil ela e outras mais. Deixem o povo
3830 viver tranquilo, sossegado, em paz, ter paz, ter sossego. Nós não temos
3831 sossego mais, acabou o nosso sossego. Tenham consciência, tenham
3832 paciência.” Ana Paula Batista, membro da comunidade: “Eu estou aqui não
3833 representando a empresa, mas a minha cidade, Dom Joaquim. Eu vim falar
3834 um pouco do que foi a minha vida até hoje e antes de a Anglo American ir
3835 para a nossa região. Eu trabalho desde os 13 anos, sempre trabalhei como
3836 doméstica e babá, profissão de que me orgulho muito, porque foi assim que
3837 eu comecei e não me envergonho se precisar voltar um dia. Mas, antes de a
3838 Anglo American vir para a nossa região, a maioria dos jovens como eu
3839 completava o ensino médio e tinha que procurar trabalho em outras
3840 cidades. Assim eu fiz e trabalhei desde os 13 anos, como já falei. E em 2012
3841 eu retornei para a cidade. Eu estava desempregada, ia casar e vi que estava
3842 tendo inscrição para o curso do Senai, da Anglo. Eu me inscrevi e, graças a
3843 Deus, passei, fiz o curso de dez meses para eletricista de usina e
3844 beneficiamento e fui chamada para trabalhar na empresa, onde estou há três
3845 anos e sete meses. Com essa oportunidade, realizei, graças a Deus, o meu
3846 sonho maior, que era poder ajudar a minha mãe e ter a minha casa própria,
3847 poder dar uma condição melhor para a minha filha de 1 ano e meio e poder
3848 ajudar meu marido, que, infelizmente, hoje em dia está desempregado, como
3849 todos estão vendo o cenário que está no Brasil. Mas o que eu tenho que
3850 agradecer é que muitos queriam ter a oportunidade que eu tive e não tiveram,
3851 como mesmo os meus pais não tiveram essa oportunidade que eu tenho
3852 hoje. E os benefícios que a empresa trouxe para a nossa região. Além do
3853 benefício que ela trouxe de oportunidades de emprego, ela arrumou as
3854 nossas ruas, deu estrutura para os hospitais, entre outras coisas que quem
3855 quiser ver é só ir à nossa cidade e observar. Eu só queria agradecer essa
3856 oportunidade que estou tendo aqui de expor o que a empresa tem feito na
3857 minha vida e na vida de muitas pessoas. E quando vocês forem votar,
3858 prestem muita atenção, porque a decisão de hoje não vai impactar só na
3859 minha vida, mas na vida de muitas pessoas que dependem do nosso
3860 emprego.” Lúcio Guerra, membro da comunidade: “Na verdade, eu vou ter
3861 que começar lendo aqui a quebra de regimento que foi feita aqui hoje e
3862 desmentir tanto o presidente da mesa quanto a representante da Fiemg de
3863 que foi cerceado, sim, o direito de falar na reunião passada. Eu ia usar
3864 o tempo dos Assuntos Gerais para retomar o que não deu tempo de falar na

3865 reunião passada. E quem participou da LP também teve cerceamento de
3866 fala. Tinha 70 inscritos, e puder falar só cinco. O Artigo 27, inciso I. Os
3867 Comunicados e Assuntos Gerais a que se referem o nosso inciso III do
3868 Caput desse artigo ‘terão duração máxima total de 30 minutos, divididos
3869 entre os interessados, sendo necessária inscrição de não conselheiros em
3870 livro próprio até o início dos trabalhos da sessão’. Está certo, Wesley? Você,
3871 que está aqui para garantir a lei, deve saber isso de cor e salteado. Então, eu
3872 gostaria que constasse em ata a minha fala, mesmo porque tem
3873 recomendação do Ministério Público para não ter esse cerceamento. E
3874 gostaria também de falar do que estão virando esses processos de
3875 licenciamento nesta URC. Parecem que estão virando uma
3876 guerra. Porquê? Por que precisa de tanta repressão policial? Deve ser porque
3877 tem muita coisa errada acontecendo aqui. Porque não é possível. Agora,
3878 quem erra está ficando impune. São técnicos que vêm e que falam aqui
3879 coisas que não condizem com a verdade, falando que não tem morador na
3880 serra da Ferrugem. Está escrito no Parecer Único. Vai lá. Quem é Lúcio
3881 Pimenta, quem é seu João Pimenta? ‘Ah, não, mas agora o seu João – que
3882 já deveria ter saído na condicionante 105, lá em 2010 –, não, agora, para
3883 não atrapalhar a LO, nós vamos tirá-lo, porque não precisamos dele agora’. E
3884 depois põe ele de novo. Isso aqui está virando um circo? Não é possível ter
3885 esse tipo de entendimento. Eu gostaria de aproveitar também o momento
3886 para cobrar, enquanto conselheiro, igual a vocês, que eu já fui por um ano e
3887 pouco. Eu fiz doze perguntas para esta Supram, e tem ainda cinco sem me
3888 darem essas respostas. Já passaram pela Eliana, agora estão com o Ângelo,
3889 estão no e-mail do Wesley, no e-mail do Ângelo as perguntas. Porque são
3890 condicionantes que estão como cumpridas. Em algumas, eu peço,
3891 simplesmente, a relação dos nomes. Por que não me dão? Qual é a
3892 dificuldade? Por que, Wesley? Hoje, eu não trouxe para protocolar, eu achei
3893 que, quem sabe, vocês iriam me dar essas respostas hoje. Tem uma
3894 condicionante 19 – eu não posso deixar de falar sobre ela –, que fala da
3895 revitalização ou reflorestamento dos córregos. Em uma propriedade que nós
3896 temos lá na área a Anglo está querendo entrar. Eu fui até procurá-la nessa
3897 semana. Eu não sei, na reunião passada, constou em relação a quem tinha
3898 permitido, quem não tinha permitido, como que era. Mas eu falei com eles:
3899 tem gente lá, que está morando lá, próximo, que não está satisfeita com a
3900 situação em que está. E eu, em solidariedade a eles, não vou assinar para
3901 vocês entrarem lá, apesar de ser a coisa de que nós mais precisamos, que é
3902 do rio. Mais cinco minutos, se os conselheiros permitirem. É questão de
3903 regimento, eu paro de falar agora. Simplesmente, ponha em votação se eu
3904 posso falar por mais cinco minutos ou não. Isso está no regimento. Mais uma
3905 quebra de regimento. Não tem problema. O senhor quer que eu faleo artigo?”
3906 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Um minuto.” Lúcio Guerra, membro da
3907 comunidade: “Então, antes, inclusive, de chegar e fazer a revitalização,

3908 mostrem a qualidade da água que está lá nos córregos. Vai querer reflorestar
3909 lá ao redor da APP. Eu acho que tem que fazer. Não estou falando isso. Mas,
3910 por que antes, que já deveriam ter feito, eles não cumprem o que deve ter a
3911 água lá de qualidade? Em relação ao que foi discutido aqui também em
3912 relação a fazer estudo, doutor Felipe, em relação a reassentamento. Eu
3913 gostaria só para terminar.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Por favor,
3914 Lúcio, você já teve a prerrogativa.” Lúcio Guerra, membro da comunidade:
3915 “Tem mais cinco minutos, e eu gostaria que o senhor pusesse em votação.
3916 Se os conselheiros falarem que não é para eu falar, eu me calo,
3917 simplesmente.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “E vou colocar para o
3918 Conselho deliberar. Segundo o Regimento, ‘nos casos em que for
3919 ultrapassado o prazo de seis minutos e não for possível a conclusão da
3920 manifestação, em se tratando de assunto de grande complexidade, poderá, a
3921 critério da estrutura colegiada, por meio de votação, ser concedido novo
3922 prazo para conclusão da manifestação, que não excederá cinco minutos’. Eu
3923 vou colocar ao Conselho essa votação se o Conselho vai dar a prerrogativa
3924 de mais cinco minutos.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Eu queria
3925 saber se a votação dessa extensão de tempo que nós vamos realizar é só
3926 para o pronunciamento do Lúcio ou se isso vai passar a ser via de regra a
3927 todos.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Qualquer um que requerer essa
3928 condição poderá ter essa mesma prerrogativa.” Conselheiro Guilherme
3929 Coelho Neves: “Vai ser votada uma a uma ou vai ficar estabelecido para
3930 todas as demais?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tem que ser votada
3931 uma a uma.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Ok.
3932 Obrigado.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou colocar em votação.
3933 Todos aqueles que concordarem com a prerrogativa de mais cinco minutos
3934 permaneçam como estão. Seis não concordam, oito concordam. Lúcio, você
3935 vai ter mais cinco minutos.” Lúcio Guerra, membro da comunidade: “A gente
3936 tem que ficar aqui falando, ensinando a vocês trabalharem – não é, Wesley?
3937 – o regimento que você ajudou a construir. Um dos objetivos do estudo da
3938 Diversus, ou antes até, lembrando a condicionante 45, que já foi falado
3939 aqui, que nós estamos falando aqui de novo, por várias pessoas, que se já
3940 tivesse resolvido lá atrás, nós que somos os atingidos não estaríamos nessa
3941 discussão, estaríamos mais em paz com todos. A condicionante 45 fala que
3942 se façam, de maneira total e definitiva, os atingidos pelo empreendimento,
3943 pela cava, pela usina, pela pilha de estéril, pelo reflorestamento, e por aí
3944 vai. Não foi feito. E, agora, no estudo da Diversus, também o objetivo do
3945 estudo: identificar as pessoas que não têm condições de permanecer no
3946 local onde moram, devido aos impactos presentes e futuros. Isso aqui já foi,
3947 não é possível que o português esteja sendo tão difícil assim para
3948 entendimento das pessoas. Porque o futuro? Porque o futuro não interessa à
3949 empresa, a empresa precisa de andar. E o futuro das pessoas como que fica?
3950 Em relação ao que nós fomos cerceados de falar na reunião passada, da

3951 exclusão das condicionantes 36 e 37, se não me engano, quer seriam de
3952 melhorar e ampliar o sistema de abastecimento, eu gostaria de deixar uma
3953 pergunta, tanto para a Supram quanto para o Ministério Público. Como ficará
3954 a situação da comunidade de Água Quente? Porque foi assinado, em 2010,
3955 um termo de reunião – não é Termo de Ajustamento de Conduta – de que,
3956 uma vez não logrado de se fazer mais boa prática de se distribuir a água
3957 para o pessoal morador de Água Quente, se faria o reassentamento da
3958 população. Da mesma maneira, em 2014, a Diversus teve a mesma
3959 conclusão. Uma vez que se excluíram essas condicionantes, então, eu
3960 gostaria, além da explicação por eu não ter isso aqui até hoje, eu gostaria
3961 que o Wesley se pronunciasse ou o Ângelo, e sobre essa questão também. E
3962 em relação às condicionantes, para ser a última coisa que eu vou falar, em
3963 relação ao licenciamento como um todo. Tem condicionante descumprida. A
3964 número 26, que é da revitalização das nascentes do rio Santo Antônio. Ela
3965 foi reeditada já três vezes. A condicionante 37 da LI 2 foi já cinco vezes. Ela
3966 era a 27 da LP, 32 da LI 1, 37 da LI 2, que fala dos usuários dispersos. Quem
3967 são? O Gilcimar falou que tem a lista deles aqui. Passe para o Wesley, para
3968 ele me passar, Gilcimar, por favor, porque eles não me passaram isso até
3969 hoje. Tem também a condicionante 106, que fala quem são as pessoas do
3970 entorno que estão sendo assistidas pelo programa de reestruturação
3971 produtiva. Que eu saiba, ainda também não posso nem falar, porque eu não
3972 sei, não me passaram. Agora, tem gente lá de Capitão Felizardo, de Costa
3973 Sena – está aqui no jornal – sendo assistida. Não que não devam ser
3974 assistidas, mas eu acho que, se estão querendo manter alguém lá no
3975 entorno, é porque precisaria de uma reestruturação produtiva. Está aqui,
3976 Wesley? Quem são? Eu só estou querendo mostrar, com isso, que vão se
3977 postergando os assuntos, as condicionantes, dando como cumpridas. Se
3978 estão cumpridas, porque elas são reeditadas? Muito obrigado.” Fernando
3979 Lucas, membro da comunidade: “Eu sou morador de Conceição do Mato
3980 Dentro há 30 anos. Quando eu terminei o ensino médio, eu procurei um
3981 curso técnico na cidade de São João Evangelista. Em Conceição do Mato
3982 Dentro, não tinha esse tipo de formação. Desde então, eu trabalhei na
3983 área. Por que eu puxo para esse quesito? Hoje, eu trabalho na Anglo
3984 American. Entrei pelos mesmos moldes que a maioria já conhece. Todos
3985 entendem como é, os detalhes são rigorosos. Não é porque ‘está na
3986 American, vai defender’. É verdade, eu trabalho na área de operação de
3987 mina, especificamente, na equipe de instrução, onde formam os
3988 operadores para equipamentos fora de estrada, e lá eu percebo um
3989 crescimento profissional, um crescimento como pessoa mesmo e detalhes
3990 internos de uma grande agremiação como a Anglo American, que me faz vir
3991 aqui fazer esse apelo a vocês. Tem pessoas que precisam do
3992 empreendimento. O empreendimento faz diferença hoje na região. Não é só
3993 Conceição do Mato Dentro. Os impactos que foram falados para os senhores

3994 e todas as formas mitigadoras da empresa também foram apresentados, e eu
3995 mesmo percebi. Eu queria fazer um pedido. É tempo de ter fé, de
3996 acreditar. Eu, por trabalhar, por ter esse contato, passo a vocês uma visão de
3997 lá de dentro, de uma pessoa de Conceição, que tem todo esse contato com
3998 esse crescimento. E queria pedir a vocês: confiem na empresa, confiem na
3999 integridade. Não é não brincadeira, não é texto pronto, é de coração e de
4000 sinceridade.” Helena Saldanha, membro da comunidade: “Eu sou da
4001 comunidade do Gondó e queria, antes de começar a minha falados assuntos
4002 que realmente eu me proponho a falar aqui, pegar uma brecha na do colega
4003 que acabou de sair daqui. Eu acho que o Conselho já confia demais na
4004 Anglo, porque uma equipe técnica que se baseia nos relatórios da empresa
4005 que pretende se licenciar sem checar de que forma esses relatórios foram
4006 feitos, é muita confiança. E ainda mais sem checar a manipulação desses
4007 relatórios. Eu falo isso com exemplo prático. A comunidade do Gondó está
4008 aqui lutando para ser reconhecida. Teve um incidente, que, para todos, é
4009 crime. Para quem não ia nem ser reconhecida, acontecer um crime está
4010 longe de uma boa avaliação. E, segundo, outras pessoas da mesma
4011 comunidade conseguiram um relatório hídrico de empresa idônea, e a Anglo
4012 foi lá e negociou. Nunca estiveram na lista de atingidos. Como respondem
4013 uma coisa dessa, cadê o corpo técnico da Supram? Agora, eu vou voltar à
4014 minha fala. Na reunião passada, eu deixei com vocês um texto da
4015 comunidade do Gondó. Alguém leu, por favor? Pelo jeito, dois conselheiros
4016 leram. Há que se ver o interesse pela manifestação dos atingidos, seja
4017 formal, seja verbal. Então, dessa vez, além do escrito, nós trouxemos as
4018 fotos. Essas que foram passadas no telão, essas que estão aí à disposição
4019 de vocês, que comprovam os fatos. Fotos não são inventadas e, com certeza,
4020 nenhuma dessas tem photoshop. O que o doutor Felipe falou da
4021 reconstituição de vegetação, que eles chamaram de correção do incidente,
4022 que, para mim, é crime, houve supressão da vegetação nativa. Está ali na
4023 foto, a serra ficou careca. Além da descida dos resíduos, a forma que eles
4024 acharam de consertar o incidente também não saiu da melhor forma. Vocês
4025 podem ir lá e achar vegetação nativa, que é considerada vegetação
4026 nobre, candeia. Está lá espalhada no terreno, vocês podem ver. Isso foi a
4027 supressão que eles fizeram. Para conter a lama, pegaram no fundo do terreno
4028 que compraram e fizeram buraco para a lama se assentar ali. Só que a
4029 natureza não tem contenção tão perfeita assim. Vazou por baixo, e os
4030 córregos seguintes ainda estão com aquela nata prateada do minério. Está
4031 ali, e quem quiser. Pelo jeito, poucos conselheiros. Se não me engano, eu vi
4032 três pessoas ali para saber do que se tratava. Aquilo é fato, e é fato o que nós
4033 estamos sentindo na pele. Nós temos lá uma nascente visitada por
4034 funcionários da Anglo que está a menos de 500 metros da área que será
4035 alvo dessa Etapa 2. Eu não sei, só se vão fazer um terraço para anascente,
4036 porque não tem como ela não ser soterrada. Então, se já tiverem um

4037 planejamento da forma de deixá-la sobreviver, por favor, nos apresentem,
4038 porque nós estamos ansiosos para saber a forma que eles vão suplantar
4039 esse problema. E, mais uma vez, reportando à representação aqui em defesa
4040 da Anglo, eu queria falar que eles deviam sugerir aos cursos que são
4041 apresentados um pouco de curso de noções de direito, de administração e
4042 tudo o mais, porque ter uma carteira assinada não é mais do que obrigação
4043 do empregador. Qualquer que fosse a empresa estaria fazendo a mesma
4044 coisa. Eu não vim aqui para falar da minha vida pessoal, mas quem vai à luta
4045 não está lutando por emprego. Uma pessoa atualizada, hoje, sabe que o
4046 grande viés é a empregabilidade. Como está o seu currículo?” Elias Salvador,
4047 membro da comunidade: “Sou morador de Dom Joaquim, trabalho na Anglo
4048 há três anos e sete meses. Desde que eu sei, morei em Dom Joaquim,
4049 estudei em Dom Joaquim até o 2º grau. Ajudei meu pai na roça, sou
4050 trabalhador, já capinei, já rocei, já fiz de tudo na roça, mas corri atrás do meu
4051 sonho, que era fazer um curso técnico. Na época, eu não tinha essa chance,
4052 tinha que ir lá para São João Evangelista. Meu pai não tinha condição de
4053 pagar. Eu tive que formar, ir para Belo Horizonte trabalhar, tirar carteira.
4054 Comesse dinheiro que eu corri atrás e entrei na Anglo, através desse curso,
4055 dessa oportunidade. Antes, eu era funcionário público, trabalhei na Prefeitura
4056 de Guanhães. E na Prefeitura de Guanhães eu trabalhei como motorista,
4057 mas tinha o sonho de fazer um curso técnico. Através da prefeitura, abriu-se
4058 essa oportunidade. Eu fui para Conceição, pedi exoneração do meu cargo
4059 público. Corri atrás, entrei na Anglo, fiz o meu curso técnico no ano
4060 passado. E peço a vocês que votem a favor do Step 2. Não é só para mim,
4061 tem vários colegas meus que dependem desse serviço hoje.” Sebastião Pires
4062 da Silva, membro da comunidade: “Eu queria fazer um reclame de um
4063 terreno que eu vendi em São Sebastião do Bonsucesso. Eu vendi 74
4064 hectares de terra por R\$ 300 mil para um moço de nome Alexandre. Ele
4065 dizendo que estava comprando por uma firma de nome Bola Gato. Ele me
4066 deu R\$ 300 mil, e na oportunidade falou que podia me dar só aquele preço,
4067 porque, se não desse aquele, ele podia ir para a Justiça, e a firma, trabalhar
4068 no terreno. Então, eu queria ver se a firma reajustava esse preço para mim.
4069 Depois, eu fiquei sabendo que a firma estava comprando terreno de R\$ 35
4070 mil por hectare. Então, a minha ficou muito fora do esquadro de compra de
4071 terra. Então, eu queria saber se a firma pudesse fazer o favor de reajustar
4072 esse preço para mim.” Membro da comunidade complementando a fala de
4073 Sebastião Pires da Silva: “Na verdade, a Diversus já fez um estudo com ele e
4074 aprovou esse estudo. Só que eu ouvi falar que a Anglo não aceita esse
4075 estudo da Diversus. Então, nós estamos querendo a posição dela para saber
4076 se foi feito outro estudo, através da Supram, ou não. É isso que nós
4077 queríamos saber, só a posição da Anglo mesmo sobre essa terra que a
4078 Diversus aprovou.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu estou passando o
4079 nome, para o doutor Felipe, do Sebastião Pires da Silva. Ele vai fazer a

4080 verificação e dar o retorno para vocês.”Geraldo Adilson Gonçalves, membro
4081 da comunidade: “Eu sou de Dom Joaquim, filho de lavrador, vim da zona
4082 rural para cidade, novo, e participei de minha cidade, ali de perto, das
4083 carências e das dificuldades. Vivemos em uma época muito difícil, uma
4084 época de muitas carências sociais, muitas dificuldades, em que todas as
4085 famílias tinham seus filhos estudados até a 8ª série, e tinham que se dirigir
4086 para cidades maiores se formar, e muitos não retornaram. O sonho de Dom
4087 Joaquim sempre era ter condições de subsistência. Assim que chegou a
4088 empresa a Dom Joaquim, o quadro teve uma mudança drástica. Os jovens
4089 tiveram oportunidades de estudar, de se formar e de se profissionalizar. Teve
4090 investimento na cidade. Nós tivemos vários investimentos de infraestrutura,
4091 na área da saúde, hospitais, na questão da implantação da ETE, na questão
4092 de construções de sistema de esgotos. Além disso, trouxe um avanço social
4093 ao nosso município. Várias famílias, hoje, têm seus filhos por perto. Eu estou
4094 falando aqui como pessoa física, e em questões técnicas eu não tomarei
4095 decisões nessa parte, que ficará na parte dos órgãos competentes. Mas digo
4096 para vocês, Dom Joaquim hoje é outra cidade, uma cidade que nós podemos
4097 falar que está em crescimento, que está em progresso.”Patrícia Generoso,
4098 membro da comunidade: “Eu não consigo me enquadrar dentro de nenhuma
4099 dessas caixinhas, respeito todas as comunidades. Porque eu acho que não é
4100 só quem é de Gondó, Conceição, Córregos, Jassém, como eu sou, da Água
4101 Quente que tem direito de fazer aqui a defesa do meio ambiente. Se eu não
4102 me sentisse pertencente a todas essas comunidades, provavelmente eu não
4103 concordaria com nada do que está acontecendo ou com todas as
4104 irregularidades que ocorrem neste processo de licenciamento ambiental. A
4105 primeira coisa que eu queria pedir é que fossem registradas, literalmente,
4106 todas as falas das pessoas da comunidade. Então, estou pedindo,
4107 formalmente, esse registro. A segunda é fazer um registro, de novo, senhor
4108 Wesley, senhores presidentes que estão aqui presidindo a mesa. É
4109 lamentável que tenha ocorrido aqui o manejo do Regimento Interno. Nós
4110 tivemos que gritar, vocês nos colocam, a todo momento, em uma situação de
4111 violência. Eu estou aqui, inclusive, falando isso com vocês, estou acusando
4112 vocês de fazerem uma violência conosco. A todo momento, nós temos que
4113 ficar ali gritando e exigindo que a regularidade, que a legalidade seja a pedra
4114 de toque deste Conselho. Você, Wesley, falou conosco que não havia direito,
4115 que era Comunicados dos Conselheiros. Nós tivemos que voltar ao
4116 Regimento, trazer, ler aqui para você. Você, Wesley, é a pessoa que eu estou
4117 pedindo para fazer o controle de legalidade desse processo a todo momento
4118 e que está deixando o processo passar com esse monte de irregularidade. E
4119 agora eu vou me dirigir ao Ministério Público e fazer, a doutor Felipe, uma
4120 denúncia e já com pedido de apuração disso. Esse parecer, doutor Felipe,
4121 tem um vício de forma, porque a todo momento ele fala e desfala, mostra e
4122 esconde, mostra que tiveram dois acidentes que chamou de ‘grandes

4123 proporções' e esconde quais são esses dois acidentes e não os descreve.
4124 Não nos diz quais são esses dois graves acidentes, chamando de
4125 incidentes. Isso é um jogo de esconder, de mostrar e esconder. Isso é
4126 irregular, isso é um vício que esse parecer não pode conter. A Supram não é
4127 um órgão qualquer, o parecer não é um documento qualquer. O parecer é um
4128 documento, a Supram é um órgão de apoio técnico. E o parecer serve para
4129 pautar a decisão deste Conselho. E não pode ser feito dessa forma, trazendo
4130 à luz e escondendo as coisas, como se fosse uma brincadeira de pique-
4131 esconde. Isso não pode acontecer. E isso aconteceu não só com um
4132 incidente que chamou de grave e não falou qual é, como também quando
4133 descreve, por exemplo, que tem condicionante descumprida e, mesmo
4134 assim, opina. Se a legislação fala que pode cassar uma licença, antes de
4135 concedida a Licença de Operação, é 'deve'. Pode, depois que ela foi dada,
4136 mas, antes, de ser dada, a palavra de ordem é 'deve': deve ter efetivo
4137 controle antes, e isso nós vimos que o próprio parecer nos mostrou que não
4138 existe. Não existe efetividade das medidas, tanto assim que eles mesmos
4139 descrevem aqui, em vários itens, que existem condicionantes descumpridas,
4140 que não foram suficientes, que a poeira teve excesso. Isso significa que as
4141 medidas não foram suficientes, não foram eficazes, e isso é suficiente para já
4142 trazer a conclusão de que o parecer contém um vício de forma que é grave.
4143 E mais ainda, eles pautam só nas informações da empresa. Chegam ao
4144 ridículo de dizer, por exemplo, na folha 47, que a comunicação fez reuniões
4145 com a comunidade, mas não sabem mais informações sobre isso. Nós
4146 viemos aqui, o registro das nossas falas consta nas atas. Nós fizemos
4147 denúncias escritas, que estão aí. Não existe só um lado nesse licenciamento
4148 ambiental, vocês são obrigados a nos responder, vocês são obrigados a
4149 trazer à baila. Quando a empresa traz um fundamento, vocês são obrigados a
4150 trazer para nós as informações que confrontam com a informação da
4151 empresa. Eu só gostaria de dizer que estão aqui sendo descaracterizadas,
4152 inviabilizadas a fala, a manifestação, as denúncias das comunidades
4153 atingidas. Isso está no processo de licenciamento, não está fora do
4154 processo. Pode estar fora do mundo dos técnicos e dos conselheiros, mas
4155 não está fora do nosso mundo nem fora dos autos do processo de
4156 licenciamento ambiental. Então, quando vocês fizerem uma apuração ou
4157 trouxerem dados relativos só a dados amostrais da empresa, confrontem
4158 com as nossas informações. Isso é indispensável. Vocês não fizeram isso, e
4159 nós estamos solicitando a retirada de pauta do processo para que vocês
4160 confrontem as informações da empresa com as denúncias, os fatos e todas
4161 as informações que nós fizemos aqui e que constaram de ata e que nós
4162 protocolamos os documentos. Isso é uma exigência legal, e nós estamos
4163 solicitando." Geraldo Marques, membro da comunidade: "Eu estou pastor em
4164 Dom Joaquim há dez anos e, como líder espiritual, sofri em Dom Joaquim,
4165 com o povo de Dom Joaquim, na situação antes da Anglo. E depois eu vi

4166 Dom Joaquim respirar, eu vi os filhos ‘domjoaquinenses’ voltarem de Belo
4167 Horizonte, de São Paulo e começarem a sonhar em morar com a sua família,
4168 trabalhando na empresa que veio explorar o minério aqui neste lugar. Nós
4169 falamos aqui muito sobre impacto ambiental, mas eu quero chamar atenção
4170 de vocês para o impacto social. O que já está acontecendo não só em Dom
4171 Joaquim, mas em todas as cidades vizinhas. Porque uma empresa que não
4172 pode extrair o minério, que está sempre só gastando, vai ter que conter os
4173 custos. E como se contém os custos? Com demissões. Em um país que já
4174 está batendo recorde de desempregados. Pessoas que, antes, sonhavam
4175 em morar em Dom Joaquim, viver junto com os pais já estão se arriscando
4176 voltar para Belo Horizonte e trabalhar em um lugar informal. E quem sabe
4177 ficar exposto às drogas e outros tipos de coisas que têm engrossado a
4178 população brasileiro, o jovem brasileiro. Eu não quero dizer que é irrelevante
4179 a questão dos impactos, mas eu quero dizer para vocês: nós precisamos de
4180 emprego, os nossos filhos precisam de emprego, os nossos netos precisam
4181 de emprego. Eu sei que hoje vocês têm uma árdua missão de votar ‘sim ou
4182 não’ para essa licença. E eu quero pedir a vocês: pensem nos nossos filhos,
4183 pensem no emprego que nós estamos precisando. Coisa que já há oito anos
4184 não se precisava em Dom Joaquim nós já estamos fazendo: levantando
4185 mantimento para ajudar as pessoas. Ajudar as pessoas com cesta básica,
4186 coisa de que não estávamos precisando mais; pessoas passando fome,
4187 desempregadas. Então, eu quero pedir a vocês que pensem. É preciso,
4188 realmente, e tem as condicionantes, então, cobrem, mas deem condições a
4189 esta empresa de manter os empregados ganhando o seu sustento e
4190 trazendo mais empresas para cá, para que aqueles que estão
4191 desempregados venham a ter a dignidade de receber o seu salário
4192 trabalhando, não dependendo de bolsa miséria, bolsa família, bolsa esmola.
4193 Nós não queremos isso, nós queremos dignidade, nós queremos trabalho,
4194 nós queremos, sim, o direito de defender o pão de cada dia e cuidar dos
4195 nossos filhos.”Ana Flávia Santos, membro da comunidade: “Eu gostaria de
4196 usar esse tempo da inscrição que fiz para comentar uma questão que tem
4197 aparecido nesse licenciamento desde pelo menos 2014, mas que tem
4198 retornado e foi hoje muito mencionada. É a seguinte questão. Quando se fala
4199 dos números do monitoramento da Anglo, fala-se de dados objetivos.
4200 Quando se fala das questões, das denúncias, dos relatos, das narrativas,
4201 das experiências que os atingidos trazem a este fórum, fala-se em
4202 percepção, como se faltasse a eles objetividade, como se as questões que
4203 eles trouxessem não fossem reais. Eu gostaria de voltar a esse ponto
4204 porque, quando este Conselho faz isso e quando os técnicos da Supram
4205 também fazem isso, estão indo na contramão, na verdade, daquilo que é
4206 mais indicado. Se há um saber, um conhecimento capaz de identificar os
4207 pontos em que há falhas são justamente as pessoas do local. Ninguém
4208 conhece mais a região do que os moradores. Isso está comprovado. Estudos

4209 e estudos falam da falência, inclusive, desse modelo de EIA/Rima. Eu acabei
4210 de chegar de um congresso, que aconteceu neste ano, em que se
4211 demonstrou, no caso do licenciamento de Caetité, que o esquema dos
4212 ventos estava completamente furado. A equipe de assessoria técnica dos
4213 atingidos de lá, a partir das informações sobre as direções dos ventos que os
4214 atingidos forneceram, chegou à conclusão de que o universo atingido iria ser
4215 muito maior do que aquele que estava previsto no EIA/Rima, porque as
4216 informações eram muito mais precisas do que aquelas que os técnicos e
4217 consultores haviam utilizado como parâmetro. Isso, inclusive, para chamar a
4218 atenção de que, se há que se fazer um estudo acerca das comunidades,
4219 acerca da necessidade do reassentamento, é preciso não só que o estudo
4220 seja independente, mas é preciso que esse estudo seja participativo. Porque
4221 são eles que detêm as informações, são eles que detêm as melhores
4222 informações sobre o que está acontecendo na região deles.”Lenilson Antônio
4223 da Silva: “Eu sou representante da comunidade do Sapo e Cabeceira do
4224 Turco. Como já falaram aqui, os impactos a cada dia estão se agravando
4225 mais. Falta de água, barulho, a explosão cada dia mais, além do barulho
4226 frequente, os tremores provocados pelas explosões. Para os trabalhadores
4227 do empreendimento, é fácil, porque eles já estão sabendo do horário, mas o
4228 pessoal da comunidade é pego desprevenido sobre isso. Também o pessoal
4229 de Dom Joaquim e de Conceição falar bem, é fácil, mas quero ver se tem
4230 alguém da comunidade de Água Quente, do Jassém, que mora abaixo da
4231 barragem e rejeitos, do Sapo, da Serra da Ferrugem, do Gondó, da
4232 Mumbuca, do Arrudas e adjacências, se vão falar bem do empreendimento.
4233 Porque são atingidos cada dia mais. Como morador de São Sebastião do
4234 Bonsucesso, o Sapo, eu queria só falar sobre isso. Como uma empresa
4235 beneficia as cidades em volta do empreendimento, como Alvorada, Dom
4236 Joaquim e Conceição do Mato Dentro, mas o pessoal de Sapo e
4237 adjacências, atingidos, jamais?” Regina Paula Lages, membro da
4238 comunidade: “Eu sou moradora de Dom Joaquim, voluntária na cidade, e
4239 hoje eu vim falar sobre a Associação Dom Cipó. É uma associação de
4240 artesãos, que não tem fim lucrativo nenhum, e nós promove a melhoria da
4241 vida do artesão. Então, Anglo American vem nos ajudando com projetos em
4242 consultorias. A nossa associação agora está desenvolvendo um trabalho
4243 social maior, não está aquela coisa mais limitada. Fizemos um trabalho em
4244 que a estrutura física da associação foi toda alterada e projetos sociais
4245 também que estão acontecendo na cidade. Estamos agora tentando
4246 desenvolver uma rede de voluntariado para participar disso e estar focado
4247 nesses projetos para eles serem sustentáveis. Está sendo bom para a Dom
4248 Cipó. Antes, eram 83 associados, e hoje são só 21. Isso está fazendo com
4249 que motive mais o associado a voltar para a associação. Tem também os
4250 trabalhos sobre a infraestrutura, que a Anglo American está desenvolvendo
4251 na cidade, que está sendo muito bom para uma cidade que não tinha

4252 infraestrutura nenhuma.” Elias de Souza, membro da comunidade: “Eu quero
4253 tentar mostrar em cinco minutos as máculas que têm nessa empresa, que
4254 vocês, conselheiros, às vezes, não conhecem como ela consegue maquiari
4255 as coisas. Eu participei, em 2014, em 2015, do Conselho lá de Conceição.
4256 Lá, essas licenças eram concedidas totalmente manipuladas. Sempre foi. E
4257 eu ouvi um senhor aqui hoje falando bem, vi uma carta da prefeitura. Um
4258 prefeito que não apareceu a uma reunião de atingidos que eu fosse. Uma
4259 policlínica que a empresa ajudou a fazer e que tem lá na placa que não pode
4260 emitir atestado. Por que será? Por que será que a pessoa pode ficar 24
4261 horas lá e pode ter cortado o dia? É porque é a empresa que ajudou. Então,
4262 é muito fácil, como esse senhor aqui do sindicato da mineração falar do
4263 senhor José Fernando. Que José Fernando que nada. Um cara que vendeu
4264 Conceição do Mato Dentro, que não olha a questão dos mais pobres daquele
4265 lugar. Dignidade. Eu vou falar o que a empresa me trouxe. A empresa me
4266 trouxe uma filha que consegue dormir à noite por causa do barulho. Tem a
4267 foto aqui, a água lá de casa, com a nascente secada. Cadê as nascentes?
4268 Nós temos que ser abastecidos por caminhão-pipa, que nós nem sabemos
4269 de onde vem essa água direito. Acordem, conselheiros, isso é manipulado.
4270 Eu sempre frequentei Dom Joaquim, que era uma cidade limpa antes de
4271 Anglo chegar. Tinha uma obra lá interminável. Conceição, a mesma coisa. E
4272 Dom Joaquim sempre foi forte. Quantas vezes eu levei farinha lá para
4273 vender? Agora, mineração é mais forte que agricultura, meus amigos? Essa
4274 Anglo vai embora, essa empresa vai embora e vai deixar destruição. Quando
4275 eu era do Conselho, eram 200 pessoas, e eles deram férias coletivas para
4276 essas pessoas. Onde estão essas pessoas? Elas estão empregadas? Vocês
4277 conseguiram, mas cadê elas? Onde elas estão? Porque hoje eu converso
4278 com algumas delas, e elas estão na rua. Vocês as mandaram embora.
4279 Parem de maquiari. Não aceitem isso, conselheiros, pelo amor de Deus. Não
4280 aceitem serem enganados por essa empresa dessa forma. Os tremores lá da
4281 Cabeceira do Turco. Em Passa Sete, na semana retrasada, uma senhora
4282 veio quase chorando perto de mim, porque não está aguentando o fedor.
4283 Uma senhora que tem mais de 80 anos. Tem uma de 94 anos lá, que não
4284 tem água. A Prefeitura de Conceição do Mato Dentro entrega água que as
4285 pessoas não podem beber e ainda faz a pessoa assinar uma
4286 declaração. Cadê o senhor do sindicato? Esse o partido que ele está falando.
4287 Eu não sou muito de me meter em política, não gosto de política, mas ele me
4288 provocou. Então, nós temos que falar a verdade. Eu estou aqui para falar a
4289 verdade, então, vamos falar. As duas etapas foram votadas sem quórum.
4290 Ameaçado. Existe um contrato com o senhor prefeito, que foi feito lá não sei
4291 aonde. E vocês acham que os conselheiros participaram? Eu, como
4292 conselheiro, participei desse acordo? Não. Aí, vieram aqui e mostraram para
4293 vocês que estavam tudo bonito. O cenário estava lindo. Acordem, gente. São
4294 seres humanos que estão vivendo, são senhoras de 80, 90 anos. Nós

4295 precisamos ter responsabilidade. Muito me entristece ouvir aqui um pastor
4296 falando. Meu pai é pastor, mas jamais eu acho que o meu pai falaria um
4297 negócio desse. Eu queria convidar esse senhor a visitar Água Quente, que
4298 eu vou leva-lo a algumas famílias, a realidade, o amor ao próximo que nós
4299 devemos ter. Fique neutro. Se não pode falar, fique neutro. É um absurdo.
4300 Os senhores conselheiros não podem deliberar essa Etapa 2 hoje, vocês
4301 estão matando vidas. Se vocês deliberarem isso, vocês estão matando vida.
4302 São vidas de idosos, crianças. Essa empresa, onde consegue maquiagem, tem
4303 a polícia de Conceição bem dizer na mão dela. Eu já sofri essas represálias.
4304 Tem um coronel aposentado aí que vive rindo para mim e tentando me
4305 intimidar.”Marcos dos Santos Oliveira, representante de sindicato de
4306 trabalhadores: “Eu sou da executiva do Sindicato Metabase, de Itabira,
4307 sindicato da área de extração, representamos 4.000 trabalhadores da Vale
4308 em Itabira, 1.500 lá em Conceição do Mato Dentro, da mineração, mais 240
4309 em Itabira também, da Belmont Mineração. E também temos a convenção
4310 com o Sindiextra. Eu gostaria de dizer para os senhores, para todos, que eu
4311 trabalhei 35 anos na Vale, sou funcionário da Vale até hoje. Vivemos em
4312 Itabira uma situação parecida com a situação de Conceição, com mineração
4313 também a céu aberto, onde os impactos ambientais também assolam a
4314 cidade, como também tem assolado a cidade de Conceição. Da mesma
4315 forma. E talvez, em algumas situações, até pior, porque lá a mina está,
4316 literalmente, dentro da cidade, onde bairros já precisaram ser deslocados por
4317 causa da mineração, em Itabira. Mas tem algum coisa que incomoda muito
4318 mais, na nossa maneira de ver, do que uma poeira em um móvel, do que um
4319 barulho de uma escavadeira, de um caminhão ou tremor de uma implosão
4320 de uma mina. Não que com isso temos que conviver e aceitar. Eu não estou
4321 dizendo que isso não é nocivo. Da mesma forma que a poeira está em cima
4322 de um móvel, nós ingerimos essa poeira, ela também traz
4323 problemas pulmonares graves, problemas de saúde. Mas eu quero dizer que
4324 tem coisas que incomodam muito mais: a dignidade das pessoas, a
4325 dignidade do ser humano. E o desemprego causa essa indignidade nas
4326 pessoas. O desempregado vive humilhado, muitas vezes, à mercê da
4327 sociedade, que, muitas vezes, vê o desempregado até como bandido. E essa
4328 pessoa, muitas vezes, não tem oportunidade. Estamos lá em Itabira com
4329 uma campanha a favor dos postos de trabalho, a favor do emprego para as
4330 comunidades locais. Uma campanha muito forte que estamos fazendo lá
4331 desde o dia 6 do mês passado, usando todos os meios de comunicação para
4332 falar da questão do desemprego que hoje assola quase 12 milhões de
4333 pessoas. E o próprio governo já admite que esse número pode chegar a 14
4334 milhões de pessoas desempregadas. É muito ruim, e presenciamos todo dia
4335 pessoas chegando ali, e eu costumo dizer para os meus parceiros que o
4336 sindicato é como se fosse um pronto-socorro, onde todos os dias tem
4337 pessoas ali pedindo ajuda. E nós, então, convivemos com as pessoas

4338 desempregada, e é muito ruim. Nós vemos o desespero daquele pai de
4339 família quenão tem o que levar para o filho, para a esposa. E muitos chegam
4340 ao desespero. Dói muito isso, às vezes, mais do que o impacto da
4341 mineração. A questão do desemprego traz transtorno para as famílias. A
4342 mineração me deu condições de comprar imóveis, carro, mas o que ela mais
4343 me deu foi a dignidade como ser humano, como cidadão. Eu pude ali criar e
4344 estudar meus filhos. Isso é gratificante.A questão de zerar o impacto
4345 ambiental nas comunidades é um desafio de todos nós. É um desafio de
4346 todos nós a questão do impacto ambiental, dos efeitos negativos da
4347 mineração, é uma responsabilidade não só da empresa, mas de todos nós.É
4348 preciso, sim, a busca para neutralizar, para diminuir precisa estar presente
4349 na vida de todos nós.Uma mineração a céu aberto nós sabemos que é
4350 classificada, de 1 a 4, no grau de risco 4, pela agressividade mesmo para os
4351 trabalhadores, primeiramente, e depois para a comunidade, e vocês sabem
4352 muito bem disso.É preciso a busca de todos, da comunidade, dos
4353 trabalhadores, da empresa, para realmente eliminar as condições insalubres,
4354 inseguras, impactantes na vida das pessoas.Eu preciso de mais um
4355 tempinho para concluir. Essa busca é importante, todos nós precisamos
4356 estar buscando o tempo todo essa questão. Mas o emprego, a
4357 empregabilidade é o ponto alto da pauta do Sindicato Metabase, deltabira. A
4358 questão da empregabilidade é o ponto máximo da nossa pauta, a busca pela
4359 dignidade das pessoas, porque causa muito mais transtornos do que as
4360 questões ambientais. Eu não estou aqui representando a empresa. Eu
4361 represento aqui os trabalhadores da Anglo, os trabalhadores da Vale.Eu
4362 defendo aqui uma atividade de mineração sustentável, limpa, com
4363 responsabilidade social, e também a geração de emprego e respeito àsleis
4364 trabalhistas, respeito à comunidade, às questões culturais, tradicionais da
4365 cidade. Então esse convívio precisa acontecer entre a comunidade e as
4366 empresas.Mas a questão da empregabilidade, senhores,é preciso olhar
4367 neste momento. Eu acho que isso é um foco que traz dignidade para as
4368 pessoas.Eu defendo aqui a empregabilidade. Eu precisava mais de um
4369 pouquinho de tempo para poder concluir. É importante, um tema de extrema
4370 necessidade. Já foi concedido, anteriormente, tempo para estarem
4371 concluindo.”Presidente Clésio Cândido Amaral: “Da mesma forma que os
4372 membros da comunidade tiveram a prerrogativa de julgamento, pelo
4373 Conselho, de mais tempo, eu vou estabelecer para ele também a
4374 prerrogativa. Se o Conselho deliberar a possibilidade de ele ter mais cinco
4375 minutos. Eu vou colocar em votação ao Conselho.Conselheiros,eu vou
4376 colocar em votação a mesma condição.Ele teria o direito de mais cinco
4377 minutos, se o Conselho deliberar que sim. Então, euvou colocar em
4378 votação.Se o Conselho achar que deve dar mais cinco minutos, levantem a
4379 mão,por favor, aqueles que concordarem.Onze. O senhor vai ter mais cinco
4380 minutos e nada mais.”Marcos dos Santos Oliveira, representante de

4381 sindicado de trabalhadores: “Eu agradeço a mesa. O Sindicato Metabase, de
4382 Itabira e região – representamos também mais 30 cidades mineradoras –, na
4383 verdade, não é contra os questionamentos da comunidade, de forma alguma.
4384 Eu acho que é até preciso ouvir a comunidade, até porque as grandes ideias
4385 não surgem de grandes intelectuais, mas de pessoas simples da
4386 comunidade que estão ali afetadas diretamente. Elas precisam ser ouvidas,
4387 sim. É um desafio para as empresas, hoje, realmente, minimizar ou acabar
4388 com os impactos da mineração. Até hoje eu não vi ainda uma mineração com
4389 impacto zero, mas tudo é possível. É possível, pelo menos essa busca tem
4390 que ser constante, o tempo todo. Não só a monitoração, monitorar as
4391 questões, mas também essa busca, o tempo integral, na questão de eliminar
4392 por completo os impactos. Eu não vou dizer que é impossível, mas é um
4393 desafio colocado para todos nós. Eliminar todas as condições impactantes na
4394 vida da comunidade. Mas nós percebemos o quanto também a mineração é
4395 necessária na vida da comunidade e das pessoas. Nós percebemos o
4396 quanto a mineração é importante na vida da comunidade. Talvez o panfleto
4397 de que falaram aí, que eu vi, é importante até que chegue para a
4398 comunidade, que a Anglo está divulgando. Eu tenho que admitir que, sim, a
4399 empresa tem trabalhado com responsabilidade. Temos acompanhado há oito
4400 anos aqui a trajetória dessa empresa. É uma empresa que investe, e é claro
4401 que precisa ainda investir muito mais. Mas, que qualquer forma, investir
4402 como ela investiu em Conceição na reforma do Senai, por exemplo, na
4403 reforma de hospitais e clínicas, capacitando ali mais de 500 pessoas,
4404 inicialmente, no Senai, onde mais de 400 pessoas foram admitidas pela
4405 própria empresa, isso aí é exatamente estar contribuindo para resolver a
4406 questão do desemprego no país, isso é ser responsável socialmente.
4407 Quando se investem mais de R\$ 60 milhões na educação, por exemplo, na
4408 busca da construção de universidade estadual para as pessoas, isso é muito
4409 importante. O estudo engrandece as pessoas, traz orgulho, traz dignidade
4410 para as pessoas, é importante. O PIB cresceu, o investimento per
4411 captacresceu, foi elevado com a chegada da Anglo a Conceição do Mato
4412 Dentro e à região, Alvorada de Minas, Serro, Dom Joaquim. Foi muito
4413 importante para a cidade. A mineração é importante na vida das pessoas.
4414 Precisamos achar maneiras de reduzir esses impactos a níveis aceitáveis,
4415 mas o pensamento, realmente, tem que ser de acabar com o impacto
4416 ambiental, que prejudica, claro, a saúde das pessoas. Mas a mineração traz
4417 desenvolvimento, dignifica as pessoas como seres humanos. E a falta de
4418 empregabilidade tem sido o câncer dessa sociedade do Brasil, onde se
4419 admite que o desemprego vai aumentar, exatamente porque não enxergam
4420 soluções a curto prazo. Infelizmente, nós vemos ainda um momento difícil no
4421 país, no mundo, uma crise, uma retração da economia, estagnação do
4422 crescimento industrial, que vêm afetando as pessoas. E só aquele que está
4423 desempregado é que sabe o que é não ter o que levar para dentro de sua

4424 casa, só quem tem família e quejá passou por uma situação dessa sabe o
4425 que é. Então,é importante, claro, combater todas as questões impactantes da
4426 mineração, mas é importante a geração de emprego.E nós vemos os
4427 investimentos que a Anglo tem anunciado em Conceição e região. Nós
4428 percebemos, é claro, que precisa avançar muito mais, é um dever da
4429 empresa investir na cidade, gerar emprego para as comunidades locais, isso
4430 é obrigação da empresa. Mas nós temos que aplaudir essa iniciativa da
4431 Anglo, que tem revertido partedo seu lucro para as comunidades. Quem
4432 conheceu essas comunidades há 10, 15 anos sabe do que eu estou falando
4433 e olha hoje como a cidade está diferente, como a questão do investimento
4434 em infraestrutura ajudou a comunidade.” Sandro Lage, representante da
4435 Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “Boa noite. Eu sou secretário de
4436 Meio Ambiente e Gestão Urbana de Conceição. Antes de começar, só uma
4437 questão de ordem. Parece que o Regimento fala de assunto de alta
4438 complexidade que se pode pedir mais tempo, e o que nós vimos aqui foi um
4439 discurso político. Eu acho que não é o caminho.” Presidente Clésio Cândido
4440 Amaral: “Da mesma forma que nós cedemos à comunidade a mesma
4441 prerrogativa, nós estamos cedendo a todo mundo o mesmo direito.” Sandro
4442 Lage, representante da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “Porque
4443 fala de assunto de alta complexidade e eu não percebi isso aqui. E eu vou
4444 precisar, talvez, de um tempo maior, porque, aí, eu trouxe, sim, assuntos que
4445 são da pauta e assuntos que dizem respeito às nossas comunidades, à
4446 nossa vida, e posso precisar também desse tempo a mais. Mas vamos tentar
4447 ser bem sucintos. É uma reflexão para todos os entes, e eu me coloco
4448 também nessa situação. Eu uso muito também a fala do doutor Marcelo, nós
4449 não aguentamos mais – e nós somos a primeira porta dessa comunidade –
4450 ter que responder à comunidade, e eu não aguento mais escutar, nesses seis
4451 anos que eu acompanho este COPAM, as palavras descompromisso,
4452 descompasso, atraso, falta de cumprimento. Eu não sei se vocês,
4453 conselheiros. Tem vários que eu conheço nesses seis anos, e alguns outros
4454 são novos. Durante esse processo, essas palavras foram, reiteradamente,
4455 repetidas. Nós, entes, temos que chegar, sentar à mesma, formar uma força-
4456 tarefa e tentar reduzir o número dessas palavras ditas durante esse
4457 processo. Não dá mais, já é público e notório, esse processo precisa,
4458 urgentemente, ser repactuado, principalmente na questão de seu
4459 cronograma físico- financeiro. E pé no chão, chamar o
4460 empreendedor. ‘Empreendedor, não seja presunçoso, não assuma um prazo
4461 que você sabe que não vai cumprir, porque nos últimos seis anos não foram
4462 cumpridos’. Vamos ser tolerantes em dar prazos maiores, mas que sejam
4463 factíveis, mas que sejam de ações efetivas. Esse é um sentimento agora e
4464 que também já era bem prévio lá da discussão na LP, sobre a fragmentação
4465 desse processo. E hoje nós vivemos essa a consequência dessa
4466 fragmentação. E eu trago aqui dois números que refletem muito isso. A nossa

4467 equipe fez uma análise das condicionantes, do status de cumprimento, e
4468 aqui eu reconheço que houve um avanço, sim, nos resultados, mais ainda
4469 que precisarem ser melhorados. Mas eu só queria fazer um desenho da
4470 situação, porque eu, como gestor, lá no município, percebi que as ações de
4471 LI e LP do Step 2 estavam rodando mais rápido do que as ações de LO do
4472 Step 1. Aí, eu estava percebendo, a sensação é de que parece que as ações
4473 que rodam mais rápido são as ações do momento, as ações da pauta do
4474 COPAM. Aquelas ações passadas, de que ninguém mais está lembrando,
4475 continuam, mas em uma velocidade que é incompatível com as demandas e
4476 com os problemas que o município vem recebendo. Então, eu pedi à minha
4477 equipe para que chegassem a um número, porque eram três minutos, e eu
4478 tinha que ser muito objetivo aqui ao falar. A análise de cumprimento de
4479 condicionantes do Step 2 está em torno, na nossa leitura – claro, diverge um
4480 pouco em metodologia e do próprio resultado do Estado, que tem outra forma
4481 de analisar –, de mais ou menos 78% de cumprimento. Considerando
4482 algumas que ainda estão em cumprimento, os vários critérios que adotamos.
4483 E as condicionantes da LO, nós conseguimos avaliar 50%, porque o restante
4484 não conseguimos por falta de tempo hábil no sistema do Estado, de
4485 consultar as evidências. Mas nós apuramos. Das que nós conseguimos
4486 levantar evidências, nós apuramos um percentual de 55% de cumprimento. E
4487 esse número retrata muito essa sensação que a minha equipe percebe, que
4488 a comunidade percebe lá. Ou seja, as fases anteriores do empreendimento
4489 parece que vão sendo esquecidas, e as ações do momento são as ações que
4490 estão sendo pautadas aqui. Então, há que se pensar numa condição, num
4491 núcleo. Eu gostei do Núcleo de Monitoramento. Pode ser uma opção. Mas
4492 nós temos que criar uma comissão paralela para pegar todas as ações que
4493 estão ficando. Porque tanto a equipe aqui do Estado, que está
4494 sobrecarregada, e eu entendo o que eles passam, porque eu também passo
4495 isso lá no município, acaba que nos mobilizamos para a questão do
4496 momento, e várias questões do passado vão ficando para trás. Eu vou usar a
4497 prerrogativa porque eu preciso concluir.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
4498 “Sandro, eu vou usar o mesmo critério que usei para todo mundo. Aqueles
4499 conselheiros que acharem que é possível dar mais cinco para que ele
4500 conclua levantem a mão, por favor. Fechado. Você tem mais cinco minutos.”
4501 Sandro Lage, representante da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro:
4502 “Nós tivemos um mês atípico, eleições, e a nossa equipe ficou, durante esse
4503 mês todo, fazendo esse levantamento. Nós consolidamos esse levantamento
4504 em um parecer técnico. Não tivemos condições de protocolar em tempo
4505 hábil, porque eu confesso que nós terminamos agora, às 10h da manhã,
4506 antes de vir. Mas encaminhamos para o órgão agora nesta semana. Mas eu
4507 queria fazer um pedido aqui, considerando que é uma posição do município.
4508 Nós não podemos nos dar ao luxo. Hoje, é fato a mineração no município, nós
4509 precisamos continuar, sim, com a mineração, mas precisamos resgatar e

4510 repactuar, colocar em cronograma físico-financeiro todas as ações que estão
4511 ficando esquecidas pelo caminho. Algumas ações já perderam até o sentido e
4512 precisam ser até remodeladas para que sejam efetivas. Eu cito, por exemplo,
4513 a família de condicionantes relacionadas a resíduos sólidos. Precisamos
4514 resolver, até hoje nós não resolvemos o problema de resíduos sólidos do
4515 município, e são condicionantes que vêm da família lá da LP, ainda. Os
4516 conselheiros antigos lembram muito bem, e é um imbróglio até hoje. Então, o
4517 município fica muito desconfortável em perceber e ter que ainda se
4518 posicionar favorável ao empreendimento, porque nós precisamos desse
4519 empreendimento. Hoje, é inevitável que não avance. E nós temos ainda que
4520 ficar nessa situação. Enfim, já nos posicionando para que ande o
4521 empreendimento com todas essas considerações e esse grupo, essa força-
4522 tarefa, para que acompanhe melhor o que está ficando para trás, eu trago as
4523 recomendações que nós construímos, o município, com seu olhar local, e já
4524 peço. Na LI e na LP, houve uma condicionante que referenciou um acordo,
4525 um termo de compromisso entre o município e a Anglo American. Dentro
4526 desse termo de compromisso, uma das cláusulas é a criação de uma mesa
4527 negociadora para discutir mais cinco recomendações nossas, que, naquele
4528 momento de LP e LI, parece que o Conselho achou muito pesadas. Mas que
4529 talvez agora, na LO, sejam condicionantes que já possam ser acolhidas, que
4530 sejam recomendações que não precisem passar pela discussão desta mesa
4531 negociadora e que já possam ser acolhidas como condicionantes de LO
4532 dessa fase. Eu só vou passar, rapidamente, quais são essas
4533 recomendações, uma vez que as outras 19 já foram acolhidas pelo nosso
4534 contrato, pelo termo de compromisso, e já estão referenciadas nas
4535 condicionantes. Então, ficaram essas cinco condicionantes para discussão e
4536 que agora eu peço para já ser condicionante: 1) Plano de ordenamento de
4537 arranjo produtivo local no entorno do empreendimento, destacadamente, a
4538 rede de comércio e serviços ao longo da rodovia MG-10. 2) Suporte para o
4539 processo de regularização fundiária, urbana, ambiental do entorno do
4540 empreendimento, destacadamente, Sapo, Beco, Turco e MG-10. 3)
4541 Construção de uma exposição permanente de parte do acervo de peças
4542 arqueológicas resgatadas nos sítios suprimidos em espaço cedido pela
4543 prefeitura. 4) Implantação de 3 km de via, Alameda do Parque Natural
4544 Municipal Salão de Pedras, sem prejuízo das ações já condicionadas na LO,
4545 nos mesmos moldes da condicionante nº 28. 5) Discutir o eventual impacto
4546 causado pela luz do empreendimento alegado pela comunidade do Gondó.
4547 São essas cinco recomendações que nós queríamos discutir e que já
4548 pedimos que o Conselho avalie e possa já considerá-las como
4549 condicionantes de LO desta fase.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Todos
4550 já se manifestaram. O senhor José Otonipediou ousada palavra. E após o uso
4551 da palavra nós vamos passar para os encaminhamentos sobre o julgamento
4552 do Parecer Único.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Foi duro segurar

4553 sem falar até agora. Inicialmente, eu quero falar a respeito do que eu ouvi da
4554 comunidade. Eu acho que é justo o que eles querem, sou favorável ao que o
4555 doutor Felipe falou, talvez formar uma força-tarefa, não sei como, e gostaria
4556 até de fazer, uma vez que Conceição do Mato Dentro faz parte da minha
4557 vida. Porque eu nasci no dia 2 de dezembro de 48, e, em julho de 1950, a
4558 minha primeira viagem foi a Conceição do Mato Dentro. E eu fiz essa viagem
4559 durante mais de 15 anos. E chegou ao ponto de meus pais terem que levar
4560 água, porque lá faltava água para tomar banho. No jubileu, a cidade não
4561 tinha a mínima estrutura de receber o tanto de gente que recebia. Então, eu
4562 acho que é mais do que justo. Agora, como também não é justo, nós
4563 sabemos o que é a nossa vida, o dia a dia, sabemos que tem uma estrada
4564 intransitável, que está chovendo, mas nem por isso nós podemos cruzar os
4565 braços e deixar de fazer o que nós temos que fazer. Eu tenho a consciência
4566 tranquila, tranquilíssima, de ser o único membro do Conselho, atualmente,
4567 que vou votar favorável a este empreendimento. Eu tenho a consciência
4568 tranquila. Porque, diante de tudo o que nós ouvimos aqui, grande parte já foi
4569 resolvida. Agora, eu perguntaria. O Estado tem mais de 850 cidades. Eu
4570 tenho certeza de que 99% das cidades gostariam de ter uma Anglo American
4571 no seu município. Eu tenho certeza. Eu perdoo, não tem problema nenhum a
4572 vaia. Porque vocês estão me dando a oportunidade de defender a Supram.
4573 Na aprovação, lá na AABB de Diamantina, até cuspe eu recebi. Pessoas de
4574 alto nível, da universidade, chegaram a cuspir porque eu votei favorável. Nem
4575 por isso me intimidaram. Não são vocês vaiando que vão me intimidar.
4576 Vocês não conhecem a metade. E quando eu ouviam senhor aí falando do
4577 José Fernando, vocês deveriam falar pessoalmente, porque é bom falar
4578 pessoalmente. Eu conheci Zé Aparecido, conheço Zé Fernando há mais de
4579 20 anos, eu sei da sua capacidade, eu sei que agora Conceição vai estar em
4580 boas mãos. Eu sei disso. Então, neste momento, doutor Felipe, eu acho que a
4581 Supram deveria. Eu gostei muito da fala da pessoa do Meio Ambiente de
4582 Conceição do Mato Dentro. Agora, que pena, eu não sei se lá ele vai
4583 continuar na parte ambiental. A Anglo American tem mais de oito anos em
4584 Conceição do Mato Dentro. O município recebe 40% dos impostos devidos
4585 pela Anglo American. E até hoje os três municípios não foram capazes de
4586 criar uma equipe técnica para dar suporte à Supram. Que pena. Só
4587 pensam em receber o dinheiro. Será que não têm condição de criar uma
4588 equipe técnica para dar suporte à Supram, a nós, conselheiros? Será que não
4589 têm? Será que é realmente de coração? Será que as populações de
4590 Conceição do Mato Dentro, de Dom Joaquim, de Alvorada de Minas e das
4591 cidades em torno de Conceição querem que a Anglo American vá
4592 embora? Será que é isso que vocês querem? Será que vocês estão falando
4593 pela maioria? Então, eu acho, presidente, que deveria dar sequência a essa
4594 ideia, como também chamar esses prefeitos eleitos. Se forem reeleitos, tudo
4595 bem, se não, se são novos. Para tentar montar uma equipe lá, que cada

4596 município tenha um técnico, para dar suporte a nós e acompanhar essas
4597 condicionantes. Eu acho que elas têm que ser cumpridas, como também
4598 acho que nós, conselheiros, não podemos tirar de uma região. Eu sou da
4599 região, fiz o ginásio em Guanhães. A região é a mesma. Estão falando de
4600 vegetação aí que tem desde Conceição do Mato Dentro até Itamarandiba,
4601 até Capelinha, que possuem essa vegetação. Então, não tem nada que vai
4602 acabar nessa supressão. Não vai acabar. Isso é falta de conhecimento da
4603 região como um todo. Isso que estão tirando lá é o que mais tem em São
4604 Sebastião do Maranhão, em São José do Jacuri, em Coluna. Então, senhor
4605 presidente, me desculpe. Desde 1h30 eu estou aqui calado, só Deus sabe
4606 como eu estou calado, porque a gente tem um conhecimento muito grande,
4607 não só daqui do COPAM como também de toda a região. Eu que fui, na
4608 época de 64, reprimido por estar fazendo serenata, em Guanhães. Fui preso
4609 em 64. Então, eu sei muito bem o que é manifestação. Eu acho que vocês
4610 têm todo o direito de se manifestarem, como também nós, como
4611 conselheiros, não temos o direito de tolher uma região. Se não fosse a Anglo
4612 American, o que seria daquela região? Nós temos que ser realistas. E tenho
4613 amigos, eu tenho primos em Dom Joaquim, eu tenho amigos em Serro,
4614 tenho amigos em Conceição, tenho amigos em Morrodo Pilar, tenho amigos
4615 em Itabira. Então, eu acho que nós não podemos deixar, senhor presidente,
4616 senhores conselheiros. Eu gostaria de pedir aos senhores. Nós temos, sim,
4617 que criar um jeito, sabe, doutor Felipe, de fiscalizar essas condicionantes não
4618 cumpridas, nós temos, sim, que ver o que fazer, como também não podemos
4619 tolher toda uma região de dar sequência a esse empreendimento. Porque eu
4620 calculo, senhor presidente, se fosse para poder a Anglo American vir hoje
4621 para o Brasil, ela não teria vindo, porque hoje a situação é totalmente
4622 diferente de oito anos atrás. Para terminar, eu quero parabenizar o doutor
4623 Felipe e pedir desculpas. Muitas das vezes nós temos pensamentos
4624 diferentes, mas eu sou jurado em Araçuaí e seique muitas vezes a posição
4625 do Ministério Público é defender. Mas igual eu já falei várias vezes aqui,
4626 sob pena de ser derrotado, tenho que defender. Então, peço a você que
4627 venha, pelo menos mais uma vez, e possa nos oferecer um churrasco,
4628 porque nós desejamos sucesso para você. Você foi o promotor que mais
4629 ficou no COPAM de Diamantina. Então, senhor presidente, eu peço aos
4630 senhores conselheiros. Desde o primeiro momento em que nós entramos
4631 aqui – eu acho que o país vive e isso faz parte da história –, nós queremos
4632 Minas Gerais melhor, nós queremos um país melhor, e não podemos votar
4633 contra esse empreendimento. Nós temos, sim, que continuar exigindo e ver o
4634 que faz para poder resolver, mas temos que ser favoráveis a esse novo
4635 empreendimento.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Dando continuidade,
4636 nós vamos fazer agora a votação do parecer.” Conselheiro Felipe Faria de
4637 Oliveira: “Presidente, antes de colocar o parecer em votação. Na
4638 verdade, nós fomos fazendo algumas anotações de alguns comentários que

4639 foram sendo feitos. Eu acho que seria interessante termos ainda uma
4640 oportunidade, ainda que concisa, de pelo menos complementar o debate.
4641 Porque antes nós estávamos discutindo o parecer de vista, tiveram as
4642 manifestações externas.”Presidente Clésio Cândido Amaral: “Vamos fazer,
4643 então. Será que nós podemos, talvez, tentar limitar ousarmos mais sucintos
4644 nessa discussão? Para não ficar muito cansativo. Então, eu vou abrir a
4645 palavra, agora, depois de todas as manifestações, para os conselheiros
4646 fazerem as colocações nesses pontos que foram anotados. E após essas
4647 questões nós passamos para votação. Pode ser?” Conselheiro Carlos
4648 Eduardo Teixeira Nery: “Nós ouvimos várias colocações que são
4649 importantes, queremos fazer algumas observações. Nós votamos a LP aqui
4650 favoravelmente ao empreendimento. Entendemos que uma mineração não é
4651 nenhum bicho de sete cabeças, não achamos que seja assim tão destruidor.
4652 Uma mineração, se for feita da forma correta, tem a função de qualquer outra
4653 atividade humana. A agricultura pode ser uma coisa altamente degradadora,
4654 se for erroneamente empregada. Agricultura, na China, contaminou o solo da
4655 China de uma forma irreversível. Da mesma forma, a mineração, se for feita
4656 adequadamente, reduz seus impactos, potencializa seus benefícios e faz na
4657 sociedade de uma forma equilibrada. Na região de Conceição, hoje nós
4658 temos alguns indicadores surpreendentes. Os índices de criminalidade
4659 aumentaram. Porque, naturalmente, com a vinda de novas comunidades, de
4660 novos habitantes, hábitos diferentes também aconteceram. Então, hoje, não
4661 precisa levar os jovens para a cidade grande para ter contato com droga.
4662 Hoje, o craque é uma realidade em Conceição do Mato Dentro,
4663 criminalidade, assassinatos, está aqui o nosso promotor de Justiça, que lida
4664 todo dia com assassinatos de jovens. Jovens se matam por disputa de
4665 drogas. Nós tivemos um aumento assustador de óbitos, de homicídios em
4666 virtude de disputas por droga. Ao mesmo tempo, esse entendimento de que
4667 aumenta o emprego, realmente, aumenta o emprego, mas quando se traz
4668 um contingente populacional para fazer uma implantação e se gasta 5.000
4669 pessoas, que depois são demitidas, e se reduz a um nível de operação bem
4670 menor, pode ter um contingente populacional que fica desempregado, porque
4671 aumentou o contingente populacional. Então, esses riscos ocorrem. Itabira é
4672 uma cidade quarentena e poucos anos de mineração e não é uma cidade
4673 extraordinária. Ela tem problemas sérios, e a arrecadação de Itabira não é
4674 uma arrecadação que gera um conforto para o governo. O governo, no ano
4675 passado, teve problemas de balanço de pagamento. Então, o importante não
4676 é que a mineração é boa ou ruim, o importante é que a sociedade tem ser
4677 planejada, organizada, e as normas e leis têm que ser cumpridas. Então, a
4678 discussão que nos interessa agora, enquanto sociedade de Conceição, como
4679 foi exposto pelo nosso secretário de Meio Ambiente, e essa é a discussão
4680 que nós temos buscado há muitos anos, é cumprimento de compromissos,
4681 de condições necessárias à implantação do projeto. Na LP, nós fizemos

4682 condições adequadas para que o projeto tivesse sucesso. Elas viraram
4683 condicionantes. Grande parte dessas condicionantes até hoje não está
4684 cumprida. A questão dos resíduos sólidos, por exemplo, não está cumprida,
4685 a alça viária não está cumprida, tem muitas coisas que não foram cumpridas.
4686 E não é pelo simples fato do cumprimento, mas pelas condições que elas
4687 geram quando são cumpridas. São condições para gerar equilíbrio na
4688 sociedade. E nós hoje temos uma série de fatores de desequilíbrio em
4689 Conceição em virtude desses descumprimentos. Nós tivemos ocupação
4690 desordenada, nós temos um grande impacto de invasões, de aglomerados
4691 favelizados. Nós temos uma grande área de atingidos que não foi
4692 solucionada até hoje. Quer dizer, nós temos problemas que devem ser
4693 solucionados, e eles estão no âmbito do licenciamento. Porque a única forma
4694 de obrigação que existe no processo de implantação do empreendimento é o
4695 licenciamento. Infelizmente, não são questões éticas ou de reputação que
4696 são as mais decisivas. E tem um jogo de interesses que é muito forte, e,
4697 logicamente, o órgão licenciador tem uma importância fundamental nisso, até
4698 porque é a sua competência. Foi colocada a questão de que o município hoje
4699 poderia estar acompanhando o processo. Com certeza, o município hoje se
4700 organizou. Ele não era organizado, mas veio se organizando, ainda que
4701 lentamente, e hoje tem uma equipe que, inclusive, está aqui presente. Nós
4702 temos analistas ambientais, geógrafos, biólogos, que estão acompanhando o
4703 processo, tanto que trabalharam intensamente para fazer a avaliação desse
4704 processo. E é interessante que, realmente, estabelecemos uma comissão
4705 múltipla, que possa acompanhar e dar suporte à Supram, mas que cuide para
4706 que os compromissos sejam cumpridos. Então, para nós, é fundamental que,
4707 neste momento, sejam cumpridos os compromissos. Nós não somos
4708 contrários à evolução de nenhum projeto, seja de empresa mineradora,
4709 siderúrgica, silvicultura. Qualquer projeto que seja, corretamente, instalado
4710 deve ser privilegiado, deve ser atendido. Entretanto, nós entendemos que
4711 o cumprimento das normas legais, das legislações pertinentes, dos
4712 compromissos, dos pactos deve ser, religiosamente, legalmente,
4713 cumprido. Isso é um atributo fundamental para que o Conselho possa aprovar
4714 as condições para prosseguimento do licenciamento. Isso, para mim, até
4715 gera um impasse, porque nós desejamos que evoluam os projetos, nós
4716 desejamos que os benefícios sejam concedidos às comunidades. Nós
4717 entendemos que esses benefícios vão ajudar a todos, entretanto,
4718 a legislação, a norma tem que ser obedecida. Isso, para nós, é um ponto
4719 lapidar, e nós entendemos, então, que este Conselho veja como podemos
4720 permitir que evoluam todos os setores da sociedade, mas com equilíbrio dos
4721 direitos.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Existem algumas
4722 questões aqui que foram apontadas pela comunidade e pela empresa. Várias
4723 questões foram ligadas a reassentamento, houve várias discussões aqui,
4724 inclusive, até porque o nosso parecer de vista trouxe essa questão à baila,

4725 nós fizemos aquela proposta de auditoria externa para poder contribuir com a
4726 análise técnica. Eu não vou adentrar muito nessa questão, que não seria de
4727 votação de licença ou não, mas talvez uma condicionante, que seria
4728 uma obrigação adicional. Tanto essa quanto outras sugestões que eu teria de
4729 eventuais condicionantes, no caso de eventual aprovação da licença, como
4730 disponibilização, na internet, de dados de monitoramentos, dentre outras, eu
4731 deixo para uma discussão posterior. Apenas, agora, Rodrigo, eu vou precisar
4732 talvez que vocês me respondam algumas questões. A primeira coisa é o
4733 seguinte. O conselheiro colocou a questão de os municípios não se
4734 estruturarem. Várias vezes, eu tenho colocado isso também. É importante
4735 que nos municípios onde há mineração haja uma estruturação, diversificação
4736 de empreendimentos, para que não aconteça o que já aconteceu com Itabira.
4737 Na audiência pública, inclusive, da Anglo American, em que eu estive com o
4738 Marcelo, eu tive a oportunidade de pontuar isso. Espero que os municípios
4739 em que a Anglo American se instalará ou já está instalada tenham esse
4740 planejamento. Foi mencionada aqui uma questão de nascentes a 500 metros
4741 talvez da ADA do Step 2. Se pudessem depois mencionar isso.” Rodrigo
4742 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Se eu me lembro
4743 bem da manifestação em relação à nascente na face Oeste, a 500 metros, o
4744 que foi posto pela pessoa da comunidade que se manifestou foi que a
4745 nascente está lá que ela gostaria que a empresa apresentasse qual vai ser
4746 a ação de preservação daquela nascente em um eventual impacto. Não
4747 existe um programa prévio para nascentes da face Oeste, do Gondó. Os
4748 impactos que foram trazidos em relação às nascentes, isso já foi discutido
4749 aqui e também no CBH Santo Antônio, quando do debate ao redor do
4750 rebaixamento de lençol. Foi que, em uma eventual redução do aporte hídrico
4751 nessas nascentes por conta do rebaixamento, o bombeamento feito para o
4752 rebaixamento deverá servir para recomposição do volume de vazão desses
4753 cursos d’água. Então, o maior programa é esse. É claro que nós estamos
4754 tratando de uma mineradora que vai fazer alteração do espaço físico, vai
4755 alterar a paisagem e, nesse processo, certamente, que os impactos nos
4756 recursos hídricos também vão se fazer sentir. E, aí, tem os programas de
4757 recuperação de áreas degradadas, de monitoramento para garantir o
4758 abastecimento de água a jusante, que devem, ao longo do tempo, sanar
4759 essas questões. Mas, reitero, do ponto de vista prático, do ponto de vista do
4760 projeto, não foi estabelecido impacto de rebaixamento de lençol, de
4761 secamento de nascentes na face Oeste. Já foi feita uma apresentação aqui
4762 a respeito da composição geológica daquelavertente.” Conselheiro Felipe
4763 Faria de Oliveira: “Tem várias questões que foram colocadas aqui que eu
4764 acho que convergem muito com o que eu já falei no momento em que eu
4765 abordei o parecer de vista, então, eu não vou reiterar. Necessidade da nossa
4766 percepção na questão de cumprimento de condicionantes, questões de
4767 vegetação, de ruídos e tal. Eu acho que isso não tem necessidade de reiterar

4768 porque eu já coloquei, tentei explicar, da melhor forma que eu poderia, para os
4769 colegas do Conselho. Eu não sei se me fiz claro. Se tiver alguma dúvida
4770 quanto àquilo que nós manifestamos, eu peço até que vocês me indaguem,
4771 para eu tentar explicitar de uma maneira melhor. Mas tem alguns pontos aqui
4772 que eu anotei, em especial das falas da Patrícia Generoso e do Lúcio, que
4773 eu queria colocar. A questão das perguntas que o Lúcio fez para a Supram,
4774 se for questão de cumprimento ou não de condicionante, seria importante, se
4775 não tiver condições hoje, que isso fosse respondido. Eu concordo muito com
4776 o Lúcio quanto à necessidade de transparência de informação. Por outro
4777 lado, tomo liberdade de discordar, Lúcio, no que se refere à questão da
4778 recuperação dos cursos d'água. Isso eu me sinto até na obrigação de colocar
4779 aqui. Respeito o seu posicionamento, mas vou registrar, porque eu acho que
4780 é importante. Eu, pessoalmente, o Marcelo também, nós lutamos muito para
4781 ajuizar uma ação para exigir recuperação das áreas assoreadas. Até aqui no
4782 Conselho, nós discutimos há muito tempo para que houvesse a inserção
4783 daquela condicionante para recuperação dos recursos hídricos, porque
4784 entendíamos que isso era vital para os interesses da própria comunidade e
4785 não só para o meio ambiente. Para o meio ambiente, também, sem dúvida,
4786 tem que ser recuperado, porque houve impacto ambiental. Mas também
4787 porque nós sempre percebemos que a questão hídrica sempre foi a questão
4788 mais sensível para as comunidades. Então, nesse aspecto, eu tomo
4789 a liberdade de discordar quanto a impedir as atividades para recuperação. Eu
4790 sou obrigado a discordar quanto a isso, muito embora eu entenda o seu
4791 posicionamento. Mas até registro isso, porque eu acho que é algo que é
4792 importante, que tenhamos essa recuperação hídrica. Senão, amanhã ou
4793 depois, o meu medo... Eu até vou registrar aqui o meu medo, sendo muito
4794 transparente. O meu receio é que isso possa vir a ensejar um pedido de
4795 alteração da condicionante. Eu tenho muito medo disso. Então, eu registro a
4796 minha concordância e a minha discordância também quanto ao que foi
4797 colocado. Sempre juízo às questões de qualidade da água. Eu só
4798 estou abordando a questão da recuperação propriamente dita, porque eu
4799 acho que é uma coisa importante. Então, eu só registro esse meu
4800 posicionamento aqui, porque eu acho que nós lutamos muito para que, em
4801 grandes impactos ambientais, houvesse essa obrigação consolidada de a
4802 empresa recuperasse. Tem que recuperar, isso é obrigação da empresa. A
4803 empresa se vira para poder ver a forma técnica adequada para recuperar
4804 esses impactos. Mas ela tem que conseguir chegar lá para recuperar. E teve
4805 um ponto que a Patrícia falou que me chamou muita atenção e que
4806 realmente é interessante, que é essa possibilidade de confrontar – não sei se
4807 confrontar é a melhor palavra –, fazer uma análise comparativa, não só dos
4808 estudos apresentados pela empresa, mas também pelas diversas
4809 reclamações ou notícias de eventos encaminhadas pela comunidade para a
4810 Supram. Essa análise comparativa seria algo muito interessante, realmente,

4811 que fosse feito. Se fossem me perguntar a sugestão, eu acho que até
4812 eventual baixa em diligência para fazer essa análise comparativa seria o
4813 mais adequado. Eu sei, imagino qual vai ser o posicionamento da mesa, mas
4814 eu acho que isso é que seria interessante. Porque, de fato, isso que a
4815 Patrícia colocou é muito válido. Tem os laudos que vêm da empresa, e é
4816 ela que tem que fazer mesmo, isso é do sistema de licenciamento ambiental.
4817 Não existe dúvida disso. Mas até para que houvesse esclarecimento daquilo
4818 que a comunidade entende que houve de equivocado e aquilo que,
4819 eventualmente, seja demonstrado que está correto ou não está correto.
4820 Então, eu acho que esse ponto que a Patrícia colocou é muito interessante
4821 para agregar informação, transparência e talvez até pacificação para
4822 esse procedimento de licenciamento ambiental. Isso eu acho que é algo
4823 muito válido.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
4824 Jequitinhonha: “Doutor Felipe, na verdade, se nós fizermos um levantamento
4825 de cada uma das demandas, qualidade de água, assoreamento, ruído,
4826 poeira, todas essas reclamações estão discutidas e consideradas. É claro
4827 que nós temos a reclamação individual de cada pessoa, que sofre mais ou
4828 menos com isso, mas os temas estão, todos eles, já tratados de maneira
4829 uniforme ao longo da discussão.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “No
4830 mais, eu reitero aquelas observações que eu fiz anteriormente, de questão
4831 de cumprimento de condicionantes, da seriedade que o procedimento de
4832 licenciamento ambiental deve ter para com isso, com as obrigações antes
4833 estabelecidas, a necessidade de esses impactos, recorrentemente, falados,
4834 quando não se consegue mitigar ou compensar, que se discuta, de fato, uma
4835 realocação. Isso eu vou tratar no momento da condicionante, se for o caso.
4836 As demais considerações eu acredito que coloquei já no parecer de
4837 vista. Apenas reitero aqui as razões que eu coloquei naquele
4838 momento.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu tenho algumas
4839 considerações relativas àquilo que foi discutido e algumas coisas que foram.
4840 Eu percebo estudos descontínuos e não efetivos, muitos impactos não
4841 controlados no decorrer do processo, a educação ambiental não é crítica, e
4842 isso é preciso discutir. E também contrariar aquela questão da formalização
4843 da Secretaria de Meio Ambiente. É até um dos princípios do Ministério do
4844 Meio Ambiente que seja, realmente, não formal. Então, eu acho que isso não
4845 pode ser impedimento, e eu percebo que os programas estão muito
4846 voltados só para escola, e para os demais eu tenho que, talvez, ler melhor.
4847 Mas me assustou também a quantidade de projetos. Quando se pega
4848 2013, eram mil e tantos, e passa a ser 100. Então, vem caindo não só a
4849 quantidade de pessoas atendidas por aquele programa, mas também a
4850 própria execução desses programas. Vários programas em 2015 não
4851 aconteceram, porque a empresa contratada não conseguiu ou eles não
4852 conseguiram adequar a saída da outra empresa com a desmobilização da
4853 empresa no processo. E também está reduzindo o atendimento. Depois, eu

4854 posso pegar os números.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da
4855 Supram Jequitinhonha: “Conselheiro, eu só queria dar uma informação a
4856 respeito do convênio com a Secretaria de Educação. O objeto é projeto de
4857 educação ambiental não formal. Não é na escola. Inclusive, esse era o maior
4858 imbróglio. A Secretaria de Estado de Educação, em algum momento, chegou
4859 a pedir a manutenção de um curso de pós-graduação para os professores, o
4860 que não era objeto do programa. E o que foi ajustado foi que a empresa vai
4861 financiar um projeto, em convênio com a Secretaria de Estado de Educação,
4862 executado pela Universidade Federal de Minas Gerais. De acordo com a
4863 Secretaria de Estado de Educação, durante 30 dias, a capacidade de
4864 atingimento é de até 20 mil pessoas. Os números podem alterar,
4865 periodicamente, se esse projeto for exitoso, no futuro. É só como informação,
4866 já que foi citado.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Então, nós vemos aqui
4867 que em 2013 – são dados que a empresa me forneceu –, em termos de
4868 comunidades, foram 2.648 no total; em 2013, 1.897 pela comunidade; em
4869 2014, 736; em 2015, foram 15. Professores atendidos em 2013, 197; em
4870 2014, 342; e em 2015, 166. Alunos, em 2013, 1.598; e 2014, 856; e em
4871 2015, zero. Em 2013, escolas, 34; em 2014, 52; e em 2015, 28. Então, assim
4872 nós vemos essa redução muito drástica, além desses problemas que
4873 tiveram. Outra crítica a esse processo de educação é a questão de mistura.
4874 Há uma mistura de ações sociais e culturais como dados de realização de
4875 programas de educação ambiental. Eu acho que isso tem que ser separado.
4876 Eu acho muito relevantes essas questões da comunidade de Gondó. Eu
4877 acho que ficou uma dúvida para mim, porque as fotos apresentadas pela
4878 empresa são uma e as fotos apresentados ali, pela data de agosto deste
4879 ano, são outra. Então, isso para mim ficou muito indefinido. O plano de
4880 comunicação social também fala da escuta da comunidade. Então, é
4881 importante os conselheiros entenderem que, nesse plano de escuta, houve
4882 1.281 manifestações. Dessas, 981 foram desfavoráveis à empresa, 14
4883 favoráveis, e 286 foram consideradas neutras. O tempo de resposta foi bom,
4884 na consideração da análise, mas a resolução, não. Quer dizer, escuta,
4885 atende, mas não resolve. Então, isso é uma coisa a que eu acho que nós
4886 temos que estar atentos também. A questão do seu Sebastião Pires parece
4887 que descobriram, e eu queria que fosse colocado, porque parece que foi
4888 falado que ele não foi considerado, mas ele é considerado. Vocês podiam
4889 explicar para nós.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Na verdade,
4890 resgataram essa informação com a empresa no sentido de que ele foi
4891 considerado vulnerável e, portanto, incluído no PNF.” Conselheiro Alex
4892 Mendes Santos: “Outra questão que eu queria deixar claro para os
4893 conselheiros é o respeito às comunidades. Eu acho que, por mais difícil que
4894 seja para muitos aqui que estão escutando a repetição, esse é o lado mais
4895 fraco da situação. Na semana passada, eu tive oportunidade de participar da
4896 finalização de um curso de educação ambiental, e lá foi falado muito isso.

4897 Então, a minha discussão foi uma dúvida com relação às pedras ornamentais
4898 que estão atingindo lá pessoas que têm uma posse financeira melhor e
4899 também pessoas simples, na nossa comunidade de Gouveia. Eu estava
4900 discutindo para entender melhor o processo, e essa pessoa que estava
4901 falando dos conflitos insistia que sempre a corda arrebenta para o mais
4902 fraco. Eu coloquei esse processo para ela, e ela esclareceu muito bem. Falou
4903 queo processo ali está atingindo os dois, tanto o fazendeiro, que tem uma
4904 situação financeira melhor, quanto o que não tem uma condição. Mostrou
4905 muito bem, o que eu acho que cabe aqui, queaquele fazendeiro tinha muito
4906 melhores de condições de reagir ao conflito e ao problema do que os outros.
4907 Porque tinha dinheiro para contratar um advogado, e o outro, normalmente,
4908 não ia ter. Ele tinha melhor formação para discutir com aquele
4909 empreendedor, e o outro não teria. Ele tinha, inclusive, a opção de querer
4910 mudar dali e não enfrentar aquela situação, já que aquilo estava o
4911 incomodando, e o outro talvez não teria essa opção de mudar. Então, eu
4912 acho que se aplica muito aqui, nós tentarmos olhar com os olhos dessas
4913 pessoas. Lógico, tem coisas com que nós vamos discordar. Eu concordo
4914 também aqui que eu acho que a questão da recuperação da área não pode
4915 depender da questão da qualidade. Eu acho que tem que fazer assim. Então,
4916 eu acho que na nossa análise aqui é chegada a hora dessa decisão e temos
4917 que analisar isso, essa questão de quem é o lado mais atingido, realmente,
4918 quais são os que estão em condições menos favoráveis na
4919 situação.” Conselheiro Gustavo Xavier Ferreira: “Eu vou fazer uma colocação
4920 rápida, presidente. Nesses últimos dois dias, eu tentei fazer um estudo, uma
4921 avaliação mais profunda dos documentos do corpo técnico, que a Supram me
4922 mandou, escutando, avaliando o que cada atingido, cada funcionário... A
4923 nossa função é uma difícil função de mediar, julgar e definir, talvez, o futuro
4924 de algumas pessoas que estão lá. E tenho certeza que cada atingido tem seu
4925 direito, que tem que ser preservado. O Estado tem que intervir, tem que
4926 monitorar. O Ministério Público eu tenho certeza que tem feito esse trabalho
4927 de acompanhar e monitorar no dia a dia. Mas também levando em conta todo
4928 o relatório que li e as falas que escutei aqui, hoje, o relatório da Supram, a
4929 vida também dessas 4.000 famílias que hoje dependem disso, da atividade
4930 econômica, da situação que, hoje, talvez, o Brasil todo vem passando, eu fiz
4931 uma conta rápida. Naquele município em volta são talvez em torno de R\$ 10
4932 milhões de salário. Eu consigo imaginar uma paralisação imediata de
4933 atividade econômica naquela região. Talvez não só a vida de 4.000 famílias,
4934 mas também do comércio e do Estado todo. Então, por essa avaliação, neste
4935 momento, eu sou favorável à aprovação e acompanho os técnicos da
4936 Supram.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Se não houver mais nenhuma
4937 manifestação, nós vamos colocar em votação o parecer da Supram. E aí
4938 aqueles que aprovam ou concordam com o parecer da Supram permaneçam
4939 como estão.” Conselheiro Wagner Vicente Rodrigues de Almeida: “A

4940 Seapa/Emater abstém-se de votar, porque nós temos um contrato com a
4941 Anglo American de prestação de serviços.” Conselheiro Felipe Faria de
4942 Oliveira: “Até por coerência com outros empreendimentos, a temática de
4943 descumprimento de condicionantes, para nós, é um posicionamento
4944 institucional muito válido. A questão que vem sendo, reiteradamente,
4945 discutida aqui nesse procedimento, especificamente, a necessidade desse
4946 contraponto talvez mais minucioso, com os reclames que foram postos pela
4947 comunidade, fazendo esse contraponto com o estudo da empresa também.
4948 Além das outras questões que nós colocamos de forma pormenorizada no
4949 parecer de vista. Só para constar a justificativa.” Presidente Clésio Cândido
4950 Amaral: “Então, nós temos seis contra, sete a favor e duas abstenções.
4951 Então, o parecer da Supram está aprovado. Agora, nós precisamos ir para a
4952 fase de estabelecimento das condicionantes desta licença. Eu vou passar a
4953 palavra para o Rodrigo Ribas, sobre as condicionantes da empresa.” Rodrigo
4954 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Senhor
4955 presidente, senhores conselheiros, houve uma apreciação, por parte da
4956 empresa, uma solicitação de alteração, e nós concordamos, parcialmente,
4957 com essa solicitação de alteração, uma vez que não há perda do objeto
4958 daquilo que está sendo proposto. A primeira alteração que é proposta diz
4959 respeito à condicionante nº 4. Há uma apresentação de texto com uma
4960 pequena alteraçãozinha, que é: ‘Apresentar estudo de ocorrência para cada
4961 uma das espécies ameaçadas extinção que foram suprimidas, além das
4962 espécies Virola bicubya e Vellozia ramosíssima, contendo coordenadas
4963 geográficas de pelo menos um local fora da ADA, em unidades de
4964 conservação, com avaliação da dinâmica da população, por dois anos.’ Isso
4965 estabelece um estudo que vai nos dar informação a respeito da dinâmica
4966 evolutiva dessas populações. Essa é a condicionante nº 4, para alteração.
4967 Na condicionante nº 5, a proposta é de alteração do prazo para ‘durante a
4968 operação do Dique 2’. A condicionante dizia respeito a ‘manter a vazão
4969 residual determinada na outorga expedida pelo IGAM, com a realização de
4970 monitoramento contínuo’. E o prazo era ‘durante o enchimento com água do
4971 dique’. E nós tivemos informação aqui mesmo de que o dique já está
4972 vertendo, então, já está cheio. Então, agora, muda para ‘durante a operação
4973 do Dique 2’. É o mesmo objeto. Outra condicionante alterada é a nº 11:
4974 “Realizar o monitoramento da qualidade da água distribuída na comunidade
4975 de São Sebastião do Bom Sucesso após o tratamento de água na ETA,
4976 considerando os mesmos parâmetros e periodicidade já analisados na água
4977 bruta. Após setembro/2017, prazo de vigência do acordo existente entre
4978 empresa e Prefeitura Municipal para suporte à operação, os resultados do
4979 monitoramento realizado não deverão gerar ônus à empresa em razão de
4980 não conformidades porventura existentes.’ O que acontece? A estação de
4981 tratamento de água foi uma condicionante imposta à empresa, que fez e
4982 entregou à prefeitura. A prefeitura não operou durante esse prazo, então,

foi firmado um acordo entre a prefeitura e a empresa para que a empresa operasse. Esse acordo vige até setembro de 2017. O que nós estamos dizendo é que, uma vez extinto o acordo, extingue também a obrigação da empresa em relação ao monitoramento e à qualidade de água ali, a responsabilidade sobre desconformidade. O prazo é 60 dias da emissão da LO. Manter durante a vigência da LO. O monitoramento vai ser contínuo, só não vai gerar ônus para a empresa se houver desconformidade. Eles fizeram uma proposta de inclusão de uma condicionante, que chamaram de 11A, que diz respeito ao monitoramento dos poços tubulares. Eles fizeram um pedido de inserção dessa condicionante 11^a, que seria: 'Apresentar plano de amostragem de água subterrânea, com cronograma detalhado de execução, considerando os postos 54, 56, 71 e 76, afim de averiguar a presença de óleos e graxas'. Na verdade, na análise da equipe técnica, nós entendemos que não deve prosperar essa condicionante, porque ela apresenta um cronograma e não diz respeito, necessariamente, à execução disso. O Fernando propõe a manutenção da condicionante 13, que seria substituída, com alteração do prazo. Apresentar análise de qualidade de água subterrânea desses pontos, nos mesmos parâmetros já monitorados no Programa de Gestão de Recursos Hídricos, acrescido da verificação de óleos e graxas na área. Prazo: 60 dias. Uma alteração de prazo para tornar factível a realização. Na condicionante 12, seria a inserção de 'realizar investigação, caso confirmada a presença de óleos e graxas, conforme plano de amostragem de áreas contaminadas, de acordo com a DN Conjunta COPAM/CERH 02/2010.' Só para esclarecer, a 12 é uma alteração para 'fazer a verificação caso seja confirmada contaminação por óleo e graxa'. Ela só altera uma obrigação referente àquilo que está sendo apresentado lá na frente. Alteração nas condicionantes 4, 5, 11, 12, 13 e 14. Eles solicitam manter o texto original da condicionante 14 e alterar o prazo para 60 dias."

Presidente Clésio Cândido Amaral: "Vamos colocar em votação esse bloco que foi sugerido pelos técnicos da Supram. Se todos os conselheiros concordarem com essas condicionantes, que permaneçam como estão. Ok. Condicionantes aprovadas." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "Eu queria sugerir algumas condicionantes." Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: "Teve uma que nós falamos que íamos propor, mas não veio aqui no pacote, que é a do estudo do ruído. Nós vamos fazer a proposta de um textinho, e durante a discussão nós apresentamos." Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da Anglo American: "Só a respeito da condicionante relativa à dispensa de Mata Atlântica, você pode repetir o texto, por favor?" Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: "No texto que vocês apresentaram nós fizemos uma alteração. O texto é: 'Apresentar estudo de ocorrência para cada uma das espécies ameaçadas extinção que foram suprimidas, além das espécies Virola bicubya e Vellozia ramosíssima, contendo coordenadas geográficas

5026 de pelo menos um local fora da ADA'. É quase uma repetição daquela que já
5027 esteve imposta na LP com LI. O que nos mudamos foi: em vez de
5028 'preferencialmente', nós estabelecemos: 'em unidades de conservação da
5029 região ou área de compensação do empreendimento', 'com avaliação', em
5030 vez de 'abundância e dispersão da dinâmica da população'. Vai incorporar o
5031 desenvolvimento, dispersão, abundância'. Acompanhamento por dois anos.
5032 Perfeito? Algum problema em relação a essa?" Conselheiro Felipe Faria de
5033 Oliveira: "Eu queria fazer dois blocos distintos. O que eu iria sugerir e as
5034 outras que o Sandro colocou aqui. Talvez dois momentos distintos, porque
5035 as outras são oriundas, na verdade, do município de Conceição do Mato
5036 Dentro, que eu queria ter a oportunidade de colocar aqui para que
5037 pudéssemos deliberar. A primeira delas a Supram já sugeriu também,
5038 já abarcou. A primeira delas é referente à questão de uma auditoria externa
5039 visando uma análise de eventual necessidade de reassentamento de famílias
5040 adicionais. Eu já tive a oportunidade de falar aqui durante o parecer de vista
5041 e reitero essa minha percepção, sem prejuízo do grupo de trabalho, que eu
5042 espero que a gente saia daqui com uma composição definida. Eu acho que é
5043 para isso que está caminhando. "É essencial que haja esse aporte de
5044 informação técnica externa, essa 'auditoria', entre aspas. Eu falo auditoria,
5045 na verdade, mas um estudo de consultoria, estudo crítico, pode ter o nome
5046 que for. Então, eu insisto nessa necessidade, seja razão em da sobrecarga
5047 de tarefas que os técnicos da Supram têm para poder ficar com a
5048 exclusividade de ir lá e ficar com um tempo muito grande junto à
5049 comunidade, junto às áreas impactadas, para analisar os impactos que estão
5050 incidindo e, portanto, podem indicar ou não o reassentamento ou outras
5051 medidas compensatórias. E também eu acho que dá até mais tranquilidade
5052 ao procedimento. E sem prejuízo do desenvolvimento das atividades do
5053 grupo de trabalho junto com a Supram. Uma coisa não exclui a outra. Eu
5054 acho que é mais informação que vai aportar nesse trabalho, que todos nós
5055 queremos que seja o mais rico possível de dados, para que nós tenhamos
5056 decisões seguras. Eu tinha pensado na redação, algo mais ou menos assim,
5057 a ser aprimorado, obviamente, aqui: 'Custear auditoria técnica independente
5058 visando analisar e indicar os núcleos familiares (inclusive sua composição) a
5059 serem incluídos no PNF ou outras medidas de compensação ou de mitigação
5060 adicionais. Esse trabalho deverá considerar os impactos cumulativos e
5061 sinérgicos e prever, em sua metodologia, interlocução com as comunidades,
5062 inclusive, visitas conjuntas em áreas de interesse. Prazo: 12 meses após a
5063 contratação. Após a comunidade sugerir três nomes de empresas de
5064 auditoria, a contratação implantação deverá ocorrer no prazo máximo de 30
5065 dias. A questão da indicação é porque já houve essa metodologia
5066 anteriormente. Eu coloquei 12 meses pensando em um prazo que seja
5067 razoável para que tenha a profundidade necessária. Ao mesmo tempo nós
5068 temos que ser céleres na medida do possível. Então, essas são as

5069 sugestões em que eu pensei.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor
5070 presidente, eu já reitero o que foi dito aqui, anteriormente. Eu me coloco
5071 contra essa proposta, uma vez que isso já foi, exaustivamente, discutido na
5072 seara não só do licenciamento, mas também do grupo de trabalho, dessa
5073 questão de contratar auditoria externa, estudo externo. Nós já discutimos
5074 isso exaustivamente. O grupo de trabalho proposto pela Supram pode
5075 trabalhar de acordo com o que foi dito pelo próprio Rodrigo, que já
5076 manifestou uma forma de trabalho. Nós podemos fazer dessa forma, eleger
5077 os membros hoje. Não tem problema nenhum. Além disso, devido ao
5078 assunto, devido a toda essa questão, eu também gostaria até de ouvir a
5079 própria empresa no que ela tem a dizer e se manifestar no que se refere a
5080 esse assunto de se contratar uma auditoria externa ou de contratar um
5081 estudo externo. Eu acho que a empresa pode e deve ser ouvida nesse
5082 ponto.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Me parece que já existe
5083 um acordo no sentido de que tem que haver essa releitura do processo, uma
5084 varredura do que ficou de resto, para que isso seja realmente atualizado e
5085 seja concluída tarefa. A metodologia que vai ser empregada, a indicação do
5086 doutor Felipe é que seja feita contratação de um grupo que seja de apoio. A
5087 forma como isso vai ser, se é uma consultoria para fazer um estudo, eu
5088 entendo é que isso seja um suporte técnico específico, com expertise para
5089 dar esse suporte, para que haja uma legitimação não só perante o órgão
5090 licenciador, mas também perante a comunidade, para que ela se sinta
5091 segura para dizer: tem uma análise conceituada, imparcial, que atende aos
5092 parâmetros técnicos do órgão licenciador e ao mesmo tempo independente
5093 para dar segurança à comunidade, para que nós possamos encerrar esse
5094 assunto. Porque senão, mesmo com a tese defendida pela conselheira, ‘está
5095 pronto’. Não está pronto. O fato é que nós estamos, recorrentemente,
5096 ouvindo as mesmas reclamações e não podemos fazer ouvidos moucos para
5097 uma realidade que está aí presente, todas as vezes, nos incomodando.
5098 Porque nós temos responsabilidades e queremos saná-las, queremos sanar
5099 essas pendências. Então, eu acho que a empresa também concorda, que
5100 também é favorável à empresa. É de interesse da empresa que seja sanado.
5101 Se a medida for contratar expertise que seja competente, que seja possível
5102 de realizar com legitimidade, com legalidade, eu acho que isso deve ser
5103 atendido.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou pedir a empresa para
5104 se manifestar, e, após essa manifestação, nós vamos colocar em
5105 votação.” Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da Anglo American:
5106 “Nós já tínhamos dito isso durante os 20 minutos de explanação. Para
5107 reiterar a posição da empresa, nós somos contrários a essa indicação de
5108 uma auditoria externa, baseados em quatro pontos, principalmente. Primeiro,
5109 porque nós estamos está instituindo um novo estudo dentro do processo de
5110 licenciamento, que já tem os seus termos de referência definidos pela
5111 legislação competente. A segunda questão é que nós já tivemos – e eu

5112 ressaltei isso na apresentação – o risco de incorrer em deliberações tardias,
5113 dado o envolvimento de entes terceiros que já são envolvidos no processo
5114 de licenciamento, sejam eles a empresa, o nível municipal, o nível estadual,
5115 representado pelo corpo técnico da Supram. Terceiro, eu acho que, na
5116 reunião passada, houve a deliberação acerca da formação do grupo de
5117 trabalho. Então, nós estaríamos realmente colocando uma indicação
5118 contrária ao que foi discutido inicialmente e proposto na reunião anterior. E
5119 por último ressaltar a competência do monitoramento do processo de
5120 licenciamento, do acompanhamento de desempenho ambiental, do
5121 cumprimento de condicionantes, cumprimento dos requisitos contidos no
5122 Plano de Controle Ambiental do empreendimento. São competências
5123 delegadas por legislação à Supram, que já afirmou aqui, perante a todos, a
5124 disponibilidade e a capacidade técnica para executar esse trabalho. Então,
5125 nós não estamos entendendo muito o porquê de colocar um trabalho que é
5126 sobreposto a uma competência legal do órgão ambiental.”Conselheiro Felipe
5127 Faria de Oliveira: “Eu tinha colocado ‘custear auditoria técnica’. Talvez o
5128 termo ‘consultoria técnica’ seja até mais palatável. Não sei se esse jogo de
5129 palavras faz alguma diferença para as pessoas. Algumas considerações. Em
5130 primeiro lugar, eu discordo um pouco da conselheira da Fiemg, a Denise.
5131 Isso não foi discutido no estudo da Diversus, não foi discutido pelo GT, os
5132 impactos de operação não fizeram parte, porque não existia operação no
5133 momento em que o estudo da Diversus foi elaborado. E o GT de pautou no
5134 estudo da Diversus. Inclusive, na última URC, nós falamos isso aqui,
5135 exaustivamente, na hora de apresentar o parecer do GT. Que o ponto de
5136 análise do GT foram as recomendações da Diversus. Então, esses pontos
5137 que nós estamos querendo colocar aqui não foram, de forma alguma, ainda
5138 analisados. Quanto às considerações da empresa, só para explicar o porquê
5139 dessa nossa sugestão, em primeiro lugar: por que um novo estudo? Pelo
5140 simples fato de que as coisas não estão funcionando. Eu acho que hoje aqui
5141 nós percebemos isso. Se por um lado, de fato, a análise de monitoramentos
5142 deve ser feita pelo órgão ambiental, e a Supram fez isso no seu Parecer
5143 Único, por outro lado, cabe à empresa custear os estudos ambientais que o
5144 Colegiado e o órgão ambiental indicarem como sendo necessário para
5145 analisar, devidamente, o procedimento de licenciamento ambiental do
5146 empreendedor. Eu entendo que vocês acham que existe uma sobreposição,
5147 porque já entregaram os monitoramentos, aquilo que está nos programas de
5148 controle, mas o que existe na minha percepção e talvez na de outros
5149 conselheiros aqui é que, para o Conselho, há informações que estão ainda
5150 um pouco inseguras e arenosas, em um terreno muito arenoso. Então, se há
5151 necessidade de mais informações, de produção de mais informação, cabe,
5152 dentro dessa análise, dentro desse sistema de licenciamento que temos
5153 hoje, o custeio por parte do empreendedor. Então, é importante abrir os
5154 olhos para perceber que alguma coisa não está funcionando. Essa é uma

5155 proposta para tentar solucionar aquilo que não está funcionando.
5156 Deliberações tardias. 'Ah, não, mas se nós formos fazer um novo estudo, vai
5157 demorar, as deliberações vão ser tardias'. Mas se nós fizermos só o GT com
5158 a Supram também vai ser praticamente o mesmo tempo. Eu não estou vendo
5159 por que com a Supram nós vamos andar mais rápido do que com esse
5160 estudo que nós estamos propondo. Em realidade, o que eu sugeri é que as
5161 coisas acontecessem, que já começássemos a discutir junto com a Supram
5162 os pontos. No meio dessa discussão, virá o aporte de informações, e então
5163 incrementamos. Eu acho que isso não tem problema algum. Então, eu
5164 realmente insisto e reitero essa sugestão. Não sei se coloca para votação
5165 uma e depois as outras.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Na realidade,
5166 eu acho que seria melhor colocar essa, especificamente, separada, porque é
5167 a mais complexa, e depois fazer a sugestão das outras condicionantes. Pode
5168 ser assim?” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Eu só gostaria de
5169 perguntar uma coisa à Supram. Porque foi aventada a hipótese de que a
5170 Supram poderia ter esse suporte técnico. Eu pergunto se a Supram avalia
5171 como tendo essa capacidade de pessoal para poder fazer isso em um tempo
5172 hábil. Porque eu só peço isso. Eu não quero, e talvez o empreendedor esteja
5173 colocando uma coisa que está jogando contra ele mesmo. Porque, se o
5174 órgão que vai falando é a Supram, eu quero saber se ela tem esse pessoal
5175 disponível. Se tiver disponível, eu não julgo nada que seja contra. Agora, ela
5176 tem que dizer 'disponível no tempo hábil'. O que não pode é esse estudo que
5177 já foi feito, que tem que ser atualizado – eu acho que tem o material
5178 disponível para ser atualizado –, simplesmente se perder, porque vai ficar
5179 mais um tempo pela dificuldade que a Supram tem de dispor de pessoal,
5180 para não resolver. Se for para fazer precário, aí não tem sentido. 'Vamos
5181 tentar fazer', mas não consegue porque não tem pessoal? Agora, se ela
5182 disser 'tem pessoal, posso fazer e estabelecer um prazo para completar
5183 isso', acho absolutamente cabível. Agora, se não puder dispor, aí, sim, eu
5184 acho que tem que, acessoriamente, contratar não sei que nome de daria a
5185 isso, mas um corpo técnico para apoiar, para que se faça isso
5186 rapidamente.” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
5187 Jequitinhonha: “Primeira coisa, nós temos que retomar aqui o que foi
5188 discutido na última reunião e qual foi o âmbito de debate tratado, como seria
5189 o escopo de trabalho do grupo de trabalho, que já foi formado. Já foi
5190 deliberado aqui, ele não está composto, mas já se formou o grupo de
5191 trabalho, com apoio. No âmbito da apresentação de um documento
5192 específico. Também tem que deixar muito claro isso, houve uma
5193 representação específica, encabeçada por um advogado que representava
5194 um número de famílias, e o grupo de trabalho que foi proposto naquele
5195 momento foi para avaliar esses casos específicos, e nós falamos que
5196 daríamos o apoio técnico necessário. Então, vamos deixar bem claro que foi
5197 essa a proposta discutida no mês passado. E quanto a isso eu não tenho

5198 nenhum problema em afirmar que nós podemos fazer essa avaliação. Se
5199 amplia o escopo de trabalho, ‘agora nós vamos, além dessas 25, 26 famílias,
5200 nós vamos fazer todas de Água Quente, todas de Passa Sete, todas do
5201 Gondó, todas de Córregos’, certamente que sequer este Conselho tem perna
5202 para isso. Um grupo de trabalho formado aqui por três ou quatro
5203 conselheiros vai gastar três anos fazendo essas visitas. Então, a primeira
5204 coisa que tem que fazer é determinar qual é o escopo de trabalho do grupo
5205 que foi formado. O grupo foi determinado aqui pela URC, tem um ponto de
5206 partida muito claro, muito específico, que foi um documento apresentado à
5207 URC e por nós colocado aqui para deliberação deste Conselho. Quanto a
5208 isso, eu não tenho dúvida de que nós temos pernas. Aí, eu coloco ao
5209 Conselho. O Conselho tem perna para formar um grupo de trabalho e fazer
5210 avaliação desses casos todos? Quanto à capacidade analítica da Supram,
5211 conselheiro, cada um desses casos, cada um desses documentos
5212 levantados, cada um dos desses informes que vai ser levantado pelo grupo
5213 de trabalho vai chegar à mesa de trabalho de equipe da Supram
5214 Jequitinhonha, que, como já foi dito pela empresa, é que no final das contas
5215 vai reavaliar isso e fazer a manifestação para o Conselho votar. Então,
5216 mesmo que seja feito um grupo de trabalho com auxílio de uma equipe
5217 externa, isso tudo vai ser reavaliado e verificado no âmbito da Supram
5218 Jequitinhonha. É claro que, para 26 famílias, trabalhar isso em dois meses
5219 ou em três meses, nenhum problema. Quanto a isso, nenhum problema.
5220 Quantas são as pessoas da comunidade, quantas são as famílias da
5221 comunidade? São 1.000 famílias? Sequer a URC Jequitinhonha terá pernas
5222 para fazer esse levantamento. Aí, nós estamos tratando de outro escopo de
5223 análise, algumas, inclusive, sequer dizem respeito a esta URC. Nós já até
5224 falamos isso aqui. Impactos que são referentes ao mineroduto, cujo âmbito
5225 de licenciamento, de análise, de acompanhamento e de verificação reside no
5226 Ibama, na competência do Ibama. A Supram Jequitinhonha sequer vai ter
5227 competência legal para tratar dos impactados pelo mineroduto nesse sentido.
5228 Então, é bom estabelecermos, primeiro, com qual escopo nós estamos
5229 tratando. Se for o escopo daquilo que foi deliberado na URC, nenhum
5230 problema.”Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu não estive na reunião
5231 passada, por impedimento, mas a própria Anglo apresentou a questão
5232 dessas 25 pessoas que foram citadas. Segundo a análise deles, já incluídos
5233 no PNF têm 13; incluídos dois em negociação; um que não se aplica por
5234 causa do mineroduto. Então, nessa coisa dos 25 só que eu entendo o grupo
5235 de trabalho com uma coisa mais ampla, para estudar essa questão da face
5236 Oeste, por exemplo. Igual eu falei, nós temos um problema ali. A empresa
5237 colocou que no Prad está considerando aquilo como um processo, mas não
5238 foi discutido aqui como processo da mineração. Tem famílias ali se sentindo
5239 atingidas. Então, eu acho que é uma coisa além disso. Eu acho que nesses
5240 25, se for considerado o que realmente eles passaram, mais de 60% aqui

5241 está resolvido dessas questões. Aí vai ser avaliado. Mas eu vejo o grupo de
5242 trabalho como um grupo de discussão mais ampla dessas pendências,
5243 desses problemas que eles estão trazendo, recorrentemente, e que nós
5244 precisamos sentar e falar: “Vem cá.” Igual eu já reiterei aqui. Nós fizemos
5245 logo no início da LP. Sentávamos empresa, comunidade e conselheiros e
5246 discutíamos até resolver os problemas das condicionantes. Isso funcionou
5247 muito bem. Depois de certo tempo, acabou.” Presidente Clésio Cândido
5248 Amaral: “Tem uma questão que eu acho que está acontecendo. É o seguinte.
5249 O grupo de trabalho mais essa consultoria ou auditoria são para analisar que
5250 escopo e o que, na realidade? As questões recorrentes e que não são
5251 esclarecidas ou o que é isso? Então a minha preocupação é essa. Qual é o
5252 escopo que nós vamos analisar a partir desse grupo de trabalho? Se há
5253 possibilidade de deliberarmos aqui esse escopo e qual é o foco desse
5254 estudo, eu acredito que nós conseguimos avançar até no estabelecimento e
5255 na votação dessa condicionante. Se não conseguirmos estabelecer esse
5256 escopo e tal, eu proporia talvez outra forma de se estabelecer como
5257 condicionante, até para fazer essa condicionante ser escrita, posteriormente,
5258 para que esse grupo de trabalho que já está estabelecido verifique qual é
5259 esse escopo, e, aí, sim, nós estabelecemos essa condicionante. Eu não sei
5260 se isso é possível, Wesley, no momento aqui, agora.” Conselheiro Felipe
5261 Faria de Oliveira: “Deixa eu tentar explicar um pouco mais qual era a ideia
5262 pensada. O grupo de trabalho formado no mês passado foi a partir de uma
5263 demanda específica de 25 famílias. Eu acho até que o trabalho desse GT vai
5264 se exaurir muito rapidamente. Dessas 25, o Alex falou que já estão no PNF,
5265 por exemplo. Ou seja, o objeto já está atendido, já foi superado. Outras 13
5266 em processo de negociação. Devem ter algumas talvez em questão judicial,
5267 não sei. Enfim, eu acho que esse é um grupo de trabalho cujo objeto vai se
5268 exaurir muito rapidamente, talvez dentro desse período que o Rodrigo falou
5269 mesmo, dois ou três meses. O que nós tínhamos imaginado, de fato, é o
5270 seguinte. Tem uma série de indicativos de impactos que vêm sendo
5271 direcionados às comunidades que vivem próximo do empreendimento. Esses
5272 impactos devem gerar reassentamento ou outra medida de mitigação ou
5273 outra medida de compensação ainda não imaginadas? Eu não sei. A ideia é
5274 que tivesse um estudo técnico indicando isso. Essa é a ideia. É um objeto
5275 um pouco diferente do GT que foi formado, especificamente, por um ofício,
5276 uma petição direcionada à URC ou à Supram, que eu acho que vai se exaurir
5277 rapidamente, mas que naturalmente as mesmas pessoas poderiam dar
5278 continuidade às deliberações das recomendações vindas desse estudo
5279 técnico que eu estou sugerindo neste momento. Então, eu acho que, nesse
5280 aspecto, os escopos são distintos. Eu me fiz entender?” Presidente Clésio
5281 Cândido Amaral: “Está claro. Então, só o posicionamento da empresa, e
5282 depois nós vamos para votação.” Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente
5283 da Anglo American: “Doutor Felipe, nós entendemos as colocações e

5284 acreditamos que temos outras oportunidades de fazer que não com uma
5285 consultoria externa, que pode trazer os prejuízos já anteriormente citados.
5286 Nós temos a oportunidade de compartilhar mais as informações, como é o
5287 caso dessa informação de que o Alex está de posse, que nós poderíamos,
5288 perfeitamente, tratar aqui no âmbito da URC, do COPAM, e discutir, trazer
5289 mais a claro ponto a ponto, e passar essa discussão. Eu que nós já temos os
5290 instrumentos que falam acerca dos impactos e dos controles de mitigação
5291 propostos, a aderência entre eles, a eficiência ou não. Isso é tudo descrito
5292 dentro do Plano de Controle Ambiental do empreendimento. Quando falamos
5293 de recursos hídricos, de ruído, de qualidade do ar, todas as métricas
5294 amparadas pela legislação estão colocadas dentro do Plano de Controle
5295 Ambiental, são acompanhadas e reportadas para o órgão ambiental,
5296 disponíveis para todo mundo e passíveis de uma consulta, inclusive, de um
5297 debate envolvendo a empresa, os membros do Conselho e com suporte
5298 técnico, sem ser em 20 minutos ou nas manifestações de cinco minutos.
5299 Então, eu acredito que nós estamos imputando um ônus à empresa, de
5300 pagar, um estudo à parte, de colocar um processo em risco, dado o
5301 aprendizado que nós temos com o estudo da Diversus, que, conforme
5302 colocado aqui, pode resultar como não resolutivo para os conflitos existentes.
5303 Do modelo, até o Cadu falou isso, de alguma coisa que não está
5304 funcionando... O senhor que falou de 'uma coisa que não está funcionando'.
5305 Nós temos, na frase do Sandro, da repactuação, que assinar o compromisso
5306 entre nós, conselheiros, Supram, município, empresa. Vamos fazer deste
5307 fórum fóruns específicos para debatermos caso a caso e trazermos de uma
5308 forma estruturada para dentro da URC, para ser julgado. Porque colocar um
5309 ator externo, tirar quem executa, tirar quem tem a competência, desfazer dos
5310 mecanismos legais que já existem através do Plano de Controle Ambiental,
5311 realmente, é um escrutínio – é uma opinião pessoal – ao processo de
5312 licenciamento do Estado de Minas Gerais.”Conselheiro Alex Mendes Santos:
5313 “Eu acho que é sensato, de repente, essa proposta, sim, desde que a
5314 empresa esteja aberta à participação comunitária, à participação do Gesta.
5315 Não sei se eles vão querer participar. Porque no nosso último grupo a
5316 comunidade esteve fora. E os conselheiros também. O nosso grupo era
5317 formado por oito conselheiros, e foram só três: a Denise, eu e o promotor.
5318 Então, eu acho que quem se propuser a participar desse grupo tem que
5319 realmente participar. Porque ficamos nós três com essa situação de
5320 discussão de problema. Então, eu acho que também os conselheiros
5321 deveriam verificar isso. E se caso, no início, percebermos que a coisa não
5322 está andando, que não temos essa condição de avaliação, nós voltaríamos a
5323 discutir a forma do processo.”Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Deixa eu
5324 ver se entendi. Só para termos clareza na hora de votar. A ideia seria que
5325 houvesse esse compartilhamento de dados pela empresa, com assessoria
5326 técnica da Supram. Dentro daquilo que eu acho que o Rodrigo colocou. Se

5327 percebesse a necessidade de um aporte de informações... Presença do
5328 Gesta, das comunidades e tal. Apesar de que temos que registrar que
5329 naquele primeiro GT nós mesmos chamamos, eu mesmo fiz contato pessoal
5330 para participação. Aí, se houvesse necessidade, deliberaria, posteriormente,
5331 um estudo nesse sentido.” Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da
5332 Anglo American: “Nessa linha, doutor Felipe, nós entendemos, sim, que esse
5333 é um caminho melhor a ser seguido. Eu cito até uma coisa relacionada ao
5334 estudo da Diversus. Que nós vemos, inclusive, o resultado da Diversus
5335 questionado pela própria comunidade. Então, nessa linha, colocar de novo
5336 um terceiro ator por uma ineficiência que foi citada aqui entre os entes que
5337 estão aqui conversando, e que nós temos um caminho de fazer diferente, eu
5338 acho que é realmente celebrar a repactuação dessa observação, colocar
5339 todas informações disponíveis. A empresa se disponibiliza para isso a todo
5340 momento, com o corpo técnico. Suportar todos os conselheiros que
5341 estiverem formando esse grupo de trabalho, a Supram e demais
5342 participantes. Para tomada de decisão, para elevar a qualidade da
5343 discussão, para realmente chegarmos a encaminhamentos resolutivos. Para
5344 não incorrer no mesmo erro de, dado o resultado ou não de um estudo de
5345 terceiros, ele, inclusive, perder a credibilidade com que foi feito. E hoje
5346 escutar da própria comunidade, que põe em xeque o resultado do estudo da
5347 Diversus.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Senhor presidente, foi
5348 mencionado pelo conselheiro Alex, na proposta dele, a inclusão do Gesta
5349 nesse trabalho. Como o Gesta está, se pudéssemos ouvi-los. Porque foi
5350 colocado como se fosse também integrar esse trabalho. Eu vou insistir na
5351 minha sugestão. Eu entendo o posicionamento, eu achei pertinente a
5352 consideração do Alex. Talvez seja até uma proposta alternativa para depois
5353 ser colocada em votação. Eu tenho muita preocupação, é aquilo que até o
5354 colega Marcelo Mata Machado estava colocando, da preocupação da
5355 legitimidade também dos estudos. Não querendo duvidar de dados, não é
5356 isso. Eu estou falando da aceitação mesmo dos dados. Então, eu acho que
5357 isso poderia contribuir. Eu vou insistir só na sugestão.” Conselheira Denise
5358 Bernardes Couto: “Felipe, se for pensar dessa forma, da mesma forma a
5359 legitimidade dos dados que a Diversus deu foi questionada por duas vezes
5360 pelos próprios atingidos. Eu acho que, se da primeira vez não funcionou
5361 dessa forma, em uma segunda vez nós poderíamos pelo menos tentar. E aí,
5362 sim, buscar um caminho alternativo. Vendo que realmente não deu com todo
5363 mundo envolvido, aí, sim, pode até buscar o fato de se contratar um terceiro.
5364 Mas eu acho que, inicialmente, deveria, sim, talvez tentar esse caminho
5365 alternativo. Até mesmo porque da primeira vez não deu certo.” Conselheiro
5366 Felipe Faria de Oliveira: “Mas melhorou, não totalmente, mas
5367 melhorou.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu acho que, diante da
5368 situação, nós temos duas condições. Colocar em votação a proposta do
5369 doutor Felipe e colocar em votação a proposta do Alex, que é a

5370 intermediária. Que seria subsidiado um volume de informações maior a esse
5371 grupo de trabalho, junto com a Supram, junto com a comunidade. E se esse
5372 grupo todo entender que essas informações não são suficientes, que há
5373 necessidade de um aporte maior de informações, que se verifique a
5374 contratação ou como esse aporte maior de informações seria inserido dentro
5375 do grupo. Pode ser desse jeito? Aí, eu só preciso da redação. A redação do
5376 Felipe já está. Eu precisaria da redação da proposta do Alex.” Conselheiro
5377 Felipe Faria de Oliveira: “Na verdade, eu vou sugerir uma redação para a
5378 proposta do Alex, até para facilitar. Pode ser uma redação próxima a essa.
5379 Por exemplo: ‘Custear auditoria técnica independente caso se perceba
5380 necessário pelo grupo de trabalho que irá analisar os impactos ambientais.
5381 Eu acho que a proposta do Alex vai ser essa com um adendo.” Conselheiro
5382 Guilherme Coelho Neves: “Eu queria só colocar um posicionamento. Eu acho
5383 que a grande missão desse grupo de trabalho que vai ser formado vai ser
5384 fazer funcionar essa interlocução entre a empresa e a comunidade, seja na
5385 proposta do doutor Felipe, seja na proposta do conselheiro Alex ou da
5386 própria empresa. A visão que eu tenho é que, ainda que se contrate uma
5387 consultoria externa, ela vai apresentar soluções e indicações, mas que vai
5388 voltar ao mesmo ponto, que é haver essa interação entre a comunidade e a
5389 empresa. Eu acho que a grande missão desse grupo de trabalho é realmente
5390 conseguir atender os anseios da empresa em uma mediação
5391 mesmo.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu gostaria de fazer, então, a
5392 proposição de nós fazermos a votação dessa condicionante. Esse grupo de
5393 trabalho, em que estão envolvidos o Conselho, a empresa e representantes
5394 da comunidade, para fazer avaliação dessas informações relativas aos
5395 impactos ambientais. Caso ele verifique a necessidade de um volume maior
5396 de informação técnica que a empresa não possa aportar, que, aí, seja trazida
5397 uma informação externa, uma contratação de uma expertise que traga essa
5398 informação, para subsidiar esse grupo de trabalho. Nessa formação do grupo
5399 de trabalho, parte dele já está aqui. As pessoas que vão integrar esse grupo
5400 de trabalho podem ser agregadas posteriormente a isso aqui. Não existe
5401 impedimento nenhum. Mas eu acho que seria a melhor solução. É uma
5402 alternativa. Eu acho que esse grupo de trabalho, junto com a Supram, com o
5403 Conselho, com representantes da comunidade, tem condições suficientes
5404 para verificar o aporte de informações se elas serão suficientes para dirimir
5405 essas dúvidas todas ou não; ou se nós precisaremos de mais informações e
5406 de como essas informações vão ser alocadas nesse grupo de trabalho. Pode
5407 ser desse jeito? Nós vamos colocar uma votação só. Nós vamos colocar a
5408 votação seguinte. Se o grupo de trabalho verificar... Você mesmo falou
5409 ‘verificar’.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu acho que houve
5410 confusão no que eu disse, talvez. Eu insisto na minha sugestão de
5411 condicionante. O que eu coloquei aqui era fazer uma redação da sugestão
5412 do Alex. O que eu quis trazer foi uma contribuição para facilitar essa redação

5413 do Alex. Mas eu insisto na minha sugestão, sem prejuízo de ser analisada a
5414 sugestão do Alex.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então, eu vou colocar
5415 as duas condicionantes em votação. A sua, doutor Felipe, que fala que,
5416 imediatamente, seja contratada uma empresa de consultoria ou uma
5417 auditoria para poder aportar informações a esse grupo de trabalho. Eu vou
5418 colocar, primeiro, essa condicionante. E a segunda proposta seria a do Alex.
5419 Que, na realidade, esse grupo de trabalho seja, primeiramente, municiado
5420 com um aporte de informações que ele solicitar à empresa, com a
5421 participação da empresa, de representante da comunidade. E se eles
5422 avaliarem que essas informações não são suficientes para dirimir essa
5423 dúvida, aí, sim, ele vai determinar a contratação de uma empresa, de uma
5424 consultoria ou de alguém que faça o aporte dessas informações. Eu tenho
5425 que colocar as duas, porque o doutor Felipe insiste na sugestão.”
5426 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu queria colocar para ser votado. Eu
5427 entendi a colocação do Alex. Na prática, eu vou tentar trazer uma
5428 contribuição. Quando colocar em votação a colocação que nós fizemos,
5429 quem entender que é o caso da sugestão do Alex vai votar contra a nossa
5430 sugestão. E depois, quando for a sugestão do Alex, vai votar a favor. Quem
5431 for contrário às duas sugestões vai votar contra nos dois casos. Na prática, é
5432 isso que vai acontecer. Favorável às duas não tem jeito, porque uma é mais
5433 abrangente que a outra.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Vamos votar.
5434 Eu vou colocar a contribuição do Alex, primeiro, em votação.” Conselheiro
5435 Felipe Faria de Oliveira: “Qualquer uma das duas. Se uma for aprovada, a
5436 outra vai ser prejudicada.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então, vamos
5437 votar. O doutor Felipe coloca uma condicionante que seria contratação de
5438 uma auditoria ou de uma empresa de consultoria para aportar informações e
5439 dirimir as dúvidas relativas aos impactos ambientais.” Conselheiro Felipe
5440 Faria de Oliveira: “Eu vou fazer a leitura aqui só para rememorar.” Presidente
5441 Clésio Cândido Amaral: “Então, vamos colocar o seguinte: quem é a favor da
5442 proposta do doutor Felipe se manifeste.” Conselheiro Felipe Faria de
5443 Oliveira: “Senhor presidente, só um minuto. Só porque talvez possa ter
5444 havido certa confusão em alguns conselheiros e em mim, inclusive, na hora
5445 de manifestar. Porque aqui, via de regra, se coloca ‘quem é a favor da
5446 proposta permaneça como está, os contrários se manifestem’. Como essa é
5447 a praxe, então, alguns, inclusive, eu me confundi na hora de fazer a
5448 manifestação. Então, eu acho que isso é só para clarear, para aclarar isso,
5449 porque não faria o menor sentido eu ser contrário à minha própria proposta.”
5450 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então vamos fazer o seguinte. Quem for
5451 a favor da proposta do doutor Felipe, por favor, levante a mão. Tem cinco
5452 votos. Agora, quem for a favor da proposta do Alex. A proposta do Alex é a
5453 seguinte: implementação desse grupo de trabalho, da mesma forma que o
5454 doutor Felipe propôs, com o aporte de informações da empresa,
5455 primeiramente, sobre esses impactos que estão sendo questionados junto à

5456 comunidade. E que, caso esse grupo de trabalho, entenda que essas
5457 informações não sejam suficientes, a empresa terá obrigação de contratar
5458 uma expertise ou uma consultoria ou o que for para poder aportar de novas
5459 informações outras informações para o grupo de trabalho. É isso, Alex?
5460 Quem for a favor da proposta do Alex que levante a mão. De qualquer, nós
5461 estamos garantindo que tenhamos informação suficiente, seja no primeiro
5462 momento ou no segundo momento.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira:
5463 “Presidente, eu não estou entrando no mérito das condicionantes. Uma
5464 sugestão aqui, talvez só pela praxe. No sentido de tentar contribuir. Como a
5465 praxe é ‘quem é favor da proposta ou do PU permaneça como está, os
5466 contrários se manifestem’, e inverteu essa lógica, ‘quem for a favor se
5467 manifeste’, eu acho que isso pode gerar confusão em algumas votações.
5468 Então, foi só no sentido de sugestão de metodologia de votação. Não é de
5469 mérito de condicionante.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Tudo bem.
5470 Obrigado. Vamos às próximas proposições, doutor Felipe.” Conselheiro
5471 Felipe Faria de Oliveira: “As duas da Supram primeiro?” Rodrigo Ribas,
5472 diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: “Essa discussão a
5473 respeito da inserção de uma nova condicionante com um texto desse
5474 tamanho é impossível e viável. Eu quero fazer uma proposta em relação a
5475 essa condicionante, se os senhores não se importarem. Não é nem proposta
5476 de redação. É proposta para que a gente traga, para a próxima reunião, a
5477 redação bem-feita dessa condicionante, para não suscitar nenhuma dúvida
5478 em relação ao que vai fazer. Isso não impede de o grupo de trabalho se
5479 formar e os trabalhos começarem. É só que a redação seja apresentada em
5480 momento oportuno, para não fazer confusão. Se ninguém se incomodar.”
5481 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Na verdade, são das condicionantes,
5482 mas com um conceito só. Que aquela ideia de disponibilização na internet,
5483 talvez até na própria página da empresa, sem prejuízo do que já existe no
5484 Siam. ‘Disponibilizar na internet, para livre acesso, em página pública, os
5485 dados de monitoramento referentes a recursos hídricos (inclusive, vazão,
5486 ruídos e particulados atmosféricos). A ideia seria prazo de 30 dias após a
5487 aferição dos dados brutos. Dentro daquela ideia de transparência, de
5488 publicizar e tudo o mais. E outra condicionante, porque o prazo seria
5489 diferente, mas é o mesmo conceito. Seria a mesma redação ‘Disponibilizar
5490 na internet, para livre acesso, em página pública, os dados de
5491 monitoramento referentes a recursos hídricos (inclusive, vazão, ruídos e
5492 particulados atmosféricos), relacionados às medições já feitas até esta data
5493 (série histórica desde a primeira licença ambiental do empreendimento). O
5494 prazo a gente imagina seis meses. Eu sei que é uma informação mais
5495 robusta. A ideia é que isso fique mais exposto, de mais fácil acesso para a
5496 comunidade científica, comunidade de atingidos, comunidade acadêmica,
5497 enfim, quem tiver interesse em fazer uso desses dados, que, por definição,
5498 são públicos. Em tese, estão no Siam, mas o Siam tem todas aquelas

5499 dificuldades que nós colocamos aqui, anteriormente.” Presidente Clésio
5500 Cândido Amaral: “Então, eu vou colocar em votação as duas
5501 propostas.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu quero ouvir a empresa
5502 quanto a isso.” Fabiana Vita, representante da Anglo American: “Em relação
5503 a essa questão de disponibilizar os dados, na verdade, eu gostaria de
5504 chamar a atenção dos conselheiros. Porque a legislação, hoje, o que ela
5505 determina? Que esses dados sejam feitos via Siam, que um sistema de
5506 informações. Sinceramente, aceitar disponibilizar esses dados que já são
5507 fornecidos para órgão ambiental, que já são públicos... O que a lei determina
5508 é que a forma da publicidade se dá através de quê? Através do site ou
5509 através de um simples requerimento. Qualquer interessado pode se dirigir à
5510 Supram e vai obter os dados. Agora, pela empresa, aceitar uma coisa dessa,
5511 sinceramente, eu acho que é até... Desculpa a sinceridade, mas é pegar a
5512 Supram e o Sistema é jogar no lixo. Para quê? Se existe isso. Você
5513 mesmo, doutor Felipe, como conselheiro, manifestou que já existe uma ação
5514 civil pública nesse sentido. Não funciona? Então, o Estado é que tem que
5515 funcionar. Transpor para a gente uma obrigação do Estado está errado, isso
5516 não é adequado. Eu acho que entendo os seus argumentos, mas nós não
5517 podemos assumir isso. E os dados estão públicos e à disposição de quem
5518 quiser, basta ir lá ao processo, qualquer um tem acesso. A lei determina a
5519 forma.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Nós sabemos o que a lei
5520 determina, mas, de qualquer forma, o Conselho está fazendo uma proposição
5521 nesse sentido. E nós precisamos fazer a votação dessa proposição. Eu sei o
5522 que a lei determina, o que a lei fala, o sistema existente, mas é uma
5523 proposição do Conselho nesse sentido. E aí eu vou colocar em votação a
5524 proposição do Conselho que eu devo colocar. Então, eu vou, por aquele
5525 mesmo formato que o senhor sugeriu. Quem estiver de acordo com a
5526 proposta do doutor Felipe mantenha-se como está. Aqueles não favoráveis
5527 que se manifestem. Aprovada.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu vou
5528 fazer agora as redações daquelas que o Sandro tinha colocado aqui, que
5529 talvez possam ser em bloco. Eu vou rememorar. Elaborar plano de
5530 ordenamento de arranjo produtivo local no entorno do empreendimento,
5531 destacadamente, a rede de comércio e serviços ao longo da rodovia MG-10.
5532 Realizar suporte para o processo de regularização fundiária, urbana,
5533 ambiental do entorno do empreendimento, destacadamente, Sapo, Beco,
5534 Turco e MG-10. Fornecer apoio para construção de uma exposição
5535 permanente de parte do acervo de peças arqueológicas resgatadas nos
5536 sítios suprimidos em espaço cedido pela prefeitura. Realizar a implantação
5537 de 3 km de via (Alameda Parque), no entorno do Parque Natural Municipal
5538 Salão de Pedras, sem prejuízo das ações já condicionadas na LO, nos
5539 mesmos moldes da condicionante nº 28. Eu vou até reformular aqui:
5540 ‘Implantar 3 km de via (Alameda Parque), no entorno do Parque Natural
5541 Municipal Salão de Pedras.’ E ‘apresentar estudo acerca do eventual impacto

5542 causado pela luz do empreendimento alegado pela comunidade do Gondó.
5543 São essas as propostas. Não sei se é necessário o Sandro fazer a
5544 explicação delas ou não. Porque tinha questão de prazos também.”
5545 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Teria a questão de prazo, mas se
5546 pudermos aprovar, e depois esses prazos possam ser trazidos. A redação
5547 está pronta, das condicionantes.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
5548 “Presidente, eu queria ouvir a empresa.” Cristiano Brandão, representante da
5549 Anglo American: “Eu queria trazer, em relação a essa proposta de mudança
5550 condicionante, pois já existe condicionante com relação a isso, para subsidiar
5551 a tomada de decisão dos senhores. A condicionante 42. Eu queria só
5552 resgatar como foi o processo da 42, porque é importante nessa tomada de
5553 decisão. A condicionante 42 é aquela que trata do termo de compromisso
5554 firmado entre a empresa e o município, que discute uma série de elementos
5555 que foram trazidos na fase de licenciamento de LP+LI, da Etapa 2. Então,
5556 são 17 ações que já estavam acordadas com o município nesse termo, a
5557 empresa já está executando, e as outras estão relacionados à criação da
5558 mesa, do grupo de diálogo, para discutir cinco pontos que não haviam sido
5559 acordados, justamente pela dificuldade de entendimento dessas
5560 condicionantes ou até a exequibilidade de algumas delas. Então, em 18 de
5561 março, a empresa fez uma primeira proposta para o município colocando uma
5562 série de prazos que nós entendíamos serem factíveis para a execução desse
5563 trabalho, e vem sendo feito. E depois nós pedimos manifestação do
5564 município com relação a isso, o que não ocorreu até o momento, muito
5565 embora nós tenhamos feito reiterações nos meses de março, junho, julho,
5566 setembro e outubro. Em relação às cinco também. Eu vou falar sobre elas
5567 agora. Então, a empresa também solicitou ao município a criação dessa
5568 mesa de diálogo em algumas oportunidades, em reuniões formais, por meio
5569 de ofício, atas etc. Então, o município publicou a Portaria 110/2016
5570 instituindo essa mesa de diálogo para discutir esses cinco pontos. E o
5571 presidente dessa mesa é o Sandro. Então, nós também reiteramos, por seis
5572 vezes, o pedido para que essa reunião fosse convocada e fosse dado início
5573 aos trabalhos da mesa de diálogo, o que não ocorreu até o momento. Então,
5574 puxando até um pouco da fala do próprio secretário durante
5575 sua exposição, esses cinco pontos são pontos que nós não temos certeza
5576 quanto à possibilidade de executar algumas dessas condicionantes em
5577 relação não só ao escopo, mas em relação a prazo também. Então, reforço
5578 aqui, nós não queremos assumir aquilo que achamos que não pode ser
5579 cumprido. E outro ponto é que nós entendemos que deve ser penalizado por
5580 ter um processo onde o próprio município é o ordenador dessa discussão, e,
5581 após a publicação da portaria, cinco meses depois, nós não tivemos
5582 oportunidade de nos reunir em nenhum momento para discutir esses cinco
5583 pontos. Então, já existe uma condicionante que trata disso. Nós estamos
5584 dispostos a participar dessa mesa de diálogo, queremos participar, e eu

5585 aproveito a oportunidade para, publicamente, pedir que o município faça a
5586 convocação, coloque a mesa para rodar, porque nós queremos, sim, discutir
5587 esses cinco pontos.É aquele que nós entendermos que deveser executado,
5588 que deve seguiradiante, nós vamos seguir.” Conselheiro Felipe Faria de
5589 Oliveira: “Só duas dúvidas. Essas condicionantes, salvo engano, foram
5590 LP+LI, não foi?Então, em tese, no posicionamento da empresa, nós teríamos
5591 que replicar a condicionante da LP+LI agora.” Cristiano Brandão,
5592 representante da Anglo American: “O termo de compromisso está válido,
5593 mas não possui um prazo específico para execução.” Conselheiro Felipe
5594 Faria de Oliveira: “Só uma dúvida. Porque falaram que falaram que algumas
5595 coisas não seriam, talvez, exequíveis. Por exemplo, ter uma exposição
5596 permanente de parte do acervo de peças arqueológicas resgatadas seria
5597 algo inexecuível?Talvez, o local não era devidamente adequado para
5598 acondicionar...” Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da Anglo
5599 American: “Doutor Felipe, o que está sendo discutido aqui não é, de
5600 imediato, o cumprimento das condicionantes. O que se está discutindo é: o
5601 termo de acordo prevê uma discussão entre empreendedor e prefeitura para
5602 que se aprove o modo de cumprir aqueles compromissos ou a viabilidade
5603 deles. O que nós estamos querendo fazer é, sem ter tido essa discussão,
5604 trazer esse compromisso assumido para dentro do licenciamento, para
5605 dentro da nossa LO. Então, quer dizer, nós estamos perdendo a
5606 oportunidade de discutir sobre o compromisso, discutir sobre o escopo, sobre
5607 o termo de referência, a validade, por uma competência que é da prefeitura,
5608 que já existe a mesa de diálogo instituída. E nós estamos querendo trazer
5609 para dentro do licenciamento e incorporar como obrigação, sem a discussão
5610 prévia que foi prevista no termo de acordo assinado entre as partes.” Sandro
5611 Lage, representante da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “Eu não iria
5612 entrar nessa seara, porque não é bom. Mas, já que o empreendedor trouxe
5613 essa questão... Com relação à mesa negociadora, o retrospecto. Mas, antes,
5614 eu queria só contextualizar. O que está sendo trazido aqui agora pelo
5615 município são resíduos da LO do Step 1. Lá naquele momento, o município
5616 fez todos os estudos e as suas recomendações e pleiteou convertê-las em
5617 condicionantes ambientais.Por indicação e orientação da própria Supram e
5618 pela situação de aperto do empreendimento,na questão de cumprimento
5619 dessas condicionantes,consensuou-se, entre empreendedore município, que
5620 nós iríamos parcelar.Aquilo que entendíamos que era no momento da
5621 LO1,nós poderíamos parcelar nas fases subsequentes do empreendimento,
5622 de forma que ficasse mais leve um pouco para o empreendedor. Ou seja, foi
5623 uma tentativa do município de criar um ambiente de parceria. Pois bem,
5624 passou o Step 2, nós fizemos as recomendações, reiteramos as
5625 recomendações. Chegou à LP+LI, nós tentamos converter, novamente,
5626 essas recomendações em condicionantes.Conseguimos grande parte
5627 delas,as 19 que são mais fáceis, no termo de compromisso, conseguimos

5628 referenciar. E aquelas que ainda o empreendimento entendia como pesadas,
5629 o que já era um entendimento e uma discussão iniciada lá na LP,
5630 praticamente... Porque essas condicionantes estão muito relacionados a um
5631 impacto não previsto, que foi o alojamento de grande parte do contingente
5632 operacional da empresa, durante a implantação, que gerou um caos urbano
5633 na cidade e nas imediações, principalmente, Sapo e Turco. Houve uma
5634 explosão urbana desordenada. Aconteceu também. Então, só para
5635 contextualizar que isso são resíduos daquilo que nós entendemos que não
5636 ficou certo lá atrás e que, nas fases subsequentes, nós estamos tentando
5637 atualizar. Com relação à mesa negociadora, realmente, foi feito um decreto.
5638 Porém, eu sou o presidente da mesa e percebi que houve uma falha do
5639 Executivo, que não consultou o órgão de meio ambiente para elaborar esse
5640 decreto, e fez uma composição de uma mesa que desconsiderou uma
5641 cláusula do nosso termo de compromisso, que diz que nós temos que ter
5642 participação, por exemplo, do Ministério Público, da Supram, nessa mesa,
5643 enfim. Aí, houve uma composição, sim, dessa mesa, que eu, como
5644 presidente, entendi que nós vamos ter que rever esse decreto ainda. Fui
5645 provocado, e eles estão certos, não há falha do empreendimento no
5646 cumprimento dessa mesa. Há falha, sim, do município. E entendendo que o
5647 decreto feito pelo município estava em desacordo ou pelo menos
5648 desalinhado com aquilo falado no termo de compromisso, dado também o
5649 ano eleitoral e as complicações, nós não tivemos ainda condição de realizar
5650 a primeira reunião dessa mesa. Porém, os temas que estão
5651 preestabelecidos, na verdade, são sugestões dos primeiros temas a serem
5652 discutidos na mesa. Nós temos imensos temas trazidos para levarmos para a
5653 mesa, e esses cinco itens aí são itens de que nós já temos uma discussão
5654 bem anterior. E, sinceramente, nós entendemos que a mesa negociadora,
5655 para esses itens aí, foi simplesmente uma instância para se ganhar tempo.
5656 Mas é só uma percepção.” Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Eu fiz a
5657 leitura aqui a pedido do município, mas vou até fazer uma sugestão, uma
5658 opinião pessoal minha. Eu acho que, na verdade, nós precisamos
5659 impulsionar, resgatar essa mesa de diálogo que está sendo formada, mais
5660 do que talvez trazer essas questões para serem definidas aqui sem esse
5661 diálogo prévio. Por isso eu perguntei se a proposta da empresa era replicar
5662 condicionante. Talvez seja uma boa replicar, muito embora a empresa
5663 entenda que não é necessário, no intuito de tentar fomentar de novo essa
5664 composição de mesa de diálogo. Porque a condicionante, salvo engano, era
5665 ‘discutir na mesa de diálogo os pontos x, y, z’. Para tentar fomentar essa
5666 aproximação de conversa. É a minha opinião.” Presidente Clésio Cândido
5667 Amaral: “Eu vou colocar, então, em discussão. Na realidade, a proposta do
5668 doutor Felipe é replicar essa condicionante 42 para a LO. Vamos votar.”
5669 Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: “Uma última contribuição. O Sandro
5670 colocou aqui algumas questões sobre possível falha no decreto. Inclusive,

5671 nós podemos colocar o seguinte: 'Após a revisão do decreto', aí, a mesma
5672 redação da condicionante anterior. Porque, se o município tem que fazer
5673 revisão do decreto, questão de composição, de formalidade, de qualquer
5674 coisa que seja, assim que fizer a revisão do decreto municipal, aí, já
5675 impulsiona esse momento de diálogo entre município e empresa. É a
5676 questão do prazo da condicionante. Prazo: após revisão do decreto." Rodrigo
5677 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: "O prazo da
5678 condicionante era: 'No prazo estabelecido no termo de compromisso'. Com
5679 apresentação do relatório de cumprimento da formalização da LO. É só tirar
5680 'apresentação do relatório de cumprimento da formalização da LO', porque
5681 estabelece que o compromisso é dado pelo cronograma de execução do
5682 próprio acordo." Conselheiro Felipe Faria de Oliveira: "O município, na
5683 verdade, tem a prerrogativa de rever algumas questões do seu próprio
5684 decreto." Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da Anglo American: "A
5685 frase colocada pelo Sandro em relação aos cinco compromissos, que foram
5686 colocados 'para negociação separada dos primeiros 19', imputa a
5687 responsabilidade por essa colocação do cinco à empresa. Realmente, é um
5688 fato inverídico, porque quem assina o documento são as partes. Então, a
5689 decisão da forma de redação do termo de acordo, em que esses cinco
5690 compromissos deveriam ser discutidos através da mesma de negociação, é
5691 consenso entre as partes que assinam os documentos. Então, nós
5692 entendemos, reiteramos que, trazê-los para cá sem essa deliberação da
5693 mesa de negociação é um atropelo de compromisso já existente." Presidente
5694 Clésio Cândido Amaral: "Eu vou pedir ao Rodrigo para ler, novamente, essa
5695 questão da condicionante 42, e nós vamos colocar para votação." Rodrigo
5696 Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram Jequitinhonha: "A condicionante
5697 42, que vai virar outro número, diz os seguintes termos: 'Apresentar
5698 evidência de cumprimento de suas obrigações assumidas no termo de
5699 compromisso firmado com o município de Conceição do Mato Dentro no
5700 âmbito do procedimento de declaração de conformidade municipal'. E antigo
5701 prazo era: 'No prazo estabelecido no termo de compromisso, com
5702 apresentação de relatório do cumprimento na formalização da LO'. Então, nós
5703 sugerimos que seja 'no prazo estabelecido no termo de compromisso'. Aí,
5704 incluído o prazo negociado para esses cinco itens." Conselheiro Carlos
5705 Eduardo Teixeira Nery: "Eu acho que esse enfoque é totalmente
5706 equivocado, é o outro momento. Isso que foi discutido na LI+LP é um fato que
5707 já está superado. Isso nós acompanhamos, porque foi uma decisão dentro
5708 do Codema, no sentido de autorizar que fosse concedida a anuência de
5709 termo de desconformidade para a empresa, e foram analisados os impactos
5710 que a empresa tinha gerado dentro da cidade, impactos reais e mensuráveis,
5711 por descumprimento de PCA. E isso não foi levado à baila, porque houve um
5712 acordo entre o município e a empresa. Ela poderia ter sido acionada,
5713 inclusive, juridicamente, pelo descumprimento de PCA, que causou na

5714 cidade um impacto gigantesco. Em virtude de descumprimento de um ato
5715 declaratório – o PCA é um ato declaratório – que dizia que não haveria a
5716 presença de empregados temporários dentro da sede municipal e que
5717 estariam instalados nos alojamentos. Isso causou impacto, e é esse impacto
5718 que se está tentando controlar através desse termo. O que foi combinado
5719 com a empresa é que isso seria dividido em etapas sucessivas, para que não
5720 causasse à empresa, por motivos que ela alegou de dificuldades financeiras,
5721 de crise, inclusive, de que mandaria gente embora, que isso tudo causaria um
5722 caos enorme, o que depois até aconteceu; ela mandou embora
5723 também. Acontece que esse termo era para compensação de impactos, para
5724 mitigação de impactos concernentes a ações de responsabilidade da
5725 empresa. Então, a mesa negociadora era uma instância intermediária que
5726 serviria para que se combinasse como isso seria executado no decorrer do
5727 tempo, até chegar à LO. E nós estamos na LO. Então, o termo que está
5728 sendo reivindicado pelo município é que seja atendido em virtude de a LO já
5729 estar presente. Quer dizer, não existe mais motivo de agora postergar isso
5730 para uma fase que já foge do controle do impacto que foi gerado. Se
5731 estamos falando sobre impactos gerados dentro dessa etapa, são os
5732 impactos gerados dentro dessa etapa, não tem sentido discutir isso num
5733 futuro remoto, em que não existe mais a ocorrência do que está
5734 acontecendo. Então, eu acho que esse enfoque tem que ser muito. Foi uma
5735 decisão tomada pelo colegiado local, pelo Codema, que foi depois repassada
5736 na forma de recomendações, porque o Codema não poderia fazer criação de
5737 condicionantes. E que foi acordado com o órgão ambiental que seria
5738 transformado em condicionantes, dentro de um prazo, para que não
5739 sobrecarregasse o empreendedor. Agora, não justifica postergar isso, eu
5740 acho que isso causará prejuízo para o município.” Cristiano Brandão,
5741 representante da Anglo American: “A citação do conselheiro Cadu decorre
5742 um pouquinho da tentativa de colocar esse fato. É só avaliar uma das
5743 condicionantes, acerca de exposição de itens arqueológicos. Qual a relação
5744 que isso tem com PCA. Não foram compromissos colocados como
5745 definitivos, eles deveriam ser discutidos entre empreendedor e a prefeitura. E
5746 é só isso que nós estamos requerendo. Que a gente volte, revise o termo de
5747 acordo e faça as discussões necessárias para discutir como se dará o
5748 cumprimento dessas cinco condicionantes. Porque é claro, na fala do Cadu,
5749 não tem relação de museu arqueológico com descumprimento de PCA, de
5750 pressão urbana. Não tem link entre uma coisa e outra. Nós estamos tentando
5751 é transportar compromissos sem a devida discussão que foi proposta e
5752 acordada entre as partes.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Eu vou
5753 colocar para votação. A proposta do doutor Felipe é que a gente reedite a
5754 condicionante 42 na LO, e a questão do prazo ficaria só no termo de
5755 compromisso. Pode ser, doutor Felipe? Vamos votar? Aqueles que estejam de
5756 acordo com a proposta do doutor Felipe mantenham-se como estão. Um

5757 contra.Aprovado.Tem mais duas condicionantes que o Rodrigo Ribas. Você
5758 pode ler, por favor?” Rodrigo Ribas, diretor de Apoio Técnico da Supram
5759 Jequitinhonha: “Durante a discussão que foi feita aqui do parecer de vista,
5760 nós tivemos a apresentação de duas propostas de condicionantes. Uma é:
5761 ‘Apresentar estudo de possibilidade de redução de ruídos emitidos de forma
5762 contínua pelo empreendimento em iluminação noturna que não comprometa
5763 a segurança operacional’. Um estudo para reduzir esses impactos. A
5764 segunda é: ‘Apresentar estudos sobre a viabilidade técnica de redução de
5765 alteração de parâmetros extrapolados no monitoramento de qualidade dos
5766 recursos hídricos’. Aquela história dos parâmetros contínuos de
5767 ferro,manganês. Nós propomos um prazo de 90 dias para cada um dos
5768 estudos.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Então, de acordo com a
5769 proposta do Rodrigo Ribas, eu posso colocar em votação?” Gilcimar Oliveira,
5770 gerente de Meio Ambiente da Anglo American: “Podemosnos manifestar
5771 acerca das duas?”Presidente Clésio Cândido Amaral: “Pode, se for muito
5772 rapidamente.Porque já colocaram os prazos, isso já foi discutido no Parecer
5773 Único, foi apresentado pela Supram nesse sentido de que ela entende ser
5774 necessário esse tipo de situação.”Gilcimar Oliveira, gerente de Meio
5775 Ambiente da Anglo American: “Não é a discussão do objeto, presidente, é só
5776 a questão do prazo.No caso de ‘estudo de alternativas técnicas de
5777 diminuição de ruídos’,nós temos que ter especialistas que vão ser
5778 contratados para executar. E para fazer uma contratação, gerar o estudo e
5779 apresentar, 90 dias é um prazo bastante irreal.” Presidente Clésio Cândido
5780 Amaral: “Qual é o prazo exequível. Qual é a proposta de prazo da empresa?”
5781 Gilcimar Oliveira, gerente de Meio Ambiente da Anglo American: “Asugestão
5782 já tinha sido feita, de 180 dias para colocar isso em execução.”Presidente
5783 Clésio Cândido Amaral: “Cento e oitenta dias.As duas condicionantes ficam
5784 escritas. Só o prazo aqui, em vez de 90 dias,ficaria para 180 dias.Todos
5785 aqueles que concordarem com a condicionante mantenham-se como
5786 estão.Condicionante aprovada.”**5) ENCERRAMENTO.**Presidente Clésio
5787 Cândido Amaral: “Eu queria agradecer a todo mundo que esteve aqui, a
5788 cooperação de todos para a reunião, que se encontra encerrada.”
5789

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

5791
5792
5793
5794 **Clésio Cândido Amaral**
5795 **Presidente da URC Jequitinhonha**